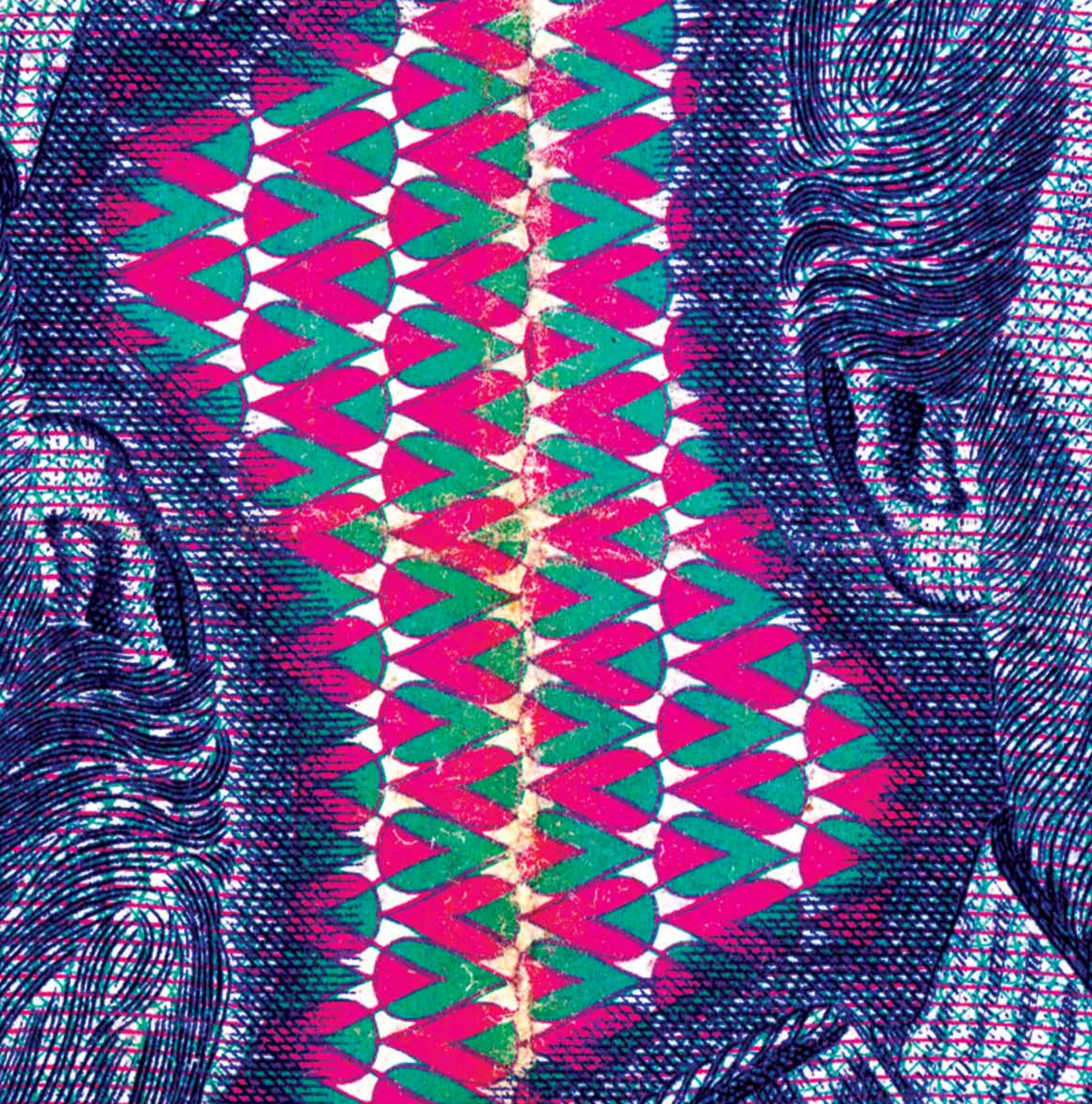


Relatório Anual 2011





Relatório Anual **2011**



Em consequência de arredondamento, a soma dos números das tabelas pode não ser exata, assim como a soma dos percentuais dos gráficos pode não totalizar 100.

SUMÁRIO

Mensagem do Ministro	6
Mensagem do Presidente	8
1 APRESENTAÇÃO	14
2 ESTRATÉGIA	26
3 O BNDES EM NÚMEROS	32
4 GOVERNANÇA	68
5 TRANSPARÊNCIA	90
6 ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	100
7 ATUAÇÃO INTERNACIONAL	130
8 POLÍTICAS TRANSVERSAIS	138
9 ESTUDOS E PESQUISAS	148
10 DESEMPENHO OPERACIONAL	154
11 ECOEFICIÊNCIA E COMPRAS SUSTENTÁVEIS	216
12 GESTÃO DE PESSOAS	222
Matriz de Referência dos Indicadores	230



Baixe o leitor de QR code em seu celular ou *tablet*, fotografe o código ao lado e acesse as Demonstrações Financeiras do BNDES e suas subsidiárias.



Mensagem do Ministro

A descentralização geográfica do crédito e o aumento de 47% do número de operações realizadas são destaques da atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 2011. No total, o Banco desembolsou R\$ 139,7 bilhões no ano passado, mantendo, para empresas de todo o país e de todos os portes, a política de garantir acesso ao crédito. Foram 896 mil financiamentos, o maior número de operações que o Banco já registrou em sua história. As regiões Norte e Nordeste responderam por 22% dos recursos disponibilizados, um aumento de 17% em relação a 2010. Com o desembolso de R\$ 7,6 bilhões por meio do Cartão BNDES – 76% a mais que em 2010 – micro, pequenas e médias empresas tiveram um ano especial. Os recursos destinados a esse segmento foram recordes e chegaram a R\$ 49,8 bilhões.

O setor de infraestrutura foi o destino da maior parte dos recursos, 40%. O segmento industrial ficou com 32%, enquanto a participação de comércio e serviços foi de 21% e da agropecuária, de 7%. Todos os setores produtivos brasileiros foram beneficiados com linhas específicas de financiamento, como o Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI), cujos financiamentos de máquinas e equipamentos somaram R\$ 42,5 bilhões.

No ano passado, o BNDES também foi protagonista em políticas de governo como o Plano Brasil Maior e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além disso, participou ativamente nas discussões e definições de programas como Concessões Aeroportuárias – Secretaria de Aviação Civil – e o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas – Ministério do Meio Ambiente.

Essa inserção ajudou o país a manter a expansão dos investimentos acima do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Mais uma vez, o Banco superou suas metas e atendeu a seu objetivo principal, o de contribuir para a expansão dos investimentos na economia brasileira sem deixar de lado o grande desafio da sustentabilidade.

Em 2012, quando completa sessenta anos, o BNDES espera repetir essas vitórias e superar os desafios que estão por vir, contribuindo para a sustentabilidade econômica, social e ambiental da economia brasileira. Antecipo-me às comemorações e parablenho toda a equipe dessa instituição que tanto tem contribuído para o desenvolvimento do Brasil.

Fernando Pimentel

Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior



Mensagem do Presidente

O ano de 2011 – o primeiro do governo da Presidenta da República, Dilma Rousseff – teve entre suas principais prioridades manter o crescimento econômico e a geração de empregos observados no governo do Presidente Lula como base para que o Brasil pudesse sustentar seu processo de desenvolvimento rumo à erradicação da pobreza. Para isso, o Governo Federal mostrou sua capacidade de reagir de maneira criativa e sofisticada aos distintos estímulos e restrições impostos pela conjuntura econômica interna e externa, apontando o caminho para que o país pudesse conjugar a estabilidade monetária com juros mais baixos e compatíveis com o padrão internacional.

Para nós do BNDES, após dois anos de desembolsos recordes e de intensa participação nos esforços contracíclicos do Governo Federal, 2011 foi marcado pela estabilização do patamar de liberação de recursos. O desembolso total de R\$ 139,7 bilhões – abaixo dos R\$ 168,4 bilhões (R\$ 143,4 bilhões, se descontados os R\$ 25 bilhões da operação especial de capitalização a Petrobras) registrados em 2010 e um pouco acima dos R\$ 137,4 bilhões de 2009 – é compatível com os esforços de elevação da taxa de investimento da economia brasileira e de ampliação da participação privada no financiamento de longo prazo.

A atuação do BNDES é evidentemente mais ampla do que o valor total de seus desembolsos. O Banco vem aprimorando sua operação para conferir mais eficácia a suas políticas e mais equilíbrio a seus objetivos econômicos, financeiros, sociais e ambientais.

O Relatório de Atividades de 2011 busca atender à tendência de que os entes públicos e as empresas divulguem não somente seus resultados econômico-financeiros, mas também seu desempenho nos aspectos social e ambiental.

Denominamos este novo documento de Relatório Integrado, pois relaciona elementos tais como: a estrutura de governança do BNDES – órgãos colegiados, fluxos de concessão de financiamentos, metodologias de avaliação, guias socioambientais, gestão financeira e de risco, entre outros aspectos –, o planejamento corporativo, a atuação internacional, as políticas de transparência e a de gestão de pessoas, a participação do BNDES nas políticas públicas, além de indicadores financeiros e dos resultados de suas atuações setoriais e transversais, como em inovação, desenvolvimento regional e meio ambiente.

O Relatório Integrado fundamenta-se no conceito de “sustentabilidade”, que creio ser uma releitura, mais apropriada às preocupações contemporâneas, do conceito de desenvolvimento, associando o crescimento econômico com a inovação, a competitividade, o bem-estar social, a qualidade e preservação

ambiental e o uso responsável dos recursos naturais. O BNDES, que é o banco do desenvolvimento, não poderia deixar de também ser o banco da sustentabilidade.

Nesse sentido, marcaram a atuação do Banco em 2011 atividades como: o apoio a 43 parques de energia eólica, que gerarão mais de 1.000 MW de potencial energético, para os quais foram aprovados financiamentos de R\$ 3,4 bilhões (investimentos de R\$ 5,3 bilhões), números quase três vezes superiores aos de 2010; os projetos de inovação para a sustentabilidade; a atuação nos entornos dos projetos, que visa promover as oportunidades de desenvolvimento que podem ser catalisadas pelos investimentos, potencializando a apropriação local dos benefícios desses projetos; e os desembolsos associados à economia verde, que foram de R\$ 18,5 bilhões, valor próximo aos registrados em 2010 e 2009, e um salto significativo em relação à média registrada no triênio anterior. Há ainda a atuação do BNDES como gestor do Fundo da Amazônia, cujos recursos oriundos de doações nacionais e internacionais são aplicados em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento na região, bem como na promoção da conservação e do uso sustentável do Bioma Amazônia.

O BNDES tem dado apoio crescente às micro e pequenas empresas (MPes) e pessoas físicas, cujos desembolsos em 2011 atingiram R\$ 35,8 bilhões, superior aos montantes recordes registrados em 2010 e 2009. O Cartão BNDES mais uma vez teve um crescimento vigoroso, atingindo no ano passado desembolsos de R\$ 7,6 bilhões (76% acima de 2010), com um total de mais de 540 mil operações (69% superior ao ano anterior). Em 2011, foram emitidos 130.845 cartões, registrando um total de 493.024 cartões.

O Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) – instrumento de complementação de garantias que, tal como o Cartão BNDES, será decisivo para ampliar o alcance do Banco em relação às MPes – teve, desde sua criação, em maio de 2010, até o fim de 2011, mais de dez mil operações realizadas, com R\$ 1,8 bilhão em investimentos aprovados e R\$ 1,3 bilhão de valores garantidos. Mais de 92% do valor dessas operações foi realizado com microempresas e pessoas físicas e cerca de 53% dos beneficiários obtiveram crédito do BNDES pela primeira vez.

O BNDES teve novamente em 2011 papel crucial no fortalecimento da confiança empresarial e do investimento. Os investimentos alavancados pelos financiamentos do Banco representaram cerca de 21% da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do país. Na implementação desses investimentos, foram criados ou mantidos, direta e indiretamente, 4,8 milhões de empregos.

Para isso, contribuíram as parcerias institucionais do BNDES, com destaque para a atuação conjunta com diversas instâncias do governo, em especial o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O principal exemplo talvez seja a participação do BNDES na elaboração e execução da nova política industrial brasileira, o Plano Brasil Maior (PBM), uma iniciativa ampla, que envolve a articulação de vários ministérios e órgãos públicos sob a liderança do MDIC. Outro exemplo marcante é a participação do Banco no financiamento de projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que é coordenado pelo Ministério do Planejamento. Há também a continuidade do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que tem juros equalizados pelo Tesouro Nacional, possibilitando custos financeiros mais baixos para linhas como as de aquisição de bens de capital e de inovação. Com a Secretaria de Aviação Civil, o BNDES tem ajudado a modelar e a financiar as concessões aeroportuárias.

Considero que o desempenho do BNDES, em relação às metas estipuladas pelo planejamento corporativo para 2011, foi muito positivo. Merecem destaque os desembolsos que superaram as expectativas: R\$ 56,1 bilhões para infraestrutura, R\$ 81,6 bilhões para ampliação de capacidade produtiva, especialmente na indústria, R\$ 19,8 bilhões para as obras do PAC e de R\$ 2,6 bilhões para inovação, este, 60% superior à meta. Os desembolsos correlacionados ao desenvolvimento regional (R\$ 29,6 bilhões) ficaram próximos do esperado. Os desembolsos para desenvolvimento socioambiental (R\$ 2 bilhões) e para comércio exterior e internacionalização (R\$ 11,4 bilhões) atingiram cerca de 70% das expectativas.

A agenda para 2012 se mantém desafiadora. Como banco público voltado para o longo prazo, o BNDES tem a missão de apoiar continuamente investimentos prioritários para economia brasileira. Alguns temas estão presentes há várias décadas, como ampliar o investimento e financiar projetos de infraestrutura. Há novos objetivos que se incorporaram à agenda prioritária do Banco nos últimos anos, como o de fomentar a inovação, o de promover a sustentabilidade socioambiental, o de apoiar a modernização da gestão pública e o de incentivar o desenvolvimento local, a inclusão produtiva e a ampliação do acesso ao crédito.

Vale destacar alguns temas que serão especialmente relevantes em 2012. Um deles é o de apoiar as vendas externas de bens e serviços intensivos em engenharia para diversificar a pauta de exportações. Outro é reforçar a competitividade dos fornecedores de partes, peças e componentes da indústria de transformação, em especial a cadeia de petróleo e gás. Também serão relevantes novos projetos ligados a indústrias como a

farmacêutica e a de tecnologias da informação e comunicação (TICs). Há ainda a promoção do financiamento privado de longo prazo, esforço sempre perseguido pelo BNDES e que deverá receber um novo e decisivo impulso com a convergência das taxas de juros internas para o padrão internacional.

Para enfrentar essa agenda, o BNDES tem investido, nos últimos anos, na incorporação das melhores práticas de gestão de recursos e pessoas e tem se empenhado na implantação de sistemas integrados, o projeto AGIR. Neste ano, o BNDES mais uma vez se concentrará no fortalecimento de competências executivas e técnicas. Para tanto, o Banco dará continuidade ao trabalho desenvolvido em 2011, que foi definido como o “ano da excelência em gestão”.

Em 2012, o BNDES completa sessenta anos de existência, ocasião que também será marcada pela realização da Rio +20, evento que reforçará a preocupação global de buscar o futuro e olhar para o longo prazo. O BNDES persistirá em sua missão histórica de ajudar o Brasil a enfrentar os grandes desafios em direção ao desenvolvimento sustentável.

Luciano Coutinho

Presidente do BNDES





Sobre este relatório

Este Relatório Anual tem como objetivo apresentar às partes interessadas do BNDES os pontos de maior destaque em sua atuação no ano de 2011, compreendendo e integrando as dimensões econômica, social e ambiental. O período relatado vai de janeiro a dezembro de 2011 e inclui as operações do BNDES e de suas subsidiárias, BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento – FINAME. As atuações do escritório de representação no Uruguai e da subsidiária em Londres (BNDES Limited) também fazem parte desta publicação.

O BNDES considera a promoção da sustentabilidade e sua responsabilidade social e ambiental inerentes a seu papel de instituição financeira e organização pública de fomento, expressando-as em sua Missão, sua Visão, seus Valores e seu Código de Ética. O Banco dispõe de um conjunto de políticas, procedimentos, linhas de financiamento e instrumentos que orientam sua atuação considerando o desenvolvimento em uma

1 APRESENTAÇÃO



concepção integrada, que inclui as dimensões econômica, social e ambiental. A análise e a aprovação das operações são realizadas levando-se em conta essas dimensões.

Procurou-se destacar em todos os capítulos deste relatório – que compreendem aspectos financeiros e operacionais, estratégicos, de governança, transparência, gestão de riscos, apoio à cultura e gestão de pessoas – os benefícios efetivos gerados para o país e o cidadão brasileiro, promovidos pela atuação do BNDES.

Neste relato, o BNDES está usando, pela primeira vez de forma sistematizada, indicadores que ajudam a aferir seu grau de alinhamento com a sustentabilidade. Optou-se por mesclar indicadores da Global Reporting Initiative (GRI) com indicadores do BNDES (por exemplo, Economia Verde). Assim, o relatório pretende ser um instrumento que permite a seu usuário verificar o engajamento do BNDES com a sustentabilidade, bem como facilitar a disseminação interna do processo de gestão sustentável.

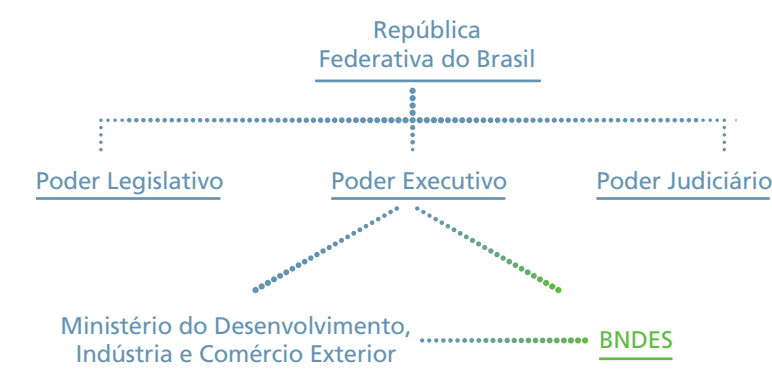
As diretrizes da Política de Responsabilidade Social e Ambiental e os compromissos assumidos no Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental (Novo Protocolo Verde) também orientaram a seleção de conteúdo deste relatório, no esforço de comunicar, sob o ponto de vista da prática institucional, o avanço das ações empreendidas em 2011 para a atuação social e ambientalmente responsável no que diz respeito a: contribuições para as políticas públicas; desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos financeiros, processos, metodologias e instrumentos; indução das melhores práticas; disposição em compartilhar responsabilidades com transparência e diálogo; aprimoramento do conhecimento e disseminação da cultura de sustentabilidade; desenvolvimento de parcerias com outras organizações; adoção de políticas de valorização dos empregados; e estabelecimento dos mais modernos requisitos de sustentabilidade em suas instalações e atividades administrativas. As principais frentes de ação e alguns resultados serão apresentados – nas iniciativas institucionais, nos projetos apoiados e nos indicadores.

Visando facilitar o acesso dos interessados, foi criado para este relatório um *hotsite*, acessível no Portal do BNDES, onde também está disponível a íntegra das Demonstrações Financeiras do BNDES e de suas subsidiárias, FINAME E BNDESPAR.

Perfil

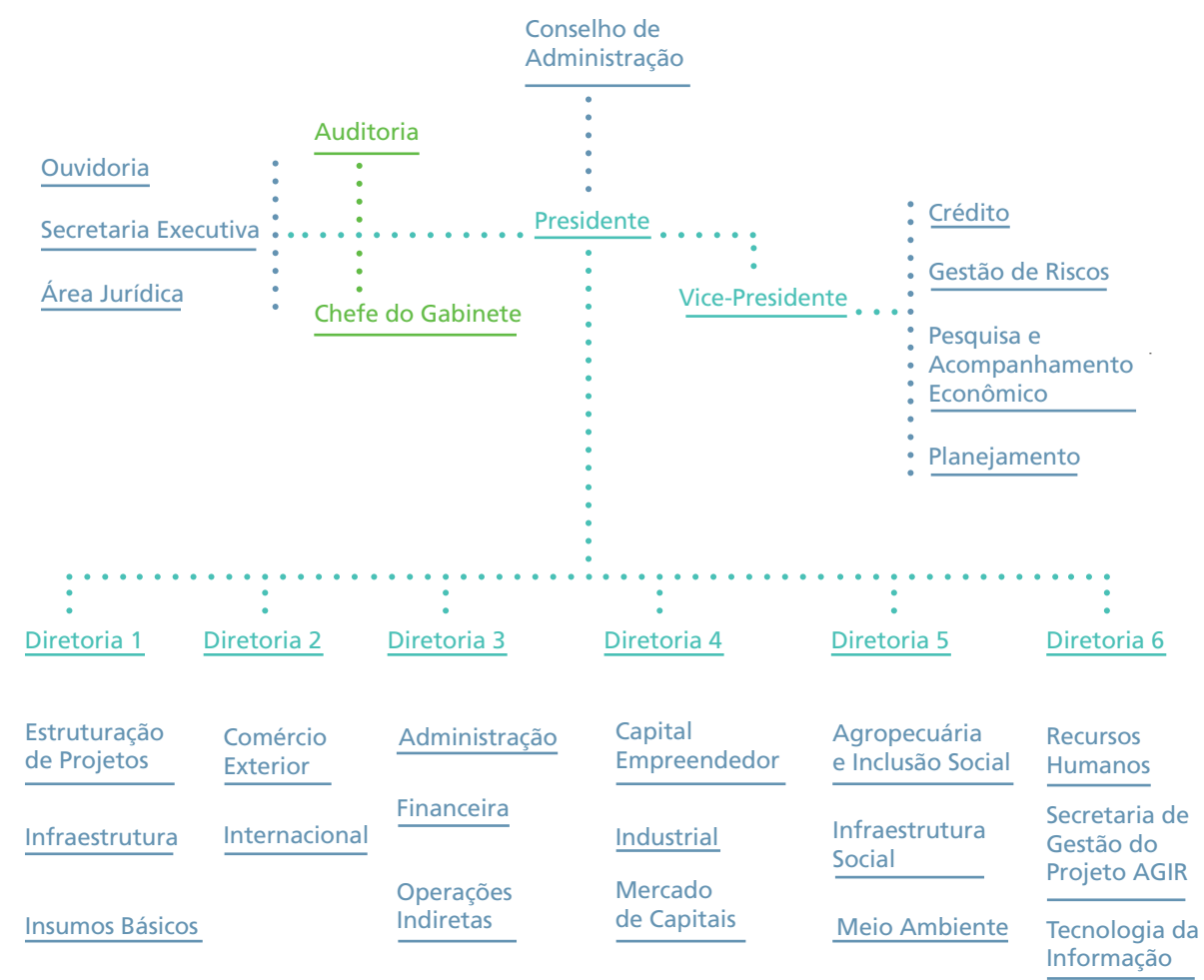
O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES é uma empresa pública federal, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O BNDES na estrutura da União



De acordo com o Estatuto do BNDES, estabelecido pelo Decreto 4.418, de 11 de outubro de 2002, o Banco é o principal instrumento de execução da política de investimento do Governo Federal e tem por objetivo primordial apoiar programas, projetos, obras e serviços que se relacionem com o desenvolvimento econômico e social do país.

Organograma do BNDES



O Sistema BNDES é composto por quatro empresas: BNDES, FINAME, BNDESPAR e BNDES Limited, subsidiária criada em novembro de 2009 com o objetivo de fomentar a internacionalização das empresas brasileiras e captar recursos no exterior.

O Banco conta, atualmente, com quatro instalações no Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Recife) e duas no exterior, em Montevideu e Londres.

O apoio do BNDES abrange todo o território nacional, e sua política de atuação busca incentivar a demanda por financiamento nas regiões menos desenvolvidas. O Banco concede apoio financeiro a pessoas físicas, pessoas jurídicas e entes da administração pública. Em virtude de sua atuação

diversificada, tais grupos de clientes podem ser subdivididos de acordo com as características dos produtos ofertados e/ou dos setores atendidos.

O BNDES realiza financiamentos de longo prazo, subscrição de valores mobiliários, apoio financeiro não reembolsável e prestação de garantia, atuando por meio de produtos e fundos, conforme a modalidade de operação. Os produtos definem as regras gerais sobre condições financeiras e procedimentos operacionais de financiamento de longo prazo, subscrição de valores mobiliários e prestação de garantia.

A partir de cada produto, podem ser criadas linhas de financiamento e programas para estabelecer regras específicas de acordo com o beneficiário, setor e/ou empreendimento apoiado. As linhas de financiamento vinculam-se a um só produto e visam atender a demandas permanentes. Os programas podem se vincular a mais de um produto e buscam atender a demandas específicas, com prazo de vigência e dotação previamente estabelecidas.

Os fundos são fontes de recursos, estatutárias ou legais, regidos por resoluções próprias, que definem condições e procedimentos operacionais específicos. Os fundos estatutários destinam-se a aplicações não reembolsáveis.

PRINCIPAIS CLIENTES DO BNDES			
GRUPO	CLIENTES	SERVIÇO PRESTADO	EXIGÊNCIAS
Pessoas jurídicas	» Empresas de agropecuária, indústria, comércio ou serviço » Cooperativas ou associações » ONGs, Oscips ou fundações	Concessão de apoio financeiro	» Ter capacidade de pagamento nas operações reembolsáveis » Ter cadastro conforme os requisitos do BNDES
Pessoas físicas	» Produtores rurais » Transportadores autônomos de carga » Transportadores escolares » Microempreendedores		» Estar em dia com as obrigações fiscais e previdenciárias » Não estar inadimplente com o BNDES nem em regime de recuperação judicial ou falência
Administração pública	» Municípios » Estados » Governo Federal		» Dispor de garantias para cobrir o risco da operação » Cumprir a legislação ambiental

As operações realizadas pelo Banco são divididas em dois grupos principais: diretas e indiretas. As operações diretas são aquelas contratadas diretamente com o Banco. E as operações indiretas são aquelas realizadas por meio de instituições financeiras credenciadas, quando o BNDES repassa o recurso para a instituição e esta ao cliente final da operação.

PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS		
TIPO DE OPERAÇÃO	PRODUTO	DESCRIÇÃO
Direta	BNDES Finem	Financiamento de empreendimentos com valor mínimo de R\$ 10 milhões
	BNDES Limite de Crédito	Crédito para clientes adimplentes
	Subscrição de Valores Mobiliários	Compra de ações ou debêntures conversíveis de forma minoritária e de natureza temporária ou investimentos por meio de fundos fechados
	Project Finance	Financiamento suportado pelo fluxo de caixa de um projeto
	BNDES Fianças e Avais	Prestação de fianças e avais com o objetivo de diminuir o nível de participação nos projetos. Utilizado em projetos de grande porte
	BNDES Empréstimo-Ponte	Financiamento a um projeto, concedido em casos específicos, para agilizar a realização de investimentos por meio da concessão de recursos no período de estruturação da operação de longo prazo
	BNDES Exim Pós-Embarque	Financiamento à comercialização de bens e serviços nacionais no exterior
Indireta	BNDES Automático	Financiamento de empreendimentos de até R\$ 20 milhões para micro, pequena, média ou média-grande empresa, ou de até R\$ 10 milhões, se o cliente for uma grande empresa
	BNDES Finame	Financiamento à produção e comercialização de máquinas e equipamentos
	BNDES Finame Agrícola	Financiamento à produção e comercialização de máquinas e equipamentos agrícolas
	BNDES Finame <i>Leasing</i>	Arrendamento mercantil de máquinas e equipamentos
	BNDES Exim Pré-Embarque	Financiamento à produção nacional de bens e serviços direcionada à exportação
	BNDES Exim	Financiamento à produção nacional direcionada à exportação e à comercialização dos bens e serviços no exterior
	Cartão BNDES	Crédito rotativo, pré-aprovado, para aquisição de produtos, insumos e serviços

Os empregados do BNDES são selecionados por meio de concurso público e contratados em regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A força de trabalho do BNDES é composta ainda por estagiários e empregados temporários, os quais se apresentam vinculados ao mandato do respectivo presidente, vice-presidente e diretor.

Perfil do quadro de pessoal

O Banco possuía, em dezembro de 2011, um total de 2.738 empregados, conforme o quadro a seguir.

QUADRO DE PESSOAL	ATUAÇÃO			ESCOLARIDADE			
	Nº DE PESSOAS	ÁREA-FIM	ÁREA-MEIO	NÍVEL SUPERIOR (GRADUAÇÃO, MESTRADO, DOUTORADO, ESPECIALIZAÇÃO)	ENS. MÉDIO COMPLETO	ENS. FUNDAMENTAL COMPLETO	PRIMÁRIO INCOMPLETO
Empregados de carreira	2.738	1.244	1.494	2.411	274	31	21
Estagiários	314	162	152		314	-	-
Temporários (não pertencem à carreira do BNDES)	79	34	45	68	11	-	-
Total geral	3.131	1.440	1.691	2.479	599	31	21

Em função das condições de trabalho favoráveis e do bom ambiente de trabalho, a rotatividade de empregados no BNDES é baixa, totalizando 102 empregados desligados em 2011. A taxa de rotatividade foi de 3,7%, sendo a maioria dos desligamentos motivada por aposentadoria (2%). O quadro a seguir apresenta as taxas de rotatividade por gênero, faixa etária e região, ressaltando que mais de 98% dos empregados estão lotados no Rio de Janeiro.

ROTATIVIDADE 2011											
GÊNERO – FAIXA ETÁRIA/REGIÃO											
GÊNERO	FAIXA ETÁRIA	SP		DF		PE		RJ		TOTAL GERAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Feminino	Até 30 anos					1	0,04	4	0,15	5	0,18
	31 a 40 anos							2	0,07	2	0,07
	41 a 50 anos							1	0,04	1	0,04
	51 a 60 anos					1	0,04	26	0,95	27	0,99
	Mais de 60 anos							1	0,04	1	0,04
Feminino – total		0	0,00	0	0,00	2	0,07	34	1,24	36	1,31
Masculino	Até 30 anos							8	0,29	8	0,29
	31 a 40 anos							3	0,11	3	0,11
	41 a 50 anos							2	0,07	2	0,07
	51 a 60 anos							42	1,53	42	1,53
	Mais de 60 anos							11	0,40	11	0,40
Masculino – total		0	0,00	0	0,00	0	0,00	66	2,41	66	2,41
Total geral		0	0,00	0	0,00	2	0,07	100	3,65	102	3,73

O Banco garante a seus empregados a liberdade de associação e respeita o direito deles à sindicalização e à negociação coletiva. No BNDES, todos os empregados são abrangidos por todo e qualquer acordo de negociação coletiva.



Missão, Visão e Valores

MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais.

VISÃO

Ser o Banco do desenvolvimento do Brasil, instituição de excelência, inovadora e proativa ante os desafios da nossa sociedade.

VALORES

(íntegra do Anexo à Resolução 1.874/2009, de 29 de dezembro de 2009 que aprovou a Declaração de Valores do BNDES)

Ética

A ética é o solo sobre o qual o BNDES vem sendo construído desde sua criação. Assim, o BNDES exige de seus profissionais uma conduta ética irrepreensível no exercício de suas atribuições. Tal conduta se traduz, sobretudo, em responsabilidade e honestidade. Preservamos o respeito e a confiança em nossos relacionamentos e marcamos nossos atos pela transparência. Partimos do princípio de que só há desenvolvimento com ética.

- Agimos em todas as circunstâncias com responsabilidade, retidão, integridade, honestidade e senso de justiça.
- Respeitamos a individualidade, dignidade e privacidade de todos, valorizamos a diversidade e repudiamos qualquer forma de discriminação.
- Temos compromisso vital com os direitos humanos de todos os participantes de nossa cadeia de relacionamentos.
- Construímos um ambiente de trabalho marcado por respeito, pluralidade de pensamentos, diálogo e capacidade de se colocar no lugar do outro.
- Estabelecemos e mantemos nossos relacionamentos com respeito, confiança e transparência.
- Zelamos pela discrição e pelo sigilo no tratamento das informações utilizadas nas atividades do BNDES.

Compromisso com o desenvolvimento

O desafio de ser o Banco do Desenvolvimento do Brasil exige de todos nós o compromisso profissional e pessoal com o fomento e o apoio ao crescimento de uma estrutura produtiva diversificada, integrada, dinâmica, inclusiva, sustentável e competitiva.

Trabalhamos para a cooperação entre os setores público e privado e pelo fortalecimento dos empreendimentos, independentemente de seu porte. A inovação é o motor desse desenvolvimento competitivo e sustentável. A promoção da sustentabilidade socioambiental e a diminuição das desigualdades no espaço nacional e na sociedade brasileira orientam o nosso projeto de futuro.

- Apoiamos nossa atuação no conhecimento rigoroso da realidade e em uma visão de longo prazo.
- Cultivamos uma visão estratégica que norteia os resultados desejados, alinha e integra todas as nossas ações.
- Promovemos a sustentabilidade econômica e socioambiental em todas as nossas atividades.
- Agimos orientados para a redução das desigualdades sociais e regionais com geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida.
- Estimulamos a inovação e o espírito empreendedor.

Espírito público

Nossa atuação é norteada pelo espírito público, expresso pelo compromisso inarredável com os interesses da sociedade brasileira, o foco na coletividade e o zelo com os recursos públicos.

- Atuamos em função dos interesses da sociedade brasileira, mantendo o foco na coletividade, e alinhados com as prioridades estabelecidas democraticamente pelas políticas de governo.
- Pautamos nossas decisões e ações pela impessoalidade, equidade e transparência na gestão da coisa pública.
- Zelamos pelo uso adequado dos recursos do BNDES, com atenção em custos, eficiência, eficácia dos processos e ausência de desperdício.

Excelência

Perseguimos a excelência em tudo o que fazemos, no empenho de cumprir a missão do Banco. A excelência é o resultado da combinação de competência técnica, conhecimento aplicado, foco na relevância e capacidade inovadora, impulsionados por incansável esforço de superação.

- Perseguimos permanentemente a formação técnica e a inovação.
- Valorizamos a capacidade de realização por meio da proatividade, do pragmatismo e do rigor metodológico.
- Incentivamos a produção de conhecimento norteadas pelos desafios da sociedade brasileira.
- Estimulamos a vontade de aprender e a disseminação do conhecimento.
- Valorizamos o trabalho em equipe, o compartilhamento dos conhecimentos e das experiências e a cooperação.
- Perseguimos a qualidade, a consistência e a efetividade das ações por meio de discussões coletivas e decisões compartilhadas.
- Estimulamos o sentimento de realização profissional e pessoal nas equipes pelo reconhecimento de suas contribuições.





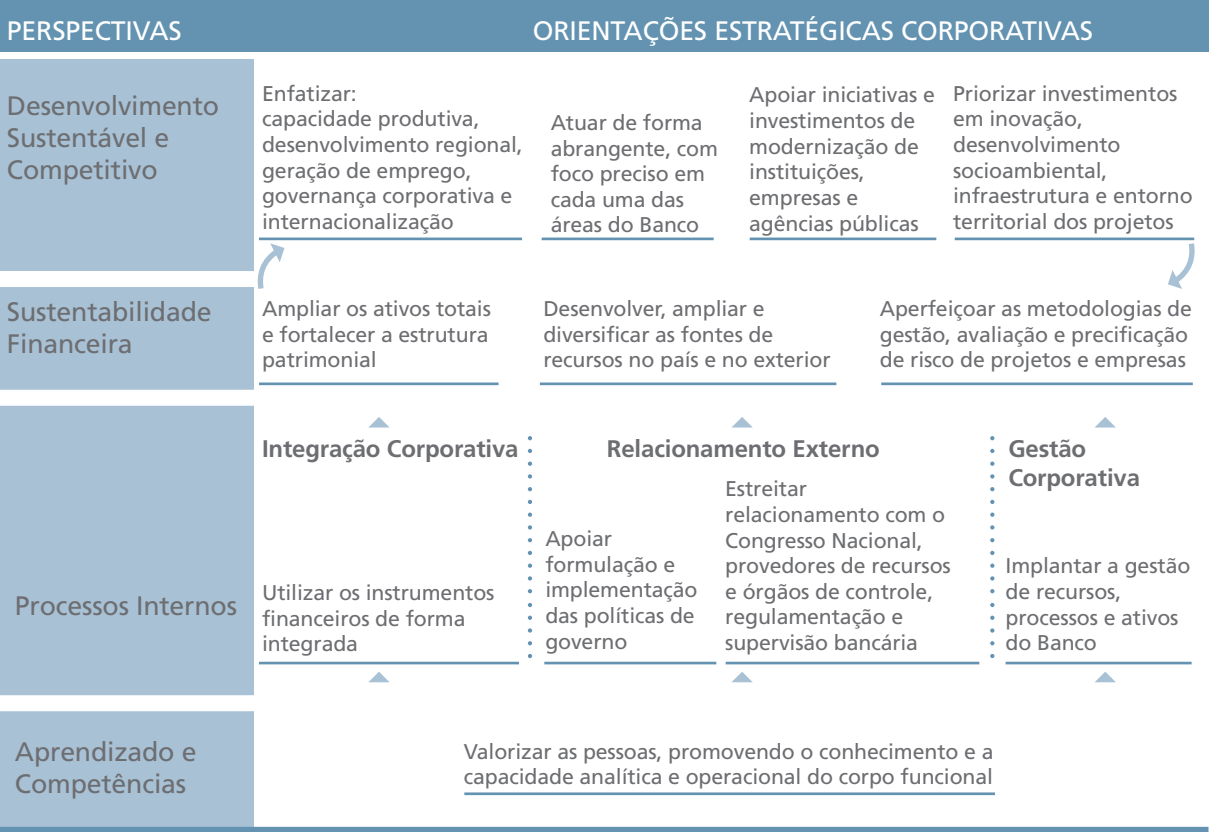
ESTRATÉGIA

Planejamento corporativo

O Planejamento Corporativo do BNDES 2009-2014 tem como referência central 12 orientações estratégicas voltadas à concretização de sua missão e sua visão, diante de seus próprios desafios e do desenvolvimento sustentável do Brasil.

Essas orientações estão representadas no Mapa Estratégico do BNDES, organizado em quatro perspectivas: (1) Desenvolvimento Sustentável e Competitivo; (2) Sustentabilidade Financeira; (3) Processos Internos; e (4) Aprendizados e Competências.

Mapa estratégico corporativo



Projetos estratégicos corporativos

Na implantação do planejamento, destaca-se a constituição de uma carteira anual de projetos estratégicos corporativos, construída e alinhada periodicamente, com as iniciativas mais relevantes para as prioridades do BNDES e do país. Tais iniciativas também devem ter grande capacidade de mobilizar e influenciar a atuação de diferentes áreas do Banco.

Em 2011, foram executados sete projetos finalísticos, orientados para ampliar a capacidade do Banco de contribuir para o desenvolvimento, e nove projetos de gestão, voltados para aprimorar as práticas de gestão do Banco, com destaque para o Programa de Excelência em Gestão e para o Projeto AGIR.

Os sete projetos finalísticos abordaram as temáticas da inovação, micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), economia de baixo carbono, gestão pública, erradicação da pobreza, equipamentos para mobilidade urbana e fortalecimento empresarial em setores intensivos em conhecimento.

Programa de Excelência em Gestão

O compromisso com a excelência está expresso na visão e nos valores do BNDES. Em virtude da importância do tema e da necessidade de promover sua disseminação por toda a instituição, foi lançado em 2011 o Programa de Excelência em Gestão (PEG).

A proposta central do programa é coordenar os esforços de aperfeiçoamento da gestão, por meio da execução de projetos relacionados aos seguintes temas: governança, estratégia, clientes e cidadãos, sustentabilidade, informações e conhecimento, pessoas e processos.

O programa contou ainda com várias iniciativas de sensibilização, visando mobilizar todos os empregados e criar um ambiente favorável para a melhoria contínua e a inovação nas práticas de gestão do BNDES.

Os primeiros efeitos das ações já se refletem em diversas atividades e alguns resultados da instituição, os quais poderão ser observados na leitura deste relatório, entre estes, o próprio aprimoramento da abordagem e estrutura deste documento e a sistematização de indicadores de sustentabilidade.

Projeto AGIR

A adoção de um modelo de gestão integrada é uma decisão estratégica no apoio às tomadas de decisões corporativas. Gestão integrada deve ser entendida como um conjunto de iniciativas para inter-relacionar, de maneira eficiente e eficaz, os processos de negócios adotados pelas empresas. Iniciado em 2005, o Projeto AGIR – um dos projetos estratégicos corporativos do BNDES – tem por objetivo definir e implementar uma solução de gestão integrada de recursos para o BNDES, materializada, principalmente, pela documentação, normatização, controle e otimização de seus processos de negócio, e pelo alinhamento da tecnologia de informação para suportá-los. Essa solução atenderá aos processos de negócio do Banco, em especial os envolvidos na cadeia de concessão de apoio financeiro. Com essa implementação, espera-se aperfeiçoar o modelo de negócios do Banco, expressos com maior transparência, agilidade e integração.

A implementação do projeto foi estruturada em programas, com destaque para os três relatados a seguir.

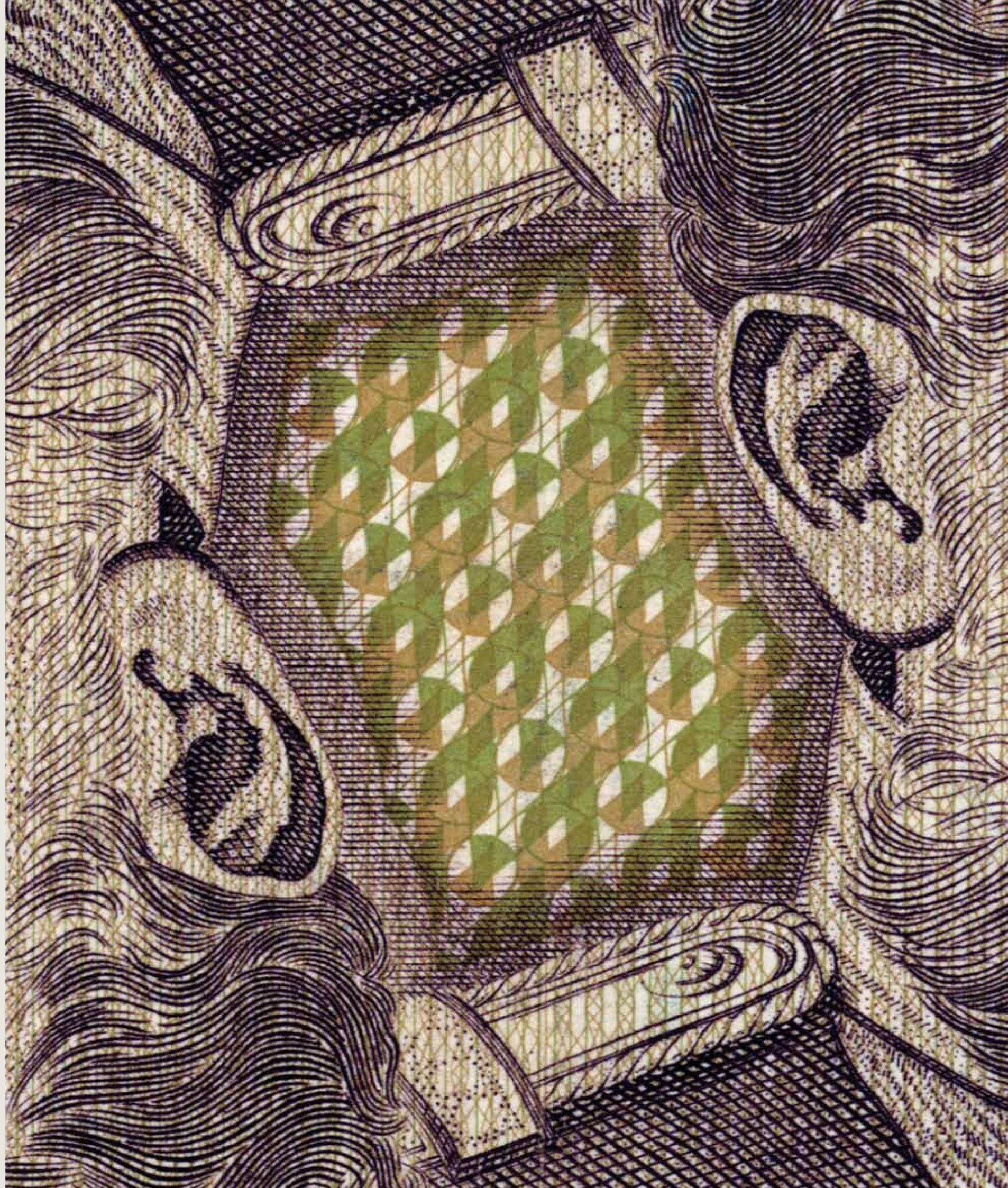
Programa Aplicativos de Mercado. Em 2011, foi concluída a primeira grande etapa de implementação do Projeto AGIR. O projeto colocou no ar os primeiros módulos do Sistema de Gestão Empresarial (ERP) desenvolvido pela empresa alemã SAP, atendendo aos processos financeiros e contábeis do Banco. Os principais ganhos nessa etapa revelam-se: no controle dos pagamentos e recebimentos, que passam a ser integrados com a contabilidade; e, na integração do fluxo de caixa. A implementação mobilizou cerca de 600 empregados, que receberam treinamentos durante os meses de novembro e dezembro. O início da operação do novo sistema se deu em 5 de dezembro, sendo os três meses subsequentes monitorados e tratados em operação assistida.

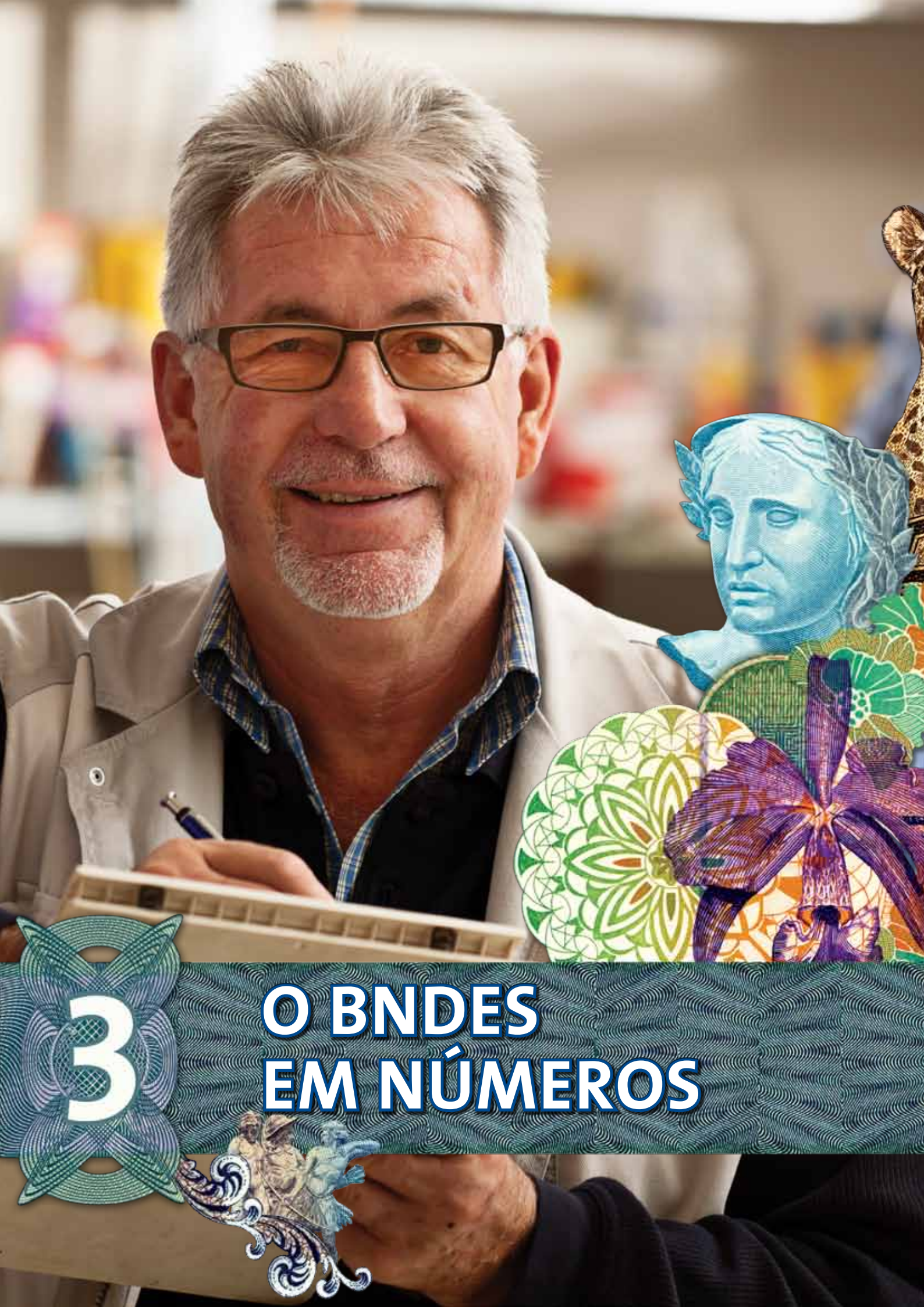
A segunda etapa do Programa Aplicativos de Mercado foi iniciada em julho e abarca os processos de Administração, Recursos Humanos, Auditoria, Controles Internos, Gestão de Risco Operacional, Jurídico, Orçamento e Custos e Planejamento e Apoio à Gestão. Na fase atual desse projeto, a equipe responsável faz um desenho detalhado das soluções que serão implementadas. A terceira e última etapa começa ainda em 2012 e complementará a integração dos processos da Área Financeira iniciada na primeira etapa.

Programa Aplicativos Desenvolvidos. Outra iniciativa do Projeto AGIR refere-se à modernização e transformação dos processos particulares do BNDES e que, por isso, não são satisfatoriamente atendidos por aplicativos de mercado. Denominado Programa Aplicativos Desenvolvidos (PAD), tem por objetivo a implantação de processos de negócio, apoiados por aplicativos desenvolvidos sob medida para o BNDES. A licitação para contratação dos serviços técnicos que compõem o programa sofreu atraso em seu cronograma por uma série de questões jurídicas e foi concluída no fim de 2011, com o Consórcio Powerlogic declarado vencedor. Os três primeiros meses de atividade da contratada são dedicados ao planejamento do Programa.

Programa Transformação da Tecnologia da Informação (TI).

A Transformação da TI visa tornar o BNDES apto a responder de maneira mais adequada a seus desafios, com uma participação mais estratégica dos serviços de tecnologia da informação nos negócios da empresa. Esse programa contempla transformação de processos, ferramentas e estrutura organizacional.





O BNDES EM NÚMEROS



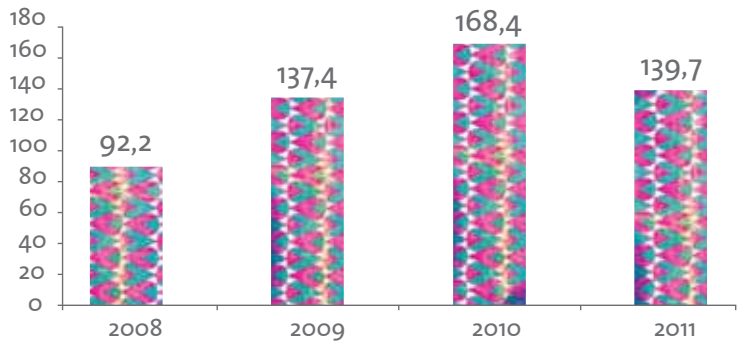
Indicadores operacionais de desembolso

Desembolsos (2008-2011)

O desempenho do BNDES, em 2011, esteve associado a dois processos específicos: (1) continuidade do financiamento a projetos de investimento de longo prazo, em especial na indústria e na infraestrutura, impulsionando a continuidade da expansão da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) da economia; e (2) a um processo de “democratização do crédito”, com grande aumento das liberações destinadas à aquisição de máquinas e equipamentos, e às MPMEs.

Como mostra o gráfico a seguir, os desembolsos atingiram o montante de R\$ 139,7 bilhões em 2011. Trata-se de uma queda de 17,1% relativamente ao ano de 2010, quando as liberações ficaram em R\$ 168,4 bilhões. No entanto, o valor de 2010 foi influenciado, sobretudo, pela operação de capitalização da Petrobras – no valor de R\$ 25 bilhões. Excluindo-se esse valor dos desembolsos de 2010, a queda nas liberações em 2011 seria de apenas 3,2%.

Desembolsos (2008-2011)
(em R\$ bilhões)



Desembolsos por ramos de atividade

O maior destaque de 2011 foi o apoio aos grandes projetos estruturantes. O setor de infraestrutura liderou os desembolsos, com R\$ 56,1 bilhões ou 40% do total liberado. Os montantes mais significativos foram para transporte rodoviário, com R\$ 26 bilhões, e energia elétrica, com R\$ 15,9 bilhões.

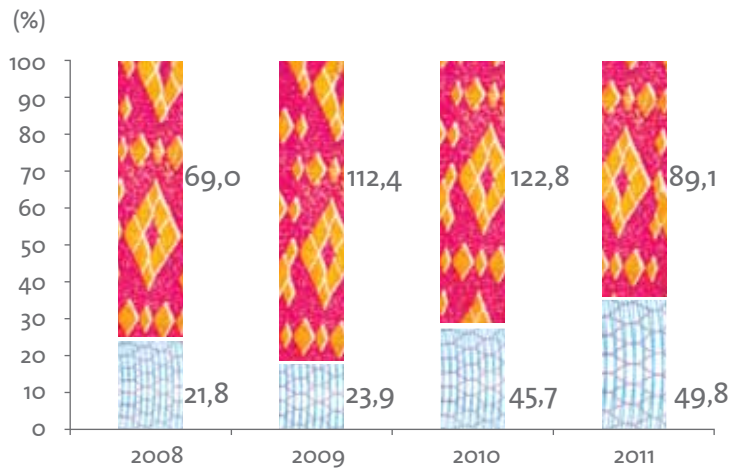
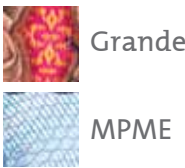
Para a indústria foram liberados R\$ 43,8 bilhões (participação de 32%), com ênfase em material de transporte (R\$ 8,2 bilhões), química e petroquímica (R\$ 7,1 bilhões), alimentos e bebidas (R\$ 6,8 bilhões) e indústria mecânica (R\$ 4,5 bilhões). Para comércio e serviços, o BNDES destinou R\$ 29,2 bilhões (21% do total) e à agropecuária, R\$ 9,8 bilhões (7%). A redução dos desembolsos para a indústria é resultado do aumento das taxas das operações do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), o que reduziu a demanda pelos recursos desse programa, que é destinado basicamente a empresas industriais.

DESEMBOLSOS POR RAMO DE ATIVIDADE (EM R\$ BILHÕES)							
RAMO DE ATIVIDADE	R\$ BILHÕES				TAXA DE CRESCIMENTO (EM %)		
	2008	2009	2010	2011	2009-2008	2010-2009	2011-2010
Indústria	39,0	63,5	54,0	43,8	62,8	(15,0)	(18,9)
Infraestrutura	35,1	48,7	52,4	56,1	38,6	7,8	7,0
Comércio/Serviços	11,2	17,3	27,1	29,2	55,2	56,4	7,7
Agricultura	5,6	6,9	10,1	9,8	22,5	47,7	(3,2)
Outras Operações de Mercado	1,4	1,0	24,8	0,8	(23,4)	2.275,7	(96,8)
Total	92,2	137,4	168,4	139,7	49,0	22,6	(17,1)

Desembolsos por porte de empresa

Os desembolsos para MPMEs e pessoas físicas aumentaram 9% em 2011, totalizando R\$ 49,8 bilhões. Esse valor correspondeu a 35,9% das liberações totais do BNDES no ano. Das cerca de 896 mil operações de financiamento em 2011 realizadas pelo Banco, 94% foram destinadas às MPMEs. Houve, portanto, um movimento de ampliação do acesso ao crédito.

Desembolsos por porte de empresas 2008-2011*
(em R\$ bilhões)



*Sem operações de mercado secundário.

Desembolsos por região

Em relação aos desembolsos do BNDES, convém ressaltar que, embora o valor total de 2011 tenha sido inferior ao de 2010, o número de operações realizadas aumentou, como evidenciam as tabelas a seguir.

DESEMBOLSO POR REGIÃO*							
	EM R\$ BILHÕES						
	2008	2009	Var. 2008-2009 (%)	2010	Var. 2009-2010 (%)	2011	Var. 2010-2011 (%)
Norte	5,0	11,2	126	11,7	5	10,9	(8)
Nordeste	7,6	22,1	189	17,2	(22)	18,8	9
Centro-Oeste	9,9	10,7	9	11,4	6	11,3	0
Sudeste	51,0	71,7	40	98,0	37	68,2	(30)
Sul	17,4	20,7	19	30,1	46	29,7	(2)
Total	90,9	136,4	50	168,4	24	138,9	(18)

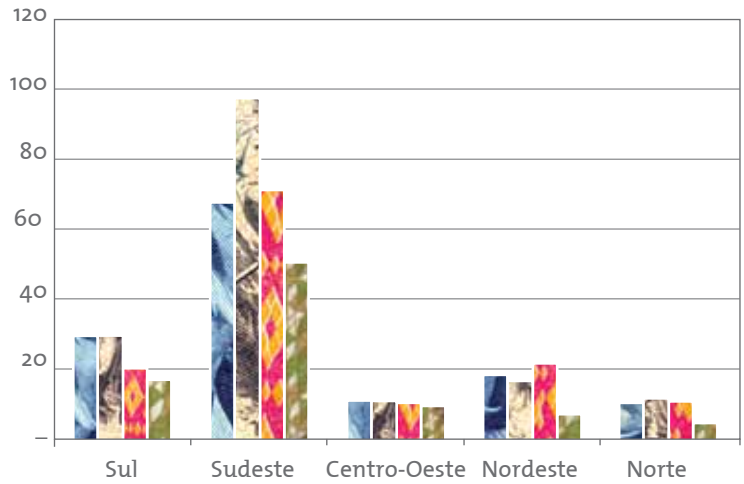
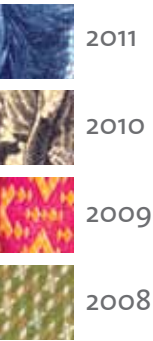
* Sem operações de mercado secundário.

Nº DE OPERAÇÕES POR REGIÃO*							
	2008	2009	Var. 2008-2009 (%)	2010	Var. 2009-2010 (%)	2011	Var. 2010-2011 (%)
Norte	6.570	12.038	83	24.322	102	43.375	78
Nordeste	18.602	38.372	106	74.062	93	120.793	63
Centro-Oeste	16.695	30.520	83	54.015	77	82.479	53
Sudeste	86.417	167.588	94	263.404	57	393.589	49
Sul	75.757	142.211	88	194.091	36	256.210	32
Total	204.041	396.729	91	609.894	56	896.446	47

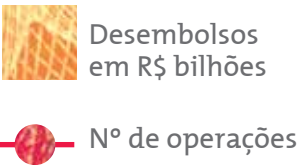
* Sem operações de mercado secundário.

Observando a questão do recorte regional e com base nas tabelas anteriores, pode-se observar que a Região Nordeste apresentou aumento nos desembolsos (9%) e na quantidade de operações (63%), em relação a 2010. Já a Região Norte teve aumento de 78% na quantidade de operação realizadas no ano de 2011 em relação ao ano anterior.

Desembolso regional 2008-2011
(em R\$ bilhões)



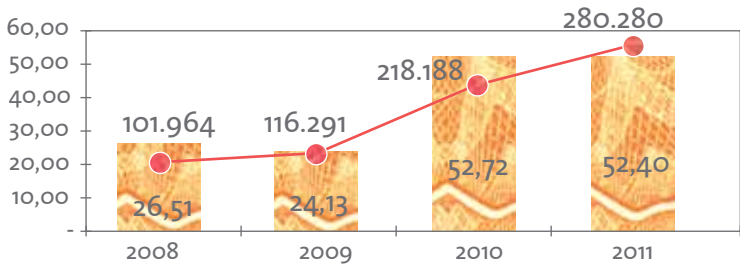
BNDES Finame



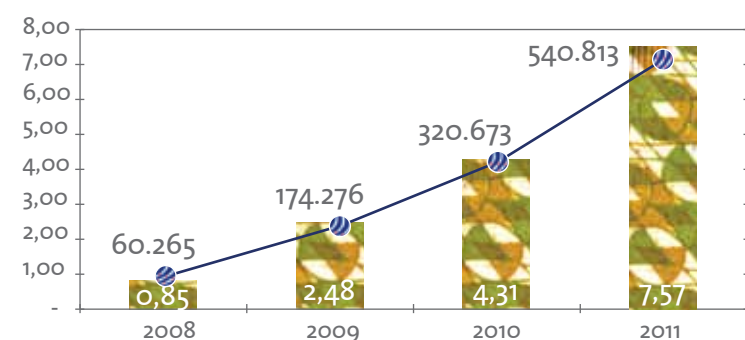
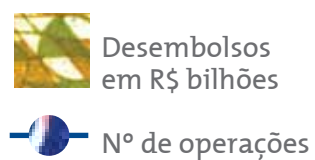
Operações automáticas

O BNDES dispõe de linhas automáticas operadas com o auxílio de agentes financeiros, em virtude da maior capilaridade dessas instituições. O financiamento é feito por meio das linhas BNDES Finame, com concessão de crédito à produção e comercialização de máquinas e equipamentos, e BNDES Automático, financiamento a projetos de valores inferiores a R\$ 10 milhões; e do Cartão BNDES, crédito rotativo pré-aprovado para micro, pequenas e médias empresas para aquisição de bens e insumos.

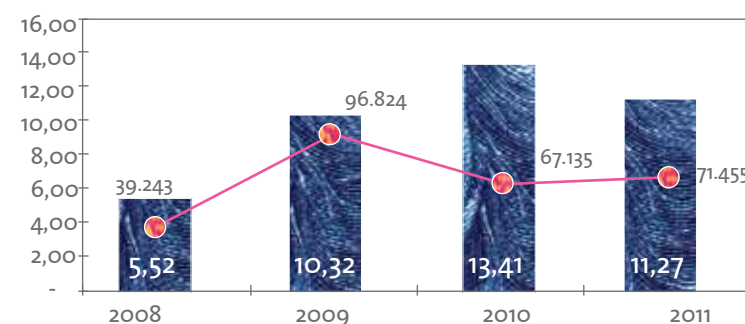
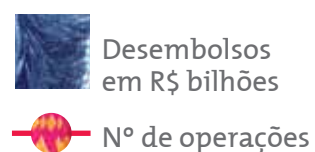
Os gráficos a seguir mostram os desembolsos do BNDES para essas operações, em 2011. No que tange ao BNDES Finame, é possível perceber a estabilização dos níveis de desembolsos em níveis elevados, isto é, pouco superior a R\$ 52 bilhões, e aceleração do número de operações, as quais atingiram mais de 280 mil. Chama a atenção o aumento dos desembolsos pelo Cartão BNDES (75,6%), de R\$ 4,3 bilhões em 2010 para R\$ 7,6 bilhões em 2011, com o número de operações chegando a mais de 540 mil.



Cartão BNDES



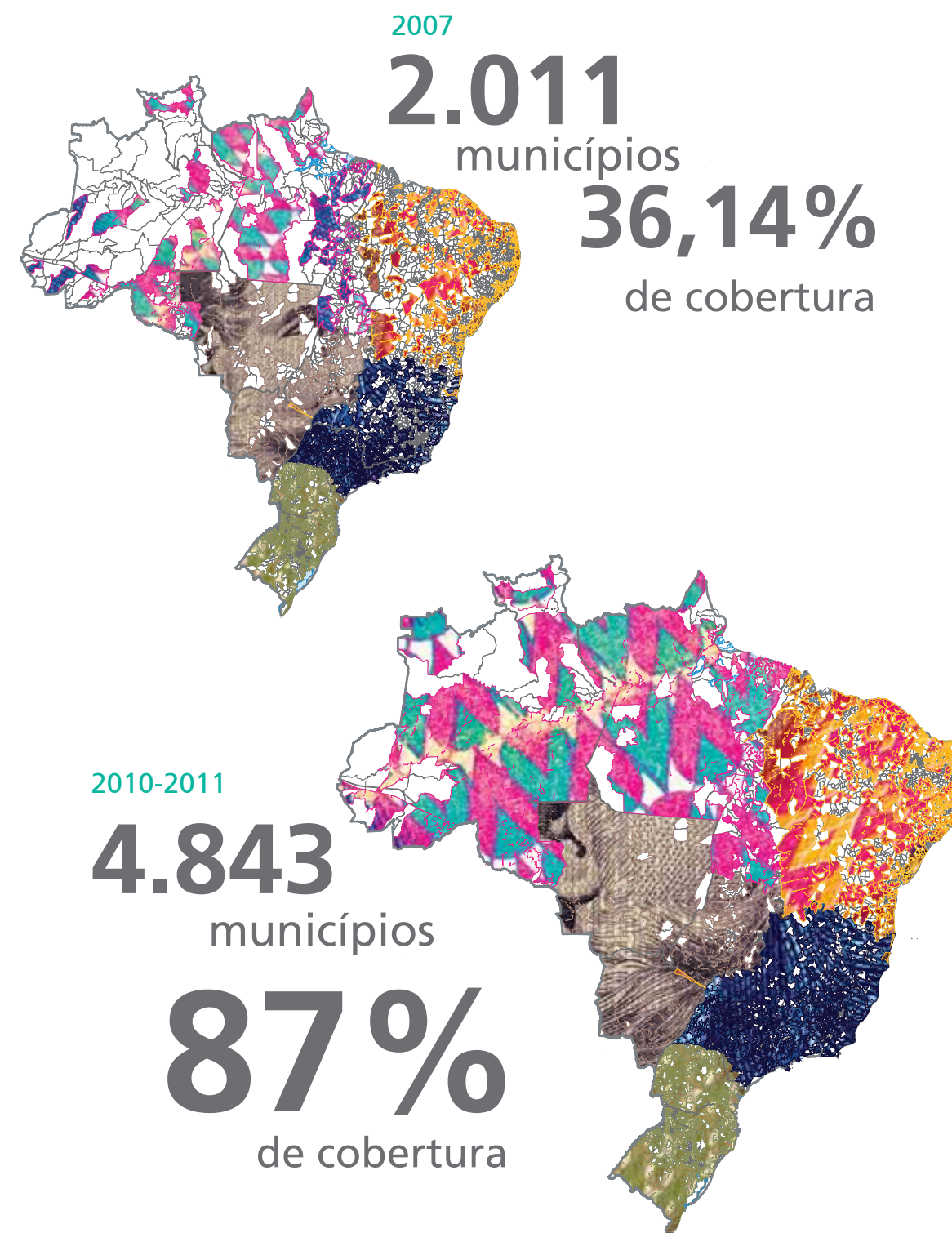
BNDES Automático



O Cartão BNDES vem constituindo-se em um importante instrumento de democratização do crédito em todas as regiões do país, principalmente para as MPMEs. A figura a seguir mostra que, entre 2007 e 2011, o índice de cobertura dos municípios saiu de 36,1% (ou seja, 2.011 municípios) para 87%, em 2011, alcançando 4.843 municípios com desembolsos pelo Cartão BNDES. A expansão do acesso a esse produto financeiro se deu com maior destaque nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Cobertura do Cartão BNDES

Comparação 2007 e 2011 (n° de municípios)



Desempenho socioambiental

Em 2011, o BNDES passou a acompanhar sistematicamente seu desempenho no que diz respeito aos financiamentos relacionados à promoção da sustentabilidade, o que inclui o apoio financeiro a projetos que geram benefícios sociais e ambientais para a sociedade brasileira. Vale ressaltar que esses indicadores foram construídos para aferir os esforços do BNDES em relação a outras instituições financeiras de desenvolvimento nacionais e internacionais, no intuito de estabelecer parcerias e alinhamentos que potencializem as contribuições do Banco para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, são apresentados a seguir os indicadores de desenvolvimento social, economia verde e mudanças climáticas. Esclarecemos que existem tipos de projetos que estão contemplados em ambos os indicadores por proporcionarem tanto benefícios sociais como ambientais, como saneamento, mobilidade urbana, cooperativas de catadores de lixo, entre outros.

Os desembolsos do BNDES para economia verde e mudanças climáticas foram de R\$ 18,5 bilhões, com destaque para energias renováveis e hidrelétricas.

DESEMBOLSOS – ECONOMIA VERDE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS (EM R\$ BILHÕES)				
	2008	2009	2010	2011
Energias renováveis e eficiência energética	5,7	5,7	6,0	7,1
Hidrelétricas (acima de 30 MW)	3,7	8,4	6,2	5,2
Transporte público de passageiros	0,6	1,4	0,7	0,9
Transporte de carga	1,5	2,0	1,4	1,6
Gestão da água e esgoto	0,8	1,6	1,9	1,5
Gestão de resíduos sólidos	0,2	0,2	0,5	0,5
Florestas	0,2	0,3	0,6	0,6
Melhorias agrícolas	0,1	0,4	0,5	0,3
Adaptação a mudanças climáticas e gestão de riscos de desastres	-	-	0,1	0,6
Outros	0,1	0,1	0,1	0,2
Total	12,9	19,9	18,0	18,5

DESEMBOLSOS – DESENVOLVIMENTO SOCIAL (EM R\$ MILHÕES)				
	2008	2009	2010	2011
Saúde	652	818	2.016	1.146
Educação	170	251	263	368
Inclusão produtiva	37	26	65	76
Gestão pública	54	55	74	92
Desenvolvimento urbano e regional	1.781	7.291	7.181	5.180
Responsabilidade social das empresas	32	53	64	104
Outros	192	92	931	724
	2.918	8.586	10.594	7.690

Desempenho econômico-financeiro

As informações financeiras consolidadas do Sistema BNDES – ou simplesmente BNDES, como passaremos a nos referir, nesta seção, às empresas do Sistema BNDES – contidas neste Relatório Anual foram preparadas segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade (BRGAAP), sendo apresentadas, de forma complementar, informações financeiras segundo as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Essas informações e os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas Completas em BRGAAP e IFRS, para o exercício de 2011, disponíveis em: Portal do BNDES (www.bndes.gov.br)> Relação com Investidores>Demonstrativos Financeiros.

Em 2010, a BNDESPAR adotou os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), merecendo destaque a aplicação do Pronunciamento CPC 38 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração), que gerou impacto significativo nas demonstrações financeiras da BNDESPAR, por introduzir o conceito de valor justo como métrica para avaliação de algumas participações societárias e por exigir o reconhecimento de instrumentos financeiros derivativos no balanço patrimonial. Essas alterações foram reconhecidas também nas demonstrações financeiras consolidadas.

O bom desempenho operacional do BNDES em 2011 se refletiu em sólidos indicadores econômico-financeiros.

Principais indicadores econômico-financeiros

					R\$ MILHÕES
BALANÇO PATRIMONIAL					
	2007	2008	2009	2010	2011
Ativo total	202.652	277.294	386.633	549.020	624.827
Carteira de crédito e repasses ⁽¹⁾	164.527	215.989	283.671	361.575	425.518
Participações societárias ⁽²⁾	18.983	25.293	34.012	107.476	99.601
Carteira de debêntures ⁽¹⁾	6.068	7.733	12.176	17.839	18.127
Outros títulos e valores mobiliários	7.685	15.164	42.035	32.183	55.812
Outros ativos	5.299	13.115	14.739	29.947	25.769
Passivo total	202.652	277.294	386.633	549.020	624.827
FAT/PIS-Pasep	133.849	146.088	152.540	163.091	177.947
Tesouro Nacional	13.896	43.207	144.213	253.058	310.774
Outras fontes governamentais ⁽³⁾	8.356	22.381	18.541	19.857	21.896
Operações compromissadas	-	8.447	13.741	-	7.808
Emissão de debêntures	2.026	2.302	3.599	6.277	6.277
Captações no exterior	12.084	17.486	16.463	19.778	22.449
Outras obrigações	7.518	12.116	9.908	21.060	16.664
Patrimônio líquido	24.923	25.267	27.628	65.899	61.012
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
Lucro líquido	7.314	5.313	6.735	9.913	9.048
Resultado de operações financeiras	4.782	3.867	5.821	7.039	6.488
Resultado com provisão para risco de crédito	1.383	445	(6)	2.852	717
Resultado de participações societárias	6.104	6.024	3.990	6.159	6.962
Despesas tributárias	(3.159)	(2.425)	(2.784)	(4.879)	(3.549)
Outras receitas/(despesas)	(1.796)	(2.598)	(286)	(1.258)	(1.570)
ÍNDICES DE DESEMPENHO – ANUALIZADO (EM %)					
Retorno sobre patrimônio líquido ⁽⁴⁾	33,2%	21,2%	25,5%	31,0%	23,1%
Retorno sobre ativos	3,7%	2,2%	2,0%	2,2%	1,6%
Índice de Inadimplência ⁽⁵⁾	0,11%	0,15%	0,20%	0,15%	0,14%
Índice de Cobertura ⁽⁶⁾	23,3	13,9	8,1	7,7	6,2
Índice de Basileia	26,7%	17,7%	17,6%	18,6%	20,6%

⁽¹⁾ Líquida de provisão para risco de crédito
⁽²⁾ Inclui investimentos em sociedades não coligadas, coligadas e outros investimentos.
⁽³⁾ Inclui recursos do FGTS, FI-FGTS, FMM (Fundo de Marinha Mercante), FND (Fundo Nacional de Desenvolvimento) e outros fundos financeiros de desenvolvimento.
⁽⁴⁾ Exclui ajuste a valor de mercado dos investimentos em não coligadas.
⁽⁵⁾ Créditos inadimplentes há mais de 30 dias / carteira de crédito e repasses total
⁽⁶⁾ Provisão para risco de crédito / créditos inadimplentes há mais de 30 dias.

Lucro líquido

O lucro líquido do BNDES somou R\$ 9 bilhões em 2011 e correspondeu a uma rentabilidade de 23,1% sobre o patrimônio líquido.

Comparativamente ao lucro líquido de 2010, houve uma redução de R\$ 865 milhões (8,7%). Contudo, é importante salientar que o lucro líquido de 2010 foi positivamente impactado por recuperações de crédito no valor de R\$ 2,3 bilhões, que contribuíram para que a reversão da provisão de crédito daquele ano superasse em R\$ 2,1 bilhões o valor da reversão de 2011.

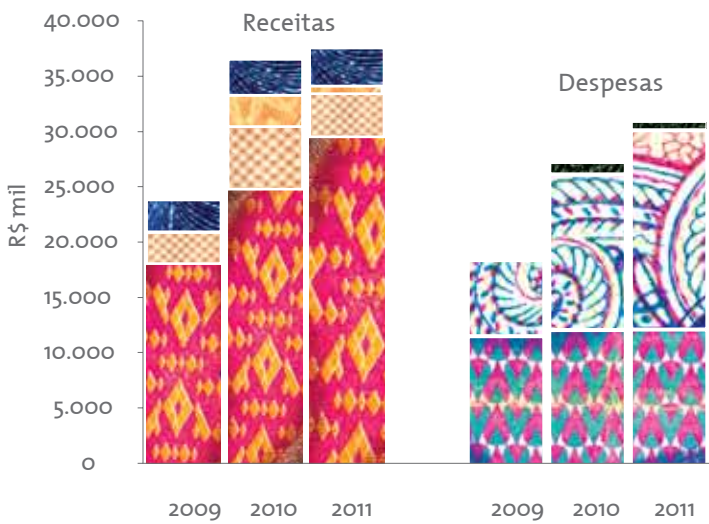
Resultado de operações financeiras

Composto notadamente pelos resultados da carteira de operações de crédito e repasses interfinanceiros e das carteiras de títulos públicos e debêntures, deduzidos dos custos do *“funding”* do BNDES.

O resultado de operações financeiras, incluído o resultado com provisão para risco de crédito, atingiu R\$ 7,2 bilhões em 2011, uma queda de R\$ 2,7 bilhões (27,2%) diante do resultado de 2010, explicada principalmente pelo efeito positivo de R\$ 2,3 bilhões das recuperações de crédito em 2010.

Ademais, o reconhecimento de receita extraordinária em 2010 no valor de R\$ 522 milhões, decorrente de prêmio recebido pela BNDESPAR em operação específica para postergação de prazo para conversão mandatória de debêntures, também contribuiu para o resultado de operações financeiras de 2010, não tendo havido situação similar em 2011.

Produto de intermediação financeira



Resultado de participações societárias

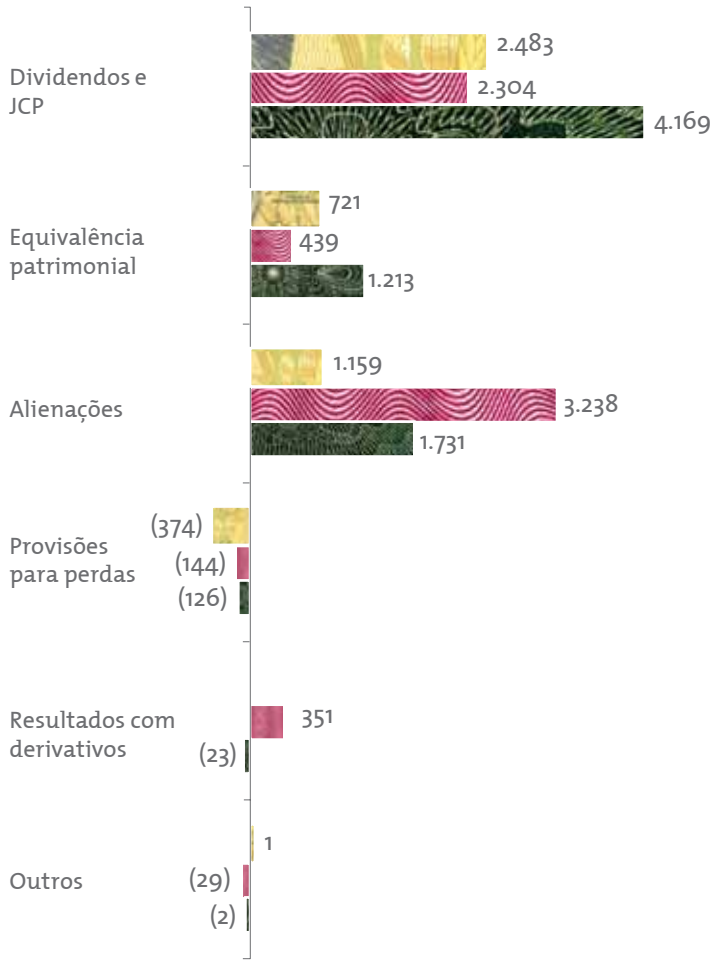
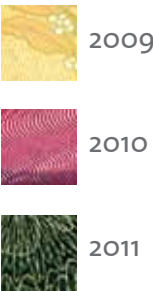
Composto basicamente pelo resultado da carteira de participações acionárias e dos derivativos embutidos em operações de debêntures (conversão/permuta) oriundos, em sua maioria, da BNDESPAR.

O resultado de participações societárias do BNDES atingiu R\$ 7 bilhões em 2011, alta de R\$ 803 milhões (13%) em relação a 2010, em decorrência dos crescimentos de R\$ 1,8 bilhão (80,9%) da receita com dividendos e juros sobre capital próprio e de R\$ 774 milhões (176,3%) do resultado de equivalência patrimonial. A despeito desses movimentos, o resultado com alienações de investimentos, importante componente do resultado de participações societárias, apresentou redução de R\$ 1,5 bilhão (46,5%), como reflexo da instabilidade dos mercados de capitais mundiais em 2011, em especial no segundo semestre.

Na receita com dividendos e juros sobre capital próprio em 2011, destacaram-se os retornos proporcionados por Petrobras, Vale e Valepar, que juntas contribuíram com R\$ 3,3 bilhões, equivalentes a 78,3% da receita total. O resultado de equivalência patrimonial de R\$ 1,2 bilhão em 2011 contempla os ganhos de R\$ 761 milhões com a Companhia Brasileira de Energia e de R\$ 311 milhões com a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel).

A variação do resultado com derivativos entre 2011 e 2010 reflete o comportamento do valor justo dos ativos-base, que, por serem referenciados em ações, acompanharam a instabilidade dos mercados de capitais em 2011. O resultado com derivativos passou a ser registrado pelo BNDES em 2010 em virtude das alterações introduzidas pelo CPC 38, já permitidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Composição do resultado de participações societárias (em R\$ milhões)



As operações de investimento e desinvestimento do BNDES permitem o giro da carteira de participações societárias. O bom desempenho das operações reflete a qualidade da carteira do BNDES.

Despesas tributárias

As despesas tributárias do BNDES em 2011 totalizaram R\$ 3,5 bilhões, valor 37,5% inferior ao registrado em 2010, de R\$ 4,9 bilhões. O valor destinado ao pagamento de tributos em 2011 compreende, em quase sua totalidade, tributos federais como PIS/Cofins, Imposto de Renda, Contribuição Social.

Informações por segmentos

Importante notar o quadro a seguir, que apresenta o resultado do BNDES por segmentos de negócios, definidos em função de suas atividades, a saber: (a) financiamento a empresas (carteira de crédito e repasses); (b) mercado de capitais (carteira de renda variável); e (c) Tesouraria.

R\$ MILHÕES								
EXERCÍCIO 2011	FINANCIAMENTOS A EMPRESAS	%	MERCADO DE CAPITAIS	%	TESOURARIA	%	TOTAL	%
Resultado com intermediação financeira	7.091	98	(810)	(11)	925	13	7.206	100
Receitas com intermediação financeira	37.245	84	1.279	3	5.555	13	44.079	100
Despesas com intermediação financeira	(30.154)	82	(2.089)	6	(4.630)	13	(36.873)	100
Resultado com participações societárias	-	-	6.962	100	-	-	6.962	100
Outras receitas e despesas operacionais	(263)	(68)	651	168	-	-	388	100
Resultado por segmento	6.828	47	6.803	47	925	6	14.556	100
Despesas líquidas não alocadas	(1.959)							
Despesas tributárias¹	(3.549)							
Lucro líquido	9.048							

¹ Inclui basicamente tributos sobre o lucro (IR/CSLL), PIS e Cofins.

Após alocação das respectivas receitas, custos e despesas financeiras referentes a cada segmento, os resultados da carteira de crédito e repasses e da carteira de renda variável alcançaram o igual montante de R\$ 6,8 bilhões cada, totalizando R\$ 13,6 bilhões, enquanto o resultado da carteira de Tesouraria foi de R\$ 0,9 bilhão. Como se observa, as carteiras de crédito e repasses e de renda variável contribuíram para a formação do resultado na proporção de 94%, distribuídos igualmente entre as duas, e a carteira de Tesouraria, com 6%.

Cabe ressaltar que, para a obtenção do lucro líquido total, devem-se deduzir do resultado agregado das carteiras as despesas gerais e administrativas de R\$ 2 bilhões e as tributárias de R\$3,5 bilhões. Vale ainda ressaltar que as diferentes carteiras estão sujeitas a distintas cargas tributárias, sendo a de renda variável a que está sujeita à menor carga relativa.

Em 2010, os resultados das carteiras de crédito e repasses, da carteira de renda variável e de operações de Tesouraria, apurados antes das despesas gerais, administrativas e tributárias, foram de R\$ 8,6 bilhões (51,8%), R\$ 6,4 bilhões (38,6%) e R\$ 1,6 bilhão (9,6%), respectivamente.

Carteira de operações de crédito e repasses interfinanceiros

Composta pelos financiamentos concedidos pelo BNDES, a carteira de operações de crédito e repasses, líquida de provisão para risco de crédito, encerrou 2011 em R\$ 425,5 bilhões, um crescimento de R\$ 63,9 bilhões (17,7%) em relação a 2010. Representava 68,1% do ativo total em 31 de dezembro de 2011, e sua provisão para risco de crédito era equivalente a 6,21 vezes os créditos inadimplentes.

O aumento da carteira de operações de crédito e repasses em 2011 reflete o aumento da carteira em moeda nacional, impulsionado pelas liberações indexadas à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e pelas liberações no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

De acordo com a forma de solicitação de financiamento ao BNDES, as operações são classificadas em: (a) operações de crédito, ditas diretas, nas quais a operação é realizada diretamente com o BNDES ou por intermédio de mandatário;

ou (b) operações de repasses interfinanceiros, ditas indiretas, nas quais a operação é realizada por meio de instituição financeira credenciada.

A tabela a seguir apresenta a posição da carteira de operações de crédito e repasses por setor em 2010 e 2011.

R\$ MILHÕES				
SETOR	2010	%	2011	%
Carteira de operações diretas	184.469	50,4	220.897	51,5
Infraestrutura	79.175	21,7	96.266	22,4
Eletricidade/gás	27.727	7,6	36.121	8,4
Transporte terrestre	17.309	4,7	18.160	4,2
Transporte aéreo	10.535	2,9	12.293	2,9
Outros transportes	3.481	1,0	5.247	1,2
Telecomunicações	11.322	3,1	11.990	2,8
Outros	8.801	2,4	12.455	2,9
Indústria	67.461	18,4	79.219	18,5
Coque, petróleo e combustível	21.384	5,8	25.736	6,0
Metalurgia	10.481	2,9	10.635	2,5
Química	6.105	1,7	7.092	1,7
Extrativa	3.593	1,0	6.590	1,5
Celulose e papel	6.001	1,6	6.229	1,5
Outros	19.897	5,4	22.937	5,3
Comércio e serviços	36.971	10,1	44.303	10,3
Administração pública	18.004	4,9	22.300	5,2
Atividade financeira e seguro	8.130	2,2	9.431	2,2
Comércio	5.077	1,4	5.472	1,3
Outros	5.760	1,6	7.099	1,7
Agropecuária	862	0,2	1.109	0,3
Carteira de operações indiretas	181.321	49,6	208.273	48,5
Bancos (intermediação financeira)	181.321	49,6	208.273	48,5
Total	365.790	100,0	429.170	100,0

A qualidade de crédito é resultado da consistência da política operacional do BNDES, na qual os financiamentos concedidos são objeto de contínuo acompanhamento e demandam garantias que cubram a posição devedora ao longo da vida dos contratos.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011				
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	SISTEMA BNDES (%)	SFN ^{1/ 2/} (%)	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PRIVADAS ^{2/} (%)	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS ^{2/} (%)
AA-C	98,7	92,3	90,8	94,2
D-G	1,1	4,6	5,6	3,3
H	0,2	3,1	3,6	2,5

Fonte: Bacen.
^{1/} Sistema Financeiro Nacional.
^{2/} Dados preliminares.

O quadro a seguir apresenta os índices de inadimplência do BNDES e do Sistema Financeiro Nacional (SFN) nos três últimos anos.

EM %			
	2009	2010	2011
BNDES	0,20	0,15	0,14
SFN ¹	4,30	3,20	3,60

¹ Fonte: Bacen.

Os índices de inadimplência do BNDES entre 2009 e 2011 mantiveram-se em patamares inferiores aos registrados pelo SFN, a despeito de o BNDES adotar critério mais conservador na classificação dos créditos como inadimplentes. Enquanto o SFN classifica como inadimplente todo crédito vencido há mais de 90 dias, o BNDES adota o prazo inferior, de 30 dias.

Os baixos índices de inadimplência demonstram o compromisso na aplicação dos recursos públicos confiados ao BNDES.

Carteira de renda variável

A carteira de renda variável compreende basicamente os investimentos em debêntures conversíveis/permutáveis e participações societárias de caráter minoritário e transitório

que buscam apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais, bem como fortalecer e modernizar o mercado de capitais brasileiro.

A carteira de participações societárias do BNDES encerrou 2011 em R\$ 99,6 bilhões, queda de R\$ 7,9 bilhões (7,3%) em relação ao ano anterior. Desse total, R\$ 82,4 bilhões estão representados por investimentos nos quais o BNDES não tem poder de participação nas decisões financeiras e operacionais, tendo apresentado redução de R\$ 13,5 bilhões (14,1%) em relação a 2010, reflexo da redução do valor justo de alguns investimentos.

Dentre as principais aquisições realizadas em 2011, destacam-se as ações ON da Petrobras, no valor de R\$ 6,4 bilhões, recebidas do Tesouro Nacional a título de aumento de capital, e a conversão de direitos a receber da Eletrobras em ações da companhia, no valor de R\$ 2,3 bilhões.

Por causa das incertezas nos mercados internacionais no segundo semestre de 2011, as principais alienações, representadas por ações da Telemar Participações, Laticínios Bom Gosto, Companhia de Eletricidade de São Paulo (Cesp) e Inepar S.A., concentraram-se no primeiro semestre de 2011 e proporcionaram um ganho de R\$ 1,2 bilhão, equivalente a 68,9% do resultado com alienações.

A partir de 2010, os investimentos em sociedades nas quais o BNDES não tem poder de influenciar nas decisões financeiras e operacionais passaram a ser avaliados a valor justo. Como parte significativa desses investimentos possui cotação em bolsa, utiliza-se a cotação da ação para mensuração do valor justo desses investimentos. Dessa forma, o comportamento da ação em bolsa gera impactos diretos na carteira de participações societárias, reduzindo ou aumentando seu saldo pelo reconhecimento, respectivamente, da variação positiva ou negativa de seu valor justo. Contudo, tais ganhos ou perdas provocam impacto financeiro apenas quando da alienação do investimento.

Importante ressaltar que a decisão de alienar investimentos considera as condições do mercado e a maturação dos investimentos da carteira. Para isso, o BNDES monitora o mercado, buscando as melhores oportunidades em relação

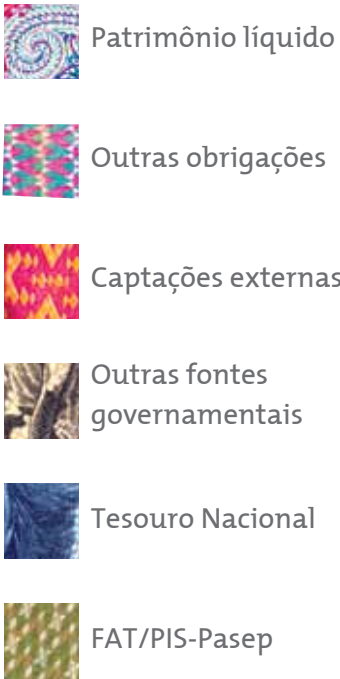
ao preço, volume e momento de venda, já que, em virtude do bom gerenciamento de seu fluxo de caixa, não necessita incorrer em perdas na alienação de investimentos para compor seu fluxo de caixa.

A carteira de debêntures encerrou 2011 em R\$ 18,1 bilhões, crescimento de R\$ 288 milhões (1,6%) em relação a 2010. As principais operações realizadas em 2011 foram a conversão de debêntures da JBS S.A., no montante aproximado R\$ 3,5 bilhões, em ações da companhia, e as aquisições de debêntures de AGC Energia (R\$ 1,6 bilhão), ETH Bio Participações (R\$ 686 milhões), MPX Energia (R\$ 676 milhões) e Suzano Papel e Celulose (R\$ 574 milhões).

O quadro a seguir apresenta a carteira de renda variável do BNDES por setor em 2010 e 2011.

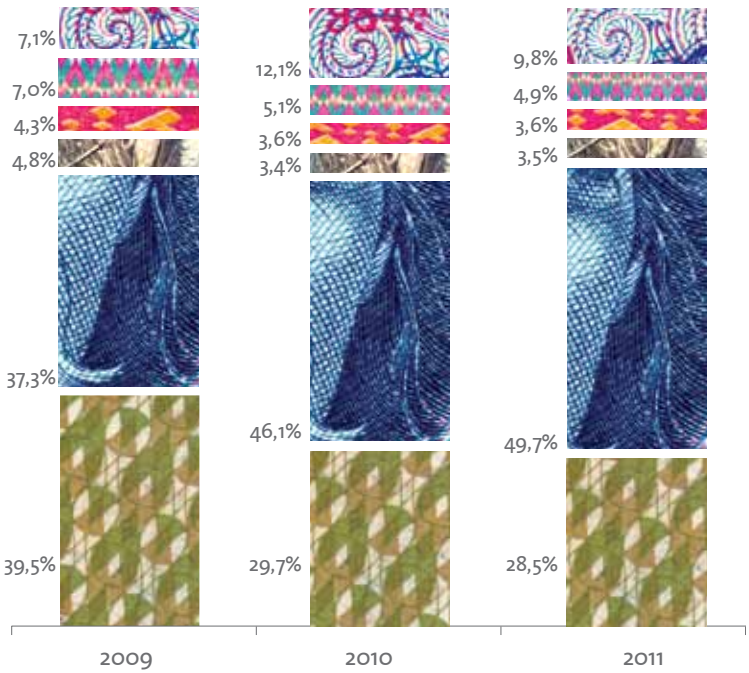
EM %		
SETOR	2010	2011
Petróleo e Gás	39,4	38,4
Mineração	21,3	18,3
Energia elétrica	11,5	16,0
Alimentos	8,6	8,5
Telecomunicações	3,0	3,0
Papel e Celulose	3,7	2,8
Metalurgia	1,7	2,1
Fundo Private Equity – PIQ	1,2	1,5
Transportes	1,5	1,4
Outros	8,1	8,0
Total	100,0	100,0

Estrutura de capital



Fontes de recursos

Das fontes de recursos que compõem a estrutura de capital do BNDES, destaca-se o peso das fontes de origem governamental, que representam parcela predominante de sua estrutura de financiamento. O gráfico a seguir apresenta a estrutura de capital do BNDES por grupo de fontes de recursos, no qual se observa a importância dessas fontes, que representavam 81,7% do passivo total em 31 de dezembro de 2011.



Tesouro Nacional

Em 2011, no âmbito das Leis 12.397/2011 e 12.453/2011, foram repassados pelo Tesouro Nacional ao BNDES, na forma de títulos públicos, R\$ 50,25 bilhões. Desde 2010, o Tesouro Nacional é o principal credor do BNDES, sendo responsável por 49,7% do seu passivo total em 31 de dezembro de 2011. O custo desses recursos está majoritariamente atrelado à TJLP.

Fundo de Amparo ao Trabalhador

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no BNDES era de R\$ 146,2 bilhões. Desse total, R\$ 125,2 bilhões constituíam o saldo do

FAT Constitucional, e R\$ 21 bilhões o saldo do FAT Depósitos Especiais. Ao longo de 2011, ingressaram no BNDES R\$ 15,4 bilhões de recursos novos oriundos do FAT, dos quais R\$ 13,7 bilhões do FAT Constitucional e R\$ 1,7 bilhão de Depósitos Especiais (R\$ 1,1 bilhão alocados ao Programa FAT Fomentar Micro e Pequenas Empresas e R\$ 0,6 bilhão ao Pronaf Investimento).

PIS-Pasep, Fundo Setorial do Audiovisual e Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

Em 31 de dezembro de 2011, o total de recursos do Fundo PIS-Pasep no BNDES era de R\$ 31,5 bilhões. Ao longo de 2011, o BNDES recebeu R\$ 199,2 milhões em comissões, incluindo taxa de risco e comissão de administração, referentes à aplicação dos recursos do fundo.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) no BNDES era de R\$ 83,6 milhões. No decorrer de 2011, ingressaram R\$ 34,3 milhões de recursos novos oriundos do FSA para aplicação em programa destinado ao desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual.

Em 16 de dezembro de 2011, foi assinado contrato de captação de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) para financiamento de projetos para mitigação e adaptação à mudança do clima. Por conta desse contrato, o BNDES recebeu R\$ 200 milhões em 2011.

Captações externas

Para complementar seu orçamento, o BNDES conta também com recursos captados no mercado externo, tanto por meio de operações com organismos internacionais, fonte tradicional e estável de recursos, quanto no mercado financeiro.

O saldo de recursos captados no exterior somou R\$ 22,4 bilhões em 31 de dezembro de 2011, alta de R\$ 2,7 bilhões (13,5%) em relação a 2010, decorrente dos efeitos da desvalorização do real perante o dólar norte-americano e das próprias captações realizadas.

O ano de 2011 foi um ano de oportunidades importantes e inovadoras, confirmando a boa receptividade dos investidores internacionais ao BNDES. Seguindo as diretrizes estratégicas de diversificação e de busca de eficiência, o Banco voltou a acessar os mercados de francos suíços e de empréstimos bancários depois de uma década de ausência, proporcionando menores custos e abrindo oportunidades para captações futuras. A emissão em francos suíços, realizada em julho de 2011, foi de CHF 200 milhões, com vencimento em 15 de dezembro de 2016, cupom de juros em 2,75% a.a. e preço de emissão de 99,674%, gerando um retorno real final ao investidor de 2,818% a.a.

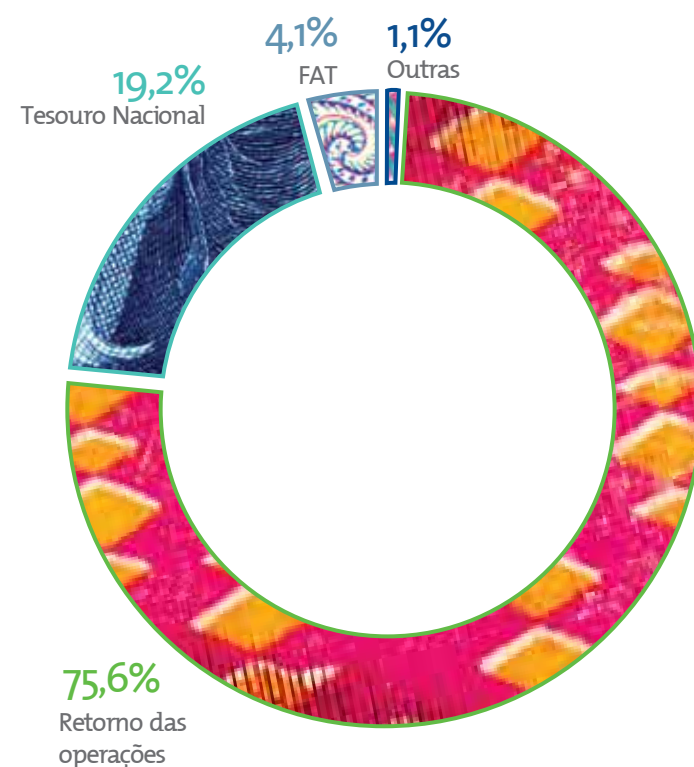
Em relação aos organismos internacionais, foram contratados US\$ 970 milhões em 2011, dos quais cerca de US\$ 270 milhões ingressados no próprio exercício, dos quais:

- US\$ 300 milhões do Japan Bank for International Cooperation (JBIC), no âmbito de uma nova linha de crédito denominada Global Action for Reconciling Economic Growth and Environmental Preservation (GREEN), destinada a projetos que favoreçam a preservação ambiental global, a eficiência energética, a utilização de energias renováveis e a redução do efeito estufa; e
- US\$ 670 milhões do Banco Europeu de Investimentos (BEI), com vistas a apoiar projetos que favoreçam a sustentabilidade ambiental e que mitiguem os efeitos das mudanças climáticas globais.

Fluxo de recursos

Os recursos líquidos utilizados pelo BNDES em 2011, de R\$ 141,9 bilhões, tiveram origem nas seguintes fontes:

Contribuição líquida das fontes de recursos 2011



O retorno de operações de crédito é o recebimento do serviço de créditos, sem distinção das fontes de recursos. As contribuições líquidas das demais fontes são iguais ao ingresso dos recursos menos as saídas de caixa associadas a cada fonte.

O retorno das operações de crédito destacou-se como a principal fonte de recursos em 2011, contribuindo com 75,6% do total, evidenciando a importância do volume e da qualidade da carteira de crédito do Banco para financiar as liberações.

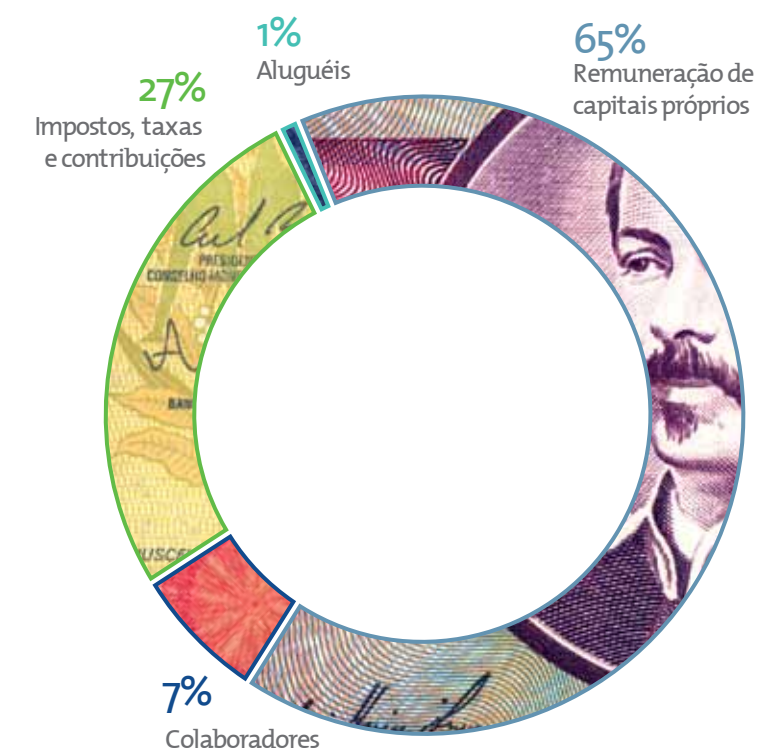
As captações do Tesouro Nacional em 2011, deduzidas da respectiva dívida e do pagamento de dividendos e tributos, representaram a segunda maior contribuição líquida das liberações (19,2%), ao passo que as captações do FAT, deduzidas do serviço da respectiva dívida, vieram logo a seguir, com 4,1% do total.

Demonstração do Valor Adicionado

Importante indicador de avaliação do papel social da empresa, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) apresenta, em uma visão global de desempenho, a contribuição da empresa para a geração de riqueza da economia na qual está inserida e sua efetiva distribuição entre os empregados, o governo, os agentes financiadores e seus acionistas.

A riqueza gerada pelo BNDES em 2011, representada pelo valor adicionado distribuído, foi de R\$ 13,8 bilhão, desempenho R\$ 2,1 bilhão (13,4%) inferior ao de 2010. Em virtude de o BNDES ter como único acionista a União, a participação do Governo Federal na distribuição da riqueza gerada ficou em 92%, considerados os valores destinados a impostos, taxas e contribuições federais e à remuneração do capital próprio (pagamento de dividendos e juros sobre o capital e lucros retidos). Em 2010, a riqueza distribuída ao Governo Federal ficou em 94% do total da riqueza gerada.

Valor adicionado distribuído 2011



Limites prudenciais

Índice de Basileia

O Índice de Basileia encerrou 2011 em 20,6%, valor superior aos 18,6% registrados em 2010, em função do lucro acumulado no exercício de 2011, de R\$ 9 bilhões. O índice mínimo, pelas regras brasileiras, é de 11%.

RECURSOS PRÓPRIOS E BASILEIA (R\$ MILHÕES)	2009	2010	2011	VAR. 2011-2010 (%)
Patrimônio de referência nível I	31.537	41.770	51.849	24,1
Patrimônio de referência nível II ¹	23.977	41.770	48.044	15,0
(-) Ações instituições financeiras ²	(1.513)	(431)	(809)	87,7
Patrimônio de referência	54.001	83.109	99.084	19,2
Patrimônio de referência exigido	34.024	49.049	51.917	5,8
Ativo ponderado pelo risco	309.309	445.900	481.064	7,9
Índice de Basileia (%)	17,5	18,6	20,6	10,5

¹ Limitado a 100% do capital de nível I.

² Conforme Resolução CMN 3.444/07.

O patrimônio de referência nível I compreende basicamente o patrimônio líquido, deduzido da reserva de ajuste de avaliação patrimonial (AAP), enquanto o patrimônio de referência nível II contempla recursos do FAT Constitucional classificados como dívida subordinada (limitado a 50% do nível I), instrumentos híbridos de capital e dívida, e AAP, que representa a contrapartida do ajuste a valor justo da carteira de participações societárias.

Índice de imobilização

O índice de imobilização encerrou 2011 em 0,4%. Esse índice é apurado segundo a Resolução CMN 3.761, de 29 de julho de 2009, que permitiu ao BNDES a exclusão de todas as ações mantidas como parte de sua atividade-fim do cálculo do índice.

Ratings

O BNDES é avaliado por agências internacionais de *rating*, e as classificações de risco atribuídas refletem seu reconhecido papel no mercado, sua sólida estrutura de capital e de lucros e sua adequada posição de risco. Consideram ainda que o BNDES, como principal instrumento de financiamento de longo prazo para investimentos em todos os setores da economia, conta com extraordinário suporte do Governo Federal em suas operações.

Em 2011, as agências de classificação de risco Moody’s e Standard & Poor’s anunciaram a elevação dos *ratings* de crédito do BNDES em escala global de Baa2 para Baa1, com perspectiva positiva, e de BBB- para BBB, com perspectiva estável, respectivamente.

AGÊNCIAS DE RATING	RATINGS NA ESCALA GLOBAL				RATINGS NA ESCALA NACIONAL	
	LONGO PRAZO					
	MOEDA ESTRANGEIRA		MOEDA LOCAL		MOEDA LOCAL	
	RATING	PERSPECTIVA	RATING	PERSPECTIVA	RATING	PERSPECTIVA
Moody's	Baa1	Positiva	A3	Estável	Aaa.br	Estável
S&P	BBB	Estável	A-	Estável	brAAA	Estável

IFRS (International Financial Reporting Standards)

A adoção do padrão contábil internacional (IFRS) busca a uniformização, em nível mundial, das informações contábeis divulgadas pelas empresas. O IFRS torna mais fácil a análise e a comparação do desempenho econômico-financeiro das sociedades entre os diversos países e atende à demanda dos investidores por informações contábeis mais transparentes e confiáveis.

Diferentemente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Central ainda não concluiu o processo de convergência das normas contábeis aplicadas às instituições financeiras às normas internacionais de contabilidade. No entanto, publicou a Resolução CMN 3.786, de 24 de setembro de 2009, pela qual tornou obrigatória a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras anuais consolidadas, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, em consonância com os pronunciamentos do Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB).

Segue um comparativo das informações financeiras em BRGAAP e IFRS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

R\$ MILHÕES			
BALANÇO PATRIMONIAL	BRGAAP	AJUSTES	IFRS
Ativo total	624.827	3.359	628.186
Disponibilidades	5.372	-	5.372
Títulos e valores mobiliários	156.366	(739)	155.627
Carteira de crédito e repasses, líquida de provisão	425.518	1.718	427.236
Investimentos em coligadas e outros ativos	37.571	2.380	39.951
Passivo total	624.827	3.359	628.186
Empréstimos e repasses	506.345	-	506.345
Tributos diferidos	9.899	819	10.718
Outras obrigações	47.571	(836)	46.735
Patrimônio líquido	61.012	3.376	64.388
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Lucro líquido	9.048	(517)	8.531
Resultado de operações financeiras	6.488	(700)	5.788
Resultado com provisão para risco de crédito	717	(508)	209
Resultado de participações societárias	6.962	697	7.659

continua

continuação

R\$ MILHÕES			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	BRGAAP	AJUSTES	IFRS
Despesas tributárias	(3.549)	(6)	(3.555)
Outras receitas/(despesas)	(1.570)	-	(1.570)
ÍNDICES DE DESEMPENHO – ANUALIZADO (EM %)			
Retorno sobre patrimônio líquido (%)	23,1	(3,2)	19,9
Retorno sobre ativos (%)	1,6	(0,1)	1,5

Os ajustes destacados na tabela anterior decorrem de:

1) Títulos e valores mobiliários

Tratamento dos derivativos embutidos em debêntures.

No IFRS, os derivativos embutidos devem seguir a classificação contábil do instrumento principal, no caso, as debêntures, enquanto no BRGAAP, devem ser segregados do instrumento principal. Em linha com as normas internacionais, as obrigações decorrentes da perda com derivativos embutidos registrada em 2011 foram reclassificadas de “Outras obrigações” para “Títulos e valores mobiliários”.

2) Carteira de crédito e repasses, líquida de provisão para risco de crédito

Tratamento da provisão para risco de crédito.

O BRGAAP segue a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999, cujo conceito de “perda esperada” reflete abordagem mais conservadora, criando um “colchão” para absorção de eventuais perdas futuras. Já o IFRS adota o conceito de “perda incorrida”, no qual é constituída provisão para risco de crédito apenas quando há evidência objetiva da perda. No primeiro caso, de acordo com a classificação de risco do cliente, que pode variar de “AA” a “H”, é atribuído um percentual de provisão a ser constituído sobre o total de seu saldo devedor. No IFRS, a provisão é constituída somente para a parcela que se espera efetivamente perder. Como consequência, a provisão para risco de crédito constituída para fins de IFRS é inferior àquela para fins de BRGAAP.

3) Investimentos em coligadas e outros ativos

Tratamento do deságio (ganho na compra vantajosa) referente a participações societárias em coligadas.

No BRGAAP, o deságio reduz o valor do investimento, ao passo que, no IFRS, é reconhecido como receita no momento da aquisição do investimento.

4) Tributos diferidos

Como o IFRS reconhece o deságio na aquisição de investimentos em coligadas como uma receita, é necessário o registro dos tributos a ela associados. Por se tratar de uma diferença temporária, tais tributos são diferidos até a data da realização desse investimento, geralmente a data de sua alienação.

5) Outras obrigações

Reflete a reclassificação comentada no item 1.

6) Patrimônio líquido

Contrapartida dos efeitos supramencionados.

7) Resultado de operações financeiras / resultado de participações societárias

Tratamento dos derivativos embutidos em debêntures, comentado no item 1.

Em virtude disso, a perda com derivativos embutidos em debêntures, registrada em 2011, foi reclassificada de “Resultado de participações societárias” para “Resultado de operações financeiras”.

8) Resultado com provisão para risco de crédito

Tratamento da receita com reversão da provisão para risco de crédito no BRGAAP, não reconhecida integralmente pelo IFRS.

Conforme explicado no item 2, a adoção do critério de “perda incorrida” para o registro de provisão para risco de crédito pelo IFRS faz com que, em geral, sua despesa com provisão para risco de crédito e, em consequência, a sua receita com reversão da provisão sejam inferiores às registradas no BRGAAP.

Destaques

Energia eólica

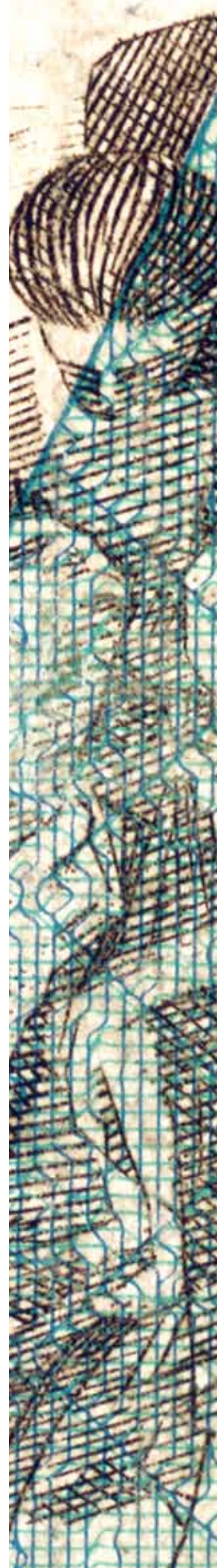
Em 2011, o total de financiamentos aprovados para a geração eólica de energia foi de R\$ 3,4 bilhões, representando um crescimento de 173%, em relação a 2010. Foram financiados 43 parques eólicos, com capacidade instalada de 1.160 MW e investimento total da ordem de R\$ 5,3 bilhões. Cabe ressaltar que, com o sucesso dos leilões de fontes alternativas e de energia de reserva, e do 13º Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração (Leilão A-5, de 2011), a perspectiva é de um crescimento ainda mais expressivo em 2012.

É importante mencionar ainda que os parques eólicos apoiados pelo BNDES são desenvolvidos de forma a minimizar os impactos ambientais decorrentes de sua construção e a potencializar os benefícios advindos de sua implantação. São trabalhados sob a ótica da Política de Entornos do BNDES, com investimentos sociais que contribuem para o desenvolvimento territorial sustentável e que contam com a participação dos governos locais, sociedade local e demais lideranças que participaram na discussão de propostas dos investimentos e participam da implantação dos projetos.

Os contratos de financiamento celebrados entre o BNDES e os empreendedores responsáveis pela construção dos parques eólicos foram estruturados incluindo valores destinados a investimentos sociais, totalizando R\$ 26 milhões, a serem utilizados com o intuito de promover, no âmbito da comunidade local: (a) formação de mão de obra especializada nas comunidades locais; (b) investimentos na infraestrutura local; (c) diversificação da economia local; (d) estímulo à atração de novas atividades econômicas nos municípios sede dos empreendimentos; e (e) investimentos em programas ambientais para conscientização das comunidades locais.

A maior parte dos empreendimentos eólicos será construída no semiárido nordestino, região cujo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) situa-se abaixo da média do Nordeste.

Vislumbrando o potencial de crescimento da geração eólica no país, novos fabricantes de aerogeradores credenciaram-se no cadastro de fabricantes do BNDES para fornecer equipamentos, nos níveis de nacionalização exigidos pelo BNDES, a saber: Acciona, Alstom, IMPSA, Gamesa, GE, Siemens, Suzlon, Vestas, Wobben e WEG.



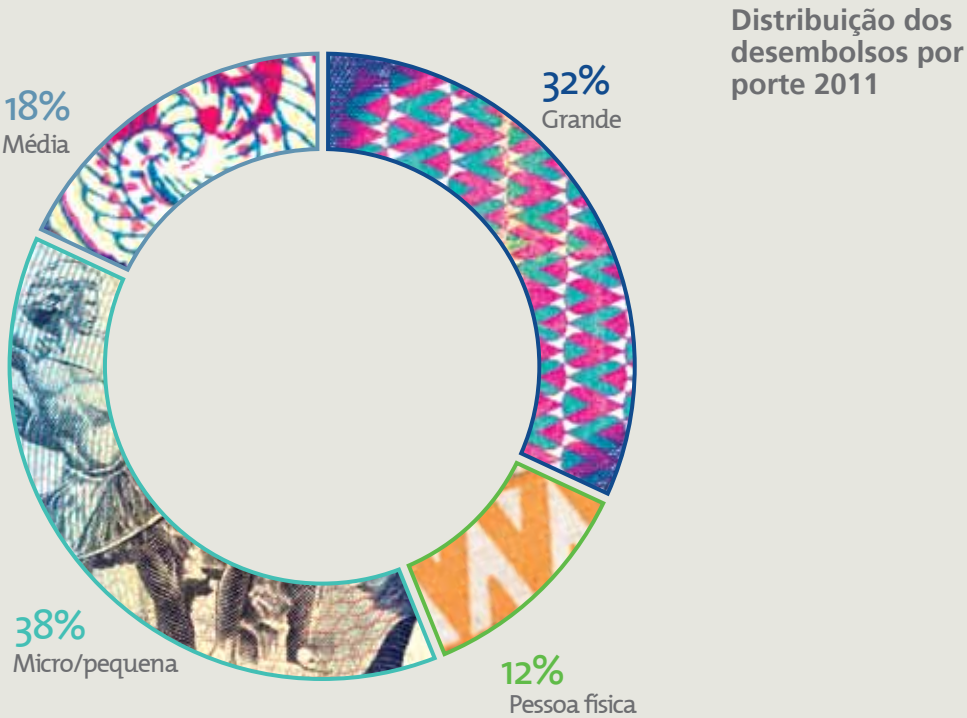
A presença desses novos fabricantes trouxe maior competitividade ao segmento de geração eólica, o que vem permitindo significativa redução do valor de investimento, por MW instalado e uma trajetória de queda de custos da energia comercializada, conforme pode ser verificado nos resultados dos últimos leilões de fontes alternativas e energia de reserva. O preço da energia comercializada, proveniente dos parques eólicos, caiu de R\$ 305/MWh, em 2005, para R\$ 100,9/MWh, em 2011, o que representa uma contribuição relevante para a promoção da modicidade tarifária.

Entre as operações aprovadas no ano de 2011, destacam-se as realizadas com os grupos Renova Energia, Serveng, IMPSA, Enerfin, DESA, Contour Global, EDP e Galvão.

Micro, pequenas e médias empresas

O BNDES tem como uma de suas prioridades o apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) por seu importante papel na economia e na criação de empregos e geração de renda. A ampliação do acesso ao crédito é um dos maiores desafios para esse segmento. As operações automáticas operadas por auxílio dos agentes financeiros são a principal modalidade de apoio do BNDES às MPMEs.

Como consequência das ações de fomento, a participação das operações com pessoas físicas e MPMEs no desembolso total das operações automáticas do BNDES aumentou em cinco pontos percentuais, passando de 63%, em 2010, para de 68%, em 2011.



A exigência das instituições financeiras com relação a garantias reais é muitas vezes o principal obstáculo para empresas de menor porte que buscam financiamento. Diante dessa dificuldade, planos de negócios de qualidade podem não se concretizar, retardando ou até inviabilizando oportunidades de crescimento e modernização.

Para superar esse desafio, foi criado o Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI), cujo objetivo é facilitar a obtenção de crédito por MPMEs, bem como empreendedores individuais, cooperativas e caminhoneiros autônomos. O Fundo pode complementar as garantias oferecidas pelas empresas, aumentando assim as chances de aprovação de pedidos de financiamento. Além disso, a garantia do BNDES FGI pode melhorar as condições da operação, permitindo alongamento de prazo e aumento do limite de crédito.

O BNDES FGI é uma iniciativa inovadora. Conta com uma estrutura de governança e patrimônio próprios, mecanismos eficientes de mitigação de risco e sustentabilidade econômico-financeira. Trata-se de uma efetiva parceria público-privada, com participações do Tesouro Nacional, do BNDES e de diversas instituições financeiras. Até 31 de dezembro de 2011, 17 instituições já participavam do fundo, incluindo grandes bancos de varejo, bancos de montadora, agências de fomento e bancos de desenvolvimento regionais.

O total de operações aprovadas com garantia do BNDES FGI já ultrapassa a marca de 10 mil, representando cerca de R\$ 1,77 bilhão em financiamentos. Empresas e empreendedores em todos os estados brasileiros utilizaram a garantia do BNDES FGI, destacando-se contratações por meio dos Programas BNDES Procaminhoneiro, BNDES PER (programas emergenciais de reconstrução de estados atingidos por desastres naturais) e da linha de aquisição de bens de capital referente ao BNDES Finame.

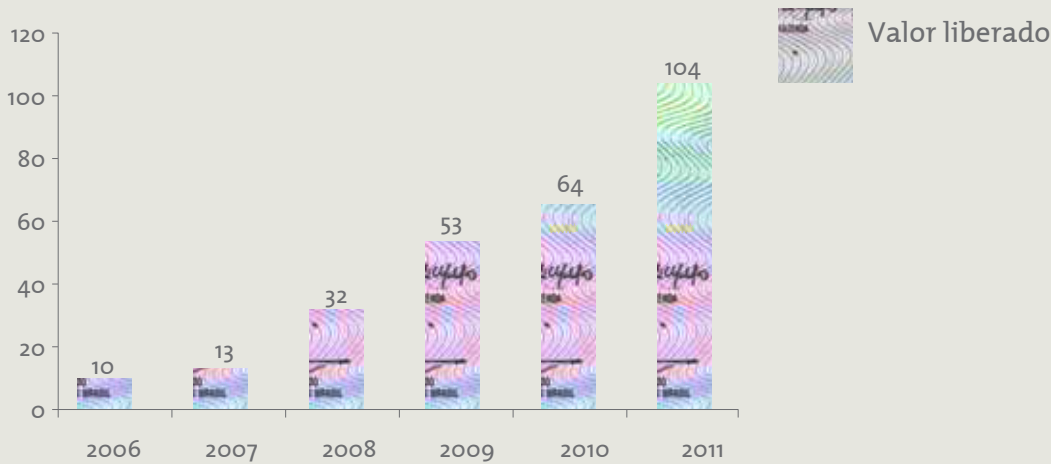
O total de beneficiados passa de oito mil, dos quais 53% contrataram financiamento do BNDES pela primeira vez, em especial pessoas físicas e microempresas. O BNDES FGI estimula a inclusão das MPMEs no mercado de crédito, disponibilizando uma via de acesso com condições favoráveis. Para as instituições financeiras, é uma oportunidade de expandir a base de clientes e ampliar a carteira, mitigando de maneira responsável o risco de crédito.

Investimento social das empresas

Desde 2006, o apoio histórico do BNDES a projetos sociais de natureza voluntária das empresas – com foco na comunidade ou em funcionários, fornecedores e clientes –, conta com uma linha específica, com condições financeiras diferenciadas. Ao longo dos anos, o BNDES vem empregando esforços para que a linha de Investimentos Sociais de Empresas (ISE) seja uma ferramenta efetiva de indução de práticas socialmente responsáveis no meio empresarial, em consonância com as diretrizes contidas em sua Política Corporativa de Responsabilidade Social e Ambiental.

Em 2011, houve uma intensificação no fomento à utilização da linha ISE. Os valores aplicados nesse ano mudaram o patamar histórico de desembolsos atingindo R\$ 104 milhões.

Investimento social de empresas (em R\$ milhões)



As atividades de fomento com empresas que apresentaram novos projetos ao BNDES foram principalmente voltadas para operações com valores mais expressivos de financiamento, geralmente associadas a oportunidades sociais e ambientais para as comunidades e territórios onde as atividades das empresas se inserem. Além disso, tornou-se possível também contratar a linha ISE em operações indiretas não automáticas, com a parceria de instituições financeiras credenciadas no BNDES.

O BNDES busca assegurar a aplicação dos recursos da linha ISE, de modo que os investimentos sociais façam uma contribuição efetiva para a sociedade e elevem o grau de responsabilidade social das empresas. As equipes operacionais são orientadas a promover a adoção de melhores práticas em investimentos sociais, tais como: o alinhamento das iniciativas com as necessidades e prioridades locais e as políticas públicas nas três esferas governamentais; o estabelecimento de metas e indicadores para monitoramento e avaliação; e uma atuação compartilhada com outras partes interessadas que permita melhor governança e gestão dos projetos sociais. As equipes também são sensibilizadas quanto à importância de avaliar a continuidade desses projetos, depois da conclusão do apoio da empresa, considerando os aspectos econômico-financeiros, sociais, ambientais e institucionais pertinentes.

Fundo Criatec

O Criatec é um fundo pioneiro de capital semente criado pelo Banco para investir em empresas emergentes voltadas para inovação, com faturamento anual inferior a R\$ 6 milhões. O Criatec foi lançado em 2007 e tem patrimônio comprometido de R\$ 100 milhões – dos quais R\$ 80 milhões são do BNDES e R\$ 20 milhões do Banco do Nordeste. Desde o início, o fundo contratou investimentos em 36 empresas, com base na análise de gestores regionais inseridos nos ecossistemas de inovação dos estados de Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará e Pará.

As empresas apoiadas pelo Criatec oferecem soluções em diversos setores, tais como biotecnologia, *software*, nanotecnologia, novos materiais, automação e microeletrônica. O desafio do fundo é trabalhar no desenvolvimento e na inserção dessas empresas no mercado. Desde o momento do investimento, as empresas dessa carteira recebem assessoria em diferentes aspectos do negócio, como planejamento financeiro, contratação de executivos qualificados e estruturação de estratégias de propriedade intelectual.

O fundo teve seu período de investimentos encerrado no fim de 2011, ingressando então em um período cujo principal foco é a aceleração do crescimento sustentável das empresas da carteira.



Colegiados e atribuições

Por ser uma empresa pública, o BNDES tem as operações financeiras, os balanços e as políticas de gestão fiscalizadas por colegiados, compostos por representantes do governo, de entidades externas e da sociedade civil. Esses colegiados são o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e o Conselho Fiscal. A seguir, as principais atribuições de cada um desses colegiados.

4

GOVERNANÇA

Conselho de Administração

- Opinar, por solicitação do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre questões relevantes do desenvolvimento econômico e social do país mais diretamente relacionadas à ação do BNDES;
- aconselhar o presidente do Banco sobre as linhas gerais de sua ação;
- examinar e aprovar, por proposta do presidente do Banco, as políticas gerais e os programas de atuação de longo prazo;
- aprovar e acompanhar a execução do orçamento global de recursos e dispêndios, assim como examinar relatórios anuais de auditoria e informações sobre os resultados da ação do Banco;
- aprovar os balanços patrimoniais e as demonstrações financeiras da instituição;
- autorizar a criação de reservas;
- opinar sobre a destinação dos resultados;
- deliberar sobre o aumento de capital; e
- designar o chefe da Auditoria.

Comitê de Auditoria

- Recomendar à Administração do Banco a auditoria independente a ser contratada;
- revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais;
- avaliar a efetividade das auditorias independente e interna;
- recomendar à Diretoria do BNDES correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; e

- elaborar relatório contendo informações sobre suas atividades e a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos.

Conselho Fiscal

- Examinar e emitir parecer sobre os balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras, bem como sobre as prestações de contas semestrais da Diretoria do BNDES; e
- exercer outras atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Diretoria

A Diretoria do BNDES é composta por oito membros: o presidente, o vice-presidente e seis diretores, todos nomeados pelo Presidente da República.

As atividades desempenhadas pelo BNDES são organizadas em áreas que se subdividem em operacionais – responsáveis pela atividade de concessão de crédito e acompanhamento – e de suporte – direcionadas a atividades corporativas de apoio.

Nas áreas operacionais, o trabalho é realizado por equipes multidisciplinares. Esse procedimento visa assegurar análises abrangentes e eficazes dos projetos, utilizando a formação técnica de cada profissional. Esse caráter multidisciplinar permite que o empregado tenha conhecimento de todo o processo em que está inserido e não apenas de parte dele.

As principais decisões do BNDES são tomadas pela Diretoria, em consonância com as finalidades e os objetivos previstos em seu Estatuto Social e com a orientação superior do Conselho de Administração do BNDES, por proposta das áreas e de seus respectivos diretores, em reuniões ordinárias semanais ou extraordinárias (por convocação do presidente), na forma de decisões (de caráter específico) ou resoluções (caráter geral). Contudo, existem outros colegiados com finalidade deliberativa que envolvem, além dos diretores, os superintendentes, conforme se observa no quadro a seguir.

Principais comitês executivos do BNDES

COMITÊ	COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES
Comitê de Planejamento	» Presidente; » vice-presidente; » diretores; » chefe do Gabinete da Presidência; » superintendentes	» Coordenar a formulação e o acompanhamento da estratégia corporativa e promover, anualmente, sua atualização; e » avaliar os resultados alcançados e discutir a incorporação de ajustes e melhorias na estratégia corporativa.
Comitê Gerencial	» Superintendentes; » chefe da Secretaria Geral do Gabinete da Presidência; » chefe do Departamento de Estratégia Corporativa da Área de Planejamento	» Zelar pela implementação eficiente das políticas operacionais, de crédito, financeiras e corporativas; » promover o fortalecimento das relações entre as unidades fundamentais; e » zelar pelo cumprimento das decisões e resoluções, de caráter gerencial, emanadas da Diretoria.
Comitê de Enquadramento e Crédito (CEC)	» Superintendentes de Planejamento, de Crédito, Industrial, de Infraestrutura, de Insumos Básicos, de Infraestrutura Social, de Comércio Exterior, de Operações Indiretas, de Mercado de Capitais, de Capital Empreendedor, de Meio Ambiente, Financeiro, Internacional, Jurídico	» Apreciar os pedidos de colaboração financeira constantes das cartas-consultas; e » decidir sobre seu enquadramento nas políticas operacionais, com comunicação à Diretoria.
Comitê de Orçamento	» Presidente; » vice-presidente; » diretores; » chefe do Gabinete da Presidência;* » chefe da Auditoria;* » superintendentes*	» Fixar as diretrizes para a elaboração da proposta do orçamento; » acompanhar o desempenho orçamentário; e » aprovar medidas objetivando maximizar a situação de caixa.
Comitê de Gestão de Risco (CGR)	» Presidente; » vice-presidente; » diretores; » chefe do Gabinete da Presidência;* » superintendente da Área de Gestão de Riscos*	» Propor as políticas de administração de riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional; e » avaliar os ambientes de riscos.
Comitê de Assuntos Financeiros (CAF)	» Superintendentes Financeiro, de Crédito, Planejamento, Gestão de Riscos,* Mercado de Capitais* e Internacional*	» Rever o modelo de determinação do <i>spread</i> básico; » sugerir cenários de metas de crescimento-alvo do Patrimônio Líquido; e » sugerir eventuais mudanças de política financeira e de crédito à Diretoria.

continua

continuação

COMITÊ	COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES
Comitê de Arranjos Produtivos, Inovação, Desenvolvimento Local, Regional e Socioambiental (CAR-IMA)	» Presidente; » chefe do Gabinete da Presidência; » superintendentes Industrial, de Insumos Básicos, de Infraestrutura, de Operações Indiretas, de Planejamento, de Infraestrutura Social, de Capital Empreendedor, de Crédito, Financeiro, de Meio Ambiente, de Agropecuária e Inclusão Social, de Recursos Humanos, de Pesquisa e Acompanhamento Econômico; » assessor designado pelo presidente	» Avaliar os instrumentos adotados pelo BNDES de potencial impacto em arranjos produtivos e inovativos, na inovação e no desenvolvimento local, regional e socioambiental.
Comitê Consultivo do Funtec (CCTEC)	» Superintendente de Planejamento; » empregados de carreira; » representante do Governo Federal; » especialistas externos	» Avaliar os pedidos de colaboração financeira constantes das Consultas Prévias submetidas ao BNDES no âmbito do Funtec.
Comitê Gestor do Sistema de Garantias (CGSG)	» Representantes das áreas de Crédito, Industrial, de Insumos Básicos, de Infraestrutura, de Infraestrutura Social, de Mercado de Capitais, de Meio Ambiente, de Comércio Exterior, Financeira, Jurídica, de Gestão de Riscos, de Tecnologia da Informação	» Zelar pela uniformização de procedimentos e pela qualidade das informações registradas no Sistema de Garantias (GRT); » definir regras para o controle de acesso a informações manipuladas pelo GRT; » identificar e acompanhar eventuais oportunidades de aperfeiçoamento do GRT; e » auxiliar na orientação e no treinamento dos usuários.

* Sem direito a voto.

Fluxo de concessão de apoio financeiro

A concessão de apoio financeiro é um processo vital para o BNDES. Em função das modalidades principais de concessão de apoio praticadas pelo Banco, esse processo se subdivide em: (a) concessão de apoio financeiro em operações diretas (aquelas, acima de R\$ 10 milhões, em que o risco de crédito é assumido pelo BNDES) e indiretas não automáticas (de forma geral em operações acima de R\$ 10 milhões, em que

o risco de crédito é assumido, total ou parcialmente, pelos agentes financeiros); e (b) concessão de apoio financeiro em operações indiretas automáticas (operações abaixo de R\$ 10 milhões, em que o risco de crédito é assumido pelos agentes financeiros).

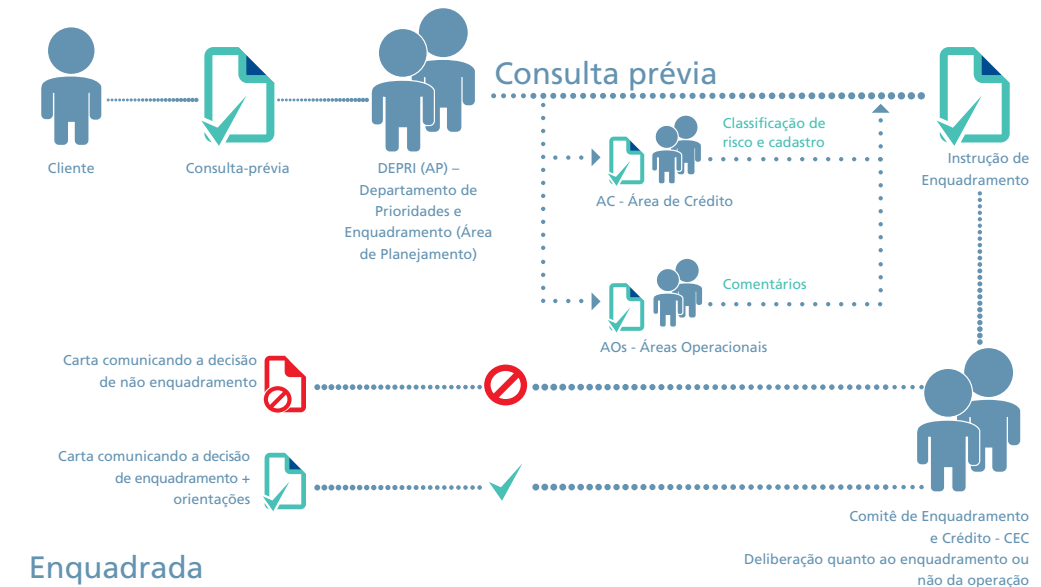
Os principais componentes do primeiro processo são: (a) análise de consultas e enquadramento de operações; (b) análise de projetos de operações; (c) contratação de operações; e (d) acompanhamento e liberação de recursos de operações. Os principais componentes do segundo processo são: (a) análise de consultas de operações; (b) recebimento, análise e aprovação de operações; (c) liberação de recursos para operações; e (d) acompanhamento de operações.

O controle do processo de concessão de apoio financeiro nos casos de operações diretas e indiretas não automáticas reúne diversos atores e diversas instâncias da organização. As solicitações de apoio financeiro são apresentadas ao BNDES por meio de consultas formais, encaminhadas para uma unidade organizacional incumbida de analisá-las e submetê-las ao Comitê de Enquadramento e Crédito (CEC). Esse comitê se reúne semanalmente para apreciar as consultas recebidas e deliberar sobre outros assuntos de crédito. Uma vez deliberado o enquadramento da operação, esta é encaminhada ao departamento da área operacional responsável pela análise do projeto. O relatório resultante é submetido à Diretoria do BNDES, que também se reúne semanalmente. Havendo deliberação favorável à aprovação da operação, esta é, então, contratada. O departamento da área operacional responsável pela operação libera recursos de acordo com o cronograma estabelecido e acompanha, periodicamente, o seu uso. O pagamento dos haveres (juros e amortizações) é acompanhado até a liquidação da dívida.

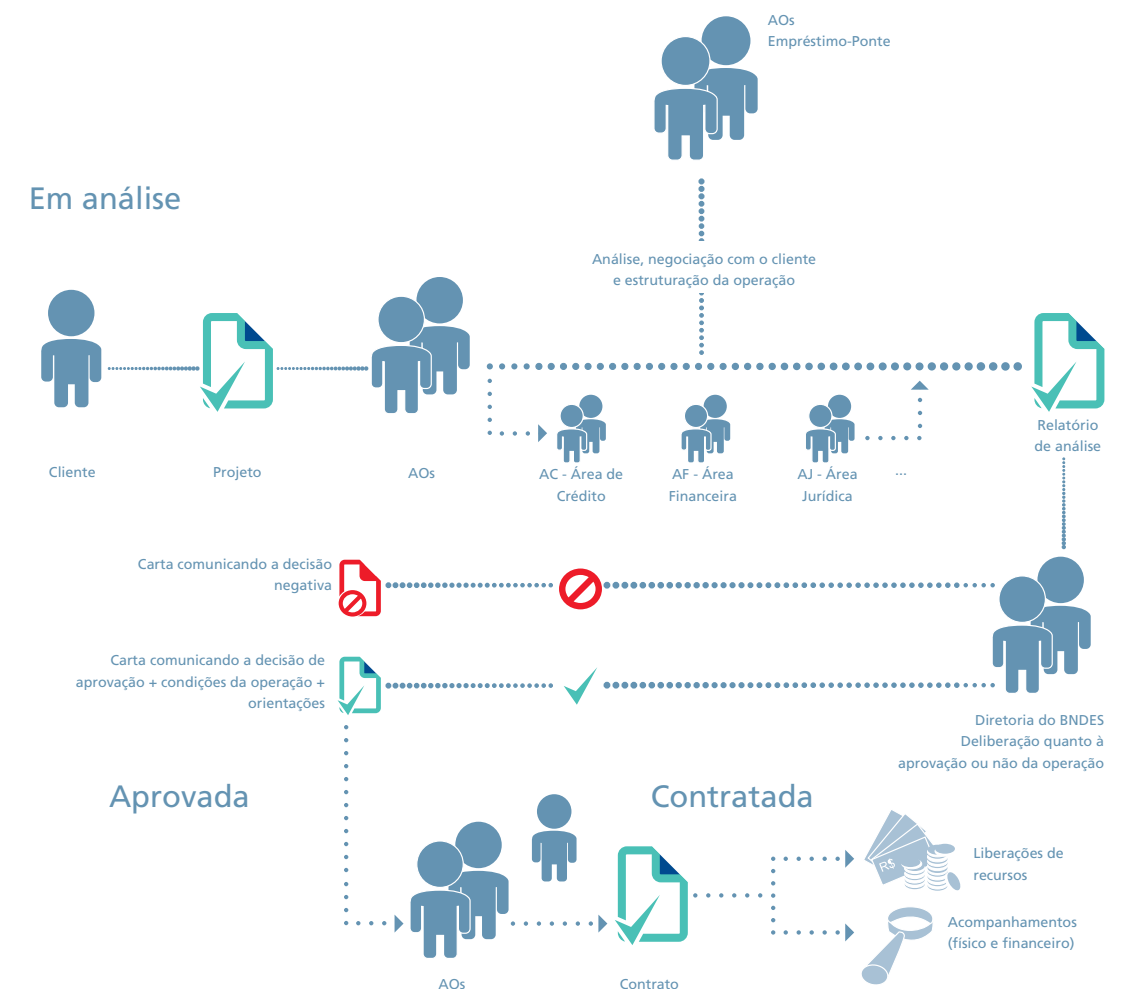
O processo de acompanhamento influi na mitigação de risco de crédito das operações de financiamento realizadas pelo BNDES. O acompanhamento representa um importante papel na construção do relacionamento do Banco com seus clientes, uma vez que permite maior conhecimento setorial, das empresas e dos projetos, possibilitando a identificação das necessidades por novos mecanismos e processos de apoio. A figura a seguir resume os principais passos do processo de concessão de apoio financeiro.

Fluxo de processo de concessão de apoio financeiro

Perspectiva



Enquadrada





As operações indiretas automáticas são submetidas a fluxos operacionais que abrangem menos atores e instâncias da organização que as operações diretas e indiretas não automáticas. As demandas por apoio financeiro de pessoas jurídicas e físicas são apresentadas diretamente aos agentes financeiros repassadores,¹ que as analisam e as modelam nos termos definidos do produto escolhido.

As propostas de apoio financeiro resultantes são encaminhadas pelos agentes financeiros diretamente aos departamentos operacionais da Área de Operações Indiretas (AOI) responsáveis pelo produto, que as analisam e deliberam a aprovação ou a devolução das propostas. As instâncias superiores – a superintendência e a diretoria da Área – endossam as aprovações ou devolvem as propostas para a instância anterior. Uma vez aprovadas, as propostas de apoio financeiro são contratadas, tornando-se operações, e originam liberações dos recursos demandados. Em função do volume das operações indiretas não automáticas e das características próprias desse tipo de operação, a área operacional procede ao acompanhamento de amostras das carteiras para verificar a correta e efetiva aplicação dos recursos. De forma análoga ao que ocorre com as operações diretas e indiretas não automáticas, o pagamento dos haveres (juros e amortizações) é acompanhado até a liquidação da dívida.

Além das modalidades direta e indireta, os apoios financeiros concedidos pelo Sistema BNDES podem ser classificados com base nos instrumentos utilizados: renda fixa ou variável. No último caso, o Sistema BNDES, por meio de sua subsidiária integral BNDESPAR, utiliza ferramentas usuais ao mercado de capitais no intuito de promover o crescimento e o fortalecimento de empresas nos diversos setores da economia, difundir o conceito e incentivar práticas de governança corporativa nas empresas e estimular o mercado de capitais brasileiro.

¹ A maioria dos bancos brasileiros faz parte dessa rede de agentes, estando, portanto, credenciada a operar com as linhas de financiamento do BNDES. Nas operações indiretas, o Banco repassa os recursos financeiros a bancos comerciais, públicos ou privados, agências de fomento e cooperativas credenciadas pelo BNDES, e esses agentes são responsáveis pela análise, pela aprovação do crédito e pela definição das garantias. O risco da operação é assumido pelos agentes financeiros que analisam o projeto. Os clientes, usualmente, dirigem-se às instituições em que já têm cadastro e/ou algum tipo de relacionamento bancário.

Riscos ambientais e sociais nas linhas de negócios

Os aspectos e impactos sociais e ambientais dos projetos financiados pelo BNDES nas formas direta e indireta não automática são identificados e tratados nas diferentes fases do processo de concessão do apoio financeiro, de acordo com as orientações das políticas operacionais, em especial da Política Socioambiental do BNDES.

Na avaliação de projetos apresentados ao Banco, são consideradas as informações sobre a gestão dos aspectos socioambientais vinculados ao desempenho das atividades do interessado, bem como a comprovação de sua regularidade quanto a questões ambientais e trabalhistas. O cumprimento das obrigações legais é requisito indispensável no processo de análise de concessão de apoio do BNDES e soma-se às exigências financeiras e econômicas feitas aos clientes do Banco.

Também são analisados os impactos decorrentes do empreendimento a ser implantado, tais como: geração e manutenção de empregos, trabalho e renda das populações e dinamização econômica e social do entorno territorial dos projetos.

Para assegurar a promoção da sustentabilidade nos projetos apoiados, o BNDES conta com instrumentos que auxiliam as equipes de análise e que respaldam as decisões no tocante às questões socioambientais.

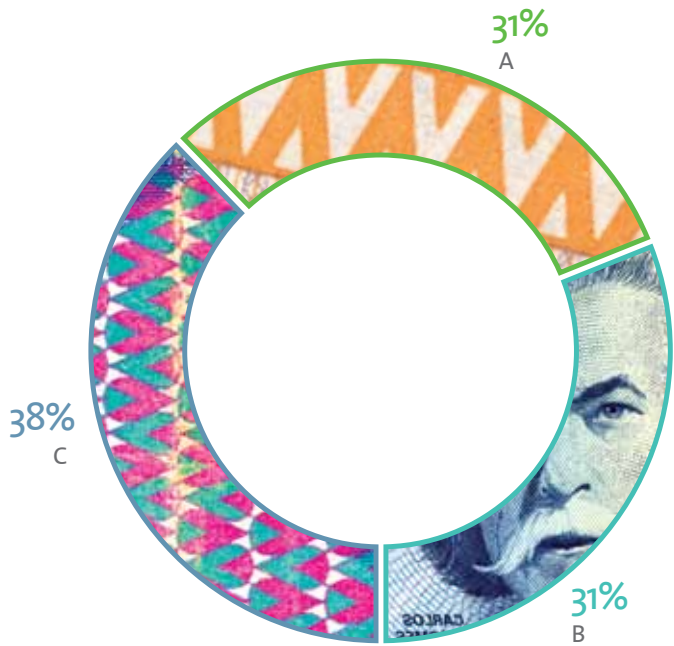
Ao encaminhar propostas de financiamento para apreciação do BNDES, os postulantes respondem aos quadros ambiental e de aspectos sociais relativos ao empreendimento e práticas das empresas (anexos ao Roteiro de Informações para Consulta Prévia). Na fase inicial do processo de concessão de apoio financeiro, os projetos enquadrados são classificados em função de seus riscos ambientais de impacto adverso, conforme o quadro a seguir.

CATEGORIA AMBIENTAL	RISCO DE IMPACTO
A	Atividade relacionada a riscos de impactos ambientais significativos, ou de alcance regional. O licenciamento requer estudos de impactos, medidas preventivas e ações mitigadoras.
B	Atividade associada a impactos ambientais mais leves ou locais. Requer avaliação e medidas específicas.
C	Atividade não apresenta, em princípio, risco ambiental.

De acordo com a Política Socioambiental do BNDES, a classificação ambiental é aferida em conformidade com o setor e tipo de atividade, sua localização, magnitude e atributos dos impactos ambientais inerentes ao empreendimento. Com base nesse conjunto de informações sobre os impactos dos projetos, são discutidas recomendações socioambientais no Comitê de Enquadramento e Crédito (CEC) a serem observadas durante a fase de análise.

Em 2011, as operações enquadradas, passíveis de classificação ambiental, apresentaram o seguinte perfil:

Perfil do risco de impacto das operações enquadradas



O Banco dispõe também de um conjunto de diretrizes setoriais com orientações específicas para as equipes de análise sobre as questões socioambientais ligadas a cada setor. Existem resoluções internas relativas aos setores de pecuária bovina, açúcar e álcool e geração termoeletrica a combustíveis fósseis. No ano de 2011, foram aprovados os Guias Socioambientais para os setores de pecuária bovina, sucoenergético e soja, que reúnem as questões fundamentais e os impactos socioambientais típicos de cada setor, além de um apanhado da legislação brasileira e das normas internas do BNDES sobre o tema.

Outro instrumento de apoio à análise das operações é a Metodologia de Avaliação de Empresas (MAE), cujo objetivo é avaliar os ativos intangíveis das empresas. Entre os capitais intangíveis, a avaliação do capital socioambiental apoia a aferição do grau de compromisso com a Responsabilidade Social e Ambiental (RSA) e suas práticas associadas.

Monitoramento e avaliação de projetos

São crescentes a importância e a publicidade de avaliações das ações de promoção do desenvolvimento realizadas por gestores públicos, agências de fomento, ONGs e empresas. Diversos estudos já foram publicados por técnicos do BNDES ao longo de sua existência, contendo avaliações do impacto de suas ações. Mais recentemente, o Banco desenvolveu e implementou métodos e processos para monitorar e avaliar a efetividade destas ações, indo além do acompanhamento físico-financeiro dos financiamentos. O ineditismo da proposta consiste em inserir o processo de avaliação da efetividade nas rotinas de análise e acompanhamento de suas operações, de forma a torná-lo sistemático, sustentado e institucionalizado.

O apoio financeiro aos projetos de investimentos produz efeitos ou impactos nas dimensões econômica, social, ambiental e institucional. A avaliação de efetividade (ou avaliação de impactos) busca medir o grau de contribuição do Banco para o desenvolvimento sustentável, alinhado com as políticas de

desenvolvimento do Governo Federal. Consiste na aplicação de técnicas quantitativas e qualitativas que permitam explicitar os objetivos das operações realizadas e medir o alcance desses.

O principal pilar sobre o qual reside a análise de efetividade que se encontra em crescente adoção pelo BNDES é o Quadro Lógico – também denominado Marco Lógico, Modelo Lógico ou Teoria da Mudança. Trata-se de um instrumento de planejamento de projetos e programas amplamente utilizado por agências multilaterais de fomento. Nele, são representadas as relações de causa e efeito entre atividades e impactos esperados e são registrados os indicadores escolhidos para sinalizar os resultados desejados.²

O BNDES vem avançando na realização de avaliações de efetividade, o que permitirá: maior aprendizado organizacional sobre as operações realizadas; *feedback* para os processos de planejamento corporativo; redesenho dos programas e linhas operacionais; e transparência dos efeitos gerados para o governo, para os clientes e para a sociedade.

Gestão financeira

Revisão da política financeira

Em novembro de 2011, a Diretoria aprovou uma revisão da Política Financeira do Sistema BNDES. Essa nova política se subdivide em Política de Margem, Política de Gestão de Capital, Política de Gestão da Carteira de Tesouraria, Política de Giro dos Ativos e Política de Execução de Medidas de Gestão de Risco. O novo texto estabelece três objetivos principais, quais sejam: crescimento sustentável, orçamento e estabilidade.

² Estão disponíveis publicações (inclusive no *site* do BNDES) com aplicações desse modelo no programa BNDES Profarma (*BNDES Setorial 33*) e no produto Cartão BNDES (*Revista do BNDES 36*).

O crescimento sustentável, aqui sob a ótica financeira, destaca-se como novo objetivo, aperfeiçoando o conceito de lucratividade, que passa a ser vista como instrumento para assegurar a expansão de capital e rentabilidade compatíveis com o crescimento dos ativos. Ademais, continua sendo objetivo da Política Financeira estabelecer as diretrizes e orientações para o provimento dos recursos necessários para o orçamento de desembolsos do BNDES e administração dos riscos financeiros da atividade bancária.

Operações de proteção financeira no mercado local

Em 2011, foram executadas diversas operações de *hedge* com o uso de instrumentos derivativos de BM&FBovespa e instituições financeiras locais. Vale notar que algumas transações com instituições financeiras foram contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos e depósitos interfinanceiros a título de margem. Ao fim desse ano, a posição detida pelo BNDES em derivativos alcançava cerca de R\$ 10,9 bilhões.

Gestão de riscos e controles internos

O gerenciamento de risco no BNDES é um processo contínuo e evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a proporcionar unicidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controle de riscos.

Compõem a estrutura de gerenciamento de risco e de controles internos do BNDES: Conselho de Administração; Diretoria; Comitê de Gestão de Riscos; subcomitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional e Controles Internos; e, unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos.

Controles internos

Controles internos são procedimentos presentes em todos os níveis da instituição, desenhados para mitigar riscos e prover razoável segurança de que os seguintes objetivos sejam atingidos:

- conformidade: execução das atividades de acordo com as normas internas e externas que as regulam;
- desempenho: eficiência e eficácia dos processos, sem custos excessivos e com proteção dos ativos;
- informação: disponibilização de informações confiáveis, precisas e tempestivas para suporte à tomada de decisão.

Nesse contexto, são realizadas atividades de verificação de conformidade com os normativos internos e externos, bem como a avaliação dos riscos e controles internos dos processos de trabalho. Os relatórios contendo as conclusões das avaliações são submetidos ao Comitê de Gestão de Riscos e à Alta Administração. O cumprimento das recomendações às unidades envolvidas é continuamente acompanhado.

Ao longo de 2011, merecem destaque o desenvolvimento do Projeto Monitoramento Contínuo, cujo objetivo é sistematizar e automatizar as verificações de conformidade, e a instituição da figura do Agente de Conformidade, desempenhada pelo funcionário que atua na sua respectiva unidade como ponto de contato para assuntos relacionados a controles internos e conformidade.

A atividade permanente de disseminação da cultura de controles internos é baseada em um processo de comunicação, visando esclarecer o papel de cada profissional no Sistema de Controles Internos e reforçar a importância da ética e da transparência. Além da divulgação da Política Corporativa de Controles Internos e da disponibilização de informações relacionadas ao tema na intranet, são realizadas palestras para novos funcionários no âmbito da corrente renovação do quadro funcional.

Risco operacional

O risco operacional deriva da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. O conceito inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A gestão de risco operacional no BNDES contempla: (a) a identificação e avaliação dos riscos operacionais em processos, novos produtos e serviços; (b) a identificação de ameaças potenciais sobre a continuidade dos negócios e seus impactos, como também a prevenção e resposta a interrupções; e (c) a captura e análise de informações sobre perdas e cálculo da parcela do capital regulamentar referente ao risco operacional (POPR). O POPR passou de R\$ 762 milhões, em dezembro de 2010, para R\$ 947 milhões, em 2011. Esse aumento reflete o crescimento do resultado bruto da intermediação financeira e do resultado com investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial no período considerado.

Destaca-se, em 2011, o início do projeto de desenvolvimento e implementação de um Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios para o BNDES, com o apoio de consultoria externa, concebido para trazer maior resiliência à instituição. Nesse projeto, serão identificados os processos essenciais do BNDES que não podem ser interrompidos, no caso da ocorrência de incidentes, e seus requerimentos operacionais, para que sejam definidos os Planos de Continuidade de Negócios associados a esses processos.

Visando disseminar a cultura de riscos operacionais, consta do programa de capacitação de novos funcionários um módulo específico sobre o tema. Também estão disponíveis informações sobre riscos operacionais para o público interno na intranet.

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde à possibilidade de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela instituição, entre as quais se incluem os riscos de operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A unidade responsável pelo gerenciamento do risco de mercado monitora as parcelas de requerimento de capital relativas ao risco de mercado. Os resultados obtidos são compilados nos relatórios gerenciais, divulgados internamente, e nos documentos destinados ao órgão regulador. O BNDES também apura os limites gerenciais internos, relacionados aos descasamentos por fator de risco de mercado, oriundos do conjunto de operações do Banco.

Com relação à evolução das parcelas do capital regulamentar, em 2011, a parcela de juros da carteira de negociação (PJUR) apresentou redução de R\$ 94,6 milhões em 2010 para R\$ 71,7 milhões em 2011, sobretudo em virtude da menor exposição a derivativos de *hedge*. O risco de taxa de juros da carteira de não negociação (RBAN) registrou alta ante 2010, passando de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 1,5 bilhão, em função principalmente dos descasamentos por fatores de risco gerados pelas captações do Tesouro Nacional. Tais descasamentos, mesmo que benéficos para a rentabilidade do Banco, uma vez que estão associados à aquisição de títulos públicos federais financiados por passivo em TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), geram risco de mercado para a instituição. Os descasamentos em moedas estrangeiras mantiveram-se em patamar pouco significativo e a exposição direta a *commodities* nula, resultando em parcelas de risco cambial (PCAM) e de mercadorias (PCOM) nulas. Cabe acrescentar que, pelo fato de não terem o objetivo central de ganho de capital, as ações detidas pelo BNDES não fazem parte da carteira de negociação e, portanto, têm seu risco apurado apenas pela parcela de ativos ponderados pelo risco, com tratamento integrado às medidas de risco de crédito (PEPR). A parcela de ações da carteira de negociação (PACS), portanto, é nula.

Merece destaque, em 2011, a conclusão do projeto de implementação do Sistema de Risco destinado ao gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez, contratado com consultoria

externa. O sistema permitirá uma significativa evolução na gestão de risco de mercado do BNDES, com maior capacidade de auxílio no processo de tomada de decisão, com base na realização de análises mais consistentes e em menor tempo.

Em 2011, também foi priorizado o desenvolvimento dos processos necessários para o atendimento das alterações no cálculo do requerimento de capital para risco de mercado, definidas pela Circular 3.498/2010 do Banco Central; e a geração de cenários para os fluxos de caixa futuros e balanço patrimonial do BNDES até 2020, com base em modelo desenvolvido internamente.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas nas renegociações e aos custos de recuperação. Desse modo, a gestão do risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de créditos, englobando a atuação de diversas áreas.

O BNDES apura a parcela de capital regulamentar para toda sua carteira de créditos e para todos os demais ativos, tais como títulos e valores mobiliários, *swaps* e operações compromissadas, e envia as informações ao Banco Central, mensalmente. Em 2011, a parcela do capital regulamentar referente ao risco de crédito (PEPR – parcela de exposições ponderadas por fator de ponderação de risco) subiu de R\$ 48,2 bilhões, em dezembro de 2010, para R\$ 51,9 bilhões, em dezembro de 2011. De um lado, a trajetória reflete o próprio crescimento dos empréstimos contratados e dos compromissos de crédito assumidos. De outro, demonstra o efeito provocado pela entrada em vigor das regras 38, 39 e 40 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Adicionalmente, o BNDES elabora estimativas próprias para os diferentes componentes do risco da carteira de créditos, com vistas a avaliar potenciais perdas financeiras. O Banco

também realiza a apuração de limites regulamentares internos e externos, entre eles, limites de exposição por cliente e ao setor público, limites setoriais, além de diversos indicadores relacionados à carteira do BNDES, como inadimplência e créditos baixados como prejuízo, qualidade da carteira e provisionamento, concentração por grupo econômico e por setor de atividade, entre outros.

No ano de 2011, houve aumento expressivo na carteira de crédito do Sistema BNDES, que ultrapassou R\$ 437 bilhões. Tal aumento, entretanto, não implicou deterioração do perfil de crédito da carteira. A participação dos créditos em grau de investimento (riscos de crédito AA e A, na escala Bacen) ultrapassou 87% do total, sendo superior à observada em 2010. A taxa de inadimplência média no ano atingiu 0,1%, menor patamar observado nos últimos anos. Esses fatores contribuíram para redução significativa da provisão para risco de crédito.

O volume financeiro recuperado pelo BNDES foi superior a R\$ 749 milhões em 2011. Além disso, foram renegociadas 45 operações, no montante de R\$ 1,2 bilhão. Desse valor, existe a expectativa de recebimento de R\$ 870 milhões. O saldo restante está sujeito à dispensa, condicionada ao cumprimento de obrigações diversas.

No decorrer de 2011, o Banco deu continuidade ao processo de implementação de um aplicativo de mercado, adquirido via processo licitatório, destinado ao gerenciamento de risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias. O processo de implementação é apoiado por consultoria externa e sua conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2012. Um grande esforço de tratamento e integração de informações foi realizado com o suporte da Área de Tecnologia da Informação, de modo a possibilitar que a ferramenta produza um conjunto de informações gerenciais e regulamentares fundamentais ao processo decisório da Alta Administração.

Paralelamente, foi finalizado em 2011 o cálculo da rentabilidade dos contratos do BNDES que, ao longo de 2012, servirá de insumo ao estudo relacionado aos indicadores de desempenho ajustados a risco das linhas e programas do BNDES.



Gestão da ética

A gestão da ética no Sistema BNDES é conduzida pela Comissão de Ética do Sistema BNDES (CET/BNDES) e pela Secretaria Executiva da Comissão de Ética, sendo esta vinculada à presidência do BNDES, nos termos do Código de Ética do Sistema BNDES e da legislação aplicável, em especial o Decreto 6.029/2007 e a Resolução 010/2008, da Comissão de Ética Pública (CEP).

O atual Código de Ética do Sistema BNDES, aprovado em 2009, orienta o trabalho desenvolvido na gestão da ética por meio da promoção de ações de natureza educativa, da atualização e aperfeiçoamento de normas e na apuração e aplicação das providências cabíveis nos casos de infrações éticas.

Anualmente, a Comissão de Ética do Sistema BNDES tem um terço de sua composição renovada com membros designados para exercer mandato de três anos, reconduzíveis por igual período.

O BNDES é membro do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais desde a sua criação, em 2007, e participa ativamente das reuniões ordinárias mensais e da organização do Seminário Anual de Gestão da Ética nas Empresas Estatais. Atualmente vinte empresas compõem o referido Fórum, que se dedica a estudar e debater assuntos relacionados à ética, em seus aspectos conceituais, filosóficos, doutrinários, legais e administrativos, compartilhando experiências e fortalecendo a gestão da ética na esfera pública.

No VII Seminário Anual de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, organizado em 2011 pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), a experiência da gestão da ética no BNDES foi um dos casos debatidos pelos participantes. Nessa mesma ocasião, foi assumido pelo BNDES, com o apoio de seu presidente, o compromisso de coordenar e sediar a realização do VIII Seminário de Gestão da Ética nas Empresas Estatais no ano de 2012, no âmbito das comemorações do 60º aniversário do BNDES.

O tema Assédio Moral foi abordado em parceria com o Fórum, em seminário específico. Também foi criado um Grupo de Trabalho interno para discutir o tema, definir conceitos e implementar medidas preventivas e corretivas.

Em 2011, foram realizadas 46 reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária da Comissão de Ética do Sistema BNDES. Além do cumprimento de suas atribuições básicas, a CET/BNDES colabora com grupos de trabalho sobre Assédio Moral, Pró-Equidade de Gênero e sobre Responsabilidade Socioambiental (RSA).

Foram abertos 72 procedimentos preliminares (PP), originados de 59 consultas e 13 denúncias. Todas as consultas geraram orientações diretamente aos consulentes ou encaminhadas à unidade competente. As denúncias foram apuradas, resultando em duas conversões em Processos de Apuração Ética (PAE), três assinaturas de Acordos de Conduta, três encaminhamentos à Ouvidoria, duas recomendações, uma retratação, uma desistência e uma improcedência. Além dos dois PAEs já mencionados, foram tratados dois outros abertos em 2010: um julgado improcedente e outro em tramitação.

Os principais temas abordados nos procedimentos preliminares são demonstrados no quadro a seguir:

TEMA	OCORRÊNCIAS
Atividades paralelas/docência/conflito de interesses	30
Desrespeito profissional e pessoal/conflitos	16
Presentes e brindes	11
Valores mobiliários	6
Outros	9
Total	72

A CET/BNDES trabalha com independência e imparcialidade, fator de fortalecimento da reputação institucional e do reconhecimento e respeito interno dos empregados e dos seus dirigentes.

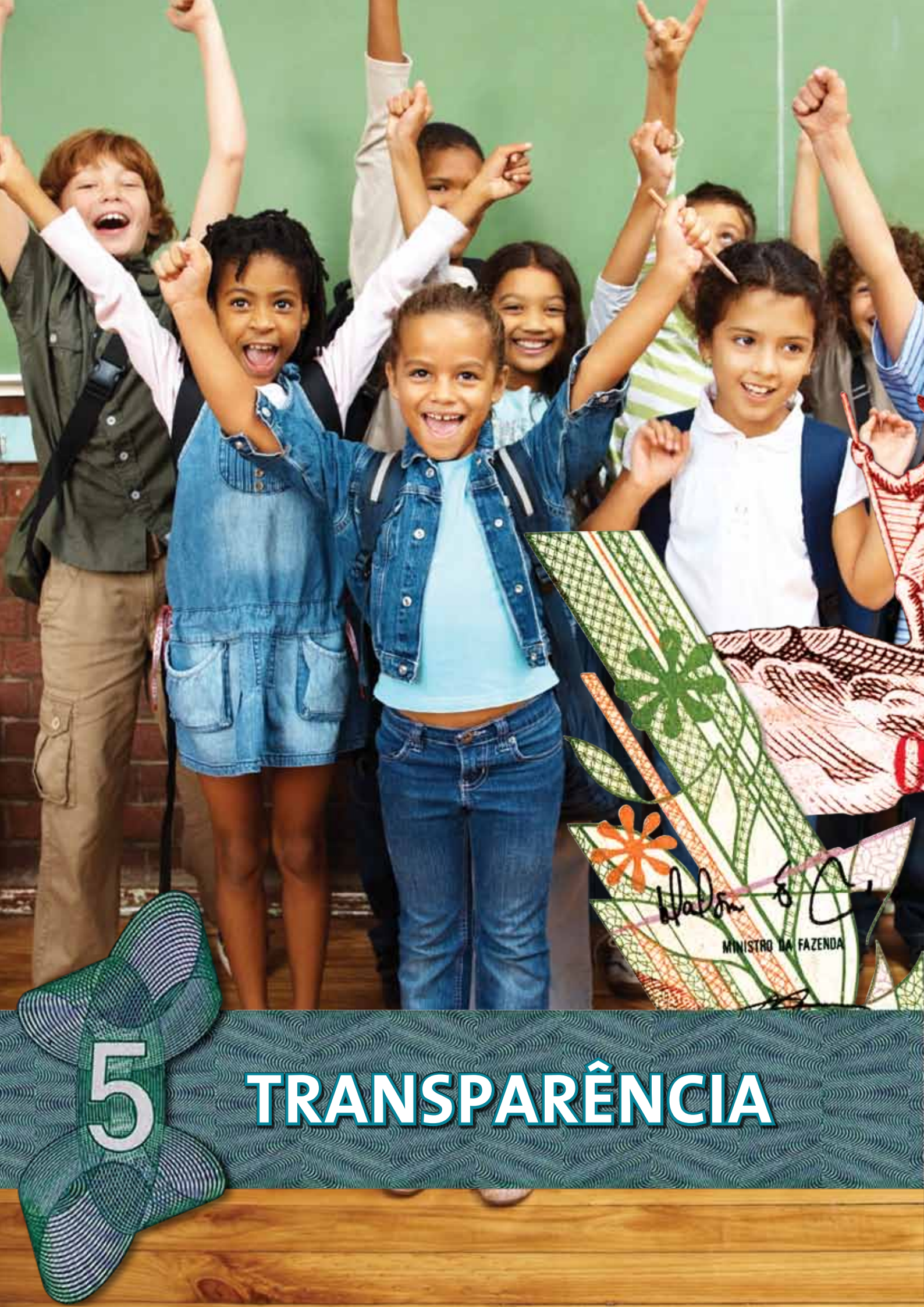
Todos os procedimentos e processos que tramitam no âmbito da Comissão de Ética do Sistema BNDES respeitam os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, mantendo-se o sigilo e a confidencialidade sobre os nomes das partes envolvidas, garantindo-lhes o respeito à honra e à imagem.

Por outro lado, sem prescindir da confidencialidade necessária, atua-se com transparência, de modo que seus valores, orientações e decisões sejam de conhecimento público, visando à construção e manutenção do ambiente ético do BNDES.

Dando continuidade à disseminação da gestão da ética no BNDES, foi desenvolvido programa de palestras, atingindo cerca de 24% do corpo funcional, conforme descrito:

- três palestras direcionadas a todos os empregados contratados em 2011, no âmbito do Programa de Integração dos Novos Empregados, com 203 participantes; e
- 12 palestras no Projeto Evoluir, que tem por objetivo a consolidação dos valores do BNDES, do qual a ética é um dos pilares, abrangendo cerca de 450 empregados.

O BNDES tem convicção de ter conquistado reconhecimento e respeito perante a sociedade brasileira. O comportamento ético no exercício das atividades é um dos valores que possibilitaram esse reconhecimento. A continuidade da tradição ética na instituição é compromisso permanente, e é nesse ponto que se destaca o trabalho na gestão da ética.



5 TRANSPARÊNCIA



Canais de comunicação

O BNDES dispõe de diversos canais para atender às necessidades de informação da sociedade e de seus clientes sobre sua atuação e suas formas de apoio financeiro.

O Fale Conosco, disponível no Portal do BNDES, é um dos principais canais de atendimento empresarial do Banco. Essa ferramenta de comunicação esclarece sobre temas tão diversos quanto aspectos institucionais do Banco, concursos públicos, editais de licitação, patrocínios e, principalmente, dúvidas quanto às formas de financiamento do BNDES. O andamento das solicitações pode ser acompanhado por meio de um protocolo gerado pelo sistema no momento do envio da mensagem.

O Banco conta com profissionais trilingues dedicados ao atendimento de estrangeiros interessados em investir no Brasil.

No ano de 2011, foram respondidas mais de 35.500 mensagens eletrônicas, em média 170 *e-mails* diários, apenas em relação a temas institucionais ou às operações diretas com o BNDES. Além disso, no âmbito das operações indiretas o BNDES atendeu a cerca de 230 mil contatos eletrônicos.

O atendimento telefônico, realizado por meio de suas centrais de atendimento, também representa um eficiente canal de interação entre o BNDES e seus clientes e potenciais clientes. Em 2011, foram realizados cerca de 580 mil atendimentos via telefone.

Permitindo a comunicação personalizada, o atendimento presencial conta com equipes no Rio de Janeiro, em Brasília, Recife e São Paulo, que divulgam as linhas de financiamento do Banco e orientam o cliente de acordo com seu perfil (pessoa física, micro, pequena, média, média-grande ou grande empresa, setor público e terceiro setor) e a necessidade de investimento.

Esse meio de contato constitui uma importante ferramenta para detectar oportunidades de melhoria para a atuação do BNDES com base no relato dos clientes sobre suas necessidades.

No ano de 2011, as equipes do BNDES realizaram 1.301 atendimentos presenciais.

Acessibilidade no portal

Em 2011, o Portal do BNDES na internet (www.bndes.gov.br) recebeu mais de 247 mil visitantes únicos por mês, representando um aumento de aproximadamente 25% em relação a 2010.

O aumento da audiência do *site* do BNDES exige um compromisso cada vez maior com a qualidade das informações publicadas e, também, com a universalidade do alcance dessas informações.

Buscando uma interface de interação cada vez mais fácil com seus clientes e a sociedade em geral, o Banco se empenhou, em 2011, em aprimorar os padrões de acessibilidade do *site* institucional. O objetivo é diminuir as barreiras ao acesso às informações do BNDES, principalmente para usuários com necessidades especiais ou visitantes que fazem uso de plataformas móveis e de dispositivos eletrônicos cada vez mais modernos.

O portal foi avaliado³ segundo critérios de acessibilidade, como o tempo de *download* das páginas em diferentes conexões; publicação de arquivos em vários formatos para garantir o acesso universal; contraste na combinação de cores entre o primeiro plano e o fundo; a adequação a leitores de telas utilizados por pessoas com alguma deficiência visual; entre outros.

As mudanças afetaram desde elementos da arquitetura da informação – menus, *links*, tabelas, formulários – passando pelo conteúdo multimídia – imagens, animações, vídeos – até pelo código da programação que monta as páginas. A implementação iniciou em 2011 e será concluída em 2012, quando está prevista a consolidação das rotinas necessárias para manter permanente a acessibilidade do *site*.

Disponibilizar um *site* adequado e amigável à navegação dos mais diferentes perfis de visitantes é assegurar o direito do cidadão à informação. Oferecer informações sem obstáculos é o primeiro passo na direção de uma comunicação transparente e mais direta com a sociedade, aproximando todos os cidadãos brasileiros das atividades e serviços do BNDES.

O BNDES realizou em 2011 seu tradicional ciclo de palestras, intitulado BNDES Mais Perto de Você, com o objetivo de divulgar as formas de financiamento mais adequadas ao perfil de micro, pequenas e médias empresas brasileiras e de ampliar o acesso a informações sobre o Banco e seus produtos.

³ O Portal do BNDES é considerado acessível desde 2009 mediante a validação realizada por ferramentas automáticas. No entanto, o Banco entendeu ser fundamental o aprimoramento da acessibilidade do *site*, por meio de uma análise humana e, portanto, mais minuciosa do que uma avaliação feita por ferramenta eletrônica. Por isso, uma consultoria especializada foi contratada para elaborar um diagnóstico completo das barreiras de acessibilidade que ainda perduravam.

Tradicionalmente, o Banco inclui, no calendário anual dessas palestras, eventos no Rio de Janeiro, em São Paulo, Brasília e Recife, cidades que concentram grande número de empresas. Por outro lado, o Banco também realiza palestras em cidades de menor porte, como Corumbá (MS), Feira de Santana (BA) e Mossoró (RN), comprovando que a iniciativa não se restringe aos grandes centros urbanos ou polos industriais.

Em 2011, essa iniciativa atingiu um público de aproximadamente 3.400 pessoas, em 21 palestras que cobriram todas as regiões do país. Mereceu destaque o interesse despertado pelas palestras de Joinville (SC), Jaboatão dos Guararapes (PE) e São Luís (MA), que, com média de 250 pessoas, superaram as expectativas de público para cada evento.

Além do BNDES Mais Perto de Você, o Banco também realiza palestras institucionais e sobre temas mais específicos – entre os quais se destacam: inovação, turismo e Cartão BNDES. O BNDES realizou ainda, em 2011, 37 reuniões de treinamento para seus agentes financeiros.

A crescente demanda por palestras institucionais para públicos estrangeiros confirma o interesse mundial na economia brasileira. Representantes governamentais, missões de instituições financeiras e agências de fomento, e grupos de empresários e estudantes de nível universitário requisitaram essas palestras, oferecidas em inglês ou espanhol.

Os visitantes demonstraram especial interesse por temas como: política de responsabilidade social e ambiental, comércio exterior, agropecuária, microcrédito, apoio para pequenas e médias empresas, além da Copa do Mundo de 2014 no Brasil e da Olimpíada de 2016 no Rio de Janeiro.

No ano de 2011, o Banco recebeu delegações de diversos países, como África do Sul, Alemanha, Canadá, El Salvador, Egito, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Noruega, Reino Unido, Rússia e Vietnã, em um público aproximado de mil pessoas. Destaca-se a realização de 17 palestras para grupos de estudantes universitários norte-americanos.

O BNDES entende que essas palestras são oportunidades de enriquecer o conhecimento do público estrangeiro quanto ao

papel e a importância de um banco de desenvolvimento para o fortalecimento da economia do país, além de zelar pela imagem e reputação do Brasil no exterior.

Nos últimos anos, o BNDES estabeleceu parcerias com diversas instituições de classe empresarial para a criação de postos de informações, com o objetivo de divulgar suas formas de financiamento. São 49 postos, distribuídos por 23 unidades federativas, responsáveis por prestar atendimento ao empresariado local (sobretudo às MPMEs), esclarecendo suas dúvidas e informando quais produtos e programas atendem melhor a suas necessidades de investimentos.

Em 2011, os postos foram responsáveis por mais de 9.500 atendimentos individuais, representando um aumento de 5% em relação a 2010. Além disso, os postos têm papel fundamental na grande maioria das atividades de fomento, seja por meio da identificação de oportunidades de negócio, do apoio material e logístico, ou atuando em seminários, encontros e feiras.

A participação do BNDES com estandes próprios em feiras e exposições é uma forma tradicional e eficaz de fortalecer sua imagem institucional. Esse tipo de atividade contribui também para divulgar sua atuação e seus programas, estreitando o relacionamento do BNDES com as entidades de classe, fabricantes de equipamentos, fornecedores e o público em geral. É uma forma de atrair novos clientes e facilitar o acesso da sociedade às suas linhas de atuação.

Em 2011, o BNDES participou de 29 feiras e exposições dos mais diversos setores, tais como agroindustrial; automotivo; fármaco-hospitalar; mecânico; moveleiro; naval; saneamento e meio ambiente; têxtil; e turismo.

Foi lançado ainda, em 2011, o novo estande institucional do Banco, concebido para ser uma extensão do BNDES e não apenas um espaço promocional de exposição de sua marca. Nele, é possível obter informações sobre os produtos do BNDES, tanto por meio de folhetos de divulgação, quanto por atendimento personalizado, realizado por técnicos das diversas áreas operacionais.

Ouvidoria

O BNDES instituiu a Ouvidoria, em 2003, para intermediar a comunicação entre as empresas do Sistema BNDES e a sociedade. Em colaboração com as áreas internas, com a Comissão de Ética e com os demais canais de atendimento do Banco, tem a missão de zelar pela ética, transparência, pelo fortalecimento da gestão, pela simplificação e a clareza de normas por meio da valorização do controle social.

Alinhada ao objetivo de estimular o diálogo entre o Banco e a sociedade, a Ouvidoria buscou oferecer informações, as mais completas e diligentes possíveis, às demandas dos cidadãos. Respeitando os limites legais e cooperando com toda a organização, a Ouvidoria trabalha para que os produtos financeiros e os recursos disponíveis alcancem o público demandante e produzam o objetivo de propiciar o desenvolvimento sustentável com redução das desigualdades sociais.

Com a atribuição de atender ao público externo e aos empregados do Banco, a Ouvidoria recebe reclamações, solicitações, dúvidas, denúncias e agradecimentos ou elogios, por meio dos diversos meios de contato oferecidos, destacando-se os realizados pela página, no Portal do BNDES, e pelo número de DDG – Discagem Direta Gratuita (0800).

Duas funções exercidas no tratamento das mensagens se distinguem: (a) análise e elaboração de respostas individualizadas às manifestações, oferecendo informações que auxiliem o público a transpor eventuais dificuldades de acesso às modalidades de apoio financeiro deste banco público; e (b) avaliação das demandas de forma sistêmica – à luz da missão, visão, valores e estratégias da organização – com o objetivo de identificar oportunidades de melhoria dos procedimentos internos, construindo, em parceria com as demais áreas, opções e sugestões de mudanças e proposições à Administração do BNDES.

No decorrer de 2011, a Ouvidoria recebeu o total de 1.921 mensagens, das quais 10%, após análise, revelaram-se fora do âmbito de atuação do BNDES ou enviadas em duplicidade. As 1.728 manifestações consideradas válidas e efetivamente tratadas, apresentaram aumento de apenas 1% em relação ao ano de 2010.

No universo de mensagens válidas, as reclamações – representando 49% do total – concentraram a motivação do contato do público com a Ouvidoria, e, em conjunto com as dúvidas – com 27% do total –, perfizeram 76% das demandas de informação e auxílio para remoção de dificuldades de acesso aos recursos do BNDES.

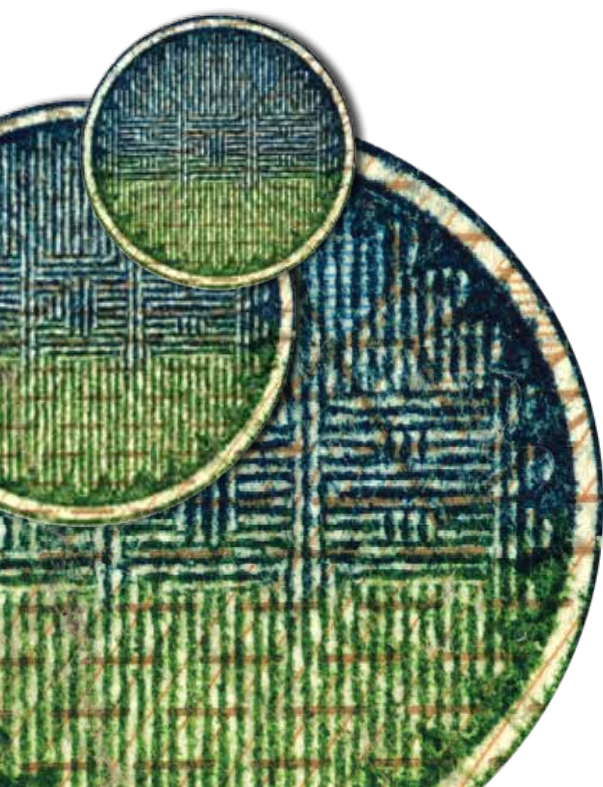
As demais se distribuem entre: (a) solicitações a respeito de assuntos variados – embora os de ordem operacional prevaleçam –, com 14% do total; (b) denúncias a respeito de supostas transgressões ao ordenamento jurídico do país ou às normas operacionais do BNDES, com 7% do total; (c) sugestões a respeito de temas diversos, com destaque para a operacionalização dos produtos financeiros ou aos processos públicos de seleção de pessoal (2% das mensagens); e (d) 1% de mensagens de agradecimento.

Quanto ao perfil dos manifestantes, como nos anos anteriores, a maior parte do público que buscou a Ouvidoria constitui-se por micro, pequenos e médios empresários, com 59% das demandas, enquanto as pessoas físicas foram responsáveis pelos demais 41%, verificando-se um aumento desse público no ano de 2011. A redução de consultas originadas por empresas pode ser consequência da melhoria do atendimento no canal Fale Conosco.

Quanto à origem, 58% do público que buscou atendimento na Ouvidoria distribui-se na Região Sudeste, 19% na Região Sul, 11% na Região Nordeste, 6% na Região Centro-Oeste e 3% na Região Norte. Os demais 3% correspondem a mensagens originadas em outros países, ou que não declararam sua procedência.

No que respeita à atuação estratégica, prevaleceu a visão de que a participação da Ouvidoria nos grupos de trabalho criados para dar desdobramento às ações do Planejamento Corporativo 2009-2014 permite o acompanhamento das proposições acerca dos temas de maior ocorrência, em especial: o apoio do BNDES a micro, pequenas e médias empresas; o relacionamento com os agentes financeiros; o relacionamento com clientes; e a implementação da política de responsabilidade social e ambiental, aprovada pela Administração ao fim de 2010.

A participação nesses fóruns amplia as oportunidades de divulgar informações sobre os atendimentos efetuados e



apresentar às áreas do BNDES as demandas provenientes desses públicos, cumprindo o papel da Ouvidoria de intermediar o diálogo entre a sociedade e o BNDES.

Na função de representação, a Ouvidoria atendeu a duas convocações da Ouvidoria Geral da União, nas quais estiveram em pauta a exposição de seu plano de trabalho para os próximos exercícios, a implementação da lei que regula o acesso a informações públicas – Lei 12.527, de 18.11.2011 – e a participação das ouvidorias públicas nesse processo.

Públicos de relacionamento

A atuação do BNDES é caracterizada pela complexa e abrangente interação com os diversos segmentos da sociedade no Brasil e no exterior. A figura a seguir ilustra, de forma esquemática, os principais públicos de relacionamento do Banco. No centro, estão os clientes do BNDES e cidadãos brasileiros, principais beneficiados pela atuação do Banco. No primeiro anel dessa mandala, está o público interno, capital fundamental para o desempenho das atividades da instituição e geração de valor para a sociedade. No segundo anel, encontra-se a esfera de gestão formada por controladores, governo, Estado, investidores e parceiros de investimento. O terceiro anel representa a esfera das grandes parcerias de negócio que participam de processos operacionais do Banco. No bordo mais externo, estão os demais segmentos com os quais o BNDES interage e mantém interlocução para auxiliar sua atuação.





O BNDES e as políticas públicas

O BNDES, por sua natureza de colaborador da execução da política de investimento do Governo Federal, tem como pressuposto de suas atividades o apoio a programas, projetos e demais iniciativas do governo, alinhadas às políticas públicas, que contribuam para o desenvolvimento sustentável do país.

A atuação do BNDES e a formulação de suas políticas operacionais se dão em parceria com órgãos nas três esferas de governo (ver Encontros com Parceiros Estratégicos, p.118), setor privado e sociedade civil.

Dessa forma, destacamos a seguir as principais colaborações do BNDES com os programas e metas governamentais no ano de 2011.

6 ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Programa de Aceleração do Crescimento

O BNDES desempenha papel fundamental como agente financeiro dos projetos de investimento no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Lançado em janeiro de 2007, o PAC tem como objetivos acelerar o crescimento econômico, aumentar o emprego e melhorar as condições de vida da população brasileira. O programa consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infraestrutura e remover obstáculos – burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos – ao crescimento.

Até 2011, a carteira do BNDES no âmbito do PAC reuniu 503 projetos que somam investimentos no valor de R\$ 327 bilhões, dos quais o Banco participa com financiamentos de R\$ 179,4 bilhões – ou seja, 55% do total dos projetos apoiados nessa carteira. Conforme a tabela a seguir, os investimentos estão distribuídos nos seguintes eixos: (a) energia, categoria na qual se concentram 77% dos recursos da carteira, em especial os projetos de geração, transmissão e petróleo e gás; (b) logística, que compreende 94 projetos em rodovias, ferrovias e marinha mercante; (c) infraestrutura social e urbana, com destaque para os financiamentos a saneamento, urbanização e transporte metroviário; e, por fim, (d) administração pública, com ações voltadas para implementação do sistema público de escrituração digital (SPED).

Com relação ao ano de 2010, a carteira de financiamento e os desembolsos cresceram, respectivamente, 14% e 18%.

PAC – CARTEIRA DO BNDES				
POSIÇÃO EM 31.12.2011				
EIXOS	NÚMERO DE PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL (R\$ MILHÕES)	PARTICIPAÇÃO DO BNDES (R\$ MILHÕES)	DESEMBOLSOS 2011 (R\$ MILHÕES)
Energia	310	258.811	137.240	14.763
Logística	94	49.888	31.314	3.600
Infraestrutura social e urbana	85	18.462	10.667	1.447
Administração pública	14	196	166	18
Total	503	327.357	179.387	19.827

Os desembolsos do BNDES para projetos do PAC, desde o lançamento do programa até 2011, atingiram a cifra de R\$ 104,8 bilhões com a distribuição regional, conforme a tabela a seguir.

DESEMBOLSOS PARA PROJETOS DO PAC, POR REGIÃO								
R\$ MILHÕES								
EIXOS	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	INTERREGIONAL	TOTAL	(%)
Energia	20.095	22.342	9.716	7.243	4.457	20.660	84.512	80,6
Logística	58	2.299	7.646	807	251	2.042	13.103	12,5
Infraestrutura social e urbana	204	543	5.714	558	91	-	7.111	6,8
Administração pública	4	24	24	14	16	-	82	0,1
Total	20.361	25.208	23.100	8.622	4.815	22.702	104.808	100,0

Mais uma vez, o setor de energia sobressai pela concentração de recursos, da ordem de 80%, em função da necessidade da ampliação da oferta de energia para viabilizar a trajetória de crescimento do país. Em 2011, o BNDES contratou projetos de geração de energia elétrica, no âmbito do programa, que correspondem a 2.550 MW de capacidade instalada.

Do ponto de vista regional, observa-se que o volume de recursos destinados para as regiões Norte e Nordeste foi expressivo, explicado pelo fato de abrigarem os grandes projetos do setor de energia do programa.

PROJETOS COM DESTAQUE EM 2011			
R\$ MILHÕES			
PROJETO	OBJETIVO	VALOR CONTRATADO	INVESTIMENTO TOTAL
EIXO: ENERGIA			
Renova	Implantação de nove parques eólicos nos municípios de Igaporã, Guanambi e Caetité na Bahia, com potência total instalada de 175,5 MW, e do Sistema de Transmissão associado, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva de 2009. Inclui ainda projetos sociais no seu entorno.	587	792
Alberto Pasqualini	Implantação de nova unidade de hidrotratamento de correntes de diesel UHDT-II e de nova unidade de geração de hidrogênio UGH-II para a produção de diesel hidrotratado com teor de enxofre reduzido; implantação e modificação de sistemas e instalações auxiliares no parque industrial da beneficiária, em Canoas (RS); e projetos sociais no âmbito da comunidade.	1.109	1.637
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	Construção de uma linha de transmissão de energia elétrica que conectará a subestação de Porto Velho (RO) à subestação Araraquara (SP). O projeto é parte do complexo de transmissão que conectará as Usinas do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira (UHE Santo Antônio e UHE Jirau) ao Sistema Interligado Nacional.	280	1.843
Usina Meridiano	Implantação de usina de açúcar e etanol, no município de Meridiano (SP), com capacidade de moagem de cinco milhões de toneladas, cogeração de 90 MW de energia elétrica. O projeto também inclui o plantio de 40 mil hectares de cana-de-açúcar e investimentos sociais no seu entorno.	409	944
EIXO: LOGÍSTICA			
Autopista Fluminense S.A.	Investimentos na segunda etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais, mediante recuperação e readequação do Lote 4 da rodovia BR-101, que compreende o trecho entre a divisa de ES-RJ e a Ponte Rio-Niterói com 320 quilômetros de extensão.	781	1.017
Wilson, Sons Estaleiros Ltda.	Implantação de um estaleiro em Rio Grande (RS), destinado à construção de embarcações de apoio offshore, além de investimento social no âmbito da empresa.	234	260
EIXO: INFRAESTRUTURA SOCIAL E URBANA			
Águas de Nova Friburgo	Execução do plano de investimentos referente ao período de 2010-2014, que visa à reconstrução, modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Nova Friburgo (RJ).	45	56
Estre Ambiental	Expansão dos aterros sanitários de Paulínia e Itapevi, por meio da implantação de novas células, captação de biogás com geração de crédito de carbono e produção de combustível derivado de resíduos (CDR) em Paulínia (SP).	34	46

Plano Brasil Maior

O Plano Brasil Maior (PBM),⁴ anunciado em agosto de 2011, congrega e articula os esforços de política industrial do Governo Federal para o período de 2011 a 2014, com foco no estímulo à inovação e à competitividade da indústria brasileira. O PBM dá continuidade aos avanços obtidos com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) (2003-2007) e com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) (2008-2010).

Esse legado inclui a formulação e implementação de políticas sistêmicas e setoriais, em especial no contexto de reação aos efeitos prejudiciais da crise financeira internacional – como são os casos do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e das desonerações tributárias para bens de capital e bens de consumo duráveis.

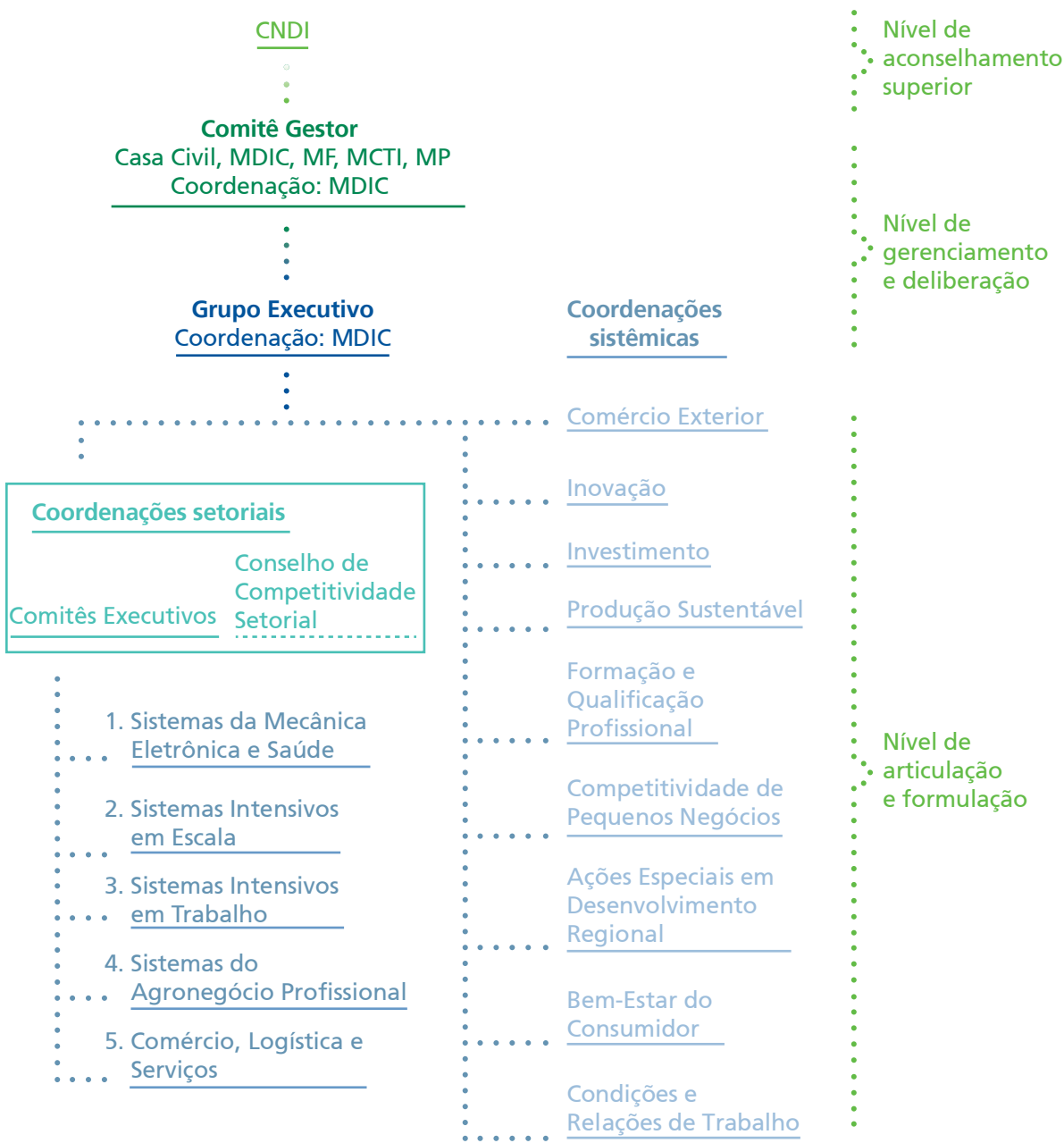
Destacam-se ainda aspectos institucionais, relacionados com a capacidade de mobilização do Estado, sua interação com o setor empresarial e a sociedade, e o estabelecimento de estruturas de acompanhamento e avaliação das políticas implementadas. O PBM integra instrumentos de vários ministérios e órgãos do Governo Federal cujas iniciativas e programas se somam em um esforço integrado e abrangente de fomento à produção nacional e geração de emprego e renda no país.

A atuação institucional do BNDES

O BNDES participa do Grupo Executivo,⁵ instância responsável pela consolidação dos programas e das ações do PBM e pelo acompanhamento dos resultados de sua execução, assessorando o Comitê Gestor;⁶ e, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI),⁷ órgão vinculado à Presidência da República, com participação da sociedade civil, que estabelece as orientações estratégicas gerais do PBM, conforme figura a seguir:

⁴ Plano Brasil Maior: <www.brasilmaior.mdic.gov.br>.
⁵ O Grupo Executivo é constituído por sete órgãos: MDIC (que o coordena), Casa Civil, MP, MF, MCT, ABDI, BNDES e Finep.
⁶ O Comitê Gestor é formado pelos titulares de cinco ministérios: MDIC (que o coordena), Casa Civil, MF, MCTI, MP.
⁷ O CNDI é formado por 13 ministros de Estado, pelo presidente do BNDES e por 14 representantes da sociedade civil.

Sistema de Gestão do Programa Brasil Maior



Fonte: Elaboração do BNDES, com base em dados de *Brasil Maior: inovar para competir, competir para crescer* - Plano 2011/2014, p. 32.

Em termos setoriais, os 19 comitês executivos e conselhos de competitividade agrupam-se em cinco blocos de sistemas produtivos. O BNDES participa de todos os comitês, seja como coordenador, vice-coordenador, seja como participante.

As medidas de lançamento

O plano estabeleceu um conjunto inicial de 35 medidas,⁸ em especial de caráter sistêmico, que serão complementadas ao longo do período 2011-2014, a partir do diálogo com o setor produtivo. Destacam-se:

- desoneração dos investimentos e das exportações;
- ampliação e simplificação do financiamento ao investimento e às exportações;
- aumento de recursos para inovação;
- aperfeiçoamento do marco regulatório da inovação;
- estímulos ao crescimento de pequenos e micronegócios;
- fortalecimento da defesa comercial;
- criação de regimes especiais para agregação de valor e de tecnologia nas cadeias produtivas; e
- regulamentação da lei de compras governamentais para estimular a produção e a inovação no país.

O BNDES contribuiu com um total de oito medidas, todas já implementadas:

- extensão do PSI até dezembro de 2012;
- ampliação de capital de giro para MPMEs – BNDES Progeren;
- relançamento do Programa BNDES Revitaliza;
- criação do Programa BNDES Qualificação;
- crédito pré-aprovado para planos de inovação empresas;
- novos recursos para a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) (R\$ 2 bilhões);
- ampliação dos programas setoriais;
- criação de programa para Fundo do Clima (MMA).

⁸ A lista de 35 medidas pode ser encontrada em <www.brasilmaior.mdic.gov.br/oplano/medidas/>.

Essas medidas desdobram-se nas seguintes ações:

CONTRIBUIÇÃO DO BNDES PARA O PLANO BRASIL MAIOR	
AÇÕES	OBJETIVO
BNDES Limite de Crédito Inclusão do apoio a investimentos em pesquisa, desenvolvimento ou inovação	Crédito rotativo para o apoio financeiro a empresas ou grupos econômicos que representem baixo risco de crédito, destinado à execução de investimentos correntes em seus respectivos setores de atuação, bem como investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação.
Criação do Programa BNDES P&G	Contribuir para o desenvolvimento da cadeia de fornecedores de bens e serviços relacionados ao setor de petróleo e gás natural (P&G).
Revisão BNDES Progeren Ampliação do prazo de vigência até 31 de dezembro de 2012; aumento da dotação em R\$ 7 bilhões; inclusão de beneficiários; ampliação do prazo de financiamento	Aumentar a produção, o emprego e a massa salarial por meio de apoio financeiro para capital de giro.
Criação do Programa BNDES Qualificação	Promover a implantação, expansão, modernização e, prioritariamente, a ampliação do número de vagas de instituições de ensino que ofereçam cursos de formação profissional inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio e educação tecnológica; apoiar projetos de implantação e modernização de infraestrutura destinados à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, nas instituições mencionadas anteriormente, que tenham como objetivo a solução de gargalos tecnológicos em áreas de conhecimento específicas.
Relançamento do BNDES Revitaliza	Apoiar a revitalização das empresas brasileiras que atuam em setores afetados negativamente pela conjuntura econômica internacional, priorizando a agregação de valor ao produto nacional, a adoção de métodos de produção mais eficientes, o fortalecimento da marca das empresas e a ampliação da inserção de bens e serviços brasileiros no mercado internacional.
BNDES Procaminhoneiro Prorrogação do prazo de vigência até 31 de dezembro de 2012	Financiamento à aquisição de caminhões, chassis, caminhões-tratores, carretas, cavalos-mecânicos, reboques, semirreboques e carrocerias para caminhões, novos ou usados, de fabricação nacional.
BNDES Finame Componentes Prorrogação do prazo de vigência até 31 de dezembro de 2012	Aquisição de peças, partes e componentes de fabricação nacional para incorporação em máquinas e equipamentos em fase de produção ou desenvolvimento e serviços tecnológicos relacionados à produção ou desenvolvimento de máquinas e equipamentos.

continua

continuação

CONTRIBUIÇÃO DO BNDES PARA O PLANO BRASIL MAIOR	
AÇÕES	OBJETIVO
BNDES PSI Prorrogação do prazo de vigência até 31 de dezembro de 2012	Estimular a produção, aquisição e exportação de bens de capital.
Criação do Programa Fundo Clima	Apoiar a implantação de empreendimentos, a aquisição de máquinas e equipamentos e o desenvolvimento tecnológico relacionados à redução de emissões de gases do efeito estufa e à adaptação às mudanças do clima e a seus efeitos.
Alteração das Políticas Operacionais do BNDES Estabelecer como itens não apoiáveis: a aquisição de bens importados sem similar nacional (exceto máquinas e equipamentos) e as despesas de internalização de bens importados sem similar nacional (exceto máquinas e equipamentos); estabelecer que os itens anteriormente citados serão apoiados mediante referenciais de custo de mercado; estabelecer, na linha de financiamento Importação de Bens de Capital, limite anual de US\$ 100 milhões e fixar valor máximo de financiamento em US\$ 3 milhões, por beneficiário, a cada 12 meses	Favorecer o conteúdo local.
Recursos para inovação Aumento de crédito de R\$ 2 bilhões do BNDES para ampliar a carteira da Finep em 2011	Ampliar recursos destinados para apoio a projetos de inovação.

O desembolso do BNDES para o PBM

O BNDES tem importante papel no financiamento do investimento dos programas do PBM, bem como no alcance de seus objetivos estratégicos – investimento fixo, qualificação profissional, inovação, diversificação das exportações, ampliação do valor agregado, entre outros. Em 2011, o apoio do BNDES aos setores do PBM (agropecuária, indústria, comércio e serviços) respondeu por 86% dos desembolsos do BNDES. Desses, 55% foram para os Sistemas da Mecânica, Eletroeletrônica e Saúde (Bloco 1 do PBM),⁹ que reúnem os setores com maior capacidade de transformação da estrutura produtiva em virtude de seu poder de difusão de inovações e de encadeamento intersetorial. Nos objetivos estratégicos, o apoio ao

⁹ Esse número considera as aquisições de bens de capital (FINAME) realizadas por setores de outros blocos.

investimento fixo respondeu por cerca de 70% das liberações, e os setores intensivos em conhecimento (alta e média-alta tecnologia, na classificação da OCDE) por 62% do desembolso.¹⁰

Política Nacional de Mudanças Climáticas

O BNDES é o agente financeiro dos recursos reembolsáveis do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), um dos instrumentos da Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC). Em 2011, suas regras de operação foram estabelecidas em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, resultando na criação do Programa Fundo Clima e seus subprogramas: transportes eficientes, energias renováveis, máquinas e equipamentos eficientes, resíduos sólidos com aproveitamento energético, carvão vegetal e combate à desertificação.

Erradicação da extrema pobreza

O Plano Brasil Sem Miséria estabelece três eixos de atuação para a erradicação da pobreza: eixo Garantia de Renda, eixo Acesso a Serviços e eixo Inclusão Produtiva, dos quais os dois últimos estão alinhados à atuação do BNDES.

O plano destaca a importância de ações para elevação da renda *per capita* e aumento das condições de bem-estar. Tomando por base o entendimento que pobreza é a ausência de bem-estar em algumas dimensões – Modernização da Administração Pública/ Saúde/Saneamento (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos)/Urbanização/Vias Públicas/Produção de Alimentos/Habitação/Trabalho/ Ocupação e Renda/Assistência Social/Educação/Segurança/Mobilidade Urbana/ Energia (Luz) –, o BNDES conta com políticas, programas, produtos e linhas de financiamento fortemente alinhados com essas dimensões, contribuindo com o intuito de erradicação da pobreza:

¹⁰ Esse número considera os seguintes setores: petróleo & gás e naval, complexo da saúde, complexo automotivo, aeronáutica e complexo da defesa, bens de capital (incluindo toda a FINAME), eletroeletrônicos/TICS, químico-petroquímico, energias renováveis e HPPC.

- BNDES Estados;

- PMAE (Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais);

- PMAT (Programa BNDES de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos Automático);

- Serviços de Educação, Saúde, Assistência Social e Segurança;

- PMI (Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos);

- Investimentos Sociais de Empresas;

- BNDES Microcrédito;

- BNDES Fundo Social;

- Fundo Amazônia;

- Iniciativa BNDES Mata Atlântica (IBMA);

- Provias (Programa de Intervenções Viárias);

- Programa Caminho da Escola;

- Prouca (Programa Um Computador por Aluno);

- Procapcred (Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito);

- Procap Produção (Programa de Capitalização de Cooperativas de Produção);

- Procap BK (Programa BNDES Capitalização de Empresas Fabricantes de Bens de Capital, Componentes e Autopeças);

- Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar);

- Propflora (Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas);



- Pronaf-Eco (Linha de Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental);
- Programa ABC (Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura);
- Produsa (Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável);
- BNDES Florestal (Apoio ao Reflorestamento, Recuperação e Uso Sustentável das Florestas);
- BNDES Compensação Florestal (Programa BNDES de Apoio à Compensação Florestal);
- Política de Entornos (Política de Atuação no Entorno de Projetos); e
- PDR (Política de Dinamização Regional).

Estruturação de projetos

Com a consolidação do marco regulatório das concessões de serviço público e parcerias público-privadas, os entes governamentais puderam incrementar ações de investimento por intermédio de parcerias com a iniciativa privada. O BNDES participa da estruturação dos projetos e auxilia o ente público na preparação dos editais. O Banco prioriza os projetos estruturantes no setor de infraestrutura, tanto em seu sentido tradicional (como rodovias, aeroportos, ferrovias, saneamento etc.) quanto em seu sentido social (saúde, educação etc.), que têm alto potencial modificador e que poderão ser replicados pelos entes governamentais para a concessão de serviços naquele campo específico. Assim, o BNDES contribui para o desenvolvimento do país e também para a formação de corpo técnico com capacidade de gestão dos projetos de longo prazo.

As demandas dos entes governamentais, interessados em viabilizar uma concessão pública (seja uma concessão tradicional ou uma parceria público-privada), chegam ao BNDES diretamente dos governos beneficiados pelos projetos. O Banco atua em conjunto com parceiros, quais

sejam: a Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP) e o fundo Programa de Fomento à Participação Privada (PFPP), em cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o International Finance Corporation (IFC) do Banco Mundial (sendo o PFPP administrado pelo IFC).¹¹

Para a estruturação dos projetos são contratados consultores com qualificação técnica específica, cujo objetivo é o de realizar estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e jurídica. Esses estudos são desenvolvidos em conjunto com a equipe do BNDES e do órgão público demandante para, posteriormente, servirem de referência aos investidores privados que participarão da licitação da futura concessão ou da parceria público-privada (PPP).

O BNDES também conta com o Fundo de Estruturação de Projetos (FEP), criado para possibilitar, por intermédio de financiamentos não reembolsáveis, a realização de estudos técnicos ou pesquisas relacionadas ao desenvolvimento econômico e social do Brasil e da América Latina, que possam orientar a formulação de políticas públicas.

Atuação na estruturação de projetos em 2011

A atuação do BNDES vai além de projetos de grande visibilidade como o Trem de Alta Velocidade ou as Arenas para a Copa do Mundo. Destacamos a seguir projetos com a participação do Banco.

Estudos concluídos em 2011 (sem editais publicados em 2011)

Concessões rodoviárias: estudos realizados pelo BNDES para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com o intuito de estruturar a 3ª Etapa – Fase 1 do Programa de Concessões de Rodovias Federais (rodovias BR-040, BR-116, localizadas em Minas Gerais).

¹¹ A EBP é uma sociedade anônima formada por vários bancos para desenvolver projetos de infraestrutura que contribuam para o desenvolvimento econômico e social brasileiro, criando oportunidades de investimento para o setor privado.

Corredor Ferroviário Bioceânico: estudo técnico financiado pelo Fundo de Estruturação de Projetos (BNDES FEP) para produzir e sistematizar informações que possam ser aplicadas na viabilização de um corredor ferroviário que conecte os portos do Sul e do Sudeste do Brasil a portos do Chile atravessando Paraguai e Bolívia.

Estacionamentos em BH e SP: estudos desenvolvidos em parceria com a EBP para concessão à iniciativa privada da construção, operação e manutenção – em cada cidade – de dez estacionamentos subterrâneos, com oferta de mais de quatro mil vagas.

Copasa: estudo desenvolvido com a EBP, visa à ampliação em 45% de um dos sistemas de tratamento e abastecimento de água para a Região Metropolitana de BH (Sistema Rio Manso).

Editais publicados/realizados em 2011

Trem de Alta Velocidade: o BNDES assessorou o Governo Federal na condução dos procedimentos necessários à implementação do projeto e continua atuando na estruturação de nova modelagem a ser implementada a partir de 2012.

Concessões rodoviárias: o BNDES também prestou assessoria, em parceria com a EBP, a ANTT e o Ministério dos Transportes, no estudo da concessão do trecho de 476 km da BR-101, iniciado na divisa dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo até o acesso ao município de Mucuri (BA). O trecho faz parte do Programa de Concessões de Rodovias Federais.

Concessões aeroportuárias – Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante (RN) (Asga): o BNDES coordenou a elaboração dos estudos para estruturação da concessão do ASGA. O leilão foi realizado no dia 22.8.2011 e a oferta vencedora superou o lance mínimo em 228,8%.

Concessões aeroportuárias – aeroportos internacionais de Guarulhos (GRU), Viracopos (VCP) e Brasília (BSB): BNDES e EPB desenvolveram estudos técnicos para a concessão desses aeroportos, cujos prazos serão de 20, 30 e 25 anos respectivamente.

A Infraero deterá até 49% das ações das sociedades de propósito específico (SPEs) que explorarão tais concessões.

Rede de Atenção Primária à Saúde de Belo

Horizonte: o projeto foi desenvolvido com recursos do Fundo Multilateral. Trata-se de uma PPP, na modalidade de concessão administrativa, para prestação de serviços de apoio à operação da rede, que será composta por 168 centros de saúde, uma central de material esterilizado e uma unidade de apoio diagnóstico.

Hospital Metropolitano: em parceria com a EBP, foram concluídos os estudos para concessão do Hospital Metropolitano de Belo Horizonte, que culminaram com o leilão em 15.2.2011.

Expansão da Rede de Educação de Belo Horizonte:

o Fundo Multilateral, com o apoio do BNDES, está atuando em conjunto com a Prefeitura de Belo Horizonte no desenvolvimento de uma PPP para construção e operação de serviços não pedagógicos de 32 unidades municipais de ensino infantil e cinco escolas municipais de ensino fundamental. Esse projeto está inserido no Planejamento Estratégico de BH. Em setembro de 2011, foi realizada a audiência pública do projeto.

Saneamento: foram concluídos estudos, em parceria com a EBP, do projeto de saneamento da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro (AP-5), que atenderá 1,8 milhão de habitantes, cujo leilão foi realizado com sucesso no dia 23.11.2011.

Rodoviária de Belo Horizonte: projeto desenvolvido em conjunto com a EBP visando à concessão para construção, operação e manutenção de novo Terminal Rodoviário fora da região central da cidade. O leilão foi realizado com sucesso em 9.11.2011.

Projetos de financiamento derivados de estudos/editais

Novo Mineirão – um estádio na frente: entre as ações do BNDES na estruturação de projetos, uma delas merece destaque. É o estádio do Mineirão, escolhido como uma das sedes da Copa das Confederações e das semifinais da Copa de 2014. Garantir que tudo estivesse pronto a tempo – da

elaboração do projeto à entrega do estádio, passando pela licitação da concessão – era um dos grandes desafios desse trabalho. O projeto teve que apresentar soluções técnicas flexíveis que permitissem sua utilização não somente durante a Copa do Mundo, mas por todo o prazo da concessão, oferecendo produtos que atendessem às expectativas do público e garantissem uma remuneração atrativa ao futuro operador.

O consórcio vencedor, Minas Arena, foi o que apresentou a maior taxa de deságio (7,5%) sobre o valor estimado pelo edital. Ele poderá explorar o estádio por 27 anos, dos quais dois para as obras de modernização, e a estimativa é de que invista R\$ 698 milhões.

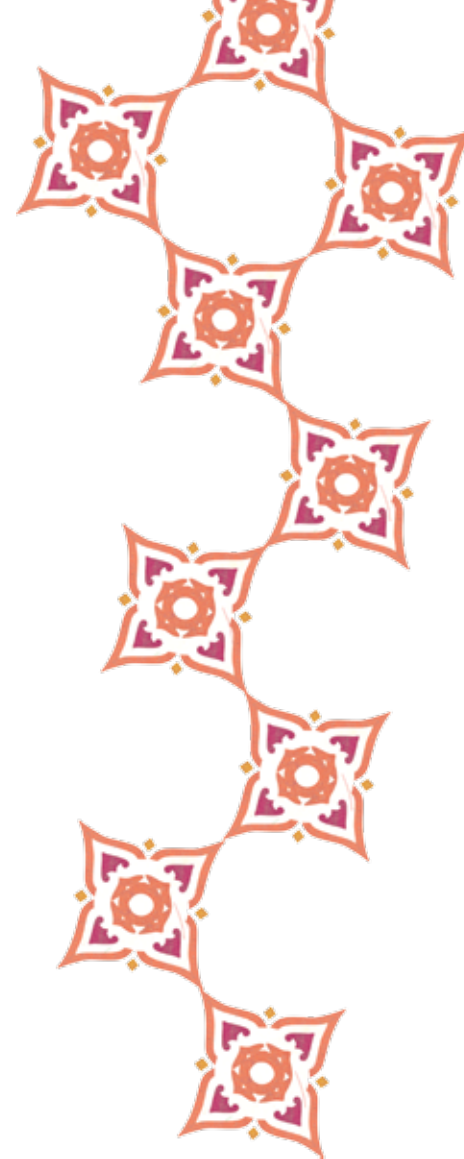
Nesse caso, o BNDES também concedeu financiamento de R\$ 400 milhões do programa BNDES ProCopa Arenas. O estádio está com as obras adiantadas, e a previsão de entrega é no fim de 2012.

Quando for inaugurado, o novo Mineirão terá capacidade para 62 mil pessoas, estacionamento para cerca de 2,5 mil carros, um museu e novos restaurantes.

Copa do Mundo de 2014

A escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 criou uma série de oportunidades e desafios para o país. O sucesso da realização desse evento contribuirá para consolidar a presença do Brasil no roteiro dos grandes eventos esportivos mundiais, além de trazer benefícios importantes e perenes para o turismo nacional.

Para a viabilização desse evento, é necessária a adequação da infraestrutura urbana das cidades que sediarão os jogos. Esse processo de adequação é complexo, compreendendo não apenas os estádios, que devem atender às especificações da Federação Internacional de Futebol, a Fifa, mas também a outros aspectos, entre eles: o acesso aos diversos modais de transporte que comportem o intenso deslocamento associado à Copa; a capacidade e a qualidade do parque hoteleiro das



cidades-sede; a estrutura de tecnologia de informação em cada cidade-sede; os centros de mídia (*international media centers*) e de *broadcasting* (*international broadcasting center*); e as instalações dos *fanparks* (espaço urbano, timbrado pela Fifa, para exibição pública dos jogos).

Os investimentos em infraestrutura hoteleira e de serviços visam garantir a qualidade do atendimento aos visitantes, promover uma imagem positiva do país e criar bases sustentáveis para o aproveitamento do legado a ser deixado pelo evento. O Brasil espera receber entre 500 mil e 600 mil turistas estrangeiros para a Copa e movimentar milhares de brasileiros pelas cidades-sede, produzindo impacto direto na atividade turística e na geração de empregos. As estimativas do valor total dos investimentos em infraestrutura e serviços previstos para a Copa ultrapassam R\$ 30 bilhões.

Para responder aos desafios de sediar a Copa de 2014, o BNDES foi acionado com o objetivo de atuar como um dos principais agentes financiadores de estados, municípios, empresas e entidades afins, para a implantação das adequações necessárias da infraestrutura urbana das cidades-sede.

O Banco criou, então, dois programas de financiamento para os investimentos necessários para a Copa: o BNDES ProCopa Arenas e o BNDES ProCopa Turismo.

O objetivo do BNDES ProCopa Arenas é o de apoiar os projetos de construção e reforma dos estádios que receberão os jogos da Copa e de urbanização do seu entorno. No âmbito desse programa, foram aprovados projetos de construção/reforma de estádios em oito estados: Rio de Janeiro, Ceará, Amazonas, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Minas Gerais. No caso específico do estádio do Mineirão, o BNDES participou da estruturação do projeto por meio dos recursos do FEP (ver Estruturação de Projetos, p. 112).

Já o BNDES ProCopa Turismo tem como objetivo financiar a construção, reforma, ampliação e modernização de hotéis, para aumentar a capacidade e melhorar a qualidade da hospedagem.

O Programa BNDES ProCopa Turismo prevê taxas de financiamento diferenciadas para empreendimentos

estruturados que levam em consideração os aspectos de sustentabilidade ambiental, comprovados por meio de certificação ambiental reconhecida por entidade acreditada no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

Encontros com parceiros estratégicos

A disseminação da visão transetorial, sistêmica e integrada, a incorporação dos temas transversais prioritários pela estrutura operacional do BNDES e a discussão e formulação de novas políticas para cumprimento desses objetivos são conduzidas em um fórum específico no BNDES, o Comitê de Arranjos Produtivos, Desenvolvimento Regional, Inovação e Meio Ambiente (CAR-IMA), coordenado desde 2007 pela Secretaria de Arranjos Produtivos e Inovativos e Desenvolvimento Local (SAR), vinculada ao Gabinete da Presidência do BNDES.

As ações ao longo de 2011 resultaram em propostas para maior sintonia e organicidade das políticas operacionais e planejamento estratégico do BNDES e de seus parceiros. Foi dada ênfase ao apoio e à instrumentalização dos programas prioritários do Governo Federal de outros parceiros estratégicos públicos e privados – iniciando pelo eixo da erradicação da miséria, nomeadamente o Plano Brasil Sem Miséria.

Com esse intuito, foram realizados 21 eventos nos quais foram articuladas e coordenadas as ações do BNDES e aprofundadas as parcerias com órgãos federais governamentais e privados, em especial os ministérios do Desenvolvimento Social (MDS), da Integração Nacional (MI), do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), da Cultura (MinC), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), da Pesca e Aquicultura (MPA), do Meio Ambiente (MMA), a Secretaria de Política para as Mulheres (SPM), o Instituto de Pesquisa econômica Aplicada (Ipea), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), a Confederação Nacional da

Indústria (CNI), o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), o Serviço Nacional de Apoio à Indústria (Senai), Serviço Social da Indústria (Sesi) e governos estaduais.

Destaque especial deve ser dado ao Encontro sobre Novas Orientações Estratégicas para Políticas de APLs no Desenvolvimento Sustentável, que reuniu secretários de dez ministérios, o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial e o diretor técnico do Sebrae, além do presidente, diretores, superintendentes e empregados do BNDES. Na ocasião, foram lançados dois livros com os resultados da pesquisa Mapeamento e Análise das Políticas para Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Brasil, realizada em 22 estados brasileiros e financiada pelo BNDES – ***Políticas para APLs no Brasil***, volume I: Sul, Sudeste e Centro-Oeste e volume II: Norte e Nordeste.

A fim de contribuir para a formulação, a convergência e o refinamento das políticas do BNDES e dos parceiros, o Banco também participou de fóruns, entre eles: o Grupo de Trabalho Permanente em APLs (GTP-APLs), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e com participação de diversos outros ministérios e organismos de política para orientar e coordenar os esforços de indução do desenvolvimento e inovação dos APLs, e o Grupo de Trabalho de Regionalização do Plano Brasil Maior, que visa garantir maior equidade da política no território brasileiro.

Para promover a troca de informações e experiências, o BNDES organizou oficinas de experiências sobre políticas nacionais, regionais e internacionais, quando foram apresentadas e discutidas experiências brasileiras e estrangeiras sobre políticas para o desenvolvimento, em especial os desafios para a economia brasileira e a Região Nordeste; desenvolvimento sustentável e o evento Rio +20; economia mundial, a crise financeira, inovação e desenvolvimento; inovação e o papel dos BRICS, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Em diversos fóruns nacionais, regionais e estaduais, e em seminários, reuniões e cursos, foram estimuladas a incorporação e a disseminação de conhecimentos no BNDES e seu desdobramento em novas ações e instrumentos de políticas, nos seguintes temas: Políticas para o Desenvolvimento, Arranjos Produtivos e Inovativos Locais;

Desenvolvimento Regional e Territorial; Ciência, Tecnologia e Inovação; Sustentabilidade Socioambiental; Financiamento ao Desenvolvimento e Inclusão Financeira.

Iniciativas para o desenvolvimento do mercado de renda fixa

Ao longo do ano, o BNDES participou de iniciativas ligadas ao desenvolvimento do mercado de renda fixa, tais como a construção do Novo Mercado de Renda Fixa, capitaneado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), e a estruturação do fundo de liquidez, em andamento.

Ademais, o Banco introduziu novos custos financeiros a suas políticas operacionais e alterou as condições de alguns já existentes. Esse processo teve o objetivo de aumentar as opções disponíveis aos beneficiários do apoio financeiro e viabilizar o repasse das captações de mercado. Nesse sentido, podem ser citados os custos flutuantes baseados nas taxas TJ3 e TJ6, divulgadas pela BM&FBovespa; a disponibilização de duas alternativas de concessão de empréstimos vinculados à taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia); e mudanças na metodologia do cálculo do custo financeiro e nas regras para operacionalização do produto referenciado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Ainda em relação às políticas operacionais do Banco, foram reduzidos os percentuais de participação do BNDES em projetos de investimento, direcionando o atendimento da parcela remanescente das necessidades de financiamento das empresas nacionais ao mercado de capitais.

O Banco também promoveu alterações no Programa de Aquisição de Debêntures em ofertas públicas, priorizando emissões com características compatíveis com o desenvolvimento de mercado (como a presença de formadores de mercado) e vedando a inclusão de papéis cuja

remuneração seja totalmente indexada à taxa de depósito interbancário DI.

Por fim, mediante uma nova política de giro dos papéis em carteira, que visa prioritariamente contribuir para o desenvolvimento do mercado secundário de títulos corporativos, o BNDES intensificou as negociações no mercado de debêntures, baseadas em uma avaliação criteriosa de preços justos de mercado. Em 2011, a participação relativa do BNDES no total negociado pelo mercado, considerando-se apenas as debêntures já negociadas pelo Banco, foi de 13,4%.

Promoção da transparência de mercado

O BNDES compreende a importância da informação precisa, tempestiva, transparente e confiável para um mercado eficiente, dinâmico e abrangente, em que os investidores não precisem correr riscos inadequadamente mensurados. Por essa razão, assim como os demais bancos de desenvolvimento, o BNDES tem participado ativamente do processo mundial de convergência aos padrões internacionais de informação contábil. Isto se dá pela sua atuação como agente facilitador ao promover discussões, difusão do conhecimento, apoio financeiro, acompanhamento de efeitos e tendências e aplicação de sua influência para estimular a adoção das normas internacionais IFRS (International Financial Reporting Standards).

Entre as várias frentes em que o BNDES vem atuando, podem-se citar:

ABDE (Associação Brasileira dos Bancos de Desenvolvimento): coordenação, desde 2009, da Comissão de Assuntos Contábeis com objetivo de: (a) difundir conhecimento; (b) auxiliar as agências menores em seu processo individual de migração para o IFRS; (c) encaminhar as particularidades e dificuldades dessas instituições aos órgãos reguladores. Nos últimos quatro anos, o BNDES organizou e realizou palestras sobre o tema nos encontros anuais da ABDE.

Tesouro Nacional/Órgãos governamentais: o BNDES está acompanhando a implementação, pela Secretaria do Tesouro Nacional, das normas internacionais de contabilidade para o setor público, com prazo de implantação previsto para 2012 (União e estados) e 2013 (municípios), visando estruturar um plano de apoio/programa de financiamento para esse processo.

CVM (Comissão de Valores Mobiliários): realização de seminário, em conjunto com a CVM, convocando dirigentes das companhias abertas, a fim de alertá-los sobre como preparar melhor o mercado para receber as informações elaboradas em IFRS e evitar especulações e inseguranças nos investidores.

Grupo CReCER (Contabilidad y Responsabilidad para el Crecimiento Economico Regional): grupo criado pelo Banco Mundial e pela International Federation of Accountants (IFAC) para auxiliar e acompanhar a implantação de IFRS na América Latina. Desde sua criação, em 2007, o BNDES tem sido membro ativo, participando de todas as conferências anuais. Essa participação tem sido de extrema importância, na medida em que permite uma troca de experiência entre os países.

IFRS para pequenas e médias empresas: uma das áreas de aplicação de IFRS em que o BNDES mais vem sendo demandado. Essa demanda se justifica pelo potencial de impacto, provavelmente maior que o da migração das empresas públicas, das empresas abertas e/ou das instituições financeiras para os novos padrões contábeis. Isso porque estes últimos sempre tiveram reguladores fortes (CVM e Banco Central) exigindo padrões mínimos de transparência e formalidade. Para as pequenas empresas, no entanto, a mudança será da quase inexistência de regulamentação para uma regulamentação formal de alta qualidade. Em parceria com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o BNDES promoveu, em 2010, dois seminários para capacitação de profissionais desse segmento, que foram sucesso de público, tendo sido transmitido por dois canais de TV via internet, no qual se verificou a participação de mais de 14 mil pessoas *on-line*, envolvendo mais de 100 cidades no exterior. O CFC solicitou formalmente o apoio do BNDES para multiplicar esse treinamento por todo o Brasil, e, inclusive, estendê-lo a alguns países africanos de língua portuguesa que assim

o solicitaram. Para maximizar os resultados nesse segmento, o BNDES já iniciou discussões sobre um possível convênio não apenas com o CFC, mas também com o Sebrae nacional, confederações, sistema S, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) etc.

IFAC (International Federation of Accountants): responsável pelas normas internacionais de auditoria e pelas normas internacionais de contabilidade para o setor público. O BNDES é o único representante brasileiro no conselho consultivo desse *board*.

GLASS (Group of Latin-America Accounting Standard Setters): órgão criado na última reunião do CReCER com o objetivo de fortalecer a posição da América Latina na fase de Consulta Pública de novas normas ou de alterações nas normas existentes. Dessa forma, os comentários dos países da América Latina passam a ser enviados em bloco, em vez de isoladamente, por cada país. O BNDES tem representação na câmara técnica e deverá manter uma equipe para examinar atentamente as minutas de novas normas, realizando testes e simulações que permitam o envio tempestivo de comentários a serem consolidados pelo GLASS.

IASB (International Accounting Standards Board): desde 2006, o BNDES vem participando de todas as conferências anuais, antecipando mudanças e se pronunciando sobre possíveis efeitos da adoção do IFRS nas empresas brasileiras. Em outubro 2011, o BNDES promoveu, em parceria com o IASB, uma conferência internacional sobre o ensino de contabilidade, tratando do que precisa ser mudado tanto nos cursos de graduação quanto nos cursos de MBA, mestrado e doutorado, a fim de adequá-los ao novo ambiente contábil, inclusive no que se refere à preparação de professores. O evento contou com a participação de mais de 900 pessoas, entre elas, os maiores especialistas no ensino contábil atuando na academia brasileira. Além disso, o BNDES assumiu o compromisso de contribuir anualmente para o IASB, participando da quota brasileira com o intuito de colaborar para preservar a independência do normatizador.

ISAR (International Specialists in Accounting Reporting): grupo de trabalho permanente da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) sobre assuntos contábeis. Acompanha o efeito da adoção do IFRS sobre os países que



migraram para o padrão internacional de contabilidade. Ultimamente, o acompanhamento de IFRS evoluiu para o conceito de Relatório Global Integrado, que conjuga a apresentação de informações contábeis com informações de sustentabilidade, agregando questões sobre meio ambiente e governança corporativa aos informes a serem apresentados pelas empresas globais. O BNDES participa ativamente desse grupo desde 2007, como parte integrante da delegação brasileira chefiada pela CVM.

IIRC (International Integrated Reporting Council): em 2011, o BNDES se engajou na iniciativa do Relatório Global Integrado, em consonância com o trabalho desenvolvido pelo ISAR (ver capítulo Políticas Transversais). A participação do BNDES se dará em três frentes: (1) como usuário da nova regulamentação, participando do teste piloto que resultará na estrutura conceitual básica (*framework*) da nova regulamentação; (2) como facilitador, no desenvolvimento de iniciativas que venham a estimular/requerer a aplicação da nova regulamentação pelas empresas que apoia; e (3) como difusor – elo entre o IIRC e o International Development Financial Club (IDFC) a fim de estimular o engajamento dos bancos de desenvolvimento membros do clube no processo de regulamentação do Relatório Global Integrado.

O BNDES acredita firmemente que a soma das iniciativas acima vai contribuir para um mercado mundial de capitais mais sólido, transparente e menos sujeito a crises. Desde 2010, o BNDES vem utilizando as normas internacionais na elaboração das suas próprias demonstrações financeiras. Os principais impactos estão demonstrados na seção IFRS do capítulo O BNDES em Números, p. 32 deste relatório.

O BNDES e o Protocolo Verde

O Protocolo Verde é um protocolo de intenções celebrado por instituições financeiras públicas e pelo Ministério do Meio Ambiente em 1995 e revisado em 2008.¹² Seu objetivo é definir

¹² Em 1995, o BNDES liderou os bancos públicos federais (além do BNDES, participam Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste do Brasil) na formalização do Protocolo Verde. Mais recentemente, em agosto de 2008, o BNDES e os bancos públicos federais celebraram, com o Ministério do Meio Ambiente, o Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental, revisão atualizada do Protocolo Verde de 1995.

políticas e práticas bancárias precursoras, multiplicadoras e exemplares em termos de responsabilidade socioambiental e em harmonia com o desenvolvimento sustentável.

Os signatários do protocolo comprometem-se a financiar o desenvolvimento com sustentabilidade, por meio de linhas de crédito e programas que promovam qualidade de vida da população e proteção ambiental. Os bancos participantes também reconhecem que podem cumprir papel fundamental na orientação de investimentos privados que pressuponham preservação ambiental e contínua melhoria do bem-estar da sociedade.

O BNDES se empenha continuamente em aprimorar sua atuação e atender ao Protocolo Verde mediante vários instrumentos e práticas que orientam suas ações, tanto no âmbito de sua atividade-fim de financiamento ao desenvolvimento, quanto em suas atividades administrativo-organizacionais internas. O cumprimento dos compromissos definidos nos cinco “princípios” do protocolo que, por sua vez, se desdobram em diretrizes específicas, podem ser observados na leitura deste relatório.

Para cada princípio, destacam-se as seguintes realizações em 2011:

- I. Financiar o desenvolvimento com sustentabilidade, por meio de linhas de crédito e programas que promovam a qualidade de vida da população, o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção ambiental.
 - Desenvolvimento de linhas de financiamento e programas com taxas atrativas para investimentos sociais e ambientais associados aos projetos de apoio financeiro (ver Investimento social das empresas, p. 66).
- II. Considerar os impactos e custos socioambientais na gestão de ativos (próprios e de terceiros) e nas análises de risco de clientes e de projetos de investimento, tendo por base a Política Nacional de Meio Ambiente.
 - Política operacional e procedimentos descritos neste relatório, nos capítulos Políticas Transversais e O BNDES em Números – Indicadores Financeiros, respectivamente.

III. Promover o consumo sustentável de recursos naturais, e de materiais deles derivados, nos processos internos.

- Além das tradicionais iniciativas (racionalização do consumo de energia, água e materiais de escritório; utilização de papéis de imprimir e escrever reciclados; coleta e separação dos bens descartados para reciclagem), em dezembro de 2011 foi aprovada a Política de Compras Sustentáveis do BNDES. Com essa iniciativa (mais detalhada no capítulo Ecoeficiência e Compras Sustentáveis), o Banco assume um papel indutor importante na disseminação das práticas operacionais sustentáveis, alcançando não só a cadeia de fornecedores de produtos e serviços, mas também os órgãos públicos e a sociedade.

IV. Informar, sensibilizar e engajar continuamente as partes interessadas nas políticas e práticas de sustentabilidade da instituição.

- O BNDES desenvolveu em 2011 o curso de análise socioambiental e palestras de ambientação para os novos funcionários (ver capítulo Gestão de Pessoas), sensibilizando e engajando o corpo funcional nas políticas e práticas já definidas pelo Banco. Ao longo desse ano, houve também expressiva mobilização de diferentes equipes técnicas para as discussões quanto a aprimoramentos e novas frentes de trabalho para o BNDES e a promoção da sustentabilidade, originando estudos (ver capítulo Estudos e Pesquisas), revisões de procedimentos internos, construção de indicadores (ver capítulos Estratégia e O BNDES em Números).

V. Promover a harmonização de procedimentos, cooperação e integração de esforços entre as organizações signatárias na implementação desses princípios.

- O BNDES acompanhou e participou de reuniões com o Ministério do Meio Ambiente, Banco Central e Federação Brasileira de Bancos (Febraban), discutindo e contribuindo para a definição e operacionalização de critérios e práticas mais sustentáveis.

Apoio à cultura

O BNDES contribui para a cultura brasileira por meio de ações de apoio à indústria cultural. Essas ações abrangem os segmentos da cadeia produtiva do audiovisual, patrimônio histórico nacional e acervos e publicações. Para mais informações a esse respeito, consultar a seção Economia da cultura, p. 191.

Nesta seção, apresentamos o apoio à cultura por meio de patrocínios, espetáculos em seu auditório e exposições em sua galeria no Rio de Janeiro.

Patrocínio a eventos e publicações

No ano de 2011, o BNDES viabilizou, por meio de suas ações de patrocínio, a realização de cerca de 120 projetos, com um aporte de mais de R\$ 20 milhões destinados a seminários, congressos, feiras, espetáculos, exposições, publicações e festivais.

Com essas iniciativas, o Banco procurou não apenas estimular a difusão de conhecimentos e o debate dos temas mais importantes para o desenvolvimento do país, como também promover negócios e estimular o contato entre os diversos segmentos de público com os quais mantém relação – indústria, sociedade civil, comunidade acadêmica, administração pública, entre outros.

Os eventos patrocinados refletem a diversidade da atuação da empresa, tratando de temas como inovação, meio ambiente, desenvolvimento regional, inclusão social, entre outros.

São exemplos do apoio do Banco em 2011:

- VIII Congresso Brasileiro de Eficiência Energética;
- 63ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência;
- 6º Encontro Nacional da Indústria;
- IV Congresso CONSAD de Gestão Pública; e
- XI Conferência ANPEI de Inovação Tecnológica.

Na área cultural, o BNDES investiu também na realização de inúmeros projetos, principalmente ligados a cinema, música, dança, literatura e patrimônio histórico. Assim, estimulou também a difusão da cultura brasileira e o desenvolvimento da cadeia produtiva do setor de entretenimento.

As ações de patrocínio, distribuídas por todas as regiões do Brasil, contemplaram projetos como:

- FestCine Amazônia, em Porto Velho (RO);
- Mostra Internacional de Música de Olinda (PE);
- III Feira Literária de Pirenópolis – Flipiri (GO);
- Jornada Literária de Passo Fundo (RS);
- É Tudo Verdade – 16º Festival Internacional de Documentários (RJ e SP);
- Memória da Arte Franciscana – publicação; e
- Linda Olinda – publicação.

Desde 2004, o patrocínio a eventos e publicações soma um investimento de cerca de R\$ 70 milhões, em mais de 620 projetos.

Quintas no BNDES

O BNDES promove, todas as quintas-feiras, em seu auditório no Rio de Janeiro, o Quintas no BNDES. Trata-se de uma programação anual, gratuita, de espetáculos de música popular, instrumental e erudita, contribuindo para a divulgação de artistas, intérpretes e composições brasileiras. Essa iniciativa contribui para a difusão e o fortalecimento da cultura brasileira.

Como um dos principais instrumentos de interação do BNDES com a comunidade local, o Quintas no BNDES, em sua temporada de 2011, recebeu uma média de 300 pessoas em cada espetáculo, representando uma lotação acima de 70% do auditório.

Galeria BNDES

A Galeria BNDES é um espaço voltado à expressão da arte brasileira. Abriga exposições individuais ou coletivas, de artes plásticas ou fotografia, gratuitas e abertas ao público nos dias úteis, das 10h às 20h.

Em 2011, foram recebidas as exposições Rio Nova Arte (março-abril), Black Tie (maio-junho) e 50 anos de pintura de Ferenckiss no Brasil (novembro), além da 27ª Expoarte (junho-julho) e a 19ª Expofoto (dezembro-janeiro), organizadas pela Associação de Empregados do BNDES.

O concurso para seleção de projetos culturais para a Galeria, previsto para 2011, foi suspenso em função da necessidade de alteração do edital, sendo prevista sua reabertura em 2012.

Projeto Memória

Ciente da importância de capitalizar conhecimentos e experiências, o BNDES deu início a um amplo projeto de memória institucional.

O projeto visa resgatar, preservar e divulgar a trajetória e o papel do Banco no desenvolvimento econômico e social do país. Além de recuperar e contar essa história, o projeto objetiva criar condições para um registro contínuo da memória da instituição, fortalecendo a transparência de sua atuação perante a sociedade e garantindo a gestão do conhecimento corporativo.

Foi contratada em 2011 uma empresa especializada em memória empresarial, que está responsável pela pesquisa inicial, coleta de depoimentos e consultoria na idealização de alguns produtos.

Entre os produtos desse projeto, estão previstos para 2012 um vídeo comemorativo para o aniversário de 60 anos do Banco, uma exposição e um livro.



7

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Desenvolvimento social e meio ambiente

O BNDES intensificou substancialmente suas atividades internacionais, durante o ano de 2011, por meio da participação em missões externas, do recebimento de delegações estrangeiras e das atividades dos escritórios internacionais. Foram dados passos importantes na consolidação de sua presença externa, com o desenvolvimento dos planos de negócios em Londres e em Montevideu.

Importantes ações de divulgação e de cooperação técnica foram desempenhadas, visando aproximar o Banco de novos mercados emergentes, notadamente asiáticos e africanos, bem como no estabelecimento de parcerias com os mercados mais desenvolvidos, com a ajuda do escritório em Londres. O escritório em

Montevidéu tem especial importância na construção da imagem do Banco na região e na promoção da integração sul-americana.

Merece destaque o incremento do relacionamento internacional institucional, por meio da negociação de instrumentos de cooperação entre o Banco e entes externos; da participação em eventos no exterior; de reuniões com organismos multilaterais e das missões oficiais de governo. Isso se reflete na crescente participação em associações nacionais e internacionais e no grande aumento do número de delegações estrangeiras que visitaram suas instalações.

O interesse internacional pelo BNDES reflete tanto a crescente importância das economias emergentes na economia global, na qual o Brasil desponta como um dos destaques positivos, quanto o relevante papel do Banco como agente mitigador dos efeitos da crise no Brasil.

Entre os fóruns internacionais que contribuíram para fortalecer a representação institucional e para responder ao interesse especial pelas oportunidades de investimentos no Brasil, sobressaiu a participação do Banco no Fórum Econômico Mundial, em Davos, e na sessão da América Latina, no Rio de Janeiro; no Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo; na Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática, em Durban; na Reunião Anual do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, em Washington; na Reunião Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Calgary; e, na missão de divulgação do mercado financeiro brasileiro, no reconhecido Best Brazil, na Ásia.

A captação internacional de recursos para complementar o orçamento do Banco, tanto nas operações de empréstimos com organismos internacionais, quanto no mercado financeiro, proporcionaram oportunidades importantes e inovadoras, confirmando a boa receptividade dos investidores internacionais ao BNDES. As diretrizes estratégicas de diversificação e de busca de eficiência foram perseguidas, tendo o Banco voltado a acessar os mercados de francos suíços e de empréstimos bancários, depois de uma década de ausência, proporcionando menores custos e abrindo oportunidades para captações futuras.

Outra mudança notável foi o foco dos organismos internacionais, com a transição de interesses específicos para globais. Enquanto, no passado, as captações eram norteadas pelo interesse do organismo estrangeiro em fomentar setores específicos no Brasil, as recentes captações mostraram a preocupação global com questões ambientais, incluindo o tema da sustentabilidade e o apoio às energias renováveis nos projetos financiados.

Foram contratados US\$ 970 milhões, dos quais US\$ 300 milhões, do Japan Bank for International Cooperation (JBIC), no âmbito de uma nova linha de crédito, denominada Global Action for Reconciling Economic Growth and Environmental Preservation (GREEN), destinada a projetos que favoreçam a preservação ambiental global, a eficiência energética, a utilização de energias renováveis e a redução do efeito estufa. E, aproximadamente, US\$ 670 milhões (€ 500 milhões), do Banco Europeu de Investimentos (BEI), com vistas a apoiar projetos que favoreçam a sustentabilidade ambiental e que mitiguem os efeitos das mudanças climáticas globais. Esse contrato foi assinado em outubro sem necessidade de garantia soberana, refletindo a percepção de menor risco atribuído ao BNDES.

A crise global proporcionou oportunidades externas de investimentos para as empresas brasileiras, consolidando um processo que se desdobra há algumas décadas. O movimento das empresas incentiva o próprio processo de internacionalização do Banco, que vem se preparando para apoiá-las com novos instrumentos financeiros e com recursos captados em novos mercados externos.

Atuação com instituições nacionais e internacionais

- Patrocínio a eventos em temas de política externa e pesquisa com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e com empresas para aperfeiçoar e fortalecer as estruturas bilaterais de comércio, investimento e a agenda governamental como com o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC);

- Seminários associados a impactos socioeconômicos das transformações da China contemporânea sobre a América Latina e o Brasil, promovidos pelo Instituto de Estudos Brasil-China (Ibrach);
- Participação na reunião anual, nos seminários e treinamentos para cooperação técnica e financeira entre os membros da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide);
- Participação como membro do Brazil Industries Coalition (BIC), iniciativa conjunta da Embaixada do Brasil, em Washington, e do setor privado brasileiro, que oferece uma plataforma de interação entre as empresas brasileiras e o Congresso e o Executivo americanos;
- Participação nos comitês promovidos pelo Institute of International Finance (IIF), criado em resposta à crise da dívida externa dos países em desenvolvimento;
- Participação nas iniciativas do International Development Finance Club (IDFC), liderado pelo Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), relacionadas a *climate finance*, ao financiamento da infraestrutura e à inovação em empresas, e à redução da pobreza, que reúne os principais bancos de desenvolvimento do mundo;
- Participação das discussões para o estabelecimento legal do The Montreal Group, liderado pelo Banque de Développement du Canadá (BDC), com atuação em políticas de financiamento e apoio a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs); e
- Retomada do relacionamento com a Association of Development Financing Institutions in Asia and the Pacific (ADFIAP), composta por 127 membros, em 44 países, interessados em promover o desenvolvimento sustentável da Ásia e do Pacífico.

O BNDES assinou acordos, convênios e memorandos com as seguintes instituições, entre as quais sobressaem os novos parceiros em mercados emergentes: Japan Bank for International Cooperation e Nippon Export and Investment Insurance (Japão), Mubadala Development Company (Emirados Árabes Unidos),

Garanti-Instituttet for Eksportkreditt (Noruega), The Export-Import Bank of Korea, Banco de la Nación e Banco de Inversión y Comercio Exterior Sociedad Anônima (Argentina), Société Fédérale de Participations et d'Investissement (Bélgica) e com os membros da associação de bancos de desenvolvimento dos BRICS, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

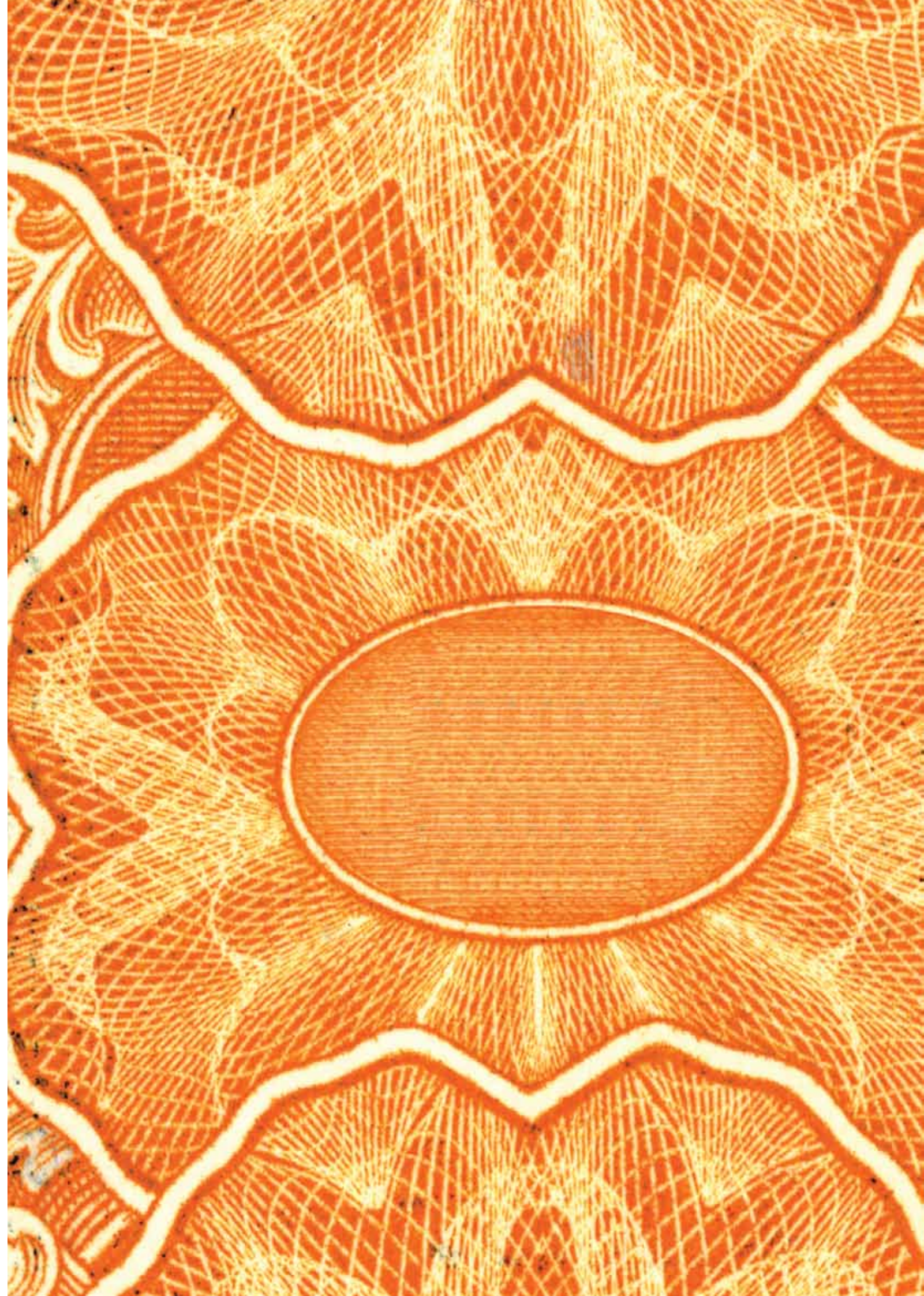
Para consolidar o conhecimento sobre a atuação internacional do BNDES e sobre economia mundial foram produzidos diversos informativos, inclusive com acompanhamento dos investimentos de empresas brasileiras no exterior, que auxiliam na análise de suas estratégias de internacionalização e seus impactos no acesso aos novos mercados, às melhores práticas de gestão, aos recursos tecnológicos e à inovação e seus efeitos sobre a economia brasileira.

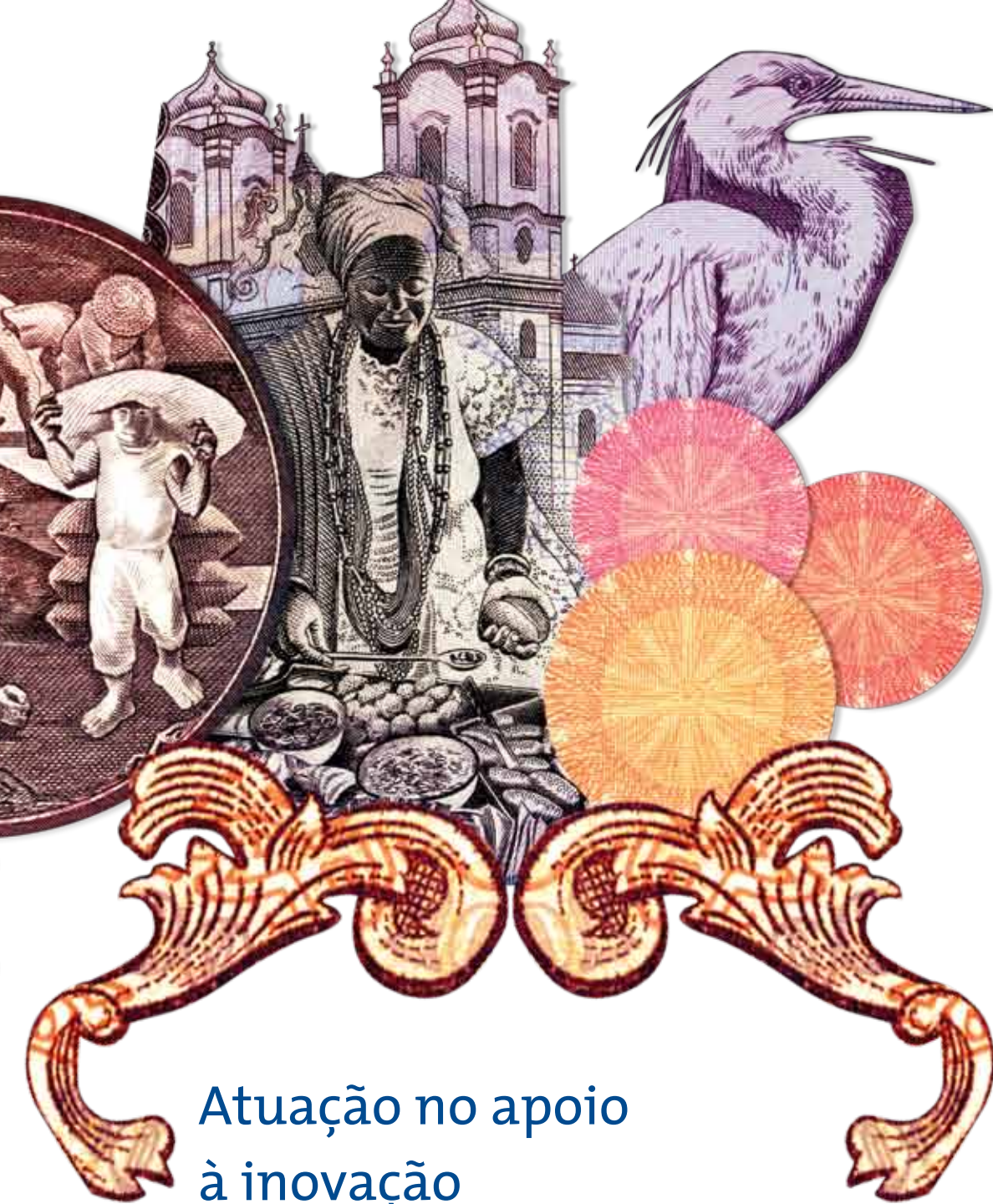
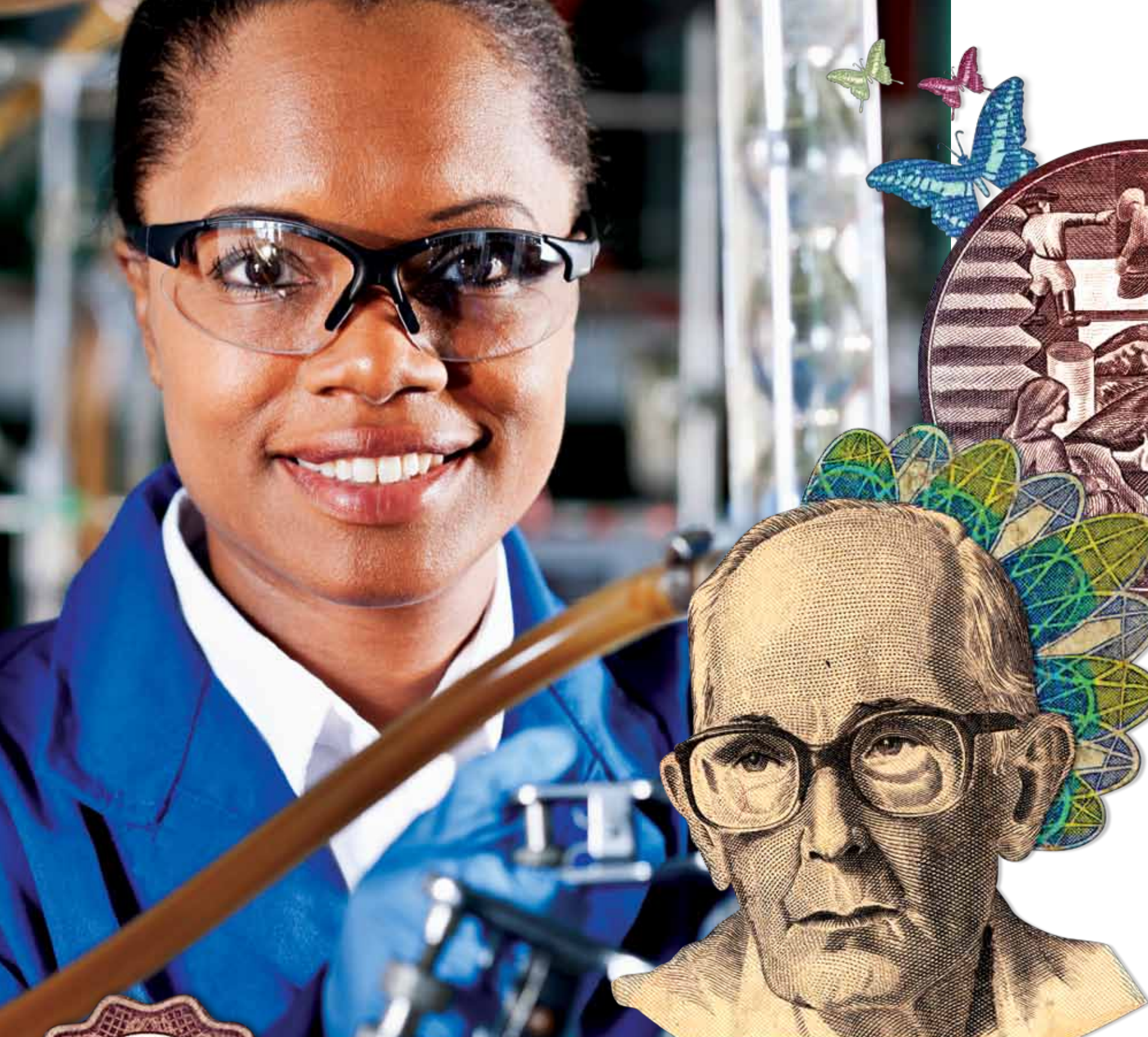
Avaliação do risco internacional de empresas/países

Foram criados vários normativos com o intuito de dotar o BNDES de elementos que permitam a maior assunção de risco direto em operações de crédito no exterior. Também se desenvolveram metodologias para a análise de risco de crédito de instituições não financeiras domiciliadas no exterior, procedimentos para a classificação do risco de crédito de entidades soberanas e foram estabelecidos limites e margens para a exposição com instituições sediadas no exterior. Todos esses desenvolvimentos possibilitaram a apuração mais adequada do risco de crédito de instituições estrangeiras, ampliando a atuação do BNDES no apoio às empresas brasileiras exportadoras.

Acordo Aeronáutico – ASU (Aircraft Sector Understanding)

Desde julho de 2007, o Brasil participa do Acordo sobre Créditos e Garantias à Exportação de Aeronaves Cíveis, no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A adesão brasileira, com ativa participação do BNDES na delegação negociadora, reduziu significativamente o espaço para disputas entre governos sobre o financiamento público à exportação de aeronaves cíveis e demais bens e serviços da cadeia produtiva aeronáutica, uma vez que o acordo confere maior transparência e previsibilidade às condições financeiras oferecidas pelos países exportadores do setor. Entre outras inovações, a revisão concluída em 2011 harmoniza as condições mínimas do apoio público para aeronaves de grande porte com aquelas aplicáveis às de menor porte. Ademais, foi adotada uma série de mitigantes obrigatórios e facultativos, a depender da classificação de risco do devedor.





Atuação no apoio à inovação

A inovação é tema prioritário para o Brasil, por sua capacidade de contribuir para o crescimento econômico do país e para a melhoria da competitividade das empresas brasileiras. O investimento sistemático em inovação pode garantir a sustentabilidade de longo prazo do desenvolvimento nacional e, além do já citado impacto positivo no aumento da competitividade, pode proporcionar a criação de melhores empregos e melhor uso dos recursos naturais.

O reconhecimento pelo governo da importância de investir em inovação resultou na incorporação do tema a uma série de políticas públicas, inicialmente com os Fundos Setoriais e as Leis da Inovação (Lei 10.973, de 2.12.2004) e do Bem (Lei 11.196, de 21.11.2005) e, posteriormente, com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), o Plano Brasil Maior e o Plano de Ação em Ciência Tecnologia e Inovação (PACTI).

8

POLÍTICAS TRANSVERSAIS

O PACTI, vigente desde 2007 e revisado em 2011, tem quatro prioridades estratégicas: expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; promoção da inovação tecnológica nas empresas; pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas; e ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social. As prioridades estabelecem metas compartilhadas com a política industrial visando elevar os investimentos empresariais em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao PIB.

O Banco, em consonância com as políticas públicas, também adotou a inovação como prioridade estratégica e utilizou a política industrial, em conjunto com os objetivos e programas estabelecidos no PACTI, como referência para orientar suas diretrizes no apoio à inovação. Parceiro das ações definidas no PACTI, criou instrumentos específicos destinados a apoiar a inovação em empresas de diferentes portes e de todos os setores da economia.

O objetivo do BNDES é fomentar e financiar projetos de investimento associados à formação de capacitações e de ambientes inovadores, contribuindo para o melhor posicionamento competitivo das empresas e para o aumento das atividades inovativas no país, a fim de que sejam realizadas em caráter sistemático.

O ano de 2011 foi marcado pela revisão da Política de Inovação do BNDES, que passou a incorporar temas como a geração de valor econômico e social, a criação de empregos de melhor qualidade, o aumento da eficiência produtiva, a sustentabilidade ambiental e o crescimento sustentado do país.

Outro destaque no ano foi a constituição do Comitê de Inovação (Coln). Composto por representantes de nove áreas do Banco, o Coln surgiu em função da necessidade de uniformização de conceitos e procedimentos acerca do trato da inovação. De cunho consultivo e técnico, o Comitê presta assessoria na análise dos pedidos de colaboração financeira submetidos ao BNDES no âmbito dos instrumentos de apoio à inovação.

Em 2011, o prazo do programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI) foi novamente estendido, proporcionando a redução das taxas de juros para projetos de inovação até o fim de 2012. Houve também a reformulação do

produto Limite de Crédito, tornando possível seu uso no apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. O objetivo dessa medida foi agilizar o apoio a empresas inovadoras que têm baixo risco de crédito.

O Fundo Tecnológico (BNDES Funtec) não reembolsável priorizou projetos que objetivaram estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação, direcionados para os seguintes temas: energia (bioenergia, energias alternativas, usinas térmicas, energia nuclear e distribuição de energia); meio ambiente; saúde; eletrônica; novos materiais; química; transportes; e petróleo e gás. O BNDES conta também com o Fundo Criatec, em destaque no capítulo O BNDES em Números, p. 32.

Os desembolsos destinados às linhas e programas de apoio à inovação no ano de 2011 superaram as metas estabelecidas e atingiram o montante de R\$ 2,6 bilhões, valor superior aos R\$ 1,4 bilhão realizados em 2010. No período de 2011, o valor destinado à aquisição de máquinas e equipamentos industriais para micro e pequenas empresas foi de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão.

O BNDES tem como diretriz apoiar políticas públicas de fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação. Esse apoio se materializa no fortalecimento de parcerias e na atuação articulada com outros entes públicos responsáveis pelo desenvolvimento tecnológico e científico do país. Nesse sentido, o BNDES concedeu crédito de R\$ 1 bilhão à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), para que ela pudesse ampliar sua carteira de inovação.

Outra iniciativa em conjunto com a Finep foi o lançamento do Plano de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucoenergético e Sucoquímico (PAISS). A iniciativa, que conta com recursos do BNDES da ordem de R\$ 1 bilhão para utilização até 2014, visa fomentar atividades empreendedoras para o desenvolvimento, a produção e a comercialização de novas tecnologias industriais destinadas ao processamento da biomassa da cana-de-açúcar.

Além disso, o BNDES firmou mais uma parceria com a Finep, que passou a atuar como agente financeiro repassador, operando de forma indireta a Linha Inovação Tecnológica e a Linha Capital Inovador.

Buscando aprimorar o conhecimento a respeito das características e dinâmicas da inovação nas empresas brasileiras, o BNDES, com os recursos do Fundo de Estruturação de Projetos (FEP), iniciou em 2011 o processo de seleção e contratação, com a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, de um estudo a ser realizado com base nos dados da última Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec). O estudo fornecerá um diagnóstico sistematizado das atividades e da capacidade inovativa da indústria brasileira, bem como do uso de instrumentos de apoio à inovação. O BNDES espera que o estudo contribua para a melhoria de sua política de atuação no apoio à inovação e para o desenho de políticas públicas mais adequadas ao fomento à inovação nas empresas brasileiras.

Mobilização Empresarial pela Inovação

Em junho de 2009, foi concebida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), movimento que pretende, entre outros objetivos, tornar a inovação uma prioridade estratégica das empresas, independentemente do porte ou setor de atividade. Com a MEI, as empresas assumem o protagonismo na agenda de inovação do país, fato central para o desenvolvimento e para elevar o dinamismo e a competitividade das indústrias brasileiras na economia global.

O movimento atribui às empresas maior responsabilidade, mas não exclusividade, nesse esforço inovativo, portanto, busca estabelecer parcerias entre o governo e o setor privado.

O BNDES é parceiro da MEI desde sua criação, participando ativamente das reuniões com os líderes empresariais, estimulando e fomentando o movimento no Brasil.

Atuação e política socioambiental

A Política Socioambiental orienta a atuação do Sistema BNDES para promover o desenvolvimento sustentável, em todos os empreendimentos apoiados, considerando a concepção integrada das dimensões econômica, social, ambiental e regional, bem como o compromisso com as gerações presente e futura.

A Política Socioambiental reforça tanto a aplicação das diretrizes socioambientais para a elaboração dos produtos, linhas, programas e fundos do BNDES, como a prática mais alinhada à incorporação das questões sociais e ambientais no principal macroprocesso operacional do BNDES: o fluxo de concessão do apoio financeiro, conforme apresentado no capítulo Governança.

De forma dinâmica, ela consolida as práticas existentes na instituição e incorpora novos instrumentos, à medida que são desenvolvidos. A Política Socioambiental considera os compromissos assumidos pelo Banco no Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Social e Ambiental – Novo Protocolo Verde – e na Política de Responsabilidade Social e Ambiental (RSA) do Sistema BNDES.

Atuação regional

A redução das desigualdades sociais e regionais é um dos compromissos do BNDES, conforme expresso em sua missão institucional. Assim, o Banco envida esforços para ampliar o acesso a seus recursos financeiros, respeitando e valorizando as diferentes realidades e vocações em todo o território nacional e, do mesmo modo, utiliza diferentes instrumentos financeiros, considera diversos recortes territoriais e trabalha alinhado com as políticas públicas nas três esferas de governo, sempre em parceria com agentes públicos e privados.

A composição do portfólio de produtos, programas e linhas de financiamento disponíveis perpassa os setores mais



tradicionais da economia até o microempreendedor individual, incluindo Arranjos Produtivos Locais e outras formas de organização, além do apoio a estados e municípios.

A Política de Dinamização Regional do BNDES está alinhada com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e estabelece níveis de participação diferenciados nos financiamentos, tanto para as regiões Norte e Nordeste (recorte macrorregional), quanto para municípios em todo o Brasil, de acordo com critérios de categorização nela instituídos.

Para operar nos diversos recortes e para maximizar o alinhamento com as políticas públicas existentes e a complementaridade de recursos das esferas governamentais, o Banco promoveu oficinas com parceiros estratégicos, conforme abordado no capítulo Atuação Institucional.

Como destaque na carteira de financiamento, foram estreitadas as relações com as administrações estaduais e municipais, respeitando o pacto federativo, contribuindo na realização de discussões, no estímulo ao fortalecimento das respectivas gestões e no apoio aos investimentos de infraestrutura para o desenvolvimento regional, sob a responsabilidade dos entes públicos. Na esteira do relacionamento com os estados, o Banco estimulou o fomento aos Arranjos Produtivos Locais, com recursos não reembolsáveis, em proporção semelhante ao aporte dos tesouros estaduais, destacando-se a Região Nordeste na carteira de apoio, conforme apresentado a seguir.

Política de atuação no entorno de projetos

Destaca-se também na atuação regional a implantação da Política de Entornos, que busca a integração da atividade de apoio financeiro a projetos econômicos com a da atuação voltada ao desenvolvimento territorial sustentável. O objetivo é promover as oportunidades de desenvolvimento que podem ser catalisadas pela implantação de projetos financiados pelo BNDES em suas respectivas áreas de influência, em especial naquelas de maior fragilidade econômica, institucional e social. O pressuposto é mobilizar e apoiar a atuação integrada de empreendedores, do poder público e dos demais agentes

interessados em construir e implementar, nos territórios onde estão presentes, oportunidades de desenvolvimento mais inclusivas e com maior participação social e perspectiva de consolidação ao longo do tempo. A Política de Entornos vem orientando a análise das operações de financiamento e a negociação com os investidores, buscando a inserção mais qualificada dos empreendimentos para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

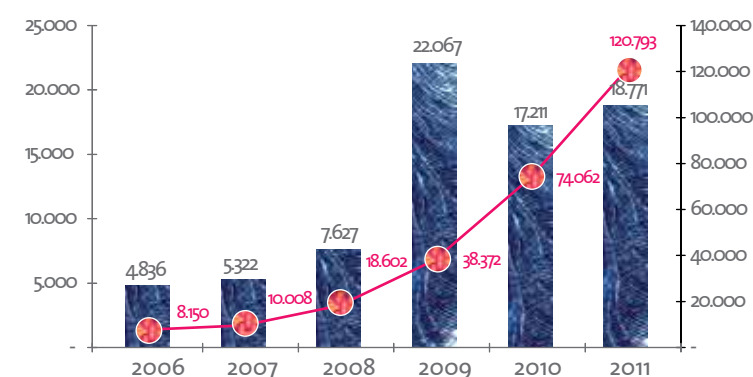
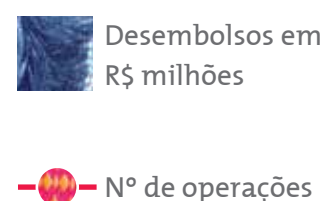
Durante o ano de 2011, foram definidas e validadas a estrutura processual, as regras de negócio, a capacitação e a governança interna para a política, visando à articulação efetiva dos instrumentos de apoio do BNDES ao desenvolvimento dos territórios e ao maior engajamento de outros agentes privados e públicos na proposta. Cinco casos práticos estão sendo tratados com a metodologia: Complexo Industrial Portuário de Suape, em Pernambuco; Aproveitamento Hidroelétrico de Belo Monte, no Pará; Complexo Industrial do Superporto do Açú, no Rio de Janeiro; Complexo do Patrimônio Histórico de Rio Grande, no Rio Grande do Sul e Consórcio do Alto Paraopebas (Codap), na região minerio-metalúrgica de Minas Gerais. Mais detalhes desses projetos encontram-se no capítulo Desempenho Operacional.

Região Nordeste

Em 2011, os desembolsos do BNDES na Região Nordeste alcançaram R\$ 18,7 bilhões, proporcionando um crescimento de 9% em relação ao ano anterior. Com esse desempenho, a participação do Nordeste nas liberações totais do Banco subiu para 13,5%, contra 10,2% em 2010. Trata-se do segundo melhor desempenho da história do BNDES na região em valor dos desembolsos, inferior apenas ao de 2009, quando foi realizada a liberação recorde para o projeto da Refinaria Abreu e Lima em Suape, Pernambuco (ver gráfico a seguir).

Esses desembolsos foram decorrentes da realização de 120.793 operações na região, proporcionando um crescimento de 63% em relação a 2010. Esse resultado estabeleceu um novo recorde e manteve a tendência de ampliação do número de beneficiários do apoio financeiro do BNDES em todos os estados da região. Ressalta-se ainda que, das operações realizadas no Nordeste, 96,1% foram destinadas a micro, pequenas e médias empresas.

Região Nordeste – evolução dos desembolsos do BNDES – 2006-2011



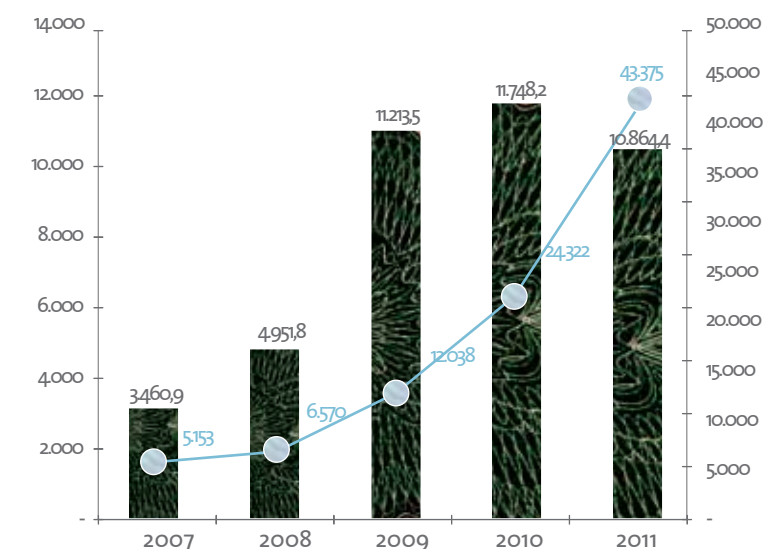
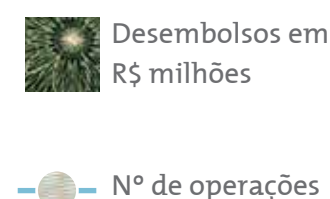
O montante liberado no ano passado correspondeu a uma contribuição estimada de 23% para Formação Bruta de Capital Fixo na região; ou seja, dos investimentos realizados no Nordeste em 2011. Pelo terceiro ano consecutivo, as liberações para o Nordeste mantiveram-se em patamar três vezes maior do que a média anual alcançada na década passada. Esse desempenho foi resultante, em grande parte, do apoio aos grandes projetos de infraestrutura e da indústria de transformação, localizados nos quatro estados com as maiores economias estaduais da Região Nordeste: Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão.

Regiões Norte e Centro-Oeste

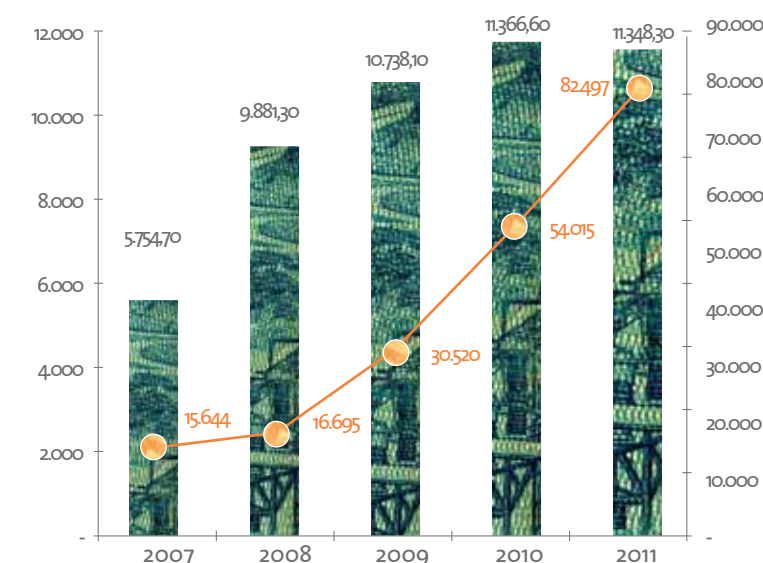
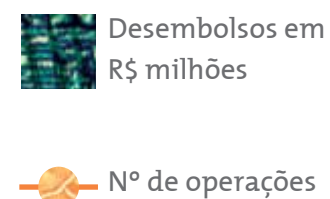
Embora tenha havido, em 2011, queda nos valores de desembolsos para as regiões Norte e Centro-Oeste, é importante ressaltar que a participação dessas regiões nos desembolsos totais do BNDES aumentou de 13,7% para 16% no ano de 2011. A Região Norte passou de uma participação relativa de 6,9% dos desembolsos totais do BNDES em 2010 para 7,8% em 2011, e a Região Centro-Oeste, de 6,7% para 8,2%. Em 2011, a Região Norte recebeu desembolsos no valor de R\$ 10,9 bilhões e a Região Centro-Oeste de R\$ 11,3 bilhões.

O aumento da participação relativa das regiões Norte e Centro-Oeste é resultado de uma política de desconcentração regional do BNDES associada aos grandes projetos de infraestrutura que estão em curso nas regiões. Sobressaem os projetos do setor elétrico, com as obras nas usinas hidrelétricas de Belo Monte, Santo Antonio e Jirau, Estreito e Teles Pires, bem como a implantação de linhas de transmissão de energia elétrica nos estados de Rondônia, Pará e Amazonas. Também foram relevantes os desembolsos destinados à extração mineral, com investimentos expressivos em plantas de beneficiamento e na infraestrutura logística envolvida (Ferrovia Norte-Sul).

Região Norte: desembolsos e nº de operações (2007-2011)



Região Centro-Oeste: desembolsos e nº de operações (2007-2011)



Foi bastante significativo o aumento no número de operações realizadas nessas regiões em 2011. A Região Norte registrou um aumento de 78,3%, e a Região Centro-Oeste de 52,7%, em relação a um aumento de 47% no Brasil. Esse aumento se deve principalmente ao grande volume de operações realizadas com o segmento de micro, pequenas empresas e pessoas físicas. Na Região Norte, 87% do total de operações foram realizadas com esse segmento. Já na Região Centro-Oeste, do total de 82.479 operações, 72.917 foram realizadas com micro, pequenas empresas e pessoas físicas (88,4%). Os desembolsos destinados às micro, pequenas empresas e pessoas físicas totalizaram R\$ 1,6 bilhão na Região Norte e R\$ 4,2 bilhões na Região Centro-Oeste.



Em 2011, o BNDES desenvolveu diversas iniciativas relevantes para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Brasil, entre elas, a definição de temas a serem desenvolvidos em pesquisas científicas ou estudos técnicos com apoio financeiro não reembolsável do Fundo de Estruturação de Projetos (FEP BNDES).

Além disso, no decorrer do ano, foram estabelecidas e consolidadas parcerias com diferentes instituições e órgãos de governo com o objetivo de otimizar o uso de recursos públicos e promover a maior integração das instituições interessadas nas pesquisas. Temáticas como sustentabilidade e inovação sobressaíram nas chamadas

ESTUDOS E PESQUISAS

9

públicas de estudos e pesquisas abertas, resultando em diversos projetos que se encontram em diferentes estágios de andamento.

Entre as iniciativas relacionadas à sustentabilidade, foi aprovada e contratada, em 2011, a pesquisa “Análise das diversas tecnologias de tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos no Brasil, Europa, Japão e Estados Unidos”, que está sendo realizada pela Universidade Federal de Pernambuco, selecionada entre 14 Consultas Prévias recebidas pelo BNDES na Chamada Pública de Seleção de Pesquisa Científica BNDES/FEP 02/2010. O objetivo dessa pesquisa é efetuar o levantamento e a análise das diversas tecnologias de tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos existentes no Brasil, na Europa, no Japão e nos Estados Unidos, de forma que sejam abordadas, em cada possibilidade de destinação, as dimensões econômicas, tecnológicas, ambientais, legais, sociais e de mercado, permitindo, assim, verificar a adequação e a possibilidade de aplicação das soluções existentes nas cinco regiões brasileiras.

Ainda nessa temática, no segundo semestre de 2011, foi também aprovado e assinado contrato de concessão de colaboração financeira não reembolsável para o desenvolvimento de pesquisa científica orientada para a investigação dos efeitos potenciais resultantes da adoção de tecnologias de baixo carbono pelos países desenvolvidos sobre a estrutura econômica da indústria brasileira. O estudo está sendo desenvolvido pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto (Fearn/USP), com o apoio da Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (Fundade).

O projeto pretende identificar quais as tendências de trajetória tecnológica em setores mais intensivos em emissões, como siderurgia, cimento, química e petróleo, transportes etc., buscando demonstrar o quanto o Brasil está longe da fronteira tecnológica internacional nesses setores. Nos setores de baixo carbono em que o Brasil já tem algum tipo de vantagem comparativa, como biocombustíveis, o projeto buscará identificar quais as principais ameaças à liderança tecnológica brasileira.

Como resultados esperados, a pesquisa pretende gerar conhecimento sobre quais setores no Brasil são mais eficientes em relação a investimentos em ciência e tecnologia, e sobre

modelos institucionais de inovação adotados nos países líderes em tecnologias de baixo carbono, para, assim, propor o melhor desenho institucional possível para o Brasil. Como resultado, a pesquisa contará com cerca de 12 produtos, entre seminários, relatórios parciais e finais.

Outro tema que está entre as prioridades do BNDES e que também é objeto de financiamento de estudos e pesquisas é a inovação. Ainda em 2011, foi selecionado o Núcleo de Política e Gestão Tecnológica (PGT), da Universidade de São Paulo (USP), para o desenvolvimento de duas pesquisas: “Avaliação das informações acerca da indústria de *games*” e “Diagnóstico sobre as atividades e a capacidade inovativa da indústria brasileira e sobre o uso de instrumentos de política pública para inovação”.

Com relação à segunda pesquisa, tendo em vista a importância do tema e seu impacto na atividade econômica brasileira, o BNDES convidou diversas instituições para auxiliá-lo na avaliação das propostas e participar do acompanhamento da pesquisa. A seleção contou com a participação de representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), além de representantes de diversas áreas do BNDES, que avaliaram oito consultas prévias enviadas por diferentes instituições de ensino e pesquisa brasileiras.

Além dessas parcerias, vale mencionar a estreita interação estabelecida com os ministérios da Previdência Social e das Relações Exteriores na proposição e seleção das pesquisas “Análise da adesão de trabalhadores informais como empreendedores individuais no primeiro ano de vigência da Lei Complementar 128/08” e “Estudo de viabilidade da produção de biocombustíveis nos países-membros da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA)”, respectivamente.

Ainda com a função de articular interesses e promover a ampla divulgação do conhecimento a ser gerado em estudos e pesquisas, o BNDES também desenvolveu parcerias com a Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip), que deu ensejo à Chamada Pública de Prospecção 01/2011 acerca da avaliação do real impacto das atuais normas tributárias sobre a indústria local e sobre a atividade de extração e produção de

petróleo e gás, e com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para financiar pesquisa científica que avalie o impacto de políticas públicas educacionais selecionadas no desempenho escolar dos alunos da rede pública do ensino (Chamada Pública 04/2010).

No fim de 2011, o BNDES lançou as chamadas públicas de prospecção sobre “Oportunidades de diversificação da indústria química brasileira” e “Diagnóstico e alternativas ao alcance do governo do estado de Sergipe para a adequada prestação de serviços de saneamento básico em seu território”, que deverão ser selecionadas, aprovadas e contratadas ao longo de 2012.

Os bons resultados não se resumem apenas à produção de conhecimento em diferentes áreas temáticas, mas também pela diversidade regional e analítica dos pesquisadores envolvidos. Um grande exemplo é o Programa de Fomento à Pesquisa em Desenvolvimento Econômico (PDE), conduzido em parceria com a Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), que se encontra no quarto ano de execução. Esse programa coleciona relevantes números, como 165 projetos submetidos, de todas as regiões do país; pesquisadores seniores e juniores apoiados; e 17 instituições de ensino e pesquisa contempladas.

Em resumo, o BNDES conta com uma carteira de projetos de pesquisa que engloba, além do PDE, cinco financiamentos aprovados, que somam cerca de R\$ 15 milhões, além de outros dez em perspectiva, seleção e análise, que alcançam mais R\$ 30 milhões de desembolsos. Entre os beneficiários do apoio estão desde pequenos grupos de pesquisa, com até cinco pesquisadores, até grandes equipes, com mais de cinquenta colaboradores.

Todos os projetos de pesquisa têm por objetivo subsidiar a formulação de políticas públicas, além, é claro, de fortalecer as orientações estratégicas, prioridades e políticas do BNDES. O grande diferencial do apoio financeiro do BNDES é que todo o conhecimento gerado nas pesquisas financiadas é de domínio público, sendo os resultados amplamente divulgados por meio de publicações e nos *sites* do BNDES e de seus eventuais parceiros.

Publicações de 2011

O BNDES edita anualmente uma série de publicações periódicas e não periódicas.

Entre os periódicos, destacam-se a *Revista do BNDES* e o *BNDES Setorial*, ambos semestrais. A *Revista* divulga reflexões do corpo técnico sobre o desenvolvimento nacional, por meio de artigos e comunicações. Inclui também os resumos dos trabalhos vencedores do Prêmio BNDES de Economia. O *BNDES Setorial*, por sua vez, parte do conhecimento técnico do BNDES aplicado à análise de projetos de setores apoiados ou apoiáveis pelo Banco, publicando textos objetivos sobre diversos aspectos da estrutura produtiva da economia brasileira. Em 2011, foram publicados os números 35 e 36 da *Revista do BNDES* e 33 e 34 do *BNDES Setorial*.

Além desses periódicos, foram também lançados em 2011: *Visão do Desenvolvimento 2010* – compilação de estudos produzidos no ano anterior sobre assuntos de interesse do Banco relativos à temática do desenvolvimento; *Relatório de Investimento* (primeira edição) – publicação trimestral com objetivo de tornar permanente a prestação de contas das operações do BNDES à sociedade e servir de instrumento analítico para o acompanhamento da Formação Bruta de Capital Fixo na economia; *Perspectivas do Investimento 2010-2013* – um mapeamento de projetos em 14 setores da economia, dos quais sete são da indústria, seis de infraestrutura e um de construção civil.



10 DESEMPENHO OPERACIONAL

Este capítulo apresenta a atuação do BNDES a partir do enfoque setorial. De forma resumida, relata-se o desempenho do Banco pelos seguintes segmentos da economia: comércio exterior; infraestrutura social; agricultura e inclusão social; infraestrutura; insumos básicos; indústria, comércio e serviços; meio ambiente; além de seu desempenho em renda variável e com operações indiretas.

Comércio exterior

Em 2011, o total desembolsado pelo BNDES por meio das linhas de financiamento às exportações foi de R\$ 11,4 bilhões, dos quais 63% relativos ao segmento de bens de capital.

A atuação do BNDES no apoio às exportações brasileiras em 2011 reafirmou importantes diretrizes traçadas em 2010, em especial, a diretriz de que o financiamento à comercialização de bens e serviços no exterior deve ser conduzido de forma ágil e competitiva. Nesse sentido, foi ampliada a rede de bancos parceiros no exterior, por meio do produto BNDES Exim Automático, que consiste na abertura de linhas de crédito para bancos no exterior, para utilização na concessão de financiamento a importadores de bens e serviços brasileiros. Atualmente, estão habilitados a repassar recursos do BNDES 11 bancos no exterior, no montante total de US\$ 625 milhões, já tendo havido o apoio a mais de trinta operações de exportações de bens de capital para seis países da América Latina.

A participação das empresas brasileiras em projetos de infraestrutura na América Latina e na África continuou a contar com o apoio do BNDES, muitas vezes determinante ao constituir-se como um diferencial de competitividade na avaliação de propostas comerciais em licitações internacionais.

As linhas de financiamento às exportações do BNDES têm favorecido a diversificação de mercados e a ampliação da escala de produção, tornando mais efetivo o apoio às exportações.

Em 2011, foi aprovada nova linha de crédito para o governo de Angola, no valor de US\$ 1 bilhão, para o financiamento de exportações brasileiras de bens e serviços destinados à implantação de projetos de infraestrutura rodoviária e urbana, saneamento, abastecimento de água, geração e distribuição de energia, centros de formação profissional, equipamentos para o corpo de bombeiros e defesa e construção de aeroportos.

Merece destaque também a operação de financiamento à exportação de até 14 aeronaves Embraer, dos modelos 170, 175, 190 ou 195 (E-Jets) à empresa de arrendamento de aeronaves Aldus Aviation Limited, localizada na Irlanda. Trata-se da primeira operação do BNDES em favor de uma

empresa de arrendamento, não lastreada no risco de crédito do arrendador, mas sim no risco das linhas aéreas arrendatárias das aeronaves. A flexibilidade proporcionada por essa operação, tanto por permitir uma gama ampla de linhas aéreas arrendatárias, como por comportar qualquer das aeronaves da família dos E-Jets, é considerada estratégica pelo exportador brasileiro. Atualmente, cerca de 33% das aeronaves no mundo são propriedade de empresas de arrendamento, proporção essa que vem crescendo com muita velocidade nos últimos anos.

Outra operação relevante no ano de 2011 foi o financiamento à comercialização de ônibus da Scania para compor o Sistema Integrado de Transporte Público de Bogotá, denominado Sistema TransMilenio. Esse sistema é um dos mais importantes exemplos de Bus Rapid Transit (BRT) do mundo, construído e gerenciado pela prefeitura de Bogotá, Colômbia, desde dezembro de 2000. Com sua implantação, o tempo de deslocamento dos usuários foi reduzido em 32% e a emissão de poluentes diminuiu 40%. Em 2010, a prefeitura iniciou a ampliação do sistema para beneficiar toda a cidade de Bogotá. Nessa segunda fase do sistema, o Brasil fornecerá 159 chassis de ônibus e 295 ônibus completos, propiciando que os fabricantes de chassis e carrocerias brasileiros consolidem posição de destaque no mercado sul-americano.

Infraestrutura social

Estados e municípios

Em sua contribuição para a redução das desigualdades regionais e sociais, o Banco vem aprimorando seus mecanismos de financiamento aos governos estaduais e municipais, de forma a viabilizar a execução dos investimentos necessários ao desenvolvimento econômico e social, incluindo a melhoria da gestão pública.

O objetivo é maximizar as potencialidades sociais e econômicas de cada território, com linhas e programas de financiamento que interagem com as prioridades da gestão pública, sendo

crescente o foco de atuação em programas de investimentos ligados aos planos plurianuais (PPAs) de cada ente federativo. Os financiamentos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com projetos nas áreas de saneamento, urbanização, transporte metroviário e administração pública, foram feitos em sintonia com esse objetivo.

O apoio à administração pública se consolida por meio de uma rede de produtos integrados, em especial:

Linhas e programas ligados ao desenvolvimento integrado (dos estados)	BNDES Estados
Linhas e programas ligados à melhoria da gestão pública	» BNDES PMAT (Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos) » BNDES PMAE (Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais)
Linhas e programas ligados ao investimento setorial	» Programa de Apoio a Projetos de Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos » Programa de Apoio a Projetos Estruturadores de Transportes Públicos » Programa de Apoio aos Serviços de Educação, Saúde, Assistência Social e Segurança

Os desembolsos totais por meio de operações diretas e indiretas não automáticas para os estados da Federação somaram R\$ 2,9 bilhões em 2011 e contemplaram 25 estados. As dez unidades federativas que contaram com maiores desembolsos foram Ceará, Bahia, Rio Grande do Sul, Sergipe, Pernambuco, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Paraíba e Amazonas. Esse perfil mostra a diversidade regional das liberações do BNDES. Do total desembolsado em 2011, R\$ 76,9 milhões foram destinados ao financiamento de projetos no âmbito do PAC.

Os principais projetos apoiados em 2011 foram:

Estado do Acre: foi contratada a fase 5 do Programa de Integração e Desenvolvimento sustentado (PIDS V). O projeto visa apoiar a infraestrutura de interesse social, pavimentar as principais vias secundárias e ramais do estado, urbanizar vias estruturantes, fortalecer o apoio à economia regional e modernizar o sistema de gestão. O financiamento do BNDES é de R\$ 641 milhões, com previsão de liberação entre 2011 e 2014.

Estado de Sergipe: o apoio deverá viabilizar a execução do programa de investimento Sergipe Infraestrutura, composto por programas que objetivam o desenvolvimento integrado do estado. Os investimentos apoiados deverão: melhorar e ampliar a malha viária do estado e as ligações intra e interterritórios (reduzindo o tempo de deslocamento) e fornecer infraestrutura para atividades produtivas, inclusive turística. São previstos, ainda, investimentos no segmento de saúde e saneamento básico. O financiamento do BNDES é de R\$ 383 milhões, com previsão de liberação entre 2012 e 2015.

Município de Belo Horizonte: apoio no âmbito da Linha de Financiamento para Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Básicos (BNDES PMAT) para realização de investimentos de modernização da administração municipal no âmbito da gestão tributária, financeira e patrimonial, bem como na gestão dos programas de saúde e das políticas sociais e urbanas. Entre os projetos que contam com participação dos recursos do Banco estão a implantação de sistema integrado de gestão de suprimentos, a modernização do controle de bens imóveis, a implantação do geoprocessamento corporativo, a modernização e informatização do processo de fiscalização e do sistema de informação da saúde, entre outros. O valor financiado foi de R\$ 90 milhões, sendo o investimento total de R\$ 100 milhões.

Essa rede – assim como as demais operações – é complementada pela atuação via programas e linhas de financiamento indiretas automáticas, em especial os produtos BNDES Finame (voltado para aquisição isolada de máquinas e equipamentos); Provias (focado na aquisição de máquinas e equipamentos destinados a intervenções em vias públicas, rodovias e estradas); Prouca (destinado à inclusão digital das escolas das redes públicas de ensino estadual, distrital ou municipal, mediante a aquisição de computadores portáteis); Caminho da Escola (voltado à renovação e ampliação da frota de veículos de transporte escolar de alunos da educação básica da rede pública, prioritariamente da zona rural); e PMAT Automático (criado para atender de forma mais ágil os municípios com menos de 150 mil habitantes).

Saneamento urbano

Com uma carteira ativa de cerca de R\$ 10 bilhões de financiamentos ao setor, são salientados projetos de investimento sustentáveis e que atendam aos requisitos legais dos serviços e às boas práticas de gestão. No apoio ao setor de saneamento são financiados tanto operadores públicos quanto privados – estes últimos, sob a forma de concessão local ou regional. A atuação do BNDES no setor nos últimos 15 anos beneficiou cerca de 15 milhões de pessoas no acesso e melhorias dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e gestão de resíduos sólidos.

Os principais projetos apoiados em 2011 foram:

Águas de Nova Friburgo: apoio ao plano de investimentos da concessionária Águas de Nova Friburgo para o período 2010-2014, objetivando a reconstrução dos sistemas afetados pelas chuvas de janeiro de 2011 na região serrana fluminense, além da modernização e da expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município. O financiamento, no valor de R\$ 44,8 milhões, deverá alavancar investimentos de R\$ 56 milhões, contemplando sistemas de abastecimento de água (R\$ 20,7 milhões), esgotamento sanitário (R\$ 31,8 milhões), além de sistemas de apoio, planos urbanos e projetos executivos (R\$ 3,5 milhões).

Águas de Joinville: apoio via subscrição de debêntures simples de emissão da concessionária, no valor de R\$ 30,7 milhões, para apoio ao programa de investimentos em abastecimento de água (R\$ 19 milhões) e esgotamento sanitário (R\$ 10,5 milhões), bem como sistemas de apoio à gestão corporativa e comercial da companhia (R\$ 8,8 milhões). O investimento total será de R\$ 38,4 milhões.

Estre Ambiental S.A.: apoio às expansões dos aterros sanitários de Itapevi e Paulínia, São Paulo, envolvendo a implantação de novas células, captação de biogás dos aterros com geração de créditos de carbono e produção de combustível derivado de resíduos (CDR), em Paulínia (SP). O financiamento, no valor de R\$ 34 milhões, suportará investimentos de R\$ 45,8 milhões nesses objetivos.

Mobilidade urbana

Os investimentos visam à melhoria do transporte público para o cidadão, em especial os projetos que priorizam modais de transporte de maior capacidade e de menor custo operacional, permitindo a integração tarifária e física, bem como a redução do tempo de deslocamento dos usuários. O Banco procura ainda melhorar as condições de acessibilidade das vias, inclusive para usuários portadores de necessidades especiais, e aprimorar as tecnologias utilizadas, buscando melhores condições de conforto e segurança e reduzindo os níveis de poluição e consumo energético.

Os principais projetos apoiados em 2011 foram:

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM): apoio à ampliação da capacidade de transporte da Linha 8 – Diamante, por meio da prestação de serviços de manutenção da frota e fornecimento de 36 trens novos. Realizado sob a modalidade de parceria público-privada (PPP), os investimentos totalizam R\$ 1,5 bilhão, dos quais R\$ 946,9 milhões financiados pelo BNDES. Esse projeto contribuiu ainda para a inauguração no Brasil da fábrica da empresa espanhola Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles S.A., que forneceu os 36 novos trens, ampliando a competitividade no mercado interno, bem como contribuindo para a geração de empregos e a introdução de novas tecnologias no país.



BRT de Vitória (ES): foi aprovada, em 2011, nova operação visando à implantação da primeira etapa do Sistema BRT Grande Vitória. Baseado na tecnologia de transporte conhecida como Bus Rapid Transit (BRT), o projeto propõe a racionalização do modelo existente na região, estabelecendo prioridade efetiva ao transporte coletivo por meio da estruturação de um sistema integrado de transporte. Projetado para atender na partida a uma demanda de até 18 mil passageiros/hora/sentido, o projeto prevê, nessa primeira etapa, a implantação do sistema BRT nas vias de maior congestionamento, interligando os terminais de Carapina, São Torquato, Jardim América, IBES e Vila Velha, em aproximadamente 31 km de extensão. O conjunto de intervenções previstas pelo projeto atinge um valor total de R\$ 742,3 milhões, dos quais R\$ 530,4 milhões de financiamento.

Educação, saúde e segurança

O BNDES vem aprimorando seus produtos específicos para atender a esses segmentos, que, entretanto, também podem ser contemplados na Linha BNDES Estados, quando as intervenções são realizadas pelo poder público.

No segmento de educação, o BNDES efetuou alterações importantes em suas políticas operacionais.

A aprovação do Programa BNDES de Apoio à Qualificação Profissional do Trabalhador (BNDES Qualificação), dividido em dois subprogramas: Investimento; e, Pesquisa Desenvolvimento e Inovação. O primeiro é destinado à implantação, expansão, modernização das instituições de ensino e, prioritariamente, à ampliação do número de vagas que ofereçam cursos de formação profissional inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio e educação tecnológica. Já o subprograma Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação deve estar sempre associado ao primeiro, destinando-se a projetos cujo objetivo seja a solução de gargalos tecnológicos em áreas de conhecimento específicas. A dotação total do programa é de R\$ 3 bilhões, dos quais até R\$ 1 bilhão podem ser aplicados no âmbito do subprograma Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. O prazo de vigência expira em 30 de abril de 2013.

Também foram aprovadas mudanças no Programa de Melhoria do Ensino das Instituições de Educação Superior (BNDES IES), que reduziram os pré-requisitos de elegibilidade dos proponentes e simplificaram o trâmite das operações, mantendo-se o estabelecimento de condicionantes de qualidade das instituições de ensino superior para enquadramento de cada pleito. Cabe ressaltar que esse programa visa apoiar a melhoria da qualidade do ensino das instituições de educação superior e tem dotação de R\$ 1 bilhão. Os pedidos de financiamento podem ser protocolados no BNDES até 6 de agosto de 2014.

A partir de programas existentes, entrou em vigor em 2011 o Programa BNDES de Apoio às Instituições de Saúde (BNDES Saúde), com o objetivo de fortalecer a capacidade de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e ampliar os projetos de apoio a seu desenvolvimento institucional. O programa prevê orçamento de R\$ 2 bilhões e vigência pelos próximos cinco anos.

O BNDES Saúde está dividido em dois subprogramas:

- Subprograma Desenvolvimento Institucional: visa apoiar a melhoria da infraestrutura das instituições de saúde com reconhecimento de excelência.¹³ Para ter acesso aos financiamentos, essas instituições, em caráter adicional aos projetos já pactuados com o Ministério da Saúde, deverão se comprometer a aplicar recursos próprios em novos projetos de relevância para aquele órgão no valor mínimo de 5% do valor financiado no BNDES. Para operacionalização desse subprograma, o BNDES assinou, em 2010, com o ministério, um Protocolo de Atuação Conjunta.
- Subprograma Atendimento SUS: tem por objetivo fortalecer a capacidade de atendimento do SUS por meio da modernização e da melhoria da gestão das instituições de saúde a ele integradas. Existem cerca de dois mil hospitais privados filantrópicos que prestam atendimento no âmbito do SUS. Essas instituições terão de dispor de um agente financeiro credenciado pelo BNDES, por intermédio do qual será encaminhado o projeto de apoio. Em agosto de 2011, atendendo à solicitação do Ministério da Saúde, a Diretoria do BNDES aprovou alteração nas condições do programa, incluindo requisitos adicionais na definição dos beneficiários do Subprograma Atendimento SUS.

¹³ As instituições de excelência atualmente habilitadas pelo Ministério da Saúde são: Hospital Sírio-Libanês, Albert Einstein, Samaritano, Alemão Oswaldo Cruz e HCor, de São Paulo, e Hospital Moinhos de Vento, de Porto Alegre.

Os principais projetos apoiados em 2011 no segmento de saúde foram:

Hospital Alemão Oswaldo Cruz (SP): apoio ao projeto de ampliação e modernização das instalações do Hospital Alemão Oswaldo Cruz, por meio da implantação do Instituto da Próstata, da readequação da sinalização interna do hospital, da implantação do atendimento integrado e da construção e equipagem do novo edifício de internação e serviços. O valor do financiamento é de R\$ 119,5 milhões, alavancando investimentos de R\$ 221,7 milhões.

Soc. Beneficente de Senhoras Hospital Sírio e Libanês (SP): apoio ao projeto de modernização e ampliação da estrutura atual do Hospital Sírio e Libanês, ampliando o número de salas cirúrgicas, leitos para internação, leitos de UTI, de unidades críticas e de unidades semi-intensivas. O valor do financiamento é de R\$ 430,7 milhões, alavancando investimentos de R\$ 619,3 milhões.

Arenas

Com objetivo de apoiar os projetos de construção e reforma das arenas que vão sediar os jogos da Copa do Mundo de 2014, o BNDES instituiu o Programa ProCopa Arenas, tendo sido aprovadas operações de financiamento para adequação das arenas nas cidades de Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), Manaus (AM), Cuiabá (MT), Fortaleza (CE), Recife (PE), Belo Horizonte (BH) e Natal (RN). As contratações até dezembro de 2011 somaram R\$ 3,3 bilhões, e os desembolsos totalizaram R\$ 783 milhões. Os financiamentos do BNDES destinaram-se à elaboração de estudos e projetos, à execução de obras propriamente ditas e, em alguns casos, a obras necessárias no entorno dos projetos.

Além do apoio direto à reforma das arenas, o BNDES também está atuando pontualmente na melhoria da mobilidade urbana, em especial na cidade do Rio de Janeiro, por meio do financiamento do BRT Transcarioca, que já contou com um desembolso inicial de R\$ 69 milhões voltado para Etapa I do projeto.

As arenas apoiadas pelo BNDES são:

DADOS DA OPERAÇÃO			FINANCIAMENTO		
EMPREENDIMENTO	CLIENTE	CONTRATAÇÃO	TOTAL FINANCIADO (R\$ MILHÕES)	DESEMBOLSO (R\$ MILHÕES)	DESEMBOLSO (%)
Arena Pantanal (MT)	Estado de Mato Grosso	nov. 2010	393,0	78,5	20
Estádio Castelão (CE)	Estado do Ceará	dez. 2010	351,5	175,3	50
Arena Amazônia (AM)	Estado do Amazonas	dez. 2010	400,0	89,4	22
Arena Fonte Nova (BA)	Estado da Bahia	dez. 2010	323,6	116,7	36
Estádio Maracanã (RJ)	Estado do Rio de Janeiro	jul. 2011	400,0	80,0	20
Arena Pernambuco* (PE)	Estado de Pernambuco	fev. 2011	400,0		
	SPE Arena de Pernambuco e investimentos S.A.	ago. 2011	280,0	84,0	30
Estádio Mineirão (MG)	Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas	out. 2011	400,0	80,0	20
Arena das Dunas (RN)	Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A.	out. 2011	396,6	79,3	20
Total contratado			3.064,7	783,2	26

* No caso da Arena Pernambuco, foram firmados dois contratos: um com a SPE e outro com o governo estadual. O valor total do apoio financeiro do BNDES ao projeto está limitado a R\$ 400 milhões, não havendo exposição simultânea em ambos os contratos, haja vista que a operação com a SPE será liquidada quando do aceite da Arena pelo ente público, a partir do que o BNDES passará a ter exposição apenas com o estado de Pernambuco. Por esse motivo, o valor da SPE Arena Pernambuco não está incluído no total contratado.

Agricultura e inclusão social

O BNDES tem sua atuação alinhada às diretrizes do Governo Federal no apoio à população de baixa renda, por meio da inclusão produtiva e da geração de renda. Para tanto, exerce papel fundamental na formulação e execução dos programas agropecuários do Governo Federal, além de atuar na articulação e no apoio à economia solidária e ao microcrédito produtivo orientado.



Agropecuária e inclusão social

O BNDES participa do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)¹⁴ atuando incisivamente para que haja maior oferta de alimentos, principalmente dos que compõem a cesta básica, e estímulo à permanência do agricultor no campo com mais dignidade e qualidade de vida. Em 2011, a carteira com cerca de trinta mil contratos desembolsou R\$ 1,4 bilhão.

Alinhado ao objetivo do Governo Federal de superação da extrema pobreza, o Banco realiza estudos setoriais que fundamentem diagnósticos e definição de estratégias operacionais para o desenvolvimento de projetos de inclusão produtiva no combate à extrema pobreza rural em áreas de vulnerabilidade social a partir de recursos do Pronaf e do Fundo Social do BNDES. O apoio à agropecuária foi identificado como uma excelente oportunidade de colaboração com o Plano Brasil Sem Miséria pela atuação nos eixos de inclusão produtiva e geração de oportunidades, em conjunção com os Territórios da Cidadania.

Além do apoio à agropecuária familiar, o BNDES também atua com os programas do Governo Federal voltados à agropecuária empresarial e ao cooperativismo. Em 2011, o BNDES operacionalizou cerca de 45 mil contratos de financiamento totalizando o valor contratado R\$ 9,8 bilhões.

O BNDES opera os programas agropecuários do Governo Federal por meio dos agentes financeiros credenciados. A gestão dessa carteira de contratos é particularmente complexa. As características do setor propiciam frequentes renegociações definidas pelo Congresso Nacional, cujo trato exige esforço especial de conciliação de carteiras entre BNDES e seus agentes financeiros. Em 2011, foi implementado um novo modo operacional de cobrança e apropriação de valores dos contratos já renegociados. Para o trato de novas renegociações, o BNDES desenvolveu o portal de Refin Agropecuário no qual os agentes financeiros submetem os pedidos de renegociação, conforme a nova modalidade de renegociação pré-aprovada instituída pelo Banco Central.

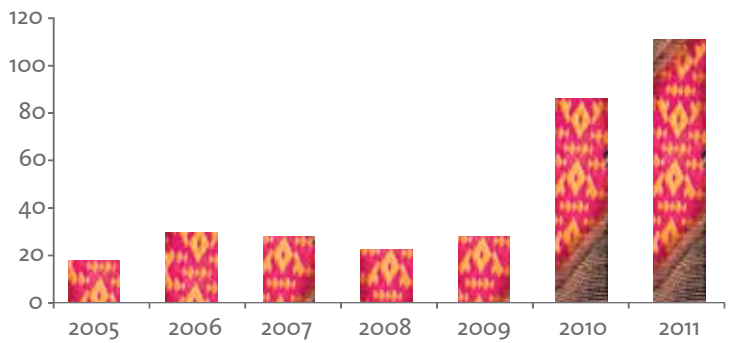
¹⁴ O Pronaf é uma das políticas públicas do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Seu objetivo é o fortalecimento das atividades produtivas geradoras de renda das unidades familiares de produção, com linhas de financiamento rural adequadas a sua realidade.

Microcrédito

O BNDES atua no segmento de microcrédito desde 1996, por meio de repasse de recursos para Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado (Impo). Nos últimos anos, foi consolidada a posição do BNDES de principal repassador de recursos para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs), cooperativas de crédito, bancos cooperativos e agências de fomento, contribuindo para a geração de emprego e renda em todo o território nacional.

Os valores contratados em 2011 foram recordes em sua série histórica, indicando crescimento ainda maior dos desembolsos nos próximos anos.

Evolução do volume de contratações (em R\$ milhões)



Banco do Nordeste

Em dezembro de 2011, foi contratada operação no âmbito do Programa BNDES Microcrédito, no valor de R\$ 50 milhões, para o Banco do Nordeste (BNB). Os recursos serão utilizados para a expansão da carteira de crédito do Programa Crediamigo, conduzido pelo BNB desde 1999 e que é, atualmente, o maior programa de microcrédito produtivo orientado do Brasil, com mais de um milhão de clientes ativos.

Estímulo à criação de bancos comunitários

Para atender à base da pirâmide socioeconômica e democratizar o acesso ao microcrédito, a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE) promoveu aproximação do BNDES e dos bancos comunitários. Por se tratar de um apoio pulverizado, com dezenas de pequenos projetos em diversos estados do país, o Instituto Palmas, tendo em vista seu histórico nesse segmento, foi identificado como o parceiro estratégico mais adequado para realizar a ponte entre os recursos do BNDES e os bancos comunitários.

A parceria, firmada em 2010, prevê investimentos da ordem de R\$ 5,7 milhões, dos quais R\$ 3,5 milhões (R\$ 3 milhões do BNDES, R\$ 0,5 milhão do Instituto Palmas) para operações de microcrédito nas comunidades abrangidas por bancos comunitários ou para atender aos novos bancos comunitários que serão criados com o apoio da Senaes/TEM, e R\$ 2,2 milhões de recursos não reembolsáveis no âmbito do Fundo Social para estruturação de novos bancos comunitários. Em 2011, o Instituto Palmas concedeu 5.582 créditos, no valor total de aproximadamente R\$ 4 milhões a 67 bancos comunitários em todo o território nacional.

Estruturação de empreendimentos produtivos coletivos vinculados a assentamentos da reforma agrária

O BNDES apoia investimentos para a estruturação de empreendimentos produtivos coletivos vinculados a assentamentos da reforma agrária com recursos não reembolsáveis do Fundo Social, sendo sua participação limitada a 50% do valor do projeto e o restante proveniente do estado ou de outros parceiros. Os projetos são apresentados pelos estados ou pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mas os beneficiários finais dos recursos são empreendimentos produtivos coletivos vinculados aos assentamentos da reforma agrária, formalizados como cooperativa e selecionados por meio de edital de chamada pública.

Em 2011, o BNDES firmou contrato com a Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Norte Pioneiro (Coanop), promovendo a inclusão de famílias assentadas na cadeia produtiva do café mediante financiamento de insumos, máquinas e equipamentos, veículos e a construção de uma unidade de beneficiamento do café e de uma sala de provas. O projeto contempla cerca de trezentas famílias do município de São Jerônimo da Serra, no Paraná, e desembolsou R\$ 728 mil em 2011.

O apoio de R\$ 8 milhões, contratado em 2010 com a Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (Copran), visa: à implantação de uma agroindústria de derivados lácteos; à estruturação da produção leiteira mediante aquisição de tanques de resfriamento de leite de uso coletivo, caminhões e tanques isotérmicos para coleta do leite; ao apoio à comercialização com a compra de caminhões com baú frigorífico; e à assistência técnica às famílias assentadas. O projeto tem impacto direto nas 712 famílias cooperadas. Em 2011, os desembolsos totalizaram R\$ 4,6 milhões.

Complementação do apoio dos estados a empreendimentos produtivos de baixa renda

Desde 2009, o BNDES vem atuando em parceria com os estados no apoio a projetos produtivos de geração de trabalho e renda por meio de seleção pública de projetos. No ano de 2011, foram desembolsados cerca de R\$ 4 milhões: R\$ 2 milhões para o Ceará, R\$ 1,5 milhão para a Paraíba, e R\$ 0,5 milhão para o Sergipe. Também foi aprovada parceria com o estado do Maranhão no valor de R\$ 24 milhões, dos quais 50% do BNDES e 50% do estado.

Autogestão

O BNDES vem atuando no financiamento de empresas em regime de autogestão desde 1994, em resposta a demandas das centrais sindicais e, mais recentemente, do Governo Federal. Até 2011, foram apoiadas 17 empresas, com o valor total de R\$ 170 milhões.

No ano de 2011, duas empresas autogestionárias

destacaram-se no apoio do BNDES a esse segmento:

Cooperativa de Produtos Metalúrgicos de Mococa (Copromem)

O BNDES, em parceria com o Banco do Brasil e o Fundo Social, aprovou apoio de cerca de R\$ 30 milhões para a construção da nova planta de produção e aquisição de máquinas. A Copromem é uma das grandes geradoras de postos de trabalho da região, com importante participação na geração de renda e tributos para o município de Mococa (SP), onde atua. Com o projeto, serão mantidos 481 empregos diretos e há previsão de geração de mais 120 novos postos até 2014.

Cooperativa de Produção Industrial de Trabalhadores e Conformação de Metais (Metalcoop)

Em 2011, foi contratado o projeto da cooperativa Metalcoop, no valor de R\$ 7,1 milhões para adquirir a unidade industrial localizada em Salto (SP), na qual a cooperativa realiza suas operações. O projeto apresenta significativo impacto social na manutenção de postos de trabalho de uma sociedade cooperativa que conseguiu preservar a atividade econômica da empresa antecessora. A primeira parcela de recursos do BNDES foi liberada em novembro, no valor de R\$ 3,75 milhões.

Parcerias com instituições públicas e privadas

Em 2011, o BNDES deu continuidade ao apoio a projetos produtivos de baixa renda em parceria com fundações e institutos privados. Essa atuação conjunta tem conferido capilaridade e um efeito multiplicador dos recursos do BNDES Fundo Social ao utilizar a *expertise* e os recursos de parceiros estratégicos no apoio a empreendimentos produtivos de baixa renda em todo o território nacional.



Como principais parceiros, citamos:

Ministério da Cultura (Promoart)

O BNDES apoia, desde 2009, o programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart),¹⁵ cujo objetivo é fortalecer o artesanato de tradição cultural no apoio a polos de artes localizados em diferentes regiões do país. As ações nas esferas da produção, comercialização e divulgação dos produtos promovem a dinamização cultural e econômica desse segmento, atingem mais de quatro mil artesãos e cinco povos indígenas. O valor total do programa é de R\$ 6,4 milhões, dos quais 80% do Ministério da Cultura e 20% do BNDES (R\$ 1,3 milhão). Os recursos do BNDES já foram totalmente liberados e o programa está sendo encerrado com uma avaliação de sua execução e propostas de novos rumos.

Banco do Brasil – Desenvolvimento Regional Sustentável (BB-DRS)

O Banco do Brasil, por meio da sua Estratégia Nacional de Desenvolvimento Regional Sustentável (BB-DRS), tornou-se parceiro do BNDES em 2008 no apoio à estruturação de cadeias produtivas em todo o país com o objetivo de gerar trabalho e renda para população de baixa renda. No âmbito da parceria, foram contratados 22 projetos, que juntos somam um total de aproximadamente R\$ 19 milhões, dos quais 27% (cerca de R\$ 5 milhões) já haviam sido liberados no fim de 2011.

Fundação Banco do Brasil

Em setembro de 2009, o BNDES e a Fundação Banco do Brasil (FBB) firmaram o Acordo de Cooperação Técnica e Financeira nº 09.2.0708.1, com vigência de cinco anos, para a estruturação de cadeias produtivas, reaplicação de tecnologias sociais e promoção do desenvolvimento territorial.

¹⁵ Realizado pela Associação Cultural dos Amigos do Museu do Folclore Edison Carneiro (Acamufec), por meio do convênio firmado com o Ministério da Cultura, o objetivo do programa é atuar em 65 polos de artes, presentes em 71 municípios brasileiros.

Atualmente, a FBB possui três operações contratadas referentes aos Planos Táticos de Atuação Conjunta (PTAC) de 2009, 2010 e 2011, com previsão de investimento de R\$ 40 milhões para cada PTAC, sendo o BNDES responsável pela metade dos recursos.

Em dezembro de 2011, a FBB encaminhou mais trinta projetos, no valor total de R\$ 17 milhões, dos quais R\$ 13,8 milhões para o BNDES e R\$ 3,2 milhões para a FBB, beneficiando cerca de quatro mil pessoas.

Instituto Camargo Corrêa

O BNDES assinou, em fevereiro de 2011, acordo com o Instituto Camargo Corrêa (ICC) no qual é previsto o investimento de R\$ 50 milhões (R\$ 25 milhões por cada parte) em projetos sociais no período de cinco anos em todo o território nacional. Foram liberados pelo BNDES cerca de R\$ 850 mil para quatro projetos. Está previsto um investimento de cerca de R\$ 8 milhões para todos os projetos do Plano de Investimento de 2011, dos quais R\$ 4,3 milhões do BNDES e R\$ 3,7 milhões do ICC.

Fundação Vale

Em maio de 2011, o BNDES e a Fundação Vale (FV) firmaram um Acordo de Cooperação Técnica e um Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável no valor de R\$ 43,9 milhões, destinado à realização do primeiro Plano de Atuação Conjunta BNDES-FV para a implantação de seis núcleos de desenvolvimento humano e econômico no estado do Pará e o desenvolvimento de projetos de modernização da gestão pública municipal e de redução de déficits de infraestrutura urbana.

Instituto Votorantim (Ivot)

Foi concluída a primeira fase do acordo de cooperação técnico-financeira BNDES-Ivot, firmado em 2010, com o término dos estudos em 27 municípios para a estruturação de atividades produtivas, oferta de qualificação profissional e promoção do desenvolvimento territorial. Esse acordo beneficia municípios com indicadores sociais críticos nas cinco regiões do país e colabora com o programa Territórios da Cidadania, tornando possível oferecer apoio a populações de baixa renda em áreas remotas, com foco na inclusão socioprodutiva e vigência até 2015.

Inclusão social com coleta seletiva

O BNDES reconhece a geração de benefícios sociais e ambientais decorrentes da atuação com catadores de materiais recicláveis no âmbito da inclusão social com coleta seletiva. Em 2011, esse segmento teve desembolso de R\$ 14,5 milhões, dos quais R\$ 7 milhões para o projeto Logística Solidária;¹⁶ R\$ 6 milhões para 46 projetos com cooperativas de catadores em diversos municípios do Brasil e R\$ 1,5 milhão para a iniciativa Cidades da Copa 2014¹⁷ para o Rio de Janeiro.

Infraestrutura

Geração de energia de base hidrelétrica

A matriz elétrica brasileira distingue-se no mundo por deter participação expressiva de energias renováveis, com mais de 90% de sua geração proveniente de usinas hidrelétricas.

O BNDES contribui para isso com o financiamento a hidrelétricas (entre outras fontes renováveis). Em 2011, o Banco financiou R\$ 5,2 bilhões para hidrelétricas em fase de implantação. Os principais destaques dos segmentos de geração hídrica foram:

- Aprovação do empréstimo-ponte para a Usina Hidrelétrica de Teles Pires, no estado de Mato Grosso – bacia do Rio Tapajós –, no valor de R\$ 450 milhões. A usina foi licitada pelo poder concedente em 2010 e contará com uma capacidade instalada de 1.820 MW.

¹⁶ Parceria entre BNDES, FBB, Petrobras e MTE para compra de caminhões para coleta seletiva e comercialização em rede de recicláveis.

¹⁷ A iniciativa Cidades da Copa 2014 foi promovida pelo BNDES e fomentada nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 com o objetivo de promover a inclusão social dos catadores a partir da estruturação da coleta seletiva.

- Contratação e desembolso do empréstimo-ponte para a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará – bacia do Rio Xingu –, no valor de R\$ 1,1 bilhão. A UHE contará com 11.233 MW de capacidade instalada e 4.571 MW de energia comercializada. Seu contrato de financiamento de longo prazo está em análise pelo BNDES.

Geração de energia de base nuclear

Em 2011, foi contratada a operação de financiamento da usina nuclear de Angra III, no valor de R\$ 6,1 bilhões (investimento de R\$ 10,5 bilhões), que adicionará 1.405 MW ao parque gerador nacional. A instalação de Angra III contribuirá para a segurança no suprimento de energia elétrica, pois será uma fonte regular e estável.

Transmissão de energia

No Brasil, as usinas hidrelétricas normalmente estão localizadas a longas distâncias dos principais centros urbanos do país, além de se situarem em bacias hidrográficas com regimes hidrológicos complementares. Por essa razão, é fundamental que o sistema de transmissão seja robusto para possibilitar o aproveitamento de tal complementaridade – distribuindo energia de uma região onde eventualmente haja excesso de oferta para outra onde exista escassez.

Nesse contexto, em 2011, o setor de transmissão de energia contou com a aprovação de 11 operações de financiamento de longo prazo, no valor total de R\$ 1,7 bilhão, que acrescentarão 3.290 km em linhas ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Destacam-se os projetos (sete concessões) de conexão das usinas do Rio Madeira ao Sistema de Interligado Nacional. Entre eles, em 2011, o lote C obteve aprovação do financiamento de longo prazo (R\$ 505 milhões, com investimento associado de R\$ 1,4 bilhão), para implantação de duas subestações conversoras nos estados de São Paulo e Rondônia.

Outro destaque foi a aprovação do financiamento de longo prazo da linha de transmissão Tucuruí-Macapá-Manaus, no valor de R\$ 401 milhões do BNDES e investimento de R\$ 1,5 bilhão. Essa linha será responsável pela interligação de áreas dos estados do Pará, Amapá e Amazonas, hoje isoladas, ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Os benefícios resultantes serão o aumento da confiabilidade no fornecimento de energia à Região Norte e a redução do uso de combustíveis fósseis na Região Amazônica (principal fonte de energia usada em sistemas isolados) para geração de energia elétrica.

Para a implantação de linhas de transmissão, foi desembolsado pelo BNDES no ano de 2011 o montante de R\$ 1,8 bilhão.

Distribuição de energia

Atividade que viabiliza o acesso dos consumidores ao insumo energia elétrica, a distribuição deve ter como objetivo estratégico a universalização do acesso à energia elétrica aos brasileiros que vivem na área de atuação de cada concessionária, com níveis cada vez mais elevados de qualidade.

Em consonância com essa orientação, o apoio do BNDES a esse setor tem sido pautado pelo financiamento de projetos que visem à ampliação da malha das distribuidoras; à melhoria da qualidade dos serviços prestados aos consumidores; e à busca de eficiência por meio da redução de perdas.

Em 2011, foi aprovada a concessão de financiamento no valor total de R\$ 3 bilhões aos programas de investimentos bianuais de nove distribuidoras de energia, as quais atendem a mais de 25 milhões de unidades consumidoras. Esses investimentos, no montante de R\$ 5,3 bilhões, além de melhoria da qualidade de serviços e de consumo mais eficiente de energia mediante redução de perdas, possibilitarão a ligação de mais de um milhão de novos consumidores, provenientes da expansão da malha dessas empresas e da regularização de ligações.

Eficiência energética

O aumento da competitividade do país e o uso racional de seus recursos naturais certamente têm como componente a busca de níveis cada vez mais elevados de eficiência no consumo de energia.

Grande parte dos projetos apoiados pelo BNDES tem como desdobramento a utilização mais eficiente de energia, seja por meio de modernização de plantas industriais, seja por meio da aquisição de equipamentos mais eficientes, seja pela redução de perdas nas redes de distribuição de energia. Sendo assim, o BNDES dispõe de instrumento voltado especificamente para projetos de eficiência energética, que é o Apoio a Projetos de Eficiência Energética (Proesco).

Em 2011, três projetos foram aprovados no âmbito dessa linha de financiamento, os quais deverão possibilitar a redução de consumo de energia da ordem de 2.500 MWh por ano.

Aspectos sociais

No ano de 2011, em consonância com a estratégia corporativa do BNDES, foi intensificada a atuação do BNDES na promoção do desenvolvimento socioeconômico das regiões do entorno dos grandes projetos de infraestrutura, de modo que os impactos positivos provenientes desses empreendimentos se estendam para além da geração de empregos durante a fase de implantação.

Ressalte-se que a geração de empregos para esses segmentos é extremamente relevante, estimando-se, para os empreendimentos de Belo Monte e Teles Pires, respectivamente, 18.700 e 7.100 empregos diretos durante as obras. Já para o setor de transmissão, prevê-se que os projetos a que se destinam os financiamentos aprovados em 2011 demandarão 21.800 empregos diretos ao longo de sua implantação. Os programas de investimento das distribuidoras de energia e os projetos de eficiência energética, que contaram com aprovação de financiamento em 2011, empregarão, direta e indiretamente, cerca de 12 mil e 30 mil pessoas.

Para a promoção da melhoria da qualidade de vida da população das áreas de influência dos “projetos-âncora”, o BNDES tem atuado com o empreendedor, o poder público e os demais agentes interessados, de modo a potencializar a capacidade desses projetos de alavancar o desenvolvimento socioeconômico do território em que estão inseridos.

Nesse sentido, alguns instrumentos, como o subcrédito social (repasse de recursos ordinários do BNDES sem cobrança de qualquer *spread*), têm sido utilizados associados ao financiamento do “projeto-âncora” como fator de indução para que as empresas se mobilizem para identificar oportunidades e implantar projetos que, alinhados com as políticas públicas, tenham como finalidade a inclusão produtiva e o bem-estar da população do entorno do empreendimento principal.

Em 2011, atrelado a projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, foi aprovado o montante de R\$ 4,2 milhões de financiamento de ações sociais adicionais às exigidas pelo licenciamento ambiental dos empreendimentos.

Merece destaque o desembolso de R\$ 37,1 milhões, em 2011, para investimentos sociais do empreendimento da usina hidrelétrica de Estreito, que conta com um subcrédito social já contratado de R\$ 76,7 milhões, correspondente a 2,3% do investimento total da usina (cerca de R\$ 5 bilhões). O subcrédito social será aplicado em 134 projetos sociais, distribuídos em cinco eixos principais: educação, saúde, emprego e renda, saneamento e infraestrutura social.

Destaca-se também o investimento social da RBTE (Linha de Transmissão de Porto Velho a Rio Branco), que consiste na Produção de Biocombustível (diesel vegetal) na comunidade de Nova Cintra, região do vale do Rio Juruá, no oeste do estado do Acre, visando à inclusão social por meio do acesso à bioenergia, com a implantação de uma unidade de craqueamento catalítico de óleos e gorduras, a partir do aproveitamento do subproduto da extração primária do óleo do murmuru. Essa forma de geração de energia é especialmente adequada para áreas situadas em sistemas isolados na Amazônia.

Ainda no segmento de geração, fazem parte do processo de análise do financiamento para a implantação da usina de Belo Monte, além das exigências do licenciamento ambiental,



a estruturação de uma série de medidas em favor do desenvolvimento da região do entorno da usina, que deverão ter como resultado a melhoria da infraestrutura urbana da região de influência da usina; o fortalecimento das instituições públicas locais; e a identificação de oportunidades para o desenvolvimento sustentável de atividades econômicas na região.

Fontes alternativas de energia

O BNDES vem contribuindo para a diversificação da matriz elétrica brasileira por meio da concessão de financiamentos à construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), parques eólicos e usinas termelétricas.

Ao longo do ano de 2011, foram aprovados 59 projetos no segmento de fontes alternativas, os quais representarão investimentos totais da ordem de R\$ 8,5 bilhões e financiamento de R\$ 4,8 bilhões do BNDES. Já os desembolsos do período totalizaram R\$ 4,5 bilhões, o que representa um crescimento de 55% em relação ao ano anterior. Para mais informações, ver Energia Eólica, em destaque no capítulo O BNDES em Números, p. 32.

Logística e transportes

O aperfeiçoamento das cadeias de suprimento, tanto de fornecedores como de produtos acabados, é, hoje, um dos fatores para elevação da competitividade da economia brasileira. Além disso, a otimização do processo logístico passou a ser elemento viabilizador de áreas mais longínquas, tornando-as economicamente atraentes à exploração agrícola, promovendo, dessa forma, o desenvolvimento regional.

A dimensão continental do país, as desigualdades regionais sob os pontos de vista econômico-social e ambiental e a predominância do transporte rodoviário no Brasil, potencializam o desafio da melhoria da logística brasileira.

Assim, são fundamentais as ações que promovam, por um lado, a expansão da infraestrutura de transportes, a integração dos modais e o fortalecimento dos sistemas de menor custo unitário (R\$/tonelada.kilômetro), e, por outro

lado, o aperfeiçoamento da gestão do processo logístico, na visão integrada desde o produtor até o consumidor final. Nesse sentido, o desenvolvimento de ativos de integração (centros de distribuição, terminais de integração multimodal, terminais de transbordo e armazenagem e terminais portuários), a permanente capacitação dos operadores e o aperfeiçoamento do arcabouço regulatório dos setores são objetivos essenciais.

Em 2011, os desembolsos nesse segmento registraram um aumento de 42% em relação a 2010 (R\$ 4,7 bilhões, em 2011, e R\$ 3,3 bilhões, em 2010), impulsionado pelos desafios de ampliação e recuperação da infraestrutura logística do país.

O segmento de atuação com maior participação relativa foi o rodoviário, com 38% dos desembolsos, R\$ 1,7 bilhão, que abrangem investimentos relativos a concessões de rodovias federais, previstas no PAC, e de rodovias estaduais (São Paulo e Bahia), ocorridos em 2008 e 2009, além do apoio a estados, como contrapartida de investimento público direto.

Em seguida, vêm os financiamentos ao setor portuário, que vem apresentando forte demanda de expansão. Foram desembolsados R\$ 1,2 bilhão, 28% do total, para projetos de ampliação da oferta de capacidade de movimentação portuária para diversos tipos de carga: graneis agrícolas, contêineres e minério de ferro. Destacam-se o apoio à implantação do Porto Sudeste, projeto da LLX, em Itaguaí, além da construção e modernização de outros terminais nos portos de Santos, Pecém, Aratu, Paranaguá e Rio Grande.

O setor ferroviário contou com 24% dos desembolsos (R\$ 1 bilhão) e participação adicional da renda variável (R\$ 350 milhões), referente à aquisição de debêntures da ferrovia Norte-Sul. Destacam-se os investimentos na construção da ferrovia Nova Transnordestina e na ampliação da Ferronorte até Rondonópolis (MT), ambos previstos no PAC, que permitirão maior desenvolvimento socioeconômico nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, além da aquisição de vagões para o aumento de capacidade da ferrovia Carajás. Além disso, houve significativos investimentos em malha e material rodante das concessionárias do sistema concedido ao setor privado (menciona-se o financiamento para a aquisição de locomotivas, representando a retomada da fabricação desses bens na indústria nacional). O BNDES

apoiou, também, os investimentos relativos à ampliação de capacidade na malha paulista para o transporte de açúcar, inclusive a aquisição de vagões e locomotivas, com previsão de investimentos sociais no entorno do projeto.

Finalmente, o segmento da navegação,¹⁸ que contou com R\$ 400 milhões de créditos liberados, 10% do total, refletiu investimentos na construção de navios graneleiros e contêineres e de rebocadores.

Em relação às aprovações, foram 21 novas operações durante o ano de 2011 (15 já foram contratadas), que representarão financiamentos de R\$ 6,9 bilhões a serem desembolsados nos próximos anos, em apoio a investimentos totais de R\$ 16,4 bilhões.

Entre os projetos aprovados, mencionam-se os investimentos nas concessões rodoviárias referentes à segunda etapa do programa federal, que corresponderão a desembolsos de cerca de R\$ 3 bilhões em projetos previstos no PAC (Fernão Dias, BR-393, BR-101: Rio de Janeiro-Espírito Santo, BR-116: Curitiba-Florianópolis-divisa com o Rio Grande do Sul) e os investimentos relativos ao Programa de Concessões Rodoviárias do estado de São Paulo, para os quais serão desembolsados mais R\$ 500 milhões nas rodovias administradas por concessionárias estaduais.

No segmento rodoviário, cabe destacar, ainda, que o BNDES vem atuando de forma concertada com o mercado, em operações conjuntas de financiamento e emissão de debêntures de longo prazo, com o compartilhamento de garantias.

No segmento dutoviário, merece destaque o empréstimo-ponte para a implantação de um poliduto para o transporte de etanol, com 1.330 km de extensão, no valor de R\$ 1,7 bilhão. Esse plano representa a consolidação em uma única proposta de três projetos, em que o BNDES teve influência relevante para a redução de custos de implantação e dos riscos de mercado. O projeto atenderá às regiões produtoras de etanol em Minas Gerais, Goiás, sudeste do Mato Grosso e São Paulo. A partir de Paulínia (SP), os volumes seguirão para a região da Grande São Paulo ou para terminais marítimos

¹⁸ Não inclui o setor de óleo e gás, cujas operações estão descritas na seção Insumos Básicos.

(São Sebastião e Ilha D'Água) através de dutos, visando à exportação ou à cabotagem. O projeto prevê, ainda, a interligação com a Hidrovia Paraná-Tietê.

No setor ferroviário, destaca-se a aprovação de mais 44 locomotivas fabricadas no país.

Já no setor portuário, está previsto o apoio a terminais em Itajaí, Paranaguá, Santos, Itacoatiara e a implantação do Porto de Açu, no estado do Rio de Janeiro.

Nos projetos aprovados em 2011, registra-se, ainda, a previsão de subcréditos relativos a investimentos sociais no montante de R\$ 12,7 milhões.

Também foram realizadas ações prospectivas de novos e importantes projetos, em especial para: (a) o acompanhamento do Estudo de Portos, que visa analisar e avaliar a organização institucional e a eficiência da gestão do setor portuário brasileiro e propor soluções à superação de entraves ao desenvolvimento do setor; (b) a estruturação da forma de apoio ao projeto do dirigível para cargas especiais, a ser utilizado, notadamente, na Região Norte, com vantagens ambientais; e (c) o dimensionamento do investimento em logística para os próximos quatro anos (2012-2015). Foram avaliados, ainda, os editais de concessão: do novo aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN) e da rodovia BR-101, no Espírito Santo, com vistas à divulgação das condições de apoio do BNDES antes da entrega das propostas pelos licitantes.

Insumos básicos

Indústria de base

A indústria de base brasileira é fornecedora de insumos para praticamente todos os setores produtivos. As principais são a indústria de mineração, a siderúrgica, a metalúrgica e a de cimentos.

Em relação à indústria siderúrgica, a produção brasileira de aço bruto, em 2011, alcançou o patamar de 35,3 milhões de

toneladas, registrando um aumento de cerca de 7,2% comparativamente ao ano de 2010, apresentando uma variação similar à média mundial, cujo aumento em relação a 2010 foi de cerca de 7,4%.

No que concerne ao consumo, segundo estimativas do Instituto Aço Brasil (IABr), o consumo aparente brasileiro estimado em 2011 foi de 25 milhões de toneladas, cerca de 4% inferior ao de 2010. Relativamente à balança comercial, as importações brasileiras de aço bruto apresentaram uma redução de cerca de 37% em relação a 2010, enquanto as exportações aumentaram em torno de 26%.

As operações aprovadas pelo BNDES para a indústria de base, em 2011, englobaram os seguintes projetos: expansão da capacidade produtiva de aços longos e planos; investimentos correntes e de modernização de siderúrgicas; implantação de unidades de produção de cimento; investimentos correntes e de modernização de unidades de produção de cobre e zinco; e inovação tecnológica, por meio do Funtec.

O total de desembolsos para a indústria de base em 2011 foi de R\$ 5,52 bilhões, valor 55,5% superior ao de 2010. Na distribuição setorial, houve uma significativa mudança em relação ao ano de 2010, com a mineração passando de 31,7% para 54,1%; a siderurgia de 52,9% para 32,6%; e cimento de 15,4% para 13,4%, em valores absolutos. Enquanto os setores de siderurgia e cimento mantiveram níveis semelhantes ao do ano de 2010, a mineração representou, praticamente, todo o aumento de desembolso do segmento.

Cabe destacar o projeto da Anglo Ferrous Minas-Rio que demandou recursos do BNDES, em 2011, da ordem de R\$ 1,54 bilhão, para construção de um sistema de mineração em Minas Gerais com capacidade anual de produção de 26,6 milhões de toneladas de minério de ferro, incluindo um mineroduto até o Porto do Açu, no Rio de Janeiro.

Os desembolsos sociais associados à carteira de projetos – linha de Investimento Social das Empresas (ISE) – totalizaram R\$ 17,8 milhões, e as principais aplicações foram projetos de educação, cidadania, cultura, saúde e saneamento, em sua maior parte nos estados de Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

No contexto ambiental, pode-se destacar o apoio à Usiminas no valor de R\$ 74 milhões referente ao projeto de recuperação ambiental de uma área em Itaguaí (RJ), onde será instalado um novo terminal portuário do Grupo Usiminas.

No que se refere à mineração, a demanda mundial de minério de ferro, em 2011, manteve a tendência de crescimento exibida nos últimos anos. O Brasil respondeu por 325 milhões de toneladas, representando cerca de 29% do total mundial.

Indústria química

Em 2011, a indústria química teve uma participação de 2,5% no PIB brasileiro, representando o quarto maior setor da indústria de transformação. No plano global, a indústria química brasileira subiu uma posição, atingindo a sétima posição, em faturamento.

No apoio do BNDES ao setor, além dos investimentos em modernização, implantação e aumento da capacidade produtiva, podemos ressaltar o apoio aos investimentos sociais e ambientais realizados, que apresentaram em 2011 desembolso total da ordem de R\$ 44 milhões, com destaque para os projetos sociais no entorno da Petroquímica Suape, em Pernambuco.

Entre as ações prioritárias desenvolvidas em 2011, ressalta-se também o apoio à cadeia de transformados plásticos, segmento que tem como característica o uso intensivo de mão de obra, por meio do programa Proplástico. Criado em 2010 com o intuito de fortalecer empresas produtoras de peças, embalagens, equipamentos e moldes para o segmento de plástico, com soluções ecologicamente corretas, esse programa conta com seis operações diretas aprovadas em 2011 e uma carteira crescente de empresas interessadas.

Outro foco relevante de ação do BNDES em 2011 nesse setor foi o fomento a projetos de química a partir de biomassa, em substituição às tradicionais matérias-primas fósseis. A difusão de materiais e produtos provenientes de fontes renováveis de matéria-prima reduz o impacto ambiental global, sendo uma demanda crescente no mercado mundial. Nesse contexto, o Brasil possui relevante vantagem comparativa, tanto por sua biodiversidade quanto pela posição do setor agroindustrial



profissionalizado. Como iniciativa, destaca-se o Plano de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucoenergético e Sucoquímico (PAISS), lançado em conjunto pelo BNDES e pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em 2011. Um dos focos do plano, o desenvolvimento de produtos a partir da biomassa de cana-de-açúcar contou com 57 empresas interessadas, tendo sido selecionados 25 planos de negócios para apoio conjunto. Os projetos somam cerca de R\$ 3,5 bilhões de apoio financeiro, dos quais R\$ 2,2 bilhões são destinados ao desenvolvimento de produtos.

Celulose, papel e produtos florestais

Após um ano 2010 de forte expansão, em 2011 o Brasil manteve a produção e a exportação de celulose em níveis praticamente estáveis, apesar do enfraquecimento do mercado. Os preços terminaram 2011 cerca de 25% abaixo do pico registrado no meio do ano, e 22% abaixo do fechamento de 2010.

Apesar desse cenário, as obras das novas plantas de celulose da Eldorado, em Três Lagoas (MS), e da Suzano, em Imperatriz (MA), continuaram em andamento. Ambas as plantas terão capacidade de 1,5 milhão de t/ano, com custo aproximado de R\$ 5 bilhões cada. A primeira planta tem partida prevista para o fim de 2012, enquanto a segunda deve iniciar suas operações no fim de 2013. Ambos os projetos receberam financiamento do BNDES no valor de R\$ 2,7 bilhões cada.

No apoio a investimentos sociais e ambientais adicionais aos previstos no licenciamento dos projetos, destacam-se os desembolsos de R\$ 13 milhões para a Suzano (de um total de R\$ 71 milhões contratados), e a contratação de R\$ 25 milhões para a Eldorado.

No setor de papel, assim como na celulose, após um ano de forte crescimento, a produção em 2011 manteve-se em patamar quase igual ao do ano anterior. Medidas *antidumping* e maior controle sobre o papel imune conseguiram reduzir as importações (-2%) que haviam subido 38% em 2010. O principal investimento foi a nova máquina de *kraftliner* da

Rigesa, em Três Barras (SC), com capacidade de 300 mil t/ano. O financiamento do BNDES para o projeto é de R\$ 472 milhões, com início de operação previsto para 2012 e com investimentos sociais contratados no valor de R\$ 2,5 milhões.

Vale destacar também o investimento da Melhoramentos Papéis para ampliar sua capacidade de papéis *tissue* em 55 mil t/ano e de conversão de papéis em 45 mil t/ano. O valor total do projeto é de R\$ 214 milhões e conta com o apoio do BNDES de R\$ 99 milhões, incluindo investimentos sociais no valor de R\$ 1 milhão.

Já no segmento de painéis de madeira, houve anúncio de novos investimentos, a exemplo do ocorrido nos últimos anos. A Duratex iniciou as obras de uma nova planta de MDF com capacidade de 520 mil m³/ano e previsão de partida para 2013. O investimento previsto é de R\$ 613 milhões e conta com apoio do BNDES de R\$ 305 milhões, com investimentos sociais no valor total de R\$ 1,6 milhão.

Ainda nesse segmento, a unidade da Berneck em Curitiba (SC) deve começar as atividades em março de 2012. A nova planta contou com financiamento do BNDES, contratado em 2010, de R\$ 178 milhões, incluindo o valor de R\$ 3,6 milhões para investimentos sociais.

Óleo, gás, cadeia produtiva de P&G e bens de capital sob encomenda

No setor de óleo e gás, o Banco esteve presente em toda a cadeia do petróleo, da E&P (exploração e produção) à distribuição. Em 2011, foi aprovada operação de financiamento de longo prazo para a Petrobras visando à construção e implantação de plataforma de produção de gás natural e condensado no Campo de Mexilhão, na Bacia de Santos. No segmento de refino, o BNDES apoiou novo projeto da Alberto Pasqualini – Refap S.A., financiando o valor de R\$ 1,1 bilhão, com o objetivo de adequar sua produção à nova legislação ambiental, viabilizando o abastecimento do mercado nacional com diesel de baixo teor de enxofre, além de projeto social no



valor de R\$ 5 milhões. Na etapa de distribuição, foi contratada operação da empresa Liquigás Distribuidora S.A. para ampliação e modernização de seus centros de engarrafamento de GLP, no valor de R\$ 130 milhões.

Impulsionada pelo robusto Plano de Negócios 2011-2015 da Petrobras, que totaliza US\$ 224,7 bilhões para o período, e pelas exigências da Agência Nacional de Petróleo (ANP) quanto ao conteúdo local mínimo para empreendimentos em exploração e produção, a indústria doméstica de petróleo e gás natural (P&G) mostrou-se, ao longo ano de 2011, fortemente direcionada ao desenvolvimento de sua cadeia de fornecedores nacionais de bens e serviços.

Dentre as diversas ações realizadas para a estruturação de uma cadeia de supridores locais competitiva internacionalmente, destaca-se a criação do Programa BNDES P&G, o qual tem como objetivo buscar soluções para alguns dos entraves do setor, tais como o custo do capital e a dificuldade de acesso e à tecnologia de ponta. Com dotação de R\$ 4 bilhões e vigência até 31 de dezembro de 2015, o programa já recebeu 16 propostas de projetos em menos de seis meses, das quais oito já foram enquadradas pelo BNDES.

O programa foi concebido tendo como base as necessidades do mercado local, principalmente no que tange às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), que perfazem aproximadamente 85% das empresas da cadeia de fornecedores de P&G no país. Ademais, encontra-se alinhado com o Plano Brasil Maior do Governo Federal, que define políticas para o desenvolvimento industrial no país.

As encomendas à indústria naval têm demandado investimentos em ampliação e modernização de estaleiros existentes, bem como em implantação de novas unidades.

Os instrumentos de política industrial adotados pelo governo brasileiro para o desenvolvimento da indústria de construção naval também vem impulsionando as atividades do setor nos últimos anos. Em 2011, diversas encomendas foram realizadas aos estaleiros, em especial navios petroleiros e embarcações de apoio marítimo, contratadas no âmbito dos programas Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef), Empresa Brasileira de Navegação (EBN) e Programa

de Renovação da Frota de Apoio Marítimo (Prorefam). Além dessas embarcações, foram contratadas, pela Petrobras, sondas de perfuração e plataformas de produção a serem construídas no Brasil.

O Fundo de Marinha Mercante (FMM) definiu, em 2011, prioridade de financiamento para 276 projetos de construção de embarcações e de construção e expansão de estaleiros, investimentos que devem se realizar nos próximos anos.

O BNDES aprovou o financiamento do novo estaleiro da Wilson Sons Estaleiros Ltda., no município de Rio Grande (RS), no valor de R\$ 234 milhões, incluindo investimentos sociais de R\$ 800 mil, e autorizou a concessão de empréstimo-ponte de R\$ 400 milhões à OSX Construção Naval para a implantação de um estaleiro em São João da Barra (RJ). Foram contratados, ainda, financiamentos para aquisição de embarcações, destacando-se as embarcações de apoio marítimo do armador Deep Sea Supply Navegação Marítima Ltda. no valor de R\$ 120,8 milhões, e para a produção de embarcações de apoio marítimo pelo estaleiro STX OSV Niterói S.A., no valor de R\$ 380,5 milhões.

Indústria, comércio e serviços

Nesse segmento, o foco da atuação do BNDES foi o apoio à ampliação da oferta e à promoção de uma estrutura produtiva diversificada, sustentável e competitiva. Vale destacar o significativo crescimento no apoio à inovação e às iniciativas de cunho socioambiental, cujos desembolsos em 2011 foram, respectivamente, R\$ 2.462 milhões (100% de crescimento em relação a 2010) e R\$ 86 milhões (77% de crescimento ante 2010). Ainda em 2011, os desembolsos para indústria de comércio e serviços atingiram R\$ 15,1 bilhões em 2011, dos quais R\$ 13,5 bilhões foram de renda fixa e R\$ 1,6 bilhão de renda variável.

Agroindústria

Foram viabilizados, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), projetos de apoio a cooperativas que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida dos pequenos proprietários rurais e para a redução dos desequilíbrios sociais. Os financiamentos aprovados somaram R\$ 148 milhões.

Em 2011, destaca-se o projeto da Brasil Foods S.A. (BRF) em Carambei (PR), no valor de R\$ 82,6 milhões, dos quais R\$ 66 milhões financiados pelo BNDES. No processo de readequação de sua planta industrial nessa região, a empresa viabilizou a transformação das granjas de 343 produtores rurais, com a manutenção de um nível de renda mínimo durante o tempo em que as atividades ficaram paralisadas. Essa operação foi contratada no âmbito da linha Investimentos Sociais das Empresas (BNDES ISE) e representa importante exemplo da atuação do BNDES, em parceria com empresas, na modernização do entorno de pequenos municípios.

Indústria pesada

Foram apoiados diversos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação de empresas dos setores automobilístico, aeronáutico e de máquinas e equipamentos, contribuindo para o desenvolvimento de novos produtos e processos e, assim, fortalecendo a engenharia nacional. Os projetos aprovados nas linhas de inovação somaram R\$ 1,4 milhão em financiamento, especialmente para o Programa BNDES Proengenharia.

Também foram apoiados projetos de modernização e ampliação da capacidade produtiva de empresas, sobretudo nos setores automobilístico, metalúrgico e de fundição, atestando as boas perspectivas de crescimento desses setores da indústria brasileira nos próximos anos. Projetos de investimento social dessas empresas, no âmbito da linha de Investimento Sociais de Empresas (ISE), também foram financiados, havendo um aumento de aproximadamente 824% do valor aprovado nessa linha em relação ao ano anterior nesse segmento.

Em 2011, destaca-se o projeto de desenvolvimento da aeronave Legacy 500 pela Embraer. O Banco está financiando R\$ 384,1

milhões relativos à engenharia e à tecnologia do projeto por meio de suas linhas de inovação. O projeto foi concebido para fabricar uma aeronave de médio porte no segmento executivo e para preencher uma lacuna no portfólio da Embraer, consolidando sua participação nesse segmento. O Legacy 500 está em fase de desenvolvimento e deverá ser homologado em 2012.

Setor sucroenergético

A busca por combustíveis renováveis alternativos e a correlata redução da dependência de fontes fósseis de energia têm acarretado o aumento, em escala global, dos investimentos em pesquisas tecnológicas para produção de etanol a partir da celulose, também conhecido como etanol de segunda geração. Trata-se de tecnologia estratégica que ainda ensaia os primeiros passos no Brasil, mas que, a partir de 2011, passou a contar com o apoio do Plano BNDES-Finep de Apoio à Inovação dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (PAISS).

Com um orçamento de R\$ 1 bilhão, o objetivo do PAISS é selecionar planos de negócios e fomentar projetos que visem ao desenvolvimento, à produção e à comercialização de novos produtos e tecnologias destinados ao processamento da biomassa proveniente da cana-de-açúcar, como o etanol de celulose e os plásticos biodegradáveis.

A iniciativa tem mostrado bons resultados. Na última etapa do processo, BNDES e Finep selecionaram 35 planos de negócios, de 25 empresas, que deverão resultar em investimentos de cerca de R\$ 2 bilhões em inovação nos próximos anos. Com isso, espera-se que as empresas brasileiras desenvolvam essas novas tecnologias, o que contribuirá para a manutenção da posição do Brasil como protagonista mundial na produção de etanol.

Bens de consumo, comércio e serviços

O apoio financeiro a bens de consumo, comércio e serviços totalizou R\$ 3,4 bilhões em desembolsos, 15,1% acima dos R\$ 3 bilhões de 2010. O valor das contratações também



registrou crescimento significativo em 2011, perfazendo R\$ 5,5 bilhões, quase o dobro dos R\$ 3 bilhões de 2010. Destaca-se a contratação do apoio ao plano de investimentos da Ambev para o triênio 2011-2013, no valor de R\$ 1,9 bilhão.

Os segmentos de destaque do setor de bens de consumo foram bebidas, têxteis e cosméticos. Já em comércio e serviços, os principais foram *shopping centers*, supermercados, varejo (notadamente de vestuário) e condomínios logísticos.

Além de modernização e expansão da capacidade produtiva, os projetos apoiados pelo BNDES contemplaram sustentabilidade ambiental e investimentos privados em projetos sociais, em especial o desembolso de R\$ 1 milhão para um programa de inclusão digital promovido pela B2W – Companhia Global de Varejo.

Tendo em vista a preocupação do BNDES com o fomento à diferenciação e à inovação, foi incluída no Programa Revitaliza, relançado no segundo semestre de 2011, a possibilidade de apoio a investimentos em *design* e marketing, com o objetivo de agregar valor aos produtos e fortalecer marcas, aumentando a competitividade da indústria brasileira.

Complexo Industrial da Saúde

No âmbito do Complexo Industrial da Saúde (CIS), o BNDES tem como diretriz estratégica apoiar ações que busquem aumentar a competitividade do setor e reduzir a vulnerabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS), contribuindo para a ampliação do acesso da população a produtos e serviços de saúde.

Ao longo dos últimos anos, o programa BNDES Profarma vem apoiando a adequação e o aumento da capacidade produtiva das empresas nacionais, bem como projetos de inovação em áreas consideradas prioritárias para o SUS,¹⁹ tendo contribuído para o fortalecimento do CIS e para a sua capacitação em P,D&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação).

Em 2011, merece destaque o apoio estruturado ao plano de P&D de empresas do setor farmacêutico, entre elas, Eurofarma, Cristália, Hypermarcas e Libbs, totalizando contratação de cerca

¹⁹ As áreas prioritárias foram definidas na Portaria 1.284/2010 do Ministério da Saúde.

de R\$ 280 milhões. A incorporação de competências para desenvolvimento e produção de medicamentos biotecnológicos passou a ser o principal foco de atuação do BNDES para o CIS, cujo esforço está voltado para a estruturação de projetos de empresas farmacêuticas nacionais com esse objetivo.

TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação)

Os diversos segmentos das TICs têm sido financiados pelo BNDES com especial ênfase em inovação. Com essa finalidade, destacou-se o apoio por meio do BNDES Fundo Tecnológico (Funtec) às atividades de P&D nas indústrias de microeletrônica e *displays* – componentes críticos para a competitividade da indústria baseada em eletrônica, representando mais de 45% do déficit total do Complexo Eletrônico.

Mais de R\$ 80 milhões foram contratados no âmbito desse fundo não reembolsável para as TICs desde 2007, objetivando não somente o desenvolvimento de soluções de elevada complexidade tecnológica, mas também a formação e retenção de projetistas no país e a articulação entre institutos de tecnologia e empresas privadas.

Entre as 21 operações ativas do Funtec para TICs em 2011, destacaram-se as contratações para o desenvolvimento de *chip* para aparelhos auditivos de baixo custo (R\$ 6,4 milhões) e de dispositivos para iluminação em tecnologia OLED, de baixo consumo energético (R\$ 15,2 milhões).

Em 2011, foi comercializado o primeiro lote do *chip* para rastreamento bovino projetado pela Ceitec S.A. com recursos do BNDES. Essa solução permitirá o rastreamento da origem da carne produzida no país, promovendo exportações de maior valor agregado em consonância com as exigências internacionais e auxiliando a proteção de biomas em desmatamento pela pecuária.

Economia da cultura

Desde 1995, o BNDES apoia de forma sistemática ações na área da cultura, notadamente em patrimônio histórico, acervos, cinema e nas cadeias produtivas do audiovisual e editorial.

A estruturação da cadeia produtiva do audiovisual

O BNDES está apto a participar de toda a cadeia produtiva do audiovisual, incluindo produção, distribuição, infraestrutura e expansão e descentralização das salas de exibição do país. Para tanto, dispõe de instrumentos financeiros específicos, como os financiamentos do Programa BNDES Procult, os investimentos em Fundos de Investimento da Indústria Cinematográfica (Funcines) e os Editais de Cinema.

Nesse escopo, o destaque operacional do ano de 2011 foi o projeto Redecine Irajá. Trata-se da implantação de um complexo de seis salas de cinema totalmente digital, localizado no bairro do Irajá, subúrbio do Rio de Janeiro. O projeto foi apoiado no âmbito do programa Cinema Perto de Você, em ação coordenada entre a Agência Nacional de Cinema (Ancine), que aportou recursos do Fundo Setorial do Audiovisual, e o BNDES, que por sua vez utilizou recursos do programa BNDES Procult. Por meio dessa iniciativa, pretende-se ampliar e descentralizar o parque exibidor brasileiro, expandindo a oferta de serviços culturais a uma parcela maior da população.

Apoio à preservação do patrimônio histórico nacional

A utilização de aplicações não reembolsáveis dedutíveis como incentivos fiscais (Lei Rouanet) e de recursos do Fundo Cultural viabiliza ao BNDES a implementação de projetos de preservação do patrimônio cultural. Desde 1997, já foram destinados cerca de R\$ 142 milhões a projetos de preservação e restauro de edificações, o que consolidou a posição do BNDES de maior promotor da conservação do patrimônio cultural brasileiro. Desde 2010, uma mudança de abordagem fez com que os projetos de patrimônio passassem a ser analisados sob um viés de desenvolvimento. O objetivo é, além de recuperar o patrimônio, estimular e facilitar o usufruto do bem restaurado, promover sua melhor utilização pela sociedade e promover o maior dinamismo econômico local, tornando o patrimônio histórico uma âncora para o desenvolvimento institucional, econômico, turístico e urbano da localidade onde se encontra.

Sob essa nova ótica, destaca-se o projeto integrado realizado na cidade de Tiradentes (MG), em estruturação desde 2009. Em 2011, foi contratada uma importante operação que envolveu a restauração de três das principais igrejas do município (Capela de São Francisco de Paula, Igreja de Nossa Senhora do Pilar do Padre Gaspar e Igreja de Nossa Senhora das Mercês), com o intuito de melhorar suas instalações físicas, potencializar seus usos para a comunidade local e promover o desenvolvimento do seu entorno.

Edital de acervos

Também com recursos de natureza não reembolsável oriundos do Fundo Cultural, o BNDES desenvolve desde 2004 o Programa de Preservação de Acervos, destinado a ações de preservação de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos de relevância cultural e histórica. O programa é operacionalizado por meio de edital público de seleção bianual.

Em 2011, foram anunciados os resultados de mais um edital, com a divulgação de um cadastro reserva de projetos a serem contratados até o ano de 2013. A principal novidade foi a criação da modalidade Âncora, que busca replicar o apoio em diversos pontos de uma rede de ação ou por meio de acervos aglutinados por algum elemento comum (temática; geográfico; necessidade de ações comuns de preservação).

Turismo

Por meio do programa ProCopa Turismo, o BNDES financia a construção, reforma, ampliação e modernização de hotéis, de forma a aumentar a capacidade e qualidade da hospedagem para a Copa do Mundo de 2014. Essa iniciativa faz parte de um esforço conjunto com o Governo Federal para preparar o Brasil para esse evento. O programa procura estimular a sustentabilidade oferecendo condições especiais caso os empreendimentos apresentem certificados de construção sustentável ou eficiência energética. Em 2011, foram contratadas três operações no valor de R\$ 58 milhões.

Meio ambiente

Fundo Amazônia

O BNDES é o gestor do Fundo Amazônia, iniciativa brasileira inovadora para captar recursos destinados a apoiar ações de redução de emissão de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação de florestas.

O governo da Noruega é o principal doador de recursos ao Fundo Amazônia, que também conta com doações do governo alemão e da Petrobras.

O BNDES é responsável pelas atividades de aplicação e captação de recursos, bem como de monitoramento, comunicação e prestação de contas de todas as ações realizadas em seu âmbito. Podem ser apoiados, com recursos não reembolsáveis provenientes das doações, projetos que abordem as seguintes temáticas relacionadas à promoção do desenvolvimento sustentável e à prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento na Amazônia:

- gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- manejo florestal sustentável;
- atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta;
- zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- recuperação de áreas desmatadas.

Cabe ao BNDES fomentar projetos e analisar os que forem propostos. Os projetos aprovados são contratados e sua execução físico-financeira é acompanhada pelo Banco. Também cabe ao BNDES exercer as atividades da secretaria executiva do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), estrutura de

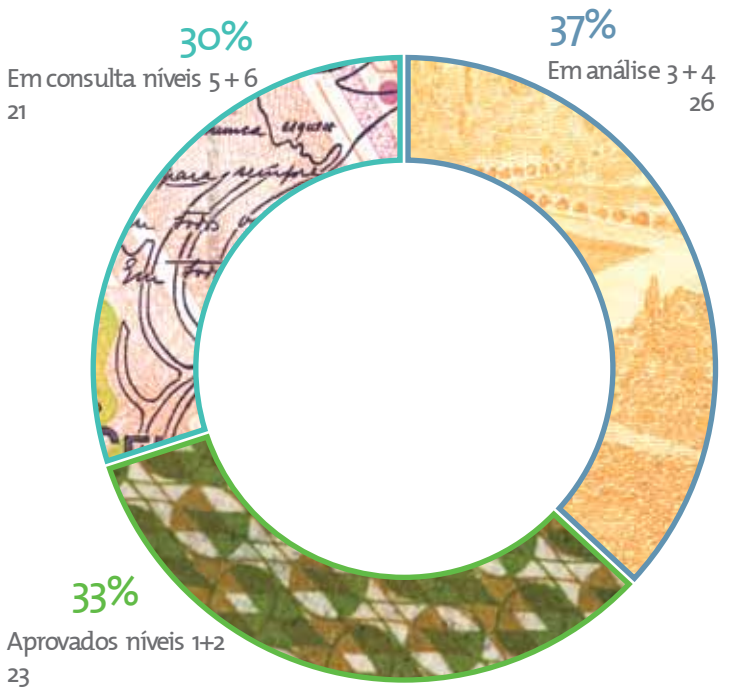
governança inclusiva cuja atribuição é estabelecer, em conformidade com as políticas públicas vigentes, as diretrizes e os critérios de aplicação dos recursos.

Estruturado como um comitê tripartite e atualmente presidido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), o COFA é formado por representantes do Governo Federal, dos governos dos nove estados amazônicos envolvidos no combate ao desmatamento, da sociedade civil (organizações não governamentais, movimentos sociais, povos indígenas e setor empresarial) e da comunidade científica.

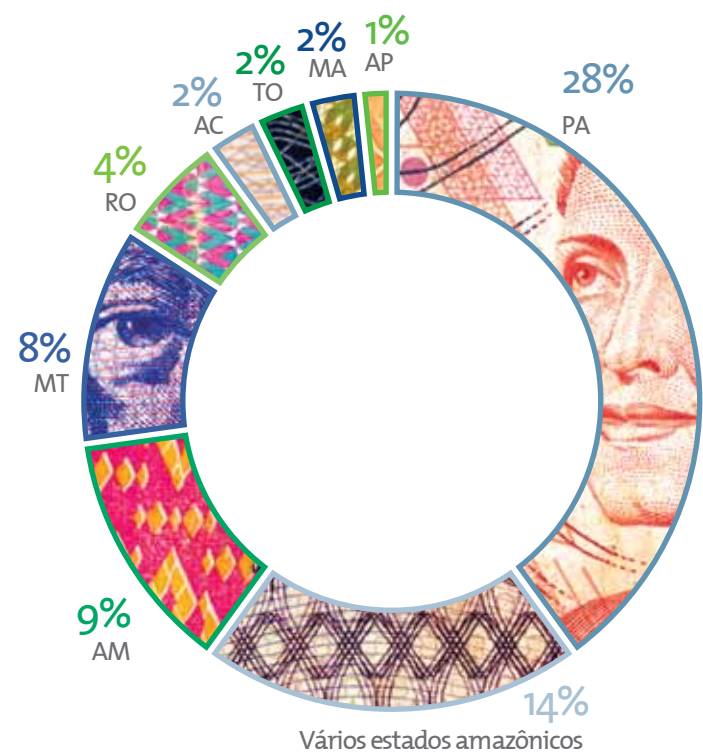
Considerado importante instrumento para o financiamento da redução de emissões por desmatamento e degradação, seu caráter de exemplaridade realça ainda mais os aspectos relativos à transparência e à comunicação de suas principais informações, bem como o permanente diálogo com seus diversos públicos. Para garantir tais aspectos, o Fundo Amazônia conta com um *site* específico, boletins periódicos de notícias e de posição da carteira de projetos, além do relatório anual de atividades que contém o balanço do ano, a prestação de contas e os pareceres de auditores externos e independentes. Mais informações sobre o Fundo Amazônia e o detalhamento dos projetos aprovados podem ser consultados no *site* <www.fundoamazonia.gov.br> que o BNDES mantém na internet.

Carteira de projetos

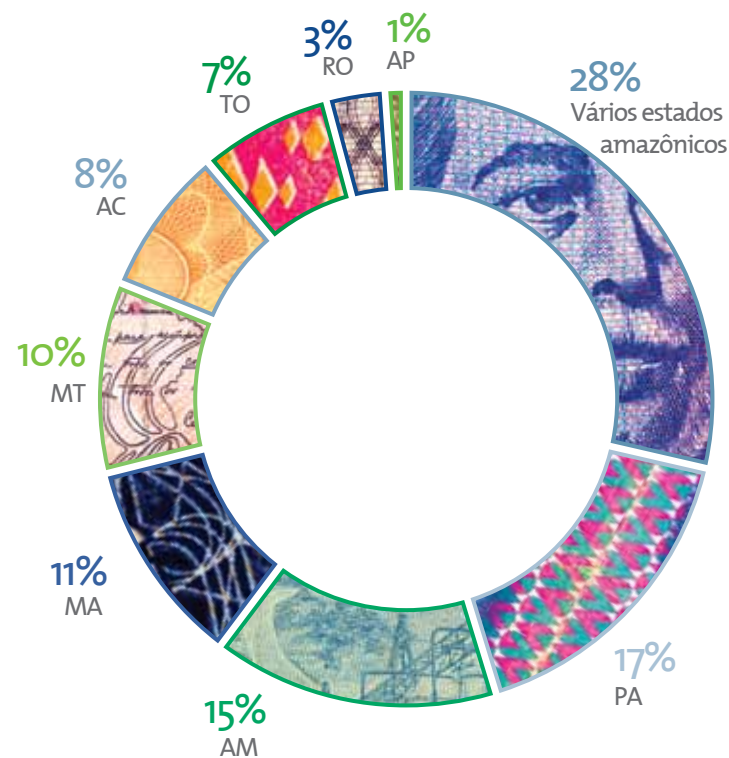
Número de projetos por nível operacional



Abrangência territorial dos projetos (quantidade de projetos)



Distribuição do valor solicitado por estado



Em sua concepção, os projetos aprovados têm abordagens distintas, porém, coerentes com ações que contribuem direta ou indiretamente para reduzir a emissão de CO², decorrente da degradação e do desmatamento, sempre em linha com as políticas públicas de gestão ambiental.

O Fundo Amazônia em números (2009-2011):

- 23 projetos aprovados totalizando um apoio de R\$ 260,7 milhões em atividades produtivas sustentáveis, desenvolvimento institucional de órgãos ambientais, regularização ambiental e fundiária e ciência, tecnologia e inovação (CT&I).

NÚMERO DE PROJETOS APROVADOS		
ANO	PROJETOS APROVADOS	VALOR DO APOIO (R\$ MILHÕES)
2009	5	70,3
2010	8	119,1
2011	10	71,3
Total	23	260,7

- R\$ 15,8 milhões destinados a projetos de C,T&I.
- 131 municípios beneficiados no Bioma Amazônia (25% dos municípios).
- Área reflorestada e recuperada: 4.031 km², o equivalente a 62% da área desmatada na Amazônia em 2010).
- Consolidação de 82 unidades de conservação (UCs) federais e estaduais, totalizando 420 mil km² (33% da área de UCs federais e estaduais na Amazônia Legal).
- Criação de novas UCs, totalizando 135 mil km² (11% de incremento da área atual de UCs federais e estaduais na Amazônia Legal).
- Estruturação física e operacional de 60 órgãos de meio ambiente.
- Capacitação de 13.361 pequenos produtores rurais e habitantes de comunidades tradicionais, inclusive indígenas, com a realização de 294 oficinas de capacitação e sensibilização em sistemas agroflorestais, manejos florestal e de pastagens, coleta e beneficiamento de sementes, elaboração de projetos socioambientais, entre outros.
- 8.470 assistências técnicas prestadas aos produtores rurais.
- 166 mil km² de propriedades rurais aptas para fins de adesão ao Cadastro Ambiental Rural (quase quatro vezes a área do estado do Rio de Janeiro).
- 12.219 famílias beneficiadas por pagamentos de serviços ambientais (Bolsa Floresta).
- 7.000 indígenas da etnia kayapó beneficiados com projetos socioambientais e 106 mil km² de terras indígenas monitoradas (10% das terras indígenas na Amazônia Legal).

Inovação em meio ambiente

Com o intuito de estimular o desenvolvimento de soluções inovadoras para tratamento de problemas ambientais relevantes, o BNDES apoia projetos de pesquisa aplicada que apresentam mecanismos efetivos para introdução de inovações no mercado.

Assim, são priorizados projetos relacionados à busca de soluções inovadoras para o tratamento de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas em plantas industriais, na construção civil e em espaços urbanos; bem como aqueles relacionados que visam produzir soluções tecnológicas para recuperação de solos e de recursos hídricos contaminados por hidrocarbonetos, organoclorados ou metais pesados.

O BNDES entende que a difusão de tais tecnologias pode ter impactos positivos não só sobre o meio ambiente, mas principalmente sobre a qualidade de vida da população, na medida em que têm o potencial de melhorar significativamente a qualidade do ar e dos recursos hídricos.

Em 2011, a carteira de operações de inovação em meio ambiente somou 11 projetos, em diferentes estágios de tramitação, no valor total de R\$ 78,2 milhões. Tais projetos são relacionados ao setor florestal, ao tratamento de efluentes e resíduos industriais tóxicos, de resíduos sólidos urbanos e de resíduos de construção e demolição. A introdução dessas tecnologias no mercado possibilitará a redução de impactos ambientais em diversos setores industriais – por meio do reaproveitamento de materiais, da substituição de insumos, do reuso de água e do aproveitamento energético de resíduos – e da quantidade de resíduos destinados aos aterros sanitários.

BNDES Mata Atlântica

BNDES Mata Atlântica é uma ação voluntária de responsabilidade social e ambiental, por meio da qual o Banco financia, com recursos não reembolsáveis, projetos de restauração do Bioma Mata Atlântica em unidades de conservação de posse e domínio público e em áreas de preservação permanente ciliares.

Os dois primeiros projetos financiados estão sendo desenvolvidos pelo Instituto Terra e pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). O primeiro abrange dois sítios, com a área total de 155 hectares: a Fazenda Bulcão, em Aimorés (MG), e a Reserva Ecológica de Itapina, em Colatina (ES). Em ambos, o plantio já foi executado e efetuam-se agora procedimentos de manutenção.

O projeto do IPÊ abarca 200 hectares no Pontal do Paranapanema (SP) e está sendo desenvolvido na Fazenda Rosanela e no Assentamento Nova Esperança, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Até o fim de 2011, foi plantada aproximadamente metade da área total prevista pelo projeto. Na floresta, será estendido um corredor ecológico entre a Estação Ecológica Mico-Leão-Preto e o Parque Estadual.

Ambos os projetos contribuem para a recuperação da biodiversidade, a conservação dos recursos hídricos, a geração de renda no campo e, como consequência do sequestro de gás carbônico proporcionado pelas florestas em crescimento, a mitigação do aquecimento global.

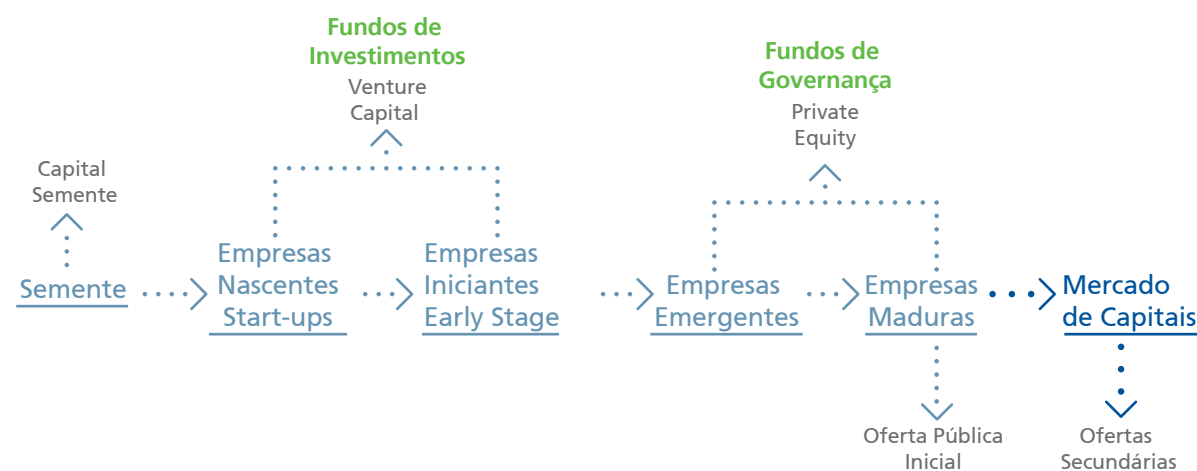


Renda variável

O BNDES atua em renda variável, em complemento a seus produtos de financiamento, por meio de sua subsidiária integral BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

A BNDESPAR apoia empresas brasileiras de capital aberto ou fechado que possam ingressar no mercado de capitais, por meio da subscrição de ações, debêntures conversíveis ou permutáveis, cotas de fundo de investimento e outros valores mobiliários.

O suporte da BNDESPAR está presente em todos os estágios de crescimento das companhias. Para as empresas semente, há o Fundo de Capital Semente, Criatec. No caso de empresas nascentes e iniciantes, a BNDESPAR apoia os fundos de *venture capital*. Já os investimentos em empresas emergentes são feitos por meio dos fundos de *private equity*. No fim de 2011, a BNDESPAR participava, como cotista, de 31 fundos de investimento, por meio dos quais apoiava 133 empresas. A figura a seguir ilustra a cadeia de crescimento das empresas e as respectivas modalidades de apoio.



As empresas que já são de capital aberto podem obter apoio por meio de operações privadas estruturadas, que contam com flexibilidade de produtos, ou da participação da BNDESPAR em ofertas públicas.

A atuação da BNDESPAR segue as diretrizes estratégicas do Sistema BNDES e visa apoiar os processos de capitalização, desenvolvimento, consolidação e internacionalização de empresas brasileiras e o reforço de suas estruturas de capital, induzindo a adoção das melhores práticas de sustentabilidade, o fortalecimento da capacidade inovadora e da governança empresarial. As participações societárias são sempre de caráter minoritário, com especial atenção para a formação de liquidez dos ativos, visando à reciclagem dos recursos.

Outro importante aspecto diz respeito ao fortalecimento e à modernização do mercado de capitais brasileiro, por meio do acréscimo da oferta de valores mobiliários, do desenvolvimento de novos produtos para os investidores e da democratização da propriedade do capital de empresas. A BNDESPAR tem contribuído para o aumento do volume negociado em bolsa, com R\$ 16 bilhões monetizados via mercado nos últimos cinco anos.

Para receberem apoio por meio de instrumentos de renda variável, as companhias postulantes devem apresentar perspectivas adequadas de retorno para o investimento, em condições e prazos compatíveis com o risco e a natureza de sua atividade. A estratégia de gestão da carteira de renda variável é baseada na criação de valor a longo prazo e na otimização da relação risco/retorno do portfólio.

A flexibilidade para operar com produtos de renda variável amplia a disponibilidade de instrumentos e mecanismos para apoiar empresas nacionais, em especial em momentos de maior aversão ao risco, por meio de uma estratégia anticíclica em conformidade com o papel de um banco de desenvolvimento. Em muitas ocasiões, o meio mais adequado para dar suporte a essas companhias é a participação acionária, que pode ser combinada com financiamento (operações conjugadas).

As operações de investimento da BNDESPAR são realizadas a custos de mercado, tendo como origem principal de recursos os próprios retornos de sua carteira de ativos (dividendos e juros sobre capital próprio de participações acionárias, juros

recebidos de debêntures, bem como os desinvestimentos), além das captações por meio das emissões de debêntures simples no mercado doméstico.

O principal ativo da BNDESPAR é sua carteira de títulos e valores mobiliários, composta por ativos de emissão de grandes empresas, pequenas e médias empresas e por cotas de fundos de investimento. Nos últimos cinco anos, o valor de mercado dessa carteira representou entre 20% e 25% dos ativos totais do Sistema BNDES, tendo o lucro da BNDESPAR representado em média 50% do lucro consolidado do BNDES.

Governança corporativa, responsabilidade socioambiental

Incentivar boas práticas de governança é uma das diretrizes estratégicas do Sistema BNDES. O impacto da BNDESPAR nas questões de governança é decisivo, sobretudo nas pequenas e médias empresas investidas, pois estas normalmente não apresentam, antes do apoio, estruturas de governança consolidadas e necessárias aos desafios de crescimento e competição do mercado.

Sempre que necessário, a BNDESPAR negocia e assina acordo de acionistas com seus sócios, de forma a regular o relacionamento societário em uma agenda de criação de valor. No âmbito da carteira da BNDESPAR, no fim de 2011, o Sistema BNDES era signatário de acordos de acionistas em 67 das 154 empresas em que mantinha participação acionária e contava com conselheiros indicados pelo Banco em 27 conselhos de administração, 11 conselhos fiscais e 38 comitês de fundos de investimento, contribuindo para a melhoria da transparência e da governança das empresas apoiadas.

As decisões de investimento da BNDESPAR levam em conta o compromisso das empresas com a responsabilidade socioambiental. A indicação de conselheiros de administração, em algumas companhias investidas, se traduz muitas vezes no incentivo a práticas e projetos de cunho socioambiental, em linha com as prioridades e diretrizes estratégicas do Sistema BNDES.

Como regra, as companhias postulantes a apoio financeiro mediante a utilização de instrumentos de renda variável passam por uma análise ampla de sua atuação no que diz respeito à questão ambiental.

Apoio à inovação

A atuação da BNDESPAR no apoio à inovação engloba empresas de diversos portes, com foco nas pequenas e médias empresas inovadoras, por meio de investimento direto ou indireto via fundos.

Em 2011, merecem destaque o investimento direto de R\$ 126 milhões na Tecsis S.A. e o aporte indireto de R\$ 400 mil (de um total aprovado de R\$ 1,2 milhão) na Radiopharmacus Ltda., por meio do Fundo Criatec.

Nascido a partir de iniciativa do BNDES, por intermédio da BNDESPAR, que detém 80% das suas cotas, o Criatec é um fundo de investimentos de capital semente destinado à aplicação em empresas emergentes inovadoras (para mais detalhes sobre o Criatec, ver o capítulo O BNDES em Números, p. 32).

A Tecsis, segunda maior fabricante mundial independente de pás eólicas, recebeu em 2011 apoio da BNDESPAR, por meio da subscrição de ações, com o objetivo de reforçar sua estrutura de capital e, desse modo, viabilizar sua expansão ante o crescimento do mercado mundial de energia eólica, consolidando a empresa como um dos principais *players* do setor. A empresa desenvolve tecnologia nacional de ponta e possui registro de patentes em diversos países. O aporte na companhia, considerando seu papel no setor de energia limpa, está alinhado às diretrizes do Sistema BNDES no que tange ao apoio à inovação, à exportação e ao fortalecimento das cadeias produtivas das atividades econômicas de impacto socioambiental.

Fundada em 2002 na cidade de Porto Alegre, a Radiopharmacus Ltda. é uma empresa de base tecnológica que desenvolve, fabrica e comercializa produtos e serviços aplicados à medicina nuclear. Seus principais produtos são fármacos, que são vendidos para centros de medicina nuclear na forma de *kits*. Nesses centros, os fármacos são combinados com um composto radioativo (radioisótopo) formando o radiofármaco por meio de um processo chamado de marcação. Em seguida, os radiofármacos são injetados no paciente (como “contraste”) e, em virtude de propriedades especiais, são atraídos para partes específicas do corpo do paciente, permitindo o diagnóstico por imagem (exame de cintilografia) e o tratamento de doenças.

Números da carteira de investimentos de renda variável do Sistema BNDES

Os indicadores da carteira de investimentos de renda variável do Sistema BNDES consideram, além da carteira de títulos e valores mobiliários da BNDESPAR, as participações acionárias de propriedade do próprio BNDES²⁰ e da Finame.

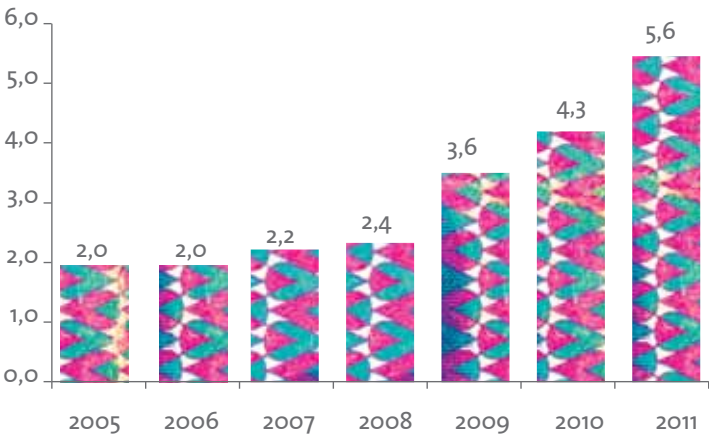
O valor de mercado da carteira encerrou o ano em R\$ 113,5 bilhões, conforme gráfico a seguir:

Valor de mercado da carteira
(em R\$ bilhões)



²⁰ Por força do Decreto 7.439, de 16 de fevereiro de 2011, algumas dessas participações deixaram de integrar o Fundo Nacional de Desestatização (FND). O BNDES ainda atua como gestor do FND, responsável por alienar as participações de propriedade da União e de diversas empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações.

Remuneração total da carteira
(em R\$ bilhões)



O giro da carteira (soma dos investimentos com os desinvestimentos) em 2011 foi de R\$ 9,2 bilhões, voltando a patamares de antes da crise econômica de 2008. A remuneração total da carteira recebida ao longo de 2011, que abrange dividendos, juros sobre o capital próprio e juros de debêntures, alcançou R\$ 5,6 bilhões, novo recorde da série, contribuindo para a geração de recursos para o Sistema BNDES. Sua evolução é ilustrada no gráfico a seguir:

A BNDESPAR subscreveu R\$ 574 milhões em debêntures mandatoriamente conversíveis emitidas pela Suzano Papel e Celulose S.A. Os recursos têm como destinação a construção de uma nova fábrica de celulose de eucalipto no Maranhão, além de propiciar a melhoria da estrutura de capital da empresa. A operação envolveu também um empréstimo do BNDES à companhia, no valor de R\$ 2,7 bilhões. Cabe ressaltar a importância da localização da nova unidade, gerando até 3.500 empregos nessa região que apresenta um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. A operação demonstra o potencial da combinação dos instrumentos de renda fixa e renda variável no apoio às empresas brasileiras.

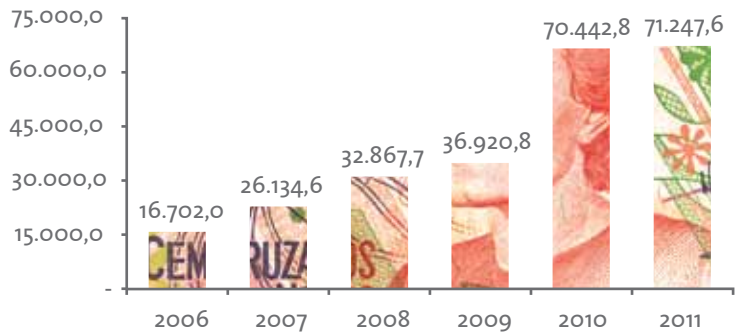
Foram subscritas pela BNDESPAR debêntures conversíveis de emissão das Lojas Americanas S.A., no total de R\$ 149 milhões. A operação teve como propósito reforçar a estrutura de capital da empresa, bem como apoiar sua expansão comercial, com a implantação de 250 novas lojas até o fim de 2012. A operação de investimento foi conjugada com financiamentos no valor de R\$ 442 milhões concedidos às Lojas Americanas e de R\$ 439 milhões à B2W, sua controlada. Grande parte dessa expansão deve ocorrer na Região Nordeste do Brasil, contribuindo para a geração de empregos e de renda e para a consequente diminuição das desigualdades regionais no país.

Operações indiretas automáticas

O BNDES efetua, em suas operações indiretas automáticas, análise, aprovação, desembolso, acompanhamento e, ainda, o credenciamento de máquinas e equipamentos e respectivos fabricantes.

Os desembolsos totais das operações indiretas automáticas alcançaram R\$ 71,2 bilhões em 2011, com uma participação de 51% do total desembolsado pelo BNDES, apresentando um crescimento de 1% em relação a 2010. Em relação a 2009, os desembolsos foram superiores em 93%.

Desembolsos
(em R\$ milhões)



Os desembolsos distribuem-se pelas regiões, portes de empresas e setores, conforme o perfil do beneficiário. A ênfase é dada ao atendimento de micro, pequenas e médias empresas sob as diversas modalidades de produtos: BNDES Finame (voltado para o financiamento da produção e a comercialização de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES e capital de giro associado); BNDES Finame **Leasing** (operações de arrendamento mercantil); BNDES Finame Agrícola (máquinas e equipamentos destinados ao setor agropecuário); BNDES Automático (projetos de investimento e programas de capital de giro); e Cartão BNDES (crédito rotativo voltado a micro, pequenas e médias empresas), além dos programas agrícolas do Governo Federal.

Produtos

Em 2011, o Cartão BNDES foi o principal destaque no que diz respeito a crescimento, comparado ao ano anterior, com taxa de crescimento de 75,6% no período, seguido pelo BNDES Automático, com crescimento de 4,8%, e pelo Finame Agrícola, com 1%. Os desembolsos do BNDES Finame apresentaram pequena queda, de 0,5%, com participação de 65% no total. Já os produtos BNDES Finame **Leasing** e BNDES Programas Agrícolas revelaram quedas acentuadas em seus desembolsos, de 23,7% e 33%, respectivamente.

DESEMBOLSOS POR PRODUTO					
R\$ MILHÕES					
PRODUTO	2.010	%	2.011	%	Δ %
BNDES Finame	46.759	66,4	46.552	65,3	(0,5)
BNDES Finame Agrícola	5.361	7,6	5.420	7,6	1,1
BNDES Finame <i>Leasing</i>	601	0,9	459	0,6	(23,7)
BNDES Automático	6.117	8,7	6.408	9,0	4,8
BNDES Programas Agrícolas	7.290	10,3	4.865	6,8	(33,3)
Cartão BNDES	4.314	6,1	7.574	10,6	75,6
Total	70.443	100,0	71.248	100,0	1,1

Equipamentos

Os desembolsos para máquinas e equipamentos por meio dos produtos BNDES Finame, BNDES Finame *Leasing* e BNDES Finame Agrícola representaram 73,6% do total dos desembolsos das operações indiretas automáticas em 2011 (R\$ 52,4 bilhões, em um total de R\$ 71,2 bilhões). Em 2011, esses desembolsos apresentaram, no câmputo geral, pequena redução, de 0,6% em relação ao ano anterior.

DESEMBOLSOS POR EQUIPAMENTO					
R\$ MILHÕES					
EQUIPAMENTOS	2010	%	2011	%	Δ %
Transporte	29.945	56,8	30.401	58,0	1,5
Caminhão	24.212	45,9	23.537	44,9	(2,8)
Ônibus	4.310	8,2	5.428	10,4	25,9
Vagão ferroviário	574	1,1	738	1,4	28,4
Outros	849	1,6	698	1,3	(17,8)
Não transporte	15.593	29,6	15.070	28,8	(3,4)
Máquinas rodoviárias	3.730	7,1	3.442	6,6	(7,7)
Máquinas para movimentação de cargas	1.067	2,0	1.061	2,0	(0,6)
Caldeiraria	1.135	2,2	1.002	1,9	(11,7)
Máquinas-ferramentas	1.102	2,1	897	1,7	(18,5)
Outros	8.559	16,2	8.667	16,5	1,3
Equipamentos agrícolas	7.184	13,6	6.930	13,2	(3,5)
Tratores agrícolas	2.452	4,7	2.316	4,4	(5,6)
Implementos agrícolas	2.151	4,1	1.918	3,7	(10,8)
Colheitadeiras	1.523	2,9	1.638	3,1	7,6
Outros	1.059	2,0	1.057	2,0	(0,1)
Total	52.722	100,0	52.400	100,0	(0,6)

Esses movimentos também podem ser parcialmente explicados pelas novas condições estabelecidas para o Programa BNDES PSI, a partir de abril de 2011. Para o setor de bens de capital, o programa oferece taxas fixas de 10% a.a. nos financiamentos a equipamentos de transporte rodoviários de passageiros e cargas, por meio do PSI Ônibus e Caminhões; 8,7% a.a. para grande empresa; e 6,5% para MPMEs, nos financiamentos aos demais bens (máquinas e equipamentos novos, inclusive agrícolas), pelo PSI Demais Bens de Capital.

Também houve aumento de juros no BNDES Procaminhoneiro, que passou de 4,5% a.a. para 7% a.a., com redução da participação do Banco nos financiamentos: para contratação no âmbito do BNDES Finame, a participação máxima do BNDES foi reduzida de 100% para 90% e, no âmbito do Finame *Leasing*, a participação foi reduzida de até 80% para até 70%.²¹

BNDES Automático

No âmbito do BNDES Automático, o valor total das operações aprovadas alcançou R\$ 12,8 milhões, mantendo o patamar dos últimos anos. O apoio isolado a capital de giro vem sustentando esse nível desde 2009. Contudo, em 2011, observou-se uma expressiva elevação do financiamento a projetos de investimento, que atingiram o valor total aprovado de R\$ 4,8 milhões, crescendo 28% em relação a 2010 e atingindo seu topo histórico.

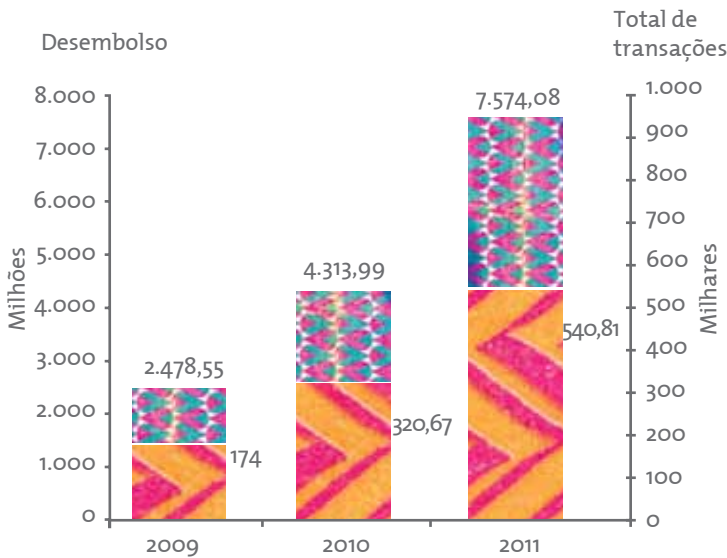
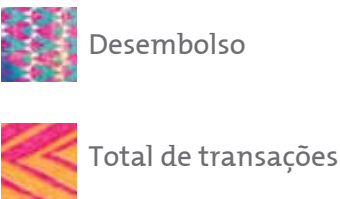
Também foi significativo o aumento de cerca de 20% no número de propostas protocoladas, que passou de 65.379, em 2010, para 78.250 propostas, em 2011.

Cartão BNDES

O Cartão BNDES atingiu, em 5 de outubro de 2011, a marca de 1 milhão de operações contratadas desde 2003, quando foi lançado no mercado. Voltado para micro, pequenas e médias empresas de controle nacional, o Cartão BNDES é um crédito pré-aprovado, de até R\$ 1 milhão, para aquisição de itens credenciados no portal de operações do Cartão BNDES.

²¹ Condições financeiras válidas em 31 de dezembro de 2011.

Total de transações x desembolso (valor financiado) (em R\$ milhões)



LIBERAÇÕES NO PERÍODO E RESULTADOS DOS ANOS ANTERIORES							
LIBERAÇÃO (R\$ MILHÕES)							
ANO	Nº DE TRANSAÇÕES	TOTAL	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	CAIXA	BANRISUL	ITAÚ
2011	540.813	7.574,08	4.894,08	2.406,81	207,07	38,51	27,61
2010	320.673	4.313,99	2.675,09	1.426,13	174,14	7,61	-
2009	174.276	2.478,55	1.471,33	914,17	88,68	-	-
Acumulado	1.158.761	16.031,75	9.688,70	5.675,02	558,90	46,13	27,61

Emissão de cartões

Atualmente, emitem o Cartão BNDES os seguintes agentes financeiros: Banco do Brasil, Banrisul, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Itaú. No ano de 2011, o Cartão BNDES apresentou crescimento de 68,6% no número de operações e de 75,6% na liberação de recursos, relativamente a 2010. O destaque ficou por conta do Banco do Brasil, que respondeu por 65% desse valor em 2011.

Durante 2011, os bancos emissores do Cartão BNDES continuaram mantendo o foco na ampliação da base de cartões. Assim, foram emitidos 130.845 novos cartões,

representando um crescimento de 21,36% em comparação a 2010, refletindo o aumento da concorrência entre os bancos que reforçaram suas participações no produto e o ingresso de novos bancos emissores – Banrisul e Itaú.

Credenciamento de fornecedores e produtos

O ano de 2011 encerrou com o total de 17.341 fabricantes aptos a realizar vendas no portal de operações do Cartão BNDES, o que representa um incremento de 30% em relação a 2010.

	FABRICANTES CREDENCIADOS NO PERÍODO	FABRICANTES APTOS A VENDER NO FIM DO PERÍODO
2010	3.438	13.556
2011	4.418	17.341

No fim de 2010, foi implementado o novo fluxo de indicação de distribuidores, que possibilita aos fabricantes fazer as indicações de forma mais ágil. Isso permitiu que o número de distribuidores indicados mais que dobrasse em relação ao ano anterior, passando de 6.422 para 13.935.

Em 2011 foram analisados 66.546 produtos e foram credenciados 47.930. O total de produtos disponíveis para compra no fim do ano chegou a 179.400.

Fomento

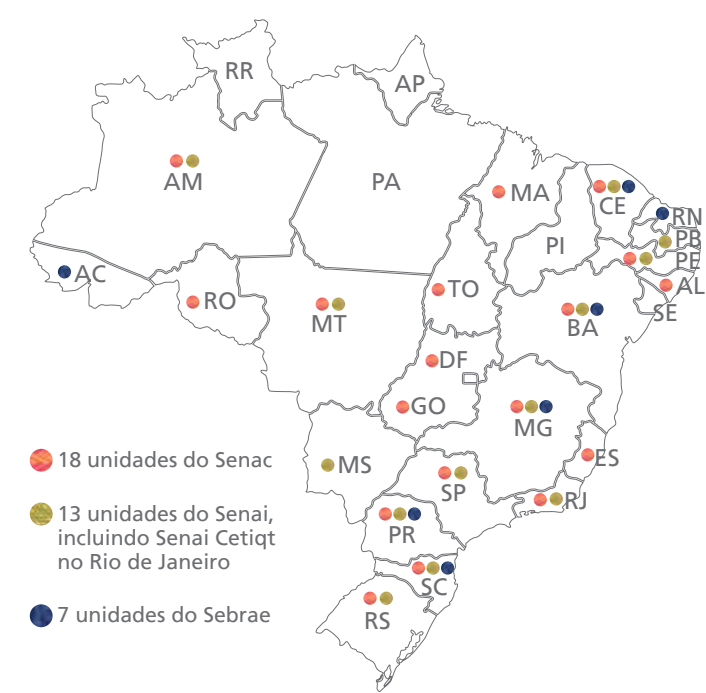
As ações de fomento em 2011 visaram reforçar a imagem do Cartão BNDES como um produto ágil e acessível e ampliar o número de itens financiáveis no catálogo do portal de operações, a fim torná-lo um instrumento de crédito cada vez mais presente no dia a dia dos negócios de micro, pequenas e médias empresas.

Em 2011, o Cartão BNDES beneficiou diretamente 176.775 empresas portadoras que realizaram pelo menos uma compra, o que representou um crescimento de 50,7% em comparação às 117.323 empresas beneficiadas em 2010. Já o número de fornecedores que realizaram pelo menos uma venda em 2011 mostrou variação de 43%, passando de 16.359, em 2010, para 23.400 no último ano.

As ações também tiveram a finalidade de fomentar a utilização do Cartão como ferramenta indutora de investimentos na inovação e na melhoria da qualidade de produtos e processos no ambiente empresarial, incluindo a qualificação profissional no setor de turismo.

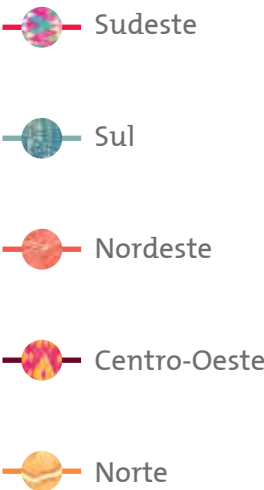
Com esse objetivo, ações de fomento foram conduzidas com diversos órgãos e entidades empresariais para a realização de eventos, em especial, o credenciamento das redes estaduais do Sistema S (Senai, Sebrae e Senac) como fornecedores de serviços tecnológicos (inovação) e qualificação profissional para o setor de hospitalidade e lazer.

Sistema S – Redes estaduais credenciadas



Ações direcionadas ao desenvolvimento regional também foram foco de fomento em 2011. A figura apresentada a seguir ilustra os avanços alcançados historicamente na redução das desigualdades entre regiões do país, tendo como referência o uso do Cartão BNDES.

Participação nas compras com o Cartão BNDES, por região (em %)



Como aprendizado das ações regionais desenvolvidas, listamos a importância da presença de fornecedores locais para o aumento do número de transações nos estados. Tal constatação decorre da observação da representativa parcela de vendas efetuadas entre fornecedores e compradores situados em um mesmo estado, formato esse mais adotado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

VENDAS ENTRE FORNECEDORES E COMPRADORES DO MESMO ESTADO (EM %)				
REGIÃO	2008	2009	2010	2011
Nordeste	40,53	60,53	66,80	70,61
Norte	50,37	57,89	67,08	71,22
Sul	28,49	34,86	37,29	39,45
Sudeste	51,61	48,87	51,09	50,48
Centro-Oeste	68,20	70,70	71,16	72,44
Brasil	44,15	46,45	49,50	50,57

O trabalho de fomento realizado para o Cartão BNDES obteve excelentes resultados em 2011. Houve um aumento de 38% nas solicitações do Cartão BNDES, que subiram de 261.625, em 2010, para 360.956, em 2011. Houve também uma variação de mais de 20,6% nos pedidos de credenciamento de fabricantes e de mais de 18,9% na indicação de distribuidores em relação ao ano anterior.

Comunicação

Em 2011, foi realizada nova campanha publicitária, no período de julho a dezembro, cujo foco foi a emissão e a ativação dos cartões e incluiu anúncios na TV, em rede nacional, com o *slogan*: “Os números do Cartão BNDES trabalham a favor da sua empresa”.

Além das mídias convencionais, incluindo revistas especializadas dos setores de construção civil e de serviços (saúde e bem-estar, TI e turismo), a campanha utilizou intensivamente a internet, incluindo pela primeira vez anúncios em *sites* de busca (Yahoo) e de comparações de preços (Buscapé e QueBarato).

Atendimento ao cliente de operações indiretas automáticas

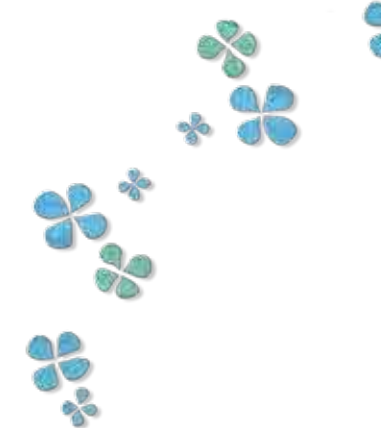
Os clientes tomam ciência do andamento de suas operações, por meio da central de atendimento telefônico ou por contato eletrônico, esclarecem dúvidas sobre as normas dos diversos produtos e programas operacionalizados e se informam sobre os procedimentos necessários para realização das operações e o credenciamento de produtos e fabricantes no BNDES Finame e no Cartão BNDES.

Conforme pode ser observado de forma detalhada no quadro a seguir, o número de atendimentos no ano de 2011 superou a marca de 770 mil.

ASSUNTO	Nº DE ATENDIMENTOS
Cartão BNDES	340.221
Posição de liberação	362.837
Credenciamento	11.104
Outros	63.334
Total	777.496

Com a contratação de nova empresa para o serviço de atendimento, aumentou o número de postos de trabalho e passou a ser utilizado um sistema informatizado que permite acompanhar o desempenho do atendimento em tempo real. Essas mudanças fizeram com que o tempo médio de espera para atendimento fosse reduzido de 4 min 21 segundos para apenas cinco segundos.





ECOEFIÊNCIA E COMPRAS SUSTENTÁVEIS

Energia economizada com as melhorias em conservação e eficiência

Em 2011, nas instalações do escritório do BNDES no Rio de Janeiro (Edserj), onde estão localizados 58% de seus empregados, foram realizadas diversas iniciativas visando à economia de energia.

Entre essas medidas, destacam-se as seguintes:

a. **Modernização dos elevadores**

O trabalho em execução, previsto para ser concluído em julho de 2013, visa diminuir o consumo de energia dos motores de movimentação dos elevadores em 20%. Isso é possível, principalmente, graças à troca dos antigos motores retificadores por variadores de frequência (*soft-starters*), usados durante a partida dos motores de movimentação dos carros.

b. **Modernização da subestação**

Antes do processo de modernização, iniciado em outubro de 2010, a subestação do Edserj operava com 12 transformadores de 1 MVA (megavolt-ampère) de potência, cada um. Hoje, com a desativação de três transformadores, conseguimos eliminar o consumo em 3 MVA_r (megavolt-ampère reativo), sem perda de capacidade de atendimento da demanda; projeto com finalização no primeiro trimestre de 2012.

Foram substituídas também todas as chaves parciais, em um total de 180, extinguindo-se as falhas de mau contato que existiam. Após um exame comparativo de termovisão nesses dispositivos, concluiu-se que a troca também propiciou condições de operação mais favoráveis ao sistema, eliminando o consumo excedente de energia.

c. **Modernização da central de água gelada**

Mediante a substituição das antigas centrífugas por outras de melhor rendimento, foi possível obter uma economia considerável de energia para o funcionamento desses equipamentos.

d. **Modernização dos pavimentos**

Além das melhorias no conforto ambiental, ergonômicas e estéticas, a modernização dos pavimentos também gerou economia de energia com as seguintes medidas:

- substituição do cabeamento elétrico;
- substituição dos transformadores antigos por novos, mais eficientes;
- troca dos *fan-coils* do sistema de refrigeração do pavimento com a substituição dos variadores de frequência por novos de maior rendimento; e
- melhorias no sistema de aterramento.

e. **Instalação de novas torres de arrefecimento**

As novas torres de arrefecimento para o sistema de refrigeração do Edserj têm maior vazão e contam com centrífugas de maior rendimento, o que representa um ganho na produção de água gelada sem aumento considerável no consumo de energia.

f. **Migração para o Mercado Livre de Energia Elétrica**

O BNDES se enquadra na categoria de consumidor livre de energia e, em 2011, migrou para o Mercado Livre. Essa mudança possibilitou a compra de energia proveniente integralmente de fontes renováveis e também representou uma queda no custo da energia em torno de 12% ao mês.

g. **Projeto de iluminação com tecnologia LED**

Em 2011, foi realizado um estudo de viabilidade da substituição das lâmpadas fluorescentes com reatores eletrônicos, atualmente instaladas nas dependências do Edserj, por lâmpadas com tecnologia LED, que, entre outros benefícios, não utilizam mercúrio em sua fabricação, produzem menor carga térmica com consequente redução no consumo dos insumos do sistema de refrigeração, o que proporcionará uma redução de cerca de 50% do consumo de energia elétrica em iluminação.

Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem

O único material proveniente de reciclagem adquirido pelo BNDES foi o papel reciclado. Foram assinados dois contratos: um em abril de 2010 e outro em agosto de 2011, ambos resultado de procedimento licitatório, conforme a seguir:

- A4 Reciclado em 2010: 28.800 resmas
- A4 Reciclado em 2011: 15.360 resmas

A diminuição deve-se ao saldo remanescente de um ano para o outro.



Material recolhido e encaminhado para reciclagem

Em 2011, foram recolhidos no Edserj resíduos destinados de forma correta e comprovada e encaminhados para cooperativas de catadores cadastradas nos **sites** do Ministério das Cidades e no Movimento Nacional de Catadores de Resíduos, com documentação legal exigida pelo Decreto 5.940/06, e que foram visitadas e vistoriadas.

Os materiais destinados à reciclagem foram:

- lâmpadas fluorescentes = 11.039 unidades
- pilhas e baterias = 2.650 kg
- lixo orgânico = 69.859 kg
- óleo de cozinha (domiciliar) = 60 litros

Consumo de água

O consumo de água em 2011 foi de 63,6 mil m³, com uma média mensal de 5,3 mil m³, representando uma queda de 7% no consumo em relação ao ano de 2010 (que foi de 68,4 mil m³, com média mensal de 5,7 mil m³). Além disso, no que se refere ao uso de torneiras nos toaletes, foi obtida uma redução da ordem de 20% no consumo, proporcionada pela substituição das torneiras convencionais por um novo modelo com acionamento eletrônico, que também propicia melhor higiene na utilização.

Política de compras sustentáveis

Em dezembro de 2011, foi aprovada a Política de Compras Sustentáveis do BNDES, que coloca o Banco como um dos pioneiros nessa área. A política está alinhada ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo Banco no Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental (Protocolo Verde) e nas diretrizes de sua Política de Responsabilidade Social e Ambiental (RSA).

Esse conceito refere-se à inclusão de critérios de sustentabilidade social e ambiental nas contratações realizadas pelo setor público. Além de reduzir o impacto ambiental e a desigualdade social, as compras públicas sustentáveis podem garantir maior qualidade aos produtos e serviços adquiridos, como o resultado da adoção de uma lógica que valoriza o desempenho do produto ou serviço no longo prazo.

A ideia de sustentabilidade nas compras públicas vem sendo incorporada à legislação brasileira gradativamente. Em 2010, a Lei 8.666/93 foi alterada para incluir expressamente a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como um dos objetivos da licitação.

Cabe ressaltar que a Política de Compras Sustentáveis do BNDES está alinhada com o Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), do Ministério do Meio Ambiente, e também com dois temas que serão destaque na Conferência Rio +20:

- Economia Verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e
- arcabouço institucional para o desenvolvimento sustentável.

Com a implantação dessa política, o BNDES assume um importante papel indutor na disseminação das práticas operacionais sustentáveis, alcançando não só a cadeia de fornecedores de produtos e serviços, mas também os órgãos públicos e a sociedade.



12

GESTÃO DE PESSOAS

Gestão Estratégica de Pessoas

O BNDES vem estruturando o projeto Gestão Estratégica de Pessoas (GEP) sobre quatro pilares: (1) mapeamento e avaliação de competências; (2) gestão da carreira; (3) avaliação de desempenho; e (4) educação corporativa, tendo como elo central o desenvolvimento das competências necessárias para a consecução dos objetivos estratégicos do BNDES.

Dando continuidade ao mapeamento das competências técnicas das áreas do Banco, realizado em 2010, tiveram destaque em 2011 o refinamento do modelo conceitual de gestão de carreira e a implantação do primeiro ciclo da Agenda do Empregado, ferramenta que permite que cada empregado e seu gestor pactuem seu compromisso de desenvolvimento profissional. Está previsto para 2012, o desenho dos modelos de educação corporativa e de avaliação de desempenho.

Atualmente, existe uma variedade de políticas e programas de apoio ao treinamento e desenvolvimento do corpo funcional, dentre os quais se destacam os programas de apoio à pós-graduação e de idiomas e a realização de cursos e seminários no Brasil e no exterior.

Essa forma abrangente e intensiva de apoio ao desenvolvimento de seus empregados demonstra a valorização do capital intelectual e humano, considerado pelo BNDES um ativo intangível da maior relevância.

Programa Novos Tempos

Em linha com o momento de renovação do quadro funcional, o BNDES continua oferecendo o Programa Novos Tempos aos empregados que vão se desligar até 2012. A iniciativa, que já atendeu a cerca de 209 empregados, visa assegurar a transmissão de conhecimento entre novos e antigos empregados, bem como proporcionar novas opções de vida além do trabalho no BNDES.

Saúde do trabalhador

A ocorrência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais com empregados do BNDES, registradas no Serviço Social da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES (Fapes), são comunicadas ao Ministério da Previdência Social e imediatamente informadas à Área de Recursos Humanos do Banco. Já as ocorrências com prestadores de serviços geram os atendimentos emergenciais e o empregador do prestador é orientado a comunicar o Ministério da Previdência Social.

Em função de sua atividade econômica, o BNDES possui Grau de Risco I e, conforme Norma Reguladora 9 (NR-9) do Ministério do Trabalho e Emprego, mantém atualizado o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) na totalidade de suas instalações físicas. Todos os riscos identificados, inclusive os ergonômicos, são controlados, haja vista a realização de 113 avaliações ergonômicas do trabalho (AETs) no ano de 2011.



O BNDES realiza o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), de forma integrada com o PPRA e em cumprimento à NR-7 do MTE, por meio do Departamento Médico da Fapes. Em 2011, foram efetuados 3.528 exames periódicos.

As instalações físicas do BNDES no Rio de Janeiro, onde se encontram lotados mais de 95% dos empregados do Banco, estão cobertas por ambulatórios da Fapes para atendimentos emergenciais. O quadro a seguir contém os dados de taxas de saúde e segurança do trabalhador no ano de 2011.

TAXAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR¹ 2011	
Taxa de lesões (TL)²	9,47 (Região Sudeste)
Taxa de doenças ocupacionais (TDO)	zero
Taxa de dias perdidos (TDP)³	1,61 (Região Sudeste)
Taxa de absenteísmo (TA)⁴	3,10 (Região Sudeste – RJ e SP)
	0,78 (Região Centro-Oeste – DF)
	0,67 (Região Nordeste – PE)
Óbitos decorrentes de acidente de trabalho ou doença ocupacional	zero

¹ Dados referentes ao período entre 1.1.2011 e 20.12.2011.
² Frequência de acidentes com lesão. Consideram-se duas mil horas de exposição anual por trabalhador (NBR 14.280), ou seja, 5.594.000 homens-hora de exposição, com a base de empregados de 6.12.2011. Houve um total de 53 acidentes (39 típicos e 14 de trajeto). Somente envolvidos no Rio de Janeiro (Região Sudeste).
³ Dias civis, considerados do dia seguinte da lesão até o dia anterior ao retorno. Total de 205 dias perdidos em decorrência de acidentes de trabalho (típico e de trajeto). O total de dias programados é cinco dias/semana x 48 semanas/ano (considerando férias) para cada empregado envolvido. TDP = dias perdidos/dias programados x 100.
⁴ Ausências médicas. Excluem-se feriados, licenças para estudo, licença-maternidade/paternidade, prorrogação e antecipação, luto, gala e abono acompanhamento. O total de dias programados é cinco dias/semana x 48 semanas/ano (considerando férias) x nº de empregados por região, com a base de empregados de 6.12.2011. TA = dias ausentes/dias programados x 100.

Os incidentes que não geram lesão também são controlados a fim de minimizar riscos de futuros acidentes. Uma vez identificado algum risco potencial, a Administração do Banco, e/ou condomínios prediais de suas instalações físicas, é acionada para as devidas providências.

Equidade de gênero e valorização da diversidade humana

O compromisso do Banco com a valorização da diversidade e o combate à discriminação sob todas as formas são princípios expressos no Código de Ética do Sistema BNDES.

Desde 2007, o Grupo de Trabalho de Gênero e Diversidade tem suas iniciativas embasadas por dois eixos estratégicos de atuação:

- a valorização da diversidade humana (questões envolvendo gênero, raça/cor, orientação sexual e necessidades especiais); e
- a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego.

Pró-Equidade de Gênero e Raça

O BNDES adere ao programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Gabinete da Presidência da República.

Assumindo esse compromisso público, o Banco delega ao grupo de trabalho a elaboração e o acompanhamento de um plano de ação no intuito de estabelecer um ambiente de trabalho que valorize a diversidade humana.

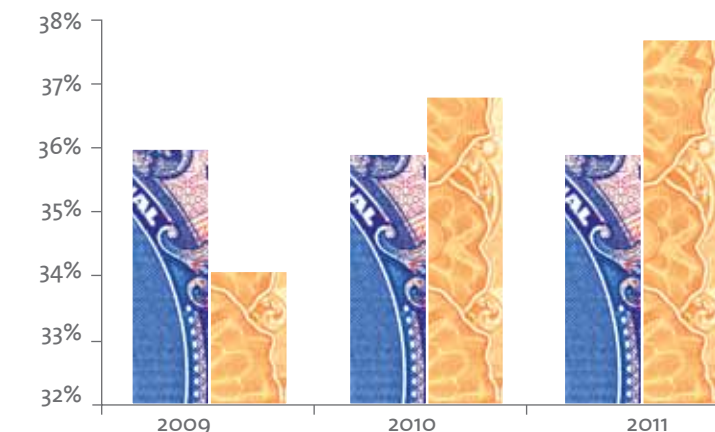
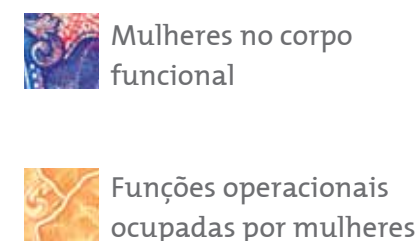
Como reconhecimento ao cumprimento de ações voltadas para a equidade de gênero no ambiente de trabalho, o BNDES recebeu o Selo Pró-Equidade de Gênero nas duas edições em que participou do programa. Dando continuidade a esse compromisso, o BNDES aderiu à quarta edição (2011-2012), agora ampliada para Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, incluindo ações no âmbito da temática racial.

Estatísticas de gênero

Nos últimos anos, o quadro funcional do BNDES teve seu quantitativo ampliado e passou por um processo de renovação oriundo de um Programa de Desligamento Incentivado.

Lembrando que o ingresso no quadro de empregados do BNDES se dá por meio de concursos públicos, esse processo de renovação evidenciou a relevância da participação das mulheres no corpo funcional do Banco e reforçou a importância de compromisso e atuação institucionais voltados para a equidade dos gêneros.

Distribuição do corpo funcional e função operacional do BNDES recorte de gênero



É possível perceber que, mesmo com o processo de renovação do quadro de pessoal do Banco, a participação das mulheres no corpo funcional se mantém estável em 36% nos últimos três anos.

Os dados, entretanto, apontam para um crescimento real na participação das mulheres em funções operacionais no mesmo período. No fim de 2011, as mulheres ocupavam 38% dessas funções em comparação com os 34% registrados no fim de 2009.

Embora, em uma análise quantitativa, seja possível sublinhar a coerência entre a participação feminina no Banco e sua ocupação em funções de confiança, o Grupo de Trabalho de Gênero e Diversidade tem o desafio de enriquecer esse entendimento identificando a distribuição de gênero em cada um dos níveis hierárquicos dos postos de poder e decisão da empresa.

Ação de destaque: campanhas de conscientização

A sensibilização do corpo funcional é um importante passo na valorização da diversidade e erradicação do preconceito e violência contra grupos humanos historicamente discriminados no mundo do trabalho.

Durante o ano de 2011, foi realizada uma série de campanhas de conscientização do corpo funcional: celebração da “Semana da Mulher”, o debate “Diversidade Sexual na Sociedade Brasileira” e a campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, além de palestras sobre a importância do aleitamento materno organizadas pela Fapes.

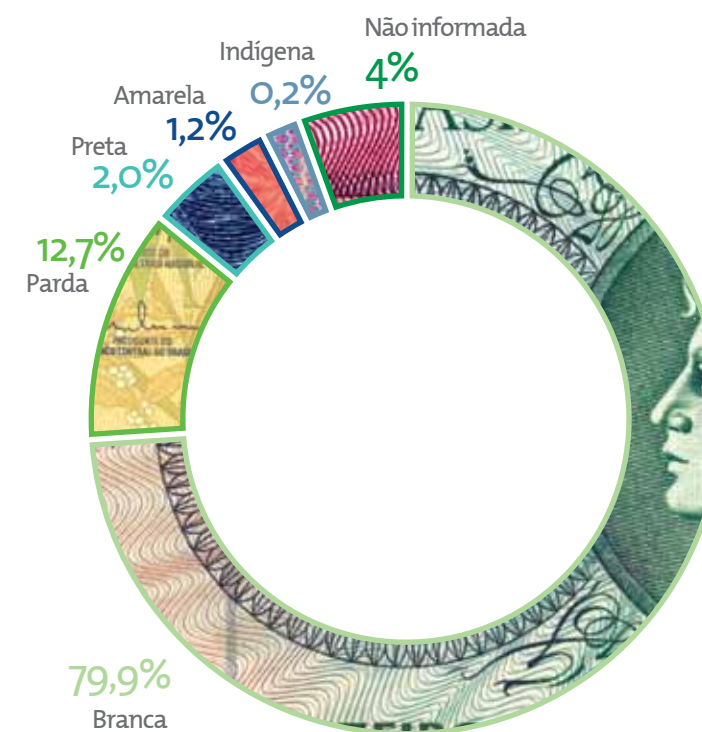
Em cada evento, houve palestras, exibição de filmes brasileiros e distribuição de material alusivo à valorização da diversidade e ao combate ao preconceito e à discriminação sob todas as formas, abordando as temáticas gênero, raça/cor, saúde da mulher, aleitamento materno, orientação sexual, feminização da Aids e violência contra a mulher.

Estatísticas de raça/cor

Desde 2007, o BNDES promove o mapeamento de raça/cor de seu corpo funcional com base na orientação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Por meio de palestras e campanhas de sensibilização, estimula-se a atualização do cadastro de dados pessoais de forma autodeclaratória. Como resultado, há a expressiva participação voluntária de 96% do corpo funcional.

Distribuição do corpo funcional do BNDES – recorte de raça/cor



Base de dados: 31 dez. 2011.

Assim como ocorre com a distribuição de gênero, o processo de renovação do quadro de pessoal não alterou significativamente a distribuição dos indicadores de raça/cor. Esse mapeamento reforça a importância de ações voltadas para a valorização da diversidade racial no ambiente de trabalho.



Matriz de Referência dos Indicadores

Foram selecionados alguns indicadores da Global Reporting Initiative (GRI) para aferir o grau de alinhamento do BNDES com os conceitos de sustentabilidade, que compreende e integra as dimensões econômica, social e ambiental. Nessa matriz, é possível identificar os indicadores selecionados, suas descrições e as seções nas quais estão inseridos.

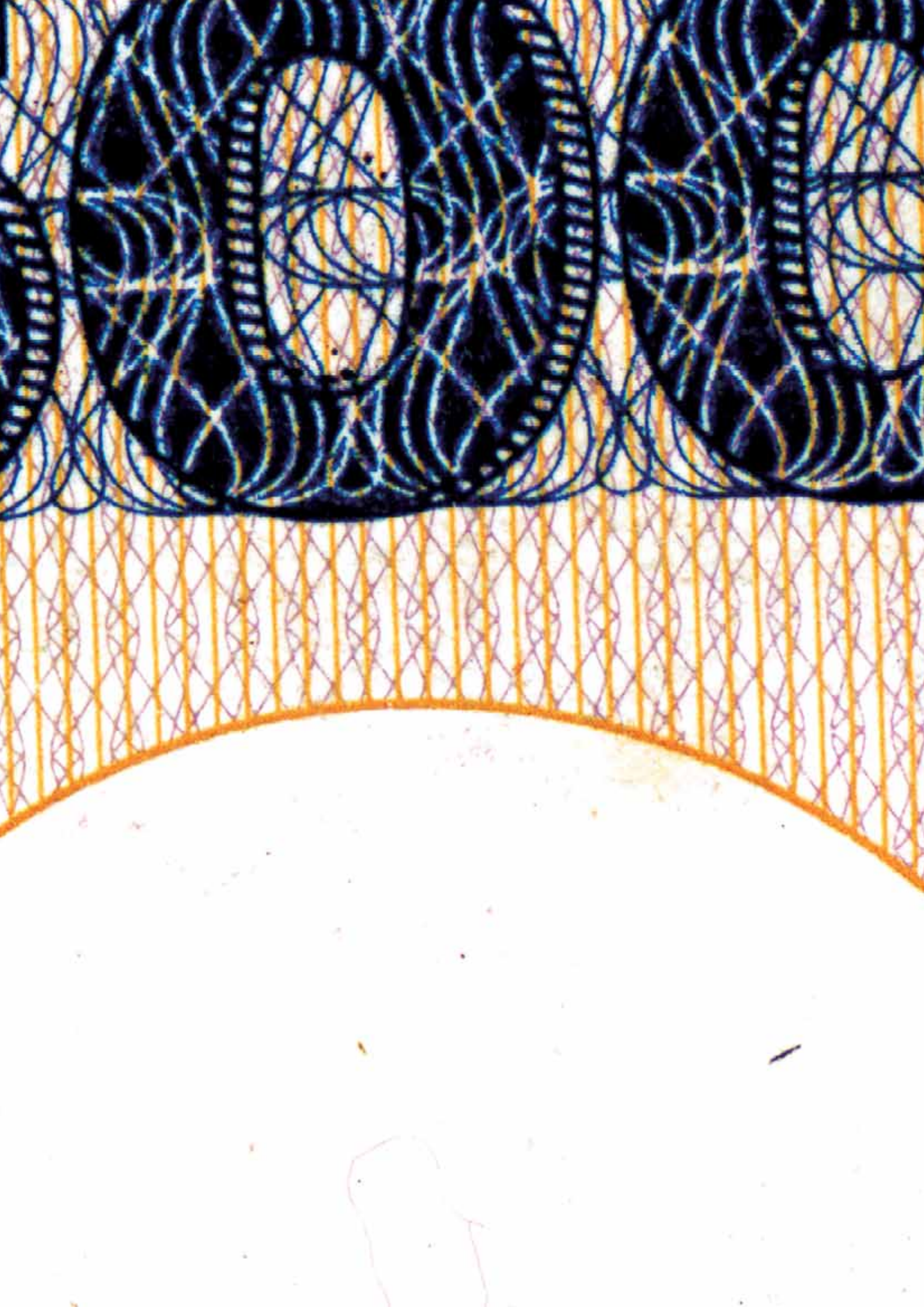
A matriz de indicadores utilizou como modelo e referência a grade de indicadores da GRI. Cabe ressaltar, porém, que a metodologia GRI não foi utilizada para a elaboração deste relatório.

INDICADORES GRI	DESCRIÇÃO INDICADOR GRI	CAPÍTULO RELATÓRIO ANUAL 2011	PÁGINA
FS06	Porcentagem da carteira de linhas de negócios por região específica, por porte (ex. micro/pequena e média/grande), e por setor (GRI-FS06)	Capítulo BNDES em números – Indicadores operacionais de desembolso – Desembolsos por porte de empresa	35
		Capítulo BNDES em números – Indicadores operacionais de desembolso – Desembolsos por região	35 e 36
		Capítulo BNDES em números – Indicadores operacionais de desembolso – Operações automáticas	37 e 38
FS07	Valor monetário dos produtos e serviços criados para proporcionar um benefício social específico para cada linha de negócios, divididos por finalidade (GRI-FS07)	Capítulo BNDES em números – Indicadores operacionais de desembolso – Desempenho socioambiental – Desenvolvimento social	41
FS08	Valor monetário dos produtos e serviços criados para proporcionar um benefício ambiental específico para cada linha de negócios, divididos por finalidade (GRI-FS08)	Capítulo BNDES em números – Indicadores operacionais de desembolso – Economia Verde e Mudanças Climáticas	41
ECO01	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos (GRI-FS02)	Capítulo BNDES em números – Desempenho econômico-financeiro – Demonstração do Valor Adicionado	57

continua

continuação

INDICADORES GRI	DESCRIÇÃO INDICADOR GRI	CAPÍTULO RELATÓRIO ANUAL 2011	PÁGINA
FS02	Procedimentos para avaliação e classificação de riscos ambientais e sociais nas linhas de negócios (GRI-FS02)	Capítulo Governança – Riscos ambientais e sociais nas linhas de negócios	77 a 79
FS01	Políticas com componentes ambientais e sociais específicos aplicadas às linhas de negócios (GRI-FS01)	Capítulo Políticas transversais – Atuação e política socioambiental	143
EN05	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência (GRI-EN05)	Capítulo Ecoeficiência e compras sustentáveis – Energia economizada com melhorias em conservação e eficiência	217 a 219
EN02	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem (GRI-EN02)	Capítulo Ecoeficiência e compras sustentáveis – Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	219
EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição (GRI-EN22)	Capítulo Ecoeficiência e compras sustentáveis – Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem – Material recolhido e encaminhado para reciclagem	220
EN08	Total de retirada de água por fonte (GRI-EN08)	Capítulo Ecoeficiência e compras sustentáveis – Consumo de água	220
LA04	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva (GRI-LA04)	Capítulo Apresentação – Perfil – Perfil do quadro de pessoal	22
LA07	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região (GRI-LA07)	Capítulo Gestão de pessoas – Saúde do trabalhador	225
LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apóiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira (GRI-LA11)	Capítulo Gestão de pessoas – Programa Novos Tempos	224
LA13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade (GRI-LA13)	Capítulo Gestão de pessoas – Equidade de gênero e valorização da diversidade humana	226 a 229



Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministro do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior

Fernando Pimentel

BNDES

Conselho de Administração do BNDES

Presidente

Fernando Pimentel

Vice-presidente

Luciano Coutinho

Conselheiros

Mauro Borges Lemos
Carlos Roberto Lupi
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Artur Henrique da Silva Santos
Roberto Atila Amaral Vieira
Orlando Pessuti
Miriam Aparecida Belchior
Márcio Holland de Brito

Conselho Fiscal

Carlos Eduardo Esteves Lima
Paulo Fontoura Valle
Clayton Campanhola
Raul Lycurgo Leite
Eduardo Coutinho Guerra

Comitê de Auditoria do BNDES

João Paulo dos Reis Velloso
Attilio Guaspari
Paulo Roberto Vales de Souza

Chefe de Auditoria

Ângela Silva Fernandes

BNDESPAR

Conselho de Administração

Fernando Pimentel
Luciano Coutinho
Alessandro Golombieswski Teixeira
João Paulo dos Reis Velloso
Roberto Teixeira da Costa
Martim Ramos Cavalcanti

Conselho Fiscal

Cleber Ubiratan de Oliveira
Ricardo Schaefer
Cláudio de Almeida Neves
André Proite
Fábio Estorti de Castro
Jorge Kalache Filho

FINAME

Junta de Administração

Luciano Coutinho
Maurício Borges Lemos
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Gabriel Jorge Ferreira
Heloisa Regina Guimarães de Menezes
Márcio Leão Coelho
Luiz Aubert Neto
Francisco de Assis Crema
Maria Lúcia de Oliveira Falcon
Roberto Smith

Diretoria

Presidente

Luciano Coutinho

Vice-presidente

João Carlos Ferraz

Diretores

Elvio Lima Gaspar
Julio Cesar Maciel Ramundo
Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva
Luiz Fernando Linck Dorneles
Mauricio Borges Lemos
Roberto Zurli Machado

Chefe do Gabinete da Presidência

Alvaro Larrabure Costa Correa

Superintendentes

Caio Marcelo de Medeiros Melo
Carlos Roberto Lopes Haude
Cláudia Pimentel Trindade Prates
Claudio Bernardo Guimarães de Moraes
Cláudio Figueiredo Coelho Leal
Fátima Regina França Farah
Fernando Pimentel Puga
Gil Bernardo Borges Leal
Henrique Amarante da Costa Pinto
Hugo Ribeiro Ferreira

Luciana Giuliani de Oliveira Reis
Luciene Ferreira Monteiro Machado
Luiz Antônio do Souto Gonçalves
Marcelo Porteiro Cardoso
Margarida Maria Pedrosa Sá Freire de Souza
Maurício dos Santos Neves
Nelson Fontes Siffert Filho
Paulo de Sá Campello Faveret Filho
Ricardo Luiz de Souza Ramos
Rodrigo Matos Huet de Bacellar
Selmo Aronovich
Sergio Eduardo Weguelin Vieira
Sergio Foldes Guimarães

Créditos de edição:

Editado pelo Gabinete da Presidência

Departamento de Divulgação

Projeto Gráfico e Diagramação

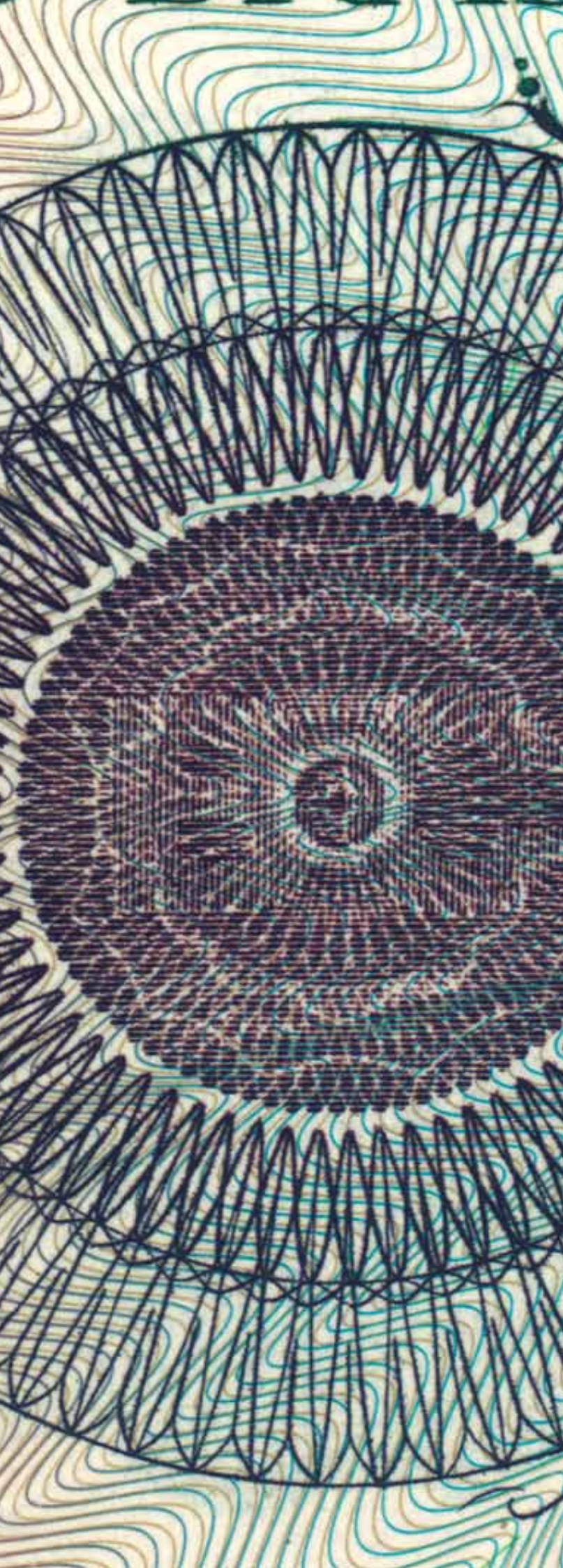
Refinaria Design

Produção Editorial

Expressão Editorial

Impressão

Sol Gráfica





Telefones e endereços

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Av. República do Chile, 100 | 20031-917
Rio de Janeiro | RJ | Tel.: 21 2172 7447
Fax: 21 2172 8961

ESCRITÓRIOS

Brasília

Centro Empresarial Parque Cidade
Setor Comercial Sul – SCS | Quadra 9 | Torre C
12º andar | 70308-200 | Brasília | DF
Tel.: 61 3204 5600 | Fax: 61 3204 5635

São Paulo

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510 | 5º andar
Vila Nova Conceição | 04543-906 | São Paulo | SP
Tel: 11 3512 5100 | Fax: 11 3512 5199

Recife

Rua Antônio Lumack do Monte, 96 | 6º andar
Ed. Empresarial Center II | Boa Viagem | 51020-350
Recife | PE | Tel.: 81 2127 5800 | Fax: 81 2127 5806

Londres

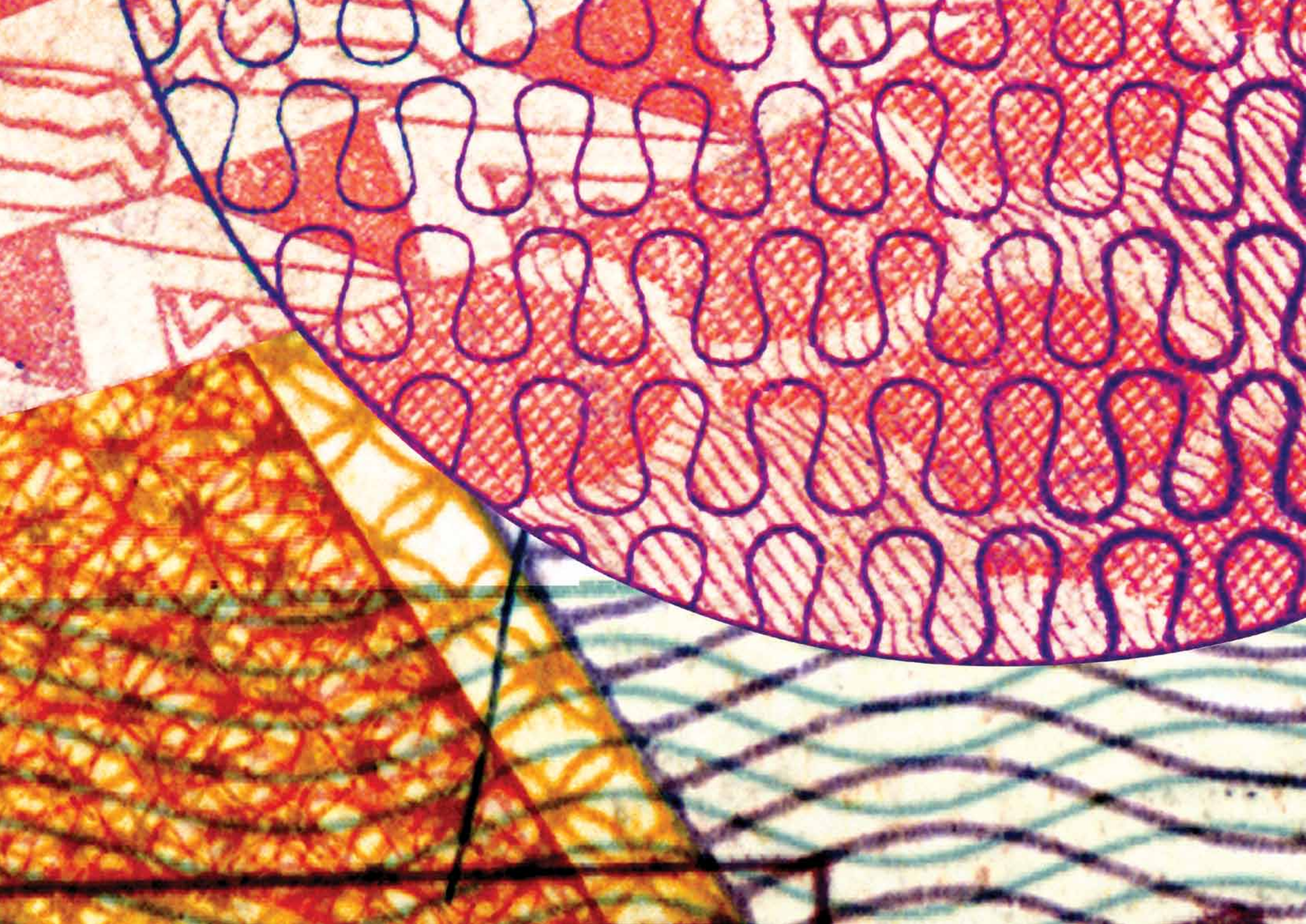
BNDES Limited | 6-8 Tokenhouse Yard
4th floor | EC2R 7AS | Londres | Reino Unido
Tel.: +44 (0) 20 7151 3650 | Fax: +44 20 3008 6742
bndeslimited@bndes.gov.br

Montevideú

BNDES Uruguai
Avenida Luis Alberto de Herrera, 1.248 | Torre II | 3º piso
World Trade Center Montevideo | 11300 | Montevideú
Uruguai | Tel.: +598 2622 8875
bndesuruguay@bndes.gov.br

www.bndes.gov.br

faleconosco@bndes.gov.br





Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

